

2021

volume 24 | número 2 | maio-agosto



NOVOS
CADERNOS
NAEA



v. 24, n. 2 • maio-agosto, 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS

Diretor Geral: Armin Mathis • Diretora Adjunta: Mirleide Chara Bahia

NOVOS CADERNOS NAEA

Publicação do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA

Periodicidade quadrimestral, volume 24, número 2, maio-agosto de 2021

Print ISSN: 1516-6481 – Eletrônica ISSN: 2179-7536 – DOI: 10.5801/S21797536

EDITORA CIENTÍFICA

Mirleide Chara Bahia – NAEA/UFPA

COMISSÃO EDITORIAL • NAEA

Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior • Geografia | Francisco de Assis Costa • Economia | Luís

Eduardo Aragón Vaca • Geografia | Oriana Trindade • Economia | Raimundo Heraldo Maués •

Antropologia | Silvio Figueiredo • Sociologia

CONSELHO EDITORIAL

Alfredo Wagner de Almeida • Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Brasil

Andréa Zhouri • Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Ana Maria Araújo • Universidad de la República, Montevideo, Uruguai

Célio Bermann • Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

César Barreira • Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Brasil

Christian Azais • Université d'Amiens, Amiens, França

Clóvis Cavalcanti • Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Brasil

German Palacio • Universidad Nacional de Colômbia, Letícia, Colômbia

Edna Maria Ramos de Castro • Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil

Eduardo José Viola • Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Emilio Moran • Indiana University, Indiana, Estados Unidos

Geraldo Magela Costa • Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Henri Acselrad • Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Heloisa Costa • Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, Brasil

Ignacy Sachs • École des Hautes Etudes em Sciences Sociales, Paris, França

Jose Ricardo Ramalho • Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

José Vicente T. dos Santos • Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, Brasil

Marcel Bursztyn • Universidade de Brasília, Brasília, Brasil

Marcelo Sampaio Carneiro • Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Brasil

Maria Manoel Batista • Universidade de Aveiro, Aveiro, Portugal

Marilene da Silva Freitas • Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Brasil

Martin Coy • Universität Innsbruck, Innsbruck, Áustria

Paola Bolados • Universidade de Valparaíso, Valparaíso, Chile

Pedro Jacobi • Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil

Pierre Salama • Université Paris XIII, Paris, França

Pierre Teisserenc • Université Paris XIII, Paris, França

EQUIPE TÉCNICA

Assistentes editoriais: Rafaela Santos Carneiro e Helbert Michel Pampolha de Oliveira

Revisão textual: Albano Rita Gomes

Editoração eletrônica: Ione Sena

Capa: Andrea Pinheiro

Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos



Universidade Federal do Pará
Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
Novos Cadernos NAEA • v. 24, n. 2 • p. 1-317 • maio-agosto, 2021
Print ISSN: 1516-6481 – Eletrônica ISSN: 2179-7536 – DOI: 10.5801/S21797536

A Revista Novos Cadernos NAEA é um periódico quadrimestral, de caráter interdisciplinar, dedicado à publicação de trabalhos científicos e acadêmicos sobre temas relevantes às áreas do desenvolvimento, sociedade, economia e meio ambiente, com o objetivo de fomentar o diálogo entre as diversas áreas do conhecimento e suas competências, de pesquisadores e instituições de ensino e pesquisa do Brasil e do exterior.

A revista publica textos originais e inéditos em português, espanhol, inglês e francês. Adota a avaliação anônima por pares (*peer review*) para trabalhos submetidos às seções: artigos originais e de revisão, resenhas, notas de pesquisa, conferências e, eventualmente, dossiês temáticos, volumes especiais e/ou suplementos.

INDEXADORES

Latindex – Crossref – Portal de Periódicos da CAPES – Google Scholar – Research Bib – e-Revistas/Plataforma Open Access de Revistas Científicas Electrónicas Españolas y Latinoamericanas – Directory of Open Access Journals (DOAJ) – DRJI – Directory of Research Journal Indexing

IDENTIFICADORES

Universal Impact Factor – Journal For Free – Portal para Periódicos de Livre Acesso na Internet – Livre Diretório Luso-Brasileiro IBICT – Sumarios.org – Repositório Científico de Acesso Aberto de Portugal – Microsoft Academic Search – Library of Congress/HLAS Online – Elektronische Zeitschriftenbibliothek (EZB) – Georgetown University Library – SEER IBICT – Cibera: Iberoamérica/España/Portugal – Library Catalog – University of Texas at Austin – WordCat – Diadorim – Diretório de Políticas de Acesso Aberto das Revistas Científicas Brasileiras

CONTATOS

Núcleo de Altos de Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará
Rua Augusto Corrêa, nº 1, Cidade Universitária Prof. José da Silveira Netto, bairro do Guamá
CEP: 66.075-900, Belém, Pará, Brasil
Tel.: (+55 91) 3201 8515
E-mail: revistanovoscadernosnaea@gmail.com

SUBMISSÃO DE ARTIGOS

<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn>
Homepage do NAEA: <http://www.naea.ufpa.br/>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação - CIP (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Novos Cadernos NAEA, v. 24, n. 2 – maio-agosto, 2021 – Belém. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/UFPA, 2021.

Quadrimestral

ISSN Print 1516-6481

ISSN Eletrônico 2179-7536

DOI: 10.5801/S21797536

O vol. 1, nº 1 desta Revista foi publicado em junho de 1998. 1. Desenvolvimento – Periódicos. 2. Meio Ambiente – Periódicos. 3. Amazônia – Periódicos.

CDD 338.9811

© Copyright/Direitos de cópia para este número: NAEA/UFPA
Título e textos amparados pela Lei 5.988, de 14 de dezembro de 1973.



Ministério
da Educação

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA



SUMÁRIO

Editorial

Artigos

- 11 Conflitos em espaços globalizados: uma leitura das resistências na Microrregião de Campos dos Goytacazes/RJ
Conflicts in globalized spaces: a reading of resistances in the micro-region of Campos dos Goytacazes/RJ
Érica Terezinha Vieira de Almeida e José Luís Vianna da Cruz
-
- 37 Origens do Estado do Grão-Pará e Maranhão e a política pombalina: discursos e relações de poder
Origins of the States of “Grão-Pará e Maranhão” and the pombaline policy: discourses and power relations
Alberto Damasceno e Joaquina Ianca Miranda
-
- 63 Conflitos socioambientais em sítio Ramsar: Brutalidade e expulsões na região da Baixada Ocidental Maranhense
Socio-environmental conflicts in Site Ramsar: brutality and expulsions in Western Lowland region of Maranhão
Joaquim Shiraisbi Neto, Rosirene Martins Lima e Ciro Souza Brito
-
- 83 Condições socioeconômicas de pescadoras artesanais e agricultoras familiares: o caso do lago Maicá, Santarém, Brasil
Socioeconomic conditions of artisan fisherwomen and female family farmers: the case of the Lake Maicá, Santarém, Brazil
Wandicleia Lopes de Sousa, Elizabete de Matos Serrão e Thiago Almeida Vieira
-
- 103 As mulheres do açaí: um estudo de caso acerca do trabalho feminino na Ilha de Guajará de Baixo, Cametá (PA)
Açaí women: a case study about women’s work in Guajará de Baixo Island, Cametá (PA)
Renato dos Prazeres Rodrigues, Monique Medeiros e Aldrin Mário da Silva Benjamin
-
- 125 O vestido vermelho: consumo, cultura material e comunicação intersensorial na feira do Guamá, Belém-Pará
The red dress: consumption, material culture and intersensory communication at the fair in Guamá, Belém-Pará
Marina Ramos Neves de Castro
-
- 143 Odivelidades: binarismo cultural na construção identitária em cidade local amazônica
Odivelidades: cultural binarism in the identity building to local city of Amazon
José Guilherme dos Santos Fernandes e Rondinell Aquino Palha
-

- 171 Valoração do serviço de provisão de água da bacia do rio Cassiporé, no estado do Amapá, Brasil
Valuation of the water supply service of the Cassiporé river basin, in the state of Amapá, Brazil
Milena Leal Costa, Jorge Madeira Nogueira e Juan Vicente Guadalupe
-
- 195 Segurança alimentar de famílias extrativistas de açaí na Amazônia oriental brasileira: o caso da Ilha das Cinzas
Food security of açaí extractivist families in the Brazilian eastern Amazon: the case of Ilha das Cinzas
Erick Silva dos Santos, Claudia Azevedo-Ramos e Marcelino Carneiro Guedes
-
- 223 Polinizadores visitam o girassol durante todo florescimento, aumentando a produtividade e uniformizando as sementes
Pollinators visit the sunflower throughout flowering, increasing yield and standardizing the seeds
Rafael Kill-Silveira, Luiz Fernando Rodrigues Cordeiro e Dionei José da Silva
-
- 241 Agricultura e produção do espaço urbano: reflexões para uma agenda de pesquisa
Agriculture and production of urban space: reflections for a research agenda
Ricardo Theophilo Folbes, Harley Silva, Raul Ventura Neto, Kevin Gabriel Leite da Silva, Ciria Cristiane da Rosa e Aelton Dias Costa
-
- 269 Indicadores de sustentabilidade: contribuições para construção de estratégias de desenvolvimento mais sustentável em agroecossistema de várzea
Sustainability indicators: contributions to the construction of more sustainable development strategies in lowland agroecosystem
Taysse Fernanda Amaral Silva, Roberta de Fátima Rodrigues Coelho e Romier da Paixão Sousa
-

Entrevista

- 291 Do indigenismo empresarial à catástrofe bolsonarista: uma entrevista com o antropólogo Stephen Grant Baines
From entrepreneurial indigenism to the catastrophe of Bolsonaro's policies: an interview with the anthropologist Stephen Grant Baines
Leonardo Barros Soares e Stephen Grant Baines
-

Resenha

- 313 SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais. **Revista FAE Centro Universitário**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 119-127, 2004
Felipe Lopes
-

EDITORIAL

Dando prosseguimento às edições da Revista Novos Cadernos NAEA (NCNAEA) no ano de 2021, apresentamos ao público o seu número 2, do volume 24, cujas contribuições trazem uma diversidade de temas e questões oriundos de pesquisas em várias áreas do conhecimento. O número é composto por um conjunto de doze artigos, agregados em três grupos temáticos, além de uma entrevista e de uma resenha.

Sob enfoques diversos, o primeiro grupo reúne cinco trabalhos que tangenciam questões referentes a *Conflitos; Relações de Poder; Resistências e Protagonismo Feminino*.

Inicia com o artigo “Conflitos em espaços globalizados: uma leitura das resistências na Microrregião de Campos dos Goytacazes/RJ”, de Érica Terezinha Vieira de Almeida e José Luis Vianna da Cruz, em que os autores analisam dois conflitos na Microrregião de Campos dos Goytacazes, no Norte do estado do Rio de Janeiro, decorrentes dos impactos de Grandes Investimentos (GIs) e das resistências protagonizadas pelos atores afetados por dois GIs.

Em seguida, Alberto Damasceno e Joaquina Ianca Miranda apresentam o trabalho “Origens do Estado do Grão-Pará e Maranhão e a política pombalina: discursos e relações de poder”, no qual buscam compreender a organização territorial, econômica e política que influenciou a origem deste Estado, bem como a relação desse processo com os ideais pombalinos.

As reflexões trazidas por Joaquim Shiraishi Neto, Rosirene Martins Lima e Ciro Souza Brito, no artigo “Conflitos socioambientais em sítio Ramsar: brutalidade e expulsões na região da Baixada Ocidental Maranhense”, avaliam os conflitos recentes na Baixada Ocidental Maranhense e as pressões exercidas sobre a região reconhecida como sítio Ramsar, com destaque para as ameaças às maneiras de ser, de fazer e de viver das comunidades tradicionais que, nessa região, constituíram um complexo sistema de uso comum das terras, das florestas, dos lagos e dos rios.

Na sequência, a contribuição de Wandicleia Lopes de Sousa, Elizabete de Matos Serrão e Thiago Almeida Vieira, intitulada “Condições socioeconômicas de pescadoras artesanais e agricultoras familiares: o caso do lago Maicá, Santarém, Brasil”, traz uma descrição das condições socioeconômicas das pescadoras artesanais e agricultoras familiares dos bairros Maicá e Pérola do Maicá, em Santarém, no oeste do Pará.

Fechando esse grupo temático, temos o artigo “As mulheres do açaí: um estudo de caso acerca do trabalho feminino na Ilha de Guajará de Baixo, Cametá (PA)”, de Renato dos Prazeres Rodrigues, Monique Medeiros e Aldrin Mário da Silva Benjamin, que discute a especificação das atividades produtivas e reprodutivas praticadas pelas mulheres, suas participações nas etapas produtivas do açaí e a relevância do trabalho feminino para as famílias da Ilha Guajará de Baixo, em Cametá (PA).

O segundo grupo, por sua vez, traz dois artigos cujos debates giram em torno de temáticas relativas à *Cultura Material e à Construção Identitária*.

Marina Ramos Neves de Castro, em “O vestido vermelho: consumo, cultura material e comunicação intersensorial na feira do Guamá, Belém-Pará”, apresenta-nos uma compreensão sobre práticas de consumo e processos de socialização a partir de relações de reciprocidade estabelecidas junto a um grupo de feirantes que trabalham na feira do Guamá, em Belém (PA).

Já o trabalho “Odivelidades: binarismo cultural na construção identitária em cidade local amazônica”, de José Guilherme dos Santos Fernandes e Rondinell Aquino Palha, caracteriza o binarismo cultural como composição de identidade em uma cidade da Amazônia costeira, também no Estado do Pará.

O terceiro e último grupo temático colige cinco contribuições correlatas a questões como *Serviços Ecosistêmicos; Agroecossistemas; Populações Extrativistas e Populações Tradicionais*.

Em “Valoração do serviço de provisão de água da bacia do rio Cassiporé, no estado do Amapá, Brasil”, Milena Leal Costa, Jorge Madeira Nogueira e Juan Vicente Guadalupe apresentam o valor monetário do serviço de provisão de água da bacia do Rio Cassiporé, no estado do Amapá (BRC), utilizando as técnicas de valoração econômica por meio dos Métodos de Custo de Reposição (MCR) e de Custos Evitados (MCE).

No artigo intitulado “Segurança alimentar de famílias extrativistas de açaí na Amazônia oriental brasileira: o caso da Ilha das Cinzas”, Erick Silva dos Santos, Cláudia Azevedo-Ramos e Marcelino Carneiro Guedes tratam da vulnerabilidade de povos extrativistas da Amazônia à insegurança alimentar (IA), determinando o nível de IA e suas causas em famílias extrativistas de açaí da Ilha das Cinzas, Gurupá, Pará, Brasil.

Em seguida, Rafael Kill-Silveira, Luiz Fernando Rodrigues Cordeiro e Dionei José da Silva, no texto denominado “Polinizadores visitam o girassol durante

todo florescimento, aumentando a produtividade e uniformizando as sementes”, objetivam verificar o efeito da polinização biótica na cultura do girassol, associada ou não à adubação orgânica, e determinar em qual período de florescimento e qual horário do dia há maior abundância de visitantes florais, na tentativa de informar em qual momento é seguro o uso de substâncias nocivas aos polinizadores.

O artigo “Agricultura e produção do espaço urbano: reflexões para uma agenda de pesquisa”, de Ricardo Theophilo Folhes, Harley Silva, Raul Ventura Neto, Kevin Gabriel Leite da Silva, Círia Cristiane da Rosa e Aelton Dias Costa, traz resultados iniciais de uma revisão bibliográfica sobre Agricultura Urbana (AU), os quais podem vir a apoiar a elaboração de uma agenda de pesquisa nas regiões metropolitanas do Estado do Pará, Amazônia brasileira.

Encerramos esta terceira seção temática com o trabalho de Tayse Fernanda Amaral Silva, Roberta de Fátima Rodrigues Coelho e Romier da Paixão Sousa, intitulado “Indicadores de sustentabilidade: contribuições para construção de estratégias de desenvolvimento mais sustentável em agroecossistema de várzea”. Nele, os autores apresentam uma síntese dos principais indicadores de sustentabilidade utilizados em agroecossistema de várzea e refletem sobre os critérios empregados durante sua seleção, construção e resultados.

A edição traz também a entrevista “Do indigenismo empresarial à catástrofe bolsonarista: uma entrevista com o antropólogo Stephen Grant Baines”, de Leonardo Barros Soares e participação de Stephen Grant Baines, em que se busca evidenciar a trajetória profissional e pessoal do referido antropólogo e a apresentação de sua avaliação do atual momento da política indigenista no Brasil sob o governo de Jair Bolsonaro.

Por fim, tem-se a resenha de Felipe Lopes sobre o artigo “Economia ambiental, ecológica e marxista *versus* recursos naturais”, de José Edmilson de Souza Lima, publicado no ano de 2004, na Revista FAE Centro Universitário.

Com a diversidade de temáticas presente neste número da Revista Novos Cadernos NAEA, temos a convicção de tanto manter os diálogos interdisciplinares mediante a riqueza proporcionada pelas diferentes contribuições aqui arroladas, como também oferecer possibilidades de questões inéditas a serem vislumbradas em novas pesquisas.

Mirleide Chaar Bahia

Editora da Revista Novos Cadernos NAEA



Conflitos em espaços globalizados: uma leitura das resistências na Microrregião de Campos dos Goytacazes/RJ

Conflicts in globalized spaces: a reading of resistances in the micro-region of Campos dos Goytacazes/RJ

Érica Tereziinha Vieira de Almeida - Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora do Departamento de Serviço Social de Campos e do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: ericalmeida@uol.com.br

José Luis Vianna da Cruz - Doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas da Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: joseluisvianna@uol.com.br

Resumo

O artigo analisa dois conflitos na Microrregião de Campos dos Goytacazes, no Norte do estado do Rio de Janeiro, decorrentes dos impactos de Grandes Investimentos (GIs) e das resistências protagonizadas pelos atores afetados por dois GIs. O resultado das pesquisas dos autores está sustentado metodologicamente nas pesquisas bibliográfica, documental e hemerográfica. A escolha dos conflitos deve-se a suas vinculações com os GIs: diretas, como a expropriação de pequenos agricultores para a instalação de um megaporto, em São João da Barra; e indiretas, como a remoção dos moradores da maior favela de Campos dos Goytacazes, realizada pela prefeitura na condução do seu programa de habitação popular. O objetivo é identificar, num determinado território, as forças sociais e políticas que se articulam na implantação dos GIs, e como atuam, bem como as mediações que viabilizam as resistências dos grupos sociais afetados aos processos de subordinação dos espaços à dinâmica capitalista global.

Palavras-chave

Grandes Projetos. Conflitos. Resistências. Integração Internacional. Microrregião de Campos dos Goytacazes.

Abstract

The article analyzes two conflicts in the micro-region of the municipality of Campos dos Goytacazes, in northern Rio de Janeiro State, Brazil, arising from the impacts of Large Investments (LIs) and resistance by the actors affected by two LIs. The result of the authors' research is methodologically supported by bibliographical, documental, and hemerographic sources. The conflicts approached were picked regarding their links with the LIs, either directly, such as the expropriation of small farmers to install a mega-port, in the municipality of São João da Barra, Rio de Janeiro State, Brazil; or indirectly, as the removal of residents from the largest slum in Campos dos Goytacazes carried out by the City Hall as part of its popular housing program. The aim is to identify, in a given territory, the social and political forces articulated in the implementation of such LIs and the way they act, as well as the mediations that enable the resistance of the social groups affected to the processes of subordination of spaces to the global capitalist dynamics.

Keywords

Large Projects. Conflicts. Resistance. International Integration. Campos dos Goytacazes micro-region.

INTRODUÇÃO

A construção deste artigo teve como motivação principal a divulgação dos *achados* das pesquisas dos autores¹, ambas com foco na configuração socioespacial da Microrregião de Campos dos Goytacazes² (Figura 1), a partir da consolidação e expansão dos Grandes Projetos de Investimento (GIs), da Exploração e Produção (E&P) de petróleo e gás; e da implementação do Porto do Açú. Ao problematizar o processo recente de integração deste território na estratégia de inserção do Brasil na economia internacional, também sob a perspectiva dos conflitos, as pesquisas possibilitaram a construção da sua cartografia na Região, oferecendo elementos quanto à sua espacialidade, aos sujeitos envolvidos e aos interesses e motivações em disputa. Essa modernização mais contemporânea articula, de modo conflitivo, os elementos de duas dinâmicas: a dinâmica socioeconômica e político-cultural dessa Região, comandada historicamente pelas elites da agroindústria sucroalcooleira; e o novo regime de acumulação mundial, sob o comando da burguesia financeira mundial (CHESNAIS, 2003) e hegemonia neoliberal, com seus impactos socioespaciais.

A partir da segunda metade da década de 2000, diversos Grandes Investimentos³ vão aportar no País, particularmente em infraestrutura. Esses investimentos são viabilizados, em sua maior parte, por recursos federais, isoladamente ou em parcerias com o capital privado, uma vez que se inscrevem na estratégia de inserção do País na economia internacional. Cabe lembrar que o Brasil se tornou um dos maiores exportadores mundiais de produtos minerais e agroindustriais, acentuando, ainda mais, o processo de reprimarização da economia. O território foi tomado por grandes obras de infraestrutura, como ferrovias, rodovias, hidrelétricas e portos, viabilizando a expansão da fronteira da agropecuária e da mineração, em especial, bem como de outros negócios, em

¹ Érica T. V. Almeida: “Trabalho, Precarização e Resistência na periferia do capitalismo – a Região Norte Fluminense (NF) como cenário”, que teve como finalidade articular as lutas sociais e as resistências no NF ao contexto de integração da região à economia mundial, capitaneada pelos grandes investimentos (GIs), com apoio de Bolsas de Iniciação Científica da FAPERJ e do PIBIC; e José Luis V. Cruz: “O Norte, o Noroeste Fluminense, as Baixadas Litorâneas e o Complexo de Exploração e Produção de Petróleo e Gás: dinâmica socioeconômica, mercado de trabalho, desenvolvimento regional e gestão territorial”, com apoio da FAPERJ.

² A microrregião de Campos dos Goytacazes integra a Região Norte Fluminense. É formada pelos municípios de Campos dos Goytacazes – que dá nome à microrregião pela sua centralidade e relevância –, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana, São Fidélis e Cardoso Moreira. Esta microrregião, junto com a microrregião de Macaé, compõe a Região Norte Fluminense.

³ Os Grandes Investimentos são investimentos públicos e privados de grande porte, em termos de capital, da área e da importância, em valores absolutos e relativos, no segmento a que estão ligados, e da capacidade de impacto no ambiente natural e construído (VAINER, 2007).

direção às áreas de populações tradicionais. Este modelo de desenvolvimento, ancorado na exportação de *commodities*, favoreceu as práticas de destruição ambiental e a violência contra os povos tradicionais.

Figura 1 – Região Norte Fluminense, com destaque para os municípios que compõem a Microrregião de Campos dos Goytacazes



Fonte: Galdo (2014).

A implantação de novos portos no litoral do País, com o intuito de escoar as *commodities*, não deixou menos sequelas. Foram centenas de deslocamentos forçados de norte a sul, ilustrando o novo padrão de desenvolvimento e as similitudes quanto aos impactos sociais e ambientais produzidos nos territórios. Localizada na Mesorregião Norte Fluminense, no estado do Rio de Janeiro, a Microrregião de Campos dos Goytacazes (Figura 1) vem experimentando, há pouco mais de 40 anos, um processo de transformações radicais na sua dinâmica socioeconômica e político-cultural. Após séculos de destacada atividade de monocultura agroindustrial da cana-de-açúcar, iniciou-se, em 1978, na Região Norte Fluminense (NF), a produção de petróleo *offshore* na sua plataforma continental, denominada Bacia de Campos, em referência ao seu município-polo tradicional. No final dos anos 1990, a produção da Bacia de Campos alcançou 80% da produção nacional de petróleo.

Em 1997, foi sancionada a Lei nº 9.478, denominada Lei do Petróleo (BRASIL, 1997), que extinguiu o monopólio estatal da Petrobras na E&P de petróleo e gás e, em contrapartida, dobrou o percentual dos royalties, parcela

devida pelas empresas da produção por poço, e instituiu as Participações Especiais, que constituem um adicional sobre a produção dos poços mais rentáveis. Um pequeno número de municípios privilegiados passou a receber valores extremamente elevados, situando-os entre os municípios de maior orçamento per capita – em alguns casos, também em valores absolutos – do País (PIQUET; CRUZ; VILANI, 2013).

Paralelamente, em 2007, iniciou-se, no NF, a construção do Porto do Açú, um empreendimento privado, com apoio e subsídios públicos, no município de São João da Barra, na Microrregião de Campos dos Goytacazes⁴. Trata-se de um porto-indústria, com uma retroárea e uma área de Condomínio Industrial, constituindo um megaporto, para atender às demandas do comércio internacional de *commodities*, dado o porte dos navios que pode receber.

O fim do ciclo regional da agroindústria sucroalcooleira, a vigência do ciclo regional da indústria extrativa do petróleo e a adição do Complexo Portuário do Açú condicionam os impactos e as transformações territoriais, sociais, culturais, econômicas e políticas do espaço urbano-regional do NF e, especialmente, da Microrregião de Campos. Nesse processo, agravam-se antigos e novos conflitos conectados, direta e indiretamente, ao declínio do longo ciclo da monocultura da cana-de-açúcar e à emergência dos GIs aqui destacados — o Complexo de E&P de petróleo e Gás e o Complexo Portuário do Açú.

Embora as pesquisas que sustentam esta reflexão tenham como recorte territorial a Mesorregião Norte Fluminense, este artigo prioriza os municípios de São João da Barra e de Campos dos Goytacazes, doravante denominado Campos, abordando os conflitos envolvendo os camponeses expropriados pelo governo do estado do Rio de Janeiro, em favor do Porto do Açú, e aqueles relativos à remoção dos moradores da Favela da Margem da Linha, atendendo aos interesses do mercado imobiliário. A escolha dos municípios foi orientada pelos resultados de uma pesquisa hemerográfica sobre conflitos e mobilizações coletivas, realizada pelo *Jornal Folha da Manhã* entre 2000 e 2017⁵.

⁴ O Porto do Açú inicialmente fazia parte do conglomerado do empresário Eike Batista. Com a sua crise, em 2012, passou a ser controlado pelo fundo americano EIG Prumo Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, que controla a Prumo Logística, com 76% das ações da empresa, em associação com o Fundo de Investimento Mubadala de Abu Dhabi, que detém 24% dela (PORTOS E NAVIOS, 2019).

⁵ A pesquisa hemerográfica sobre conflitos e mobilizações coletivas nas Regiões Norte e Noroeste Fluminense fazia parte da pesquisa *Trabalho, Precarização e Resistência na periferia do capitalismo – a região Norte Fluminense (NF) como cenário*, que contou com bolsas de pesquisa de IC/FAPERJ e UFF/PIBIC. A escolha do *Jornal Folha da Manhã* (impresso e on-line) como fonte desta pesquisa se deu em função da sua cobertura e circulação regionais, da sua vigência durante todo o período da pesquisa sobre mobilizações coletivas – de 2000 a 2017 – e pelo fato de ele representar um importante espaço de publicização dos conflitos na Região investigada.

Para este artigo, além desse, foram utilizados outros veículos de comunicação como fonte de informação, assim como as produções bibliográficas, mormente as dissertações e teses que abordam tais conflitos. Os resultados desta pesquisa funcionaram como uma bússola, no sentido de orientar o aprofundamento, mediante pesquisa bibliográfica e documental, da análise sobre as relações entre esses dois conflitos e, portanto, da existência de uma ação coletiva organizada e articulada politicamente, em diferentes escalas, para fazer frente às ações dos GIs supracitados e seus impactos, especialmente aqueles relativos aos processos de expropriação violenta no campo e na cidade.

Como se articulam as forças sociais no território, para viabilizar as expropriações e desterritorializações necessárias aos GIs? Como se articulam os grupos sociais afetados pelos impactos negativos da implantação e operação dos GIs? Quais as escalas de articulação dos atores interessados na implantação dos GI e dos grupos afetados, na resistência aos impactos?

1 CONFLITOS E AÇÃO COLETIVA: A MICRORREGIÃO DE CAMPOS DOS GOYTACAZES EM DISPUTA

Conhecida historicamente pela monocultura da cana-de-açúcar e pela produção de açúcar e álcool, a Microrregião de Campos dos Goytacazes foi marcada pelo monopólio da ação política das elites regionais junto às instituições do Estado, o que produziu um território marcado por profundas desigualdades e pobreza e, ao mesmo tempo, por fortes vínculos clientelistas que sustentaram por décadas o “fechamento da região” por suas elites (CRUZ, 2003). A Região voltaria à cena nacional pela descoberta e exploração de petróleo e gás e pelo destaque dos seus municípios produtores, que tiveram seus orçamentos aumentados pelos royalties e participações especiais, quando passaram a ficar conhecidos como petrorrentistas⁶.

A partir da segunda metade dos anos de 1980, o agravamento da crise do setor sucroalcooleiro regional – com a concentração do segmento em São Paulo e no Centro-Sul – elevou, consideravelmente, os índices de desemprego na Microrregião, reforçados pelo aumento do desemprego em nível nacional, sob o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso e sua política de ajuste fiscal. Destaque-se que mesmo a potente indústria petrolífera não teve condições de minimizar os impactos da crise do emprego, haja vista a sua incapacidade de

⁶ Denominação dada aos municípios “produtores” de petróleo altamente dependentes das rendas recebidas, porém sem a presença de atividades produtivas da indústria da cadeia do petróleo (PIQUET; CRUZ; VILANI, 2013).

absorver aqueles a quem Cruz (2003) chamou de “deserdados da cana”. Este grupo subalterno continuaria integrado de modo precarizado e desprotegido socialmente em atividades informais e mal remuneradas.

Por outro lado, o crescimento dos orçamentos dos municípios produtores de petróleo contribuiu para que se tornassem altamente dependentes dos recursos oriundo dos royalties e participações especiais, além de reforçar a cultura política clientelista praticada pelos políticos locais, recriando a figura dos antigos coronéis – hoje representada pelo poder conferido aos prefeitos –, fazendo com que o poder político transitasse da porteira das fazendas e das usinas para a porta da prefeitura (CRUZ, 2003). Esta última adquire capacidade financeira e política para fazer intervenções na vida urbana e, em especial, no cotidiano das classes subalternas, seja com programas de moradia popular e de infraestrutura em geral, seja com programas de transferência de renda, subsídios na passagem e obras de saneamento, construção de hospitais, e outras obras de valorização do espaço urbano; e, ainda, para propor alianças importantes com o setor privado e com frações da burguesia local, em especial aquelas ligadas aos setores agropecuários e da construção civil, reatualizando o conservadorismo.

A natureza populista dos governos pós-1988, em especial em Campos, vai se expressar na condução de uma política clientelista, centralizadora e autoritária, demandando um sistema articulado de mediadores (cabos eleitorais, vereadores, representantes do partido nos bairros), com o papel de manter essa política. As práticas voltadas para eliminar qualquer experiência de autonomia e de organização popular combinam, quase sempre, cooptação e coerção, produzindo prejuízos incalculáveis do ponto de vista da criação de experiências comuns e de práticas políticas de oposição ao clientelismo. Santos (1998) afirma que o populismo emudece o cidadão e paralisa a ampliação da consciência possível, na medida em que oferece resposta apenas às necessidades imediatas, mas não propõe nenhuma mudança para além, reproduzindo um vínculo extremamente perverso entre governo e necessitados, em contextos de cidadania incompleta, parcial e limitada.

Mais recentemente, a nova dinâmica socioeconômica e seus impactos vêm reconfigurando o padrão de conflitividade na Microrregião, sobretudo nos municípios de Campos e de São João da Barra. Os conflitos sociais são parte da ordem social que constituem, nos oferecendo a possibilidade empírica de abordar as contradições sociais (RAMOS, 2003). Nesse sentido, tendo como referência os resultados de Almeida e Carvalho (2019), observa-se que os sujeitos políticos coletivos que protagonizaram as lutas sociais e as resistências são forjados a partir da relação dialética entre o passado e o presente, reforçando a centralidade do legado da escravidão, da superexploração do trabalho e do “fechamento da

região” pelas elites da agroindústria sucroalcooleira, assim como do legado das insurgências. Estas, mesmo minoritárias e incapazes de se constituírem em lutas contra-hegemônicas, vêm sendo reatualizadas pelos movimentos e coletivos negros em suas ações políticas contra a subalternidade no mundo do trabalho e na esfera pública.

Além disso, interessa destacar a hegemonia conquistada pelo neoliberalismo e sua legitimidade para impor as suas agendas econômica, cultural e jurídico-política. Ainda que em condições adversas, foram muitas as mobilizações coletivas, organizadas ou espontâneas, contrárias aos processos recentes de expropriação dos direitos sociais, em particular dos direitos do trabalho e ao trabalho, além das lutas pela reforma agrária protagonizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) – considerando o estoque de grandes extensões de terras ociosas, com o fim do ciclo da cana-de-açúcar em toda a Região Norte Fluminense (ALMEIDA; CARVALHO, 2019). Todavia, em função do pouco espaço deste artigo, serão priorizadas as resistências relacionadas às expropriações vinculadas aos GIs aqui tratados.

1.1 O PORTO E AS EXPROPRIAÇÕES

Um conflito típico da integração subordinada do Brasil no capitalismo globalizado e das estratégias de incorporações de novos ativos pela força do grande capital internacional (HARVEY, 2013) tem início com a instalação do Porto do Açú no município de São João da Barra, mais precisamente no seu 5º Distrito. Este processo, que, segundo Costa (2018), resultou na expropriação de uma área de 7.036 ha pertencentes a 1.500 famílias de pequenos agricultores, tem início com o Decreto de desapropriação nº 41.584, de 2008⁷, assinado pelo então governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, em favor da Companhia de Desenvolvimento Industrial do estado do Rio de Janeiro (Codin/RJ). Esta, em seguida, cederia a área dos agricultores à empresa controladora do projeto do Complexo Industrial-Portuário do Açú (ainda de propriedade da LLX de Eike Batista), hoje Prumo Logística Global, não deixando dúvidas sobre o papel do governo nesta *parceria*.

⁷ O Decreto Estadual nº 41.584, de dezembro de 2008, declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, as terras na localidade do 5º Distrito de São João da Barra, para implantação do Distrito Industrial. Em junho de 2009, o Decreto nº 41.195 declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, novos imóveis dessa localidade. Logo depois, em agosto de 2009, o Decreto Estadual nº 41.998 alterou o Decreto nº 41.584, suprimindo algumas áreas, no que se refere ao Distrito Industrial. Importante destacar que, em um primeiro momento, os decretos transferem apenas a posse dos imóveis à Codin/RJ; a propriedade desses imóveis da Codin/RJ para a Empresa seria transferida apenas após o término das desapropriações.

A expropriação das terras dos pequenos agricultores do Açu confirma o sentido dado por Harvey (2013) ao processo de acumulação por despossessão, em especial, no que se refere ao uso da violência. Segundo Costa (2018), foram inúmeras as atitudes de violação de direitos no processo de desapropriação dos camponeses do 5º Distrito, com a ocorrência, quase cotidiana, de intimidações, coações e violências tanto por parte de pessoas ligadas ao Porto quanto daquelas vinculadas às instituições estaduais, como à Polícia Militar e à Codin/RJ.

Reginaldo lembrou outros tristes episódios consequentes da desapropriação, como colegas trabalhadores que morreram, entraram em depressão ou desenvolveram doenças graves, segundo ele ocasionadas pelo *desgosto*. O filho dele, de 4 anos, também tomou trauma de polícia depois de ver o pai ser levado à delegacia, ao tentar salvar um boi atolado em uma terra desapropriada. Fui preso porque tentei salvar uma vida e não tenho a menor vergonha disso (MARQUES, 2017a, não paginado).

Eles jogaram o gado em qualquer canto, destruíram toda a plantação, cercaram os 10 alqueires, abriram um valão em volta e proibiram a nossa entrada. Até hoje existem vigias no local, embora a terra esteja totalmente ociosa, contou. Segundo Adeilson, o que aconteceu em São João da Barra vai contra todas as ações de meio ambiente e direitos humanos. Falam tanto em preservação ambiental, mas secaram a Lagoa de Iquipari, mataram peixes, destruíram o lençol freático e esmagaram o povo (MARQUES, 2017a, não paginado).

A experiência de Juarez Alves da Silva não foi diferente:

Em 1988 eu comprei, legalmente e com muito esforço, dois alqueires de terra, onde construí minha casa e iniciei uma farta plantação de maxixe, quiabo e eucalipto para garantir a renda da família. De um dia para o outro, às 6h da manhã, bateram na minha porta, tomaram a casa com todos os móveis dentro, inclusive um dinheiro que eu tinha guardado; levaram meu carro; meu motor de irrigação; soltaram meu gado e, após sete minutos de resistência, me prenderam e me condenaram por desacato à autoridade (MARQUES, 2017b, não paginado).

Além de marcado pelas violações de direitos, o processo de expropriação implementado pelo Porto do Açu, em parceria com a Codin/RJ, expõe a presença do Estado, desde a origem do projeto até depois, na garantia da sua implementação, seja permitindo o não pagamento das indenizações ou o seu pagamento irrisório⁸, seja operando na repressão e na intimidação dos agricultores

⁸ Segundo o advogado Antônio Maurício Costa, autor de uma ação popular contra o governo do Estado, a LLX e a Prumo Logística Global, o ex-bilionário Eike Batista e o ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, deram um prejuízo de mais de R\$ 2 bilhões nas desapropriações no 5º Distrito de São João da Barra. De acordo com o advogado, a origem desse prejuízo é que Batista, junto ao governo do Estado, não teria pagado as indenizações de acordo com a avaliação dos peritos judiciais. Isto é, o metro quadrado das

pelo intermédio das suas instituições, particularmente a polícia militar. Segundo o presidente da Associação de Proprietários de Imóveis e Moradores do Açu (ASPRIN), Campo da Praia, Pipeiras, Barcelos e Cajueiro, “mais de 70% dos produtores desapropriados também não receberam as indenizações prometidas” (MARQUES, 2017a, não paginado).

Sobre o grupo de 16 agricultores reassentados na Fazenda Palacete⁹, uma área do Grupo Othon, ainda em litígio, o presidente da ASPRIN afirma que:

Esses que foram indenizados não receberam a documentação das terras entregues e que ainda pertencem aos herdeiros do Grupo Othon. Essas terras entregues aos produtores foram arrendadas na Justiça do Trabalho em acordo entre o Grupo X e o Othon, mas o processo não foi finalizado”, explicou. Ao todo, segundo o mesmo, foram 477 propriedades e 1408 lotes de terreno da praia desapropriados a partir do dia 31 de dezembro de 2008, quando a prefeita Carla Machado assinou o decreto que autorizou a tomada das terras em São João da Barra (MARQUES, 2017a, não paginado)¹⁰.

Além de não ter havido procedimento administrativo da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, como prevê a lei, essa foi uma desapropriação forçada, de forma desumana e sem direito à negociação livre. Os produtores foram retirados das suas terras como se fossem criminosos e a assistência que prometeram não foi dada. [...] Com isso, muitos produtores foram obrigados a pedir abrigo nas casas de familiares, onde permanecem até hoje; foram para outras terras em municípios vizinhos; ou arrendaram outras propriedades para continuar produzindo (MARQUES, 2017a, não paginado).

A prisão do ex-governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (MDB), em novembro de 2016, em virtude dos desdobramentos da Operação Lava Jato, acabou contribuindo para esclarecer as irregularidades no processo de desapropriação das terras dos agricultores. Em depoimento ao Ministério Público Federal (MPF) em 2017, Cabral confessou que o governo recebeu U\$ 16 milhões de Eike Batista durante a campanha eleitoral, para desapropriar mais de 7 mil

terras foi avaliado em aproximadamente R\$ 25/R\$ 30, mas a quantia paga teria sido de cerca de R\$ 0,25/m². Isso significa que o empresário deveria pagar muito mais do que os R\$ 37 milhões previstos no contrato pelos 75 km² desapropriados — embora só tenham sido quitados R\$ 5 milhões desse valor (MARQUES, 2017b).

⁹ A antiga fazenda Palacete, agora Vila da Terra, foi criada como espaço para o reassentamento compulsório dos agricultores e pescadores. Conta com 34 casas com uma pequena área de 2 ha no seu entorno. Além de não garantir a estrutura necessária para a produção agrícola, os reassentados foram orientados a não iniciarem suas culturas, em especial as culturas permanentes, já que as terras estão em litígio (COSTA, 2018, p. 44).

¹⁰ O presidente da ASPRIN refere-se à Lei Municipal 115/2008, assinada pela prefeita Carla Machado. Segundo Costa (2018), essa lei revisou a Lei Municipal 050/2006, que dispõe sobre o Plano Diretor Municipal de São João da Barra e estabelece o zoneamento do seu território, radicalizando as condições e possibilidades de sua ocupação ao converter quase 50% de sua área rural para o uso industrial.

hectares de terras no 5º Distrito de São João da Barra. Se muitos já desconfiavam dessa “troca de favores” entre o governador e a empresa LLX, o depoimento foi crucial, não só porque corrobora os argumentos dos camponeses sobre as irregularidades do processo, mas porque coloca em questão a função do Decreto de desapropriação, já que, segundo Barcelos, “apenas 10% da área está sendo ocupada, deixando 90% dela ociosa” (TAVARES, 2017, não paginado).

Passados 10 anos, as denúncias de corrupção – associadas ao fato de que 90% das terras desapropriadas ainda não tiveram utilidade para o Distrito Industrial, servindo como fonte de renda para a Prumo Global, via aluguel, como garantia futura para as empresas de apoio *offshore* – deram fôlego ao movimento de resistência dos camponeses, que organizaram um acampamento de 100 dias em suas antigas terras, para chamar atenção da sociedade e de outras instâncias do Estado (TAVARES, 2017)¹¹. Em junho de 2017, os camponeses do Açú conseguiram uma primeira audiência pública na Assembleia do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), com a participação de diversas instituições, entre elas a Defensoria Pública. Em sua participação, *as defensoras públicas* afirmaram que “dos 229 agricultores alvos de processos de desapropriação [...], menos de 5% receberam o valor total. Além deles, um grupo de menos de 10% obteve 80% da quantia à qual têm direito” (AÇU..., 2017, não paginado).

Segundo Moraes (2013, não paginado):

[...] é possível deduzir que a incorporação imobiliária, fora o projeto da Cidade X, se transformou num dos mais importantes itens de faturamento do grupo EBX, superior até a algumas atividades industriais e de logística que arrastam estas demais atividades projetadas para o Complexo do Açú¹².

A área do Complexo Portuário do Açú – compreendendo o porto, a retroárea, o Distrito Industrial, a Vila da Terra e a reserva ambiental – totaliza cerca de 40% da área total do município. O último Plano Diretor, datado de

¹¹ De acordo com Moraes, se for considerada a diferença entre o valor pago (ou a ser pago) pelas indenizações e aquele recebido pela Empresa LLX (atualmente Prumo Global) pelos aluguéis às empresas já interessadas em se instalar no Distrito industrial, em 2012, esse valor poderia atingir até R\$ 150 milhões por ano ou até R\$ 3 bilhões em 20 anos (MORAES, 2013).

¹² Roberto Moraes chama atenção para a discrepância entre os valores propostos pela Empresa para as indenizações – de R\$ 1,90 o m² – e aqueles recebidos a título de aluguel – R\$6,00 o m² (MORAES, 2012). Em matéria mais recente, intitulada “Primeira sentença da justiça sobre as desapropriações das terras do Açú confirma decreto, mas obriga a Codin a corrigir as indenizações aos agricultores para R\$ 37, o m²”, Moraes (2019) enfatiza a alteração dos valores indenizatórios, que, só nesta ação, saltou para R\$ 19,7 milhões, considerando o valor da terra e os juros e correção. Continuando, Moraes afirma que, considerando as centenas de processos contra a Empresa, estima-se que as indenizações podem chegar aos R\$ 4 bilhões.

2018, destina áreas contíguas ao perímetro do porto para usos que devem servir a interesses de ampliação do Complexo, funcionando como “reserva” estratégica legal (ASSAD, 2019).

O projeto de desapropriação foi questionado desde a primeira hora por parte dos camponeses organizados em sua Associação (ASPRIN). Em um primeiro movimento, a partir de uma ampla aliança e articulação política – em níveis local, nacional e internacional – enfatizando as violações praticadas contra os agricultores, acrescidas das denúncias de corrupção e de crime ambiental, a ASPRIN e seus aliados¹³ apresentaram denúncias nas mídias tradicional e alternativa, e, na esfera da Justiça (estadual e federal), contra a Codin e a empresa. Observa-se que as ações da ASPRIN tinham duas direções: uma primeira, que denunciava a ausência e/ou as baixíssimas indenizações e demandavam uma ação da justiça com relação à alteração dos valores do m² desapropriado; e uma outra, que reivindicava o cancelamento do Decreto de desapropriação e a devolução imediata das terras aos agricultores.

Merece destaque a narrativa dos camponeses e seus parceiros no que se refere aos conflitos trazidos pelo Porto do Açu, anunciado como a redenção da Região Norte Fluminense, seja pela grande mídia nacional e pelas mídias locais; pelos grupos políticos, do governo e da oposição; setores empresariais e do comércio; sindicatos de trabalhadores; seja por pesquisadores vinculados às universidades e centros de pesquisa, demonstrando a hegemonia do discurso sobre a relevância do Porto para a “geração de empregos” e para o “desenvolvimento regional”, dois clichês do discurso neoliberal.

Ao perderem seu meio de vida e de reprodução social – a terra –, uma parcela significativa dos agricultores e pescadores foi empurrada para o assalariamento, quase sempre em atividades informais e desprotegidas. No caso daqueles com idade mais avançada, restaram os programas da Assistência Social, em especial os Programas de Transferência de Renda, situação que evitaram durante toda uma vida ligada à agricultura familiar (COSTA, 2018). Cabe, aqui, uma breve reflexão sobre a relação entre expropriação e assistência social no País, já que esta não é a primeira e nem a única vez em que a Assistência Social Pública é apresentada

¹³ Costa (2018) destaca o amplo arco de alianças em defesa deles, entre elas, a parceria com movimentos e organizações sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), a Pastoral da Terra, a Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), a Associação dos Juizes pela Democracia (AJD), as Igrejas, a Justiça Global, os professores das universidades públicas, o IFF/Campos, vereadores, deputados e sindicatos. Faz, ainda, uma ressalva especial com relação ao I e II Encontro das Resistências, realizados com os vitimados do Porto do Açu, em Conceição de Mato Dentro (MG) e em São João da Barra (RJ), respectivamente, as duas pontas de um mineroduto de mais de 500 km que desemboca no Porto do Açu.

como *saída* para as sequelas mais imediatas da expropriação dos meios de vida. A pesquisa hemerográfica apontou situações bastante semelhantes sobre o papel de acomodação dos conflitos por parte dos programas de Assistência Social.

Os dados sobre a dinâmica do mercado de trabalho no município de São João Barra, no período de 2007 a 2017 (PEREIRA, 2018) — período de implementação e início das atividades do Porto do Açú — demonstram que nem as justificativas, nem as expectativas com relação à geração de empregos foram confirmadas. A partir de 2014, período de início das operações do Porto, houve queda nas contratações do município, o que pode indicar que tal atividade não gerou o número de empregos permanentes anunciados. Segundo informações dos representantes do Porto do Açú, a ocupação atual é de 4 mil trabalhadores (AUDIÊNCIA PÚBLICA..., 2019) no Complexo Portuário. É preciso chamar atenção, no entanto, para a desestruturação das atividades tradicionais ligadas à pequena agricultura, à pequena criação e à produção leiteira, com a expropriação dos pequenos agricultores do 5º Distrito de São João da Barra.

1.2 A RESISTÊNCIA DOS MORADORES DA MARGEM DA LINHA ÀS REMOÇÕES DO PROGRAMA “MORAR FELIZ”

Em Campos, merece destaque o protagonismo dos moradores da Favela da Margem da Linha e sua resistência ao processo de remoção forçada realizado pela prefeitura, na implementação do seu programa de habitação popular, de 2009 a 2016. Cabe salientar que, em função das novas expectativas criadas pelo Complexo E&P de petróleo e gás com a descoberta do pré-sal e pela instalação do megaporto do Açú, o município de Campos – pelo seu porte territorial, demográfico e logístico, pela sua infraestrutura e por consistir em um importante polo regional de comércio e serviços – reforçou a posição privilegiada com relação aos demais como local de residência, considerando os novos empregos criados pelos GIs instalados no NF. Essa expectativa de negócios em torno da moradia para os trabalhadores do Porto do Açú gerou uma euforia no mercado, transformando a cidade de Campos em um disputadíssimo objeto da especulação imobiliária por parte das grandes incorporadoras nacionais. Aliado a isso, a crise da agroindústria disponibilizou um imenso estoque de terras ociosas, que poderia vir a ser incorporado à agenda de ocupações do MST num futuro próximo¹⁴.

¹⁴ O período entre 1996-2006 foi de intensos conflitos pela terra na Região Norte Fluminense e na Microrregião de Campos, com a ocupação de terras improdutivas das usinas, protagonizada pelo MST, num primeiro momento e, depois, pela Federação Estadual dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG). Atualmente, o NF conta com 17 assentamentos, sendo 11 no município de Campos, correspondendo a 65% do total. A área total dos assentamentos da região é de 23.982 ha, com 57% desse total em Campos, ou seja, 13.607 ha.

Assim, aproveitando-se de uma conjuntura econômica de liquidez dos fundos de investimentos, em especial os imobiliários; de apoio político à construção civil e à expansão urbana como estratégias de criação de emprego; e, por fim, da disseminação da lógica de autoss segregação entre os segmentos de maior renda como forma de enfrentamento da violência urbana, a cidade transformou-se em um imenso canteiro de obras: de um lado, as grandes incorporadoras com seus condomínios fechados; e, do outro, os conjuntos populares dos programas Minha Casa Minha Vida (MCMV) e Morar Feliz (MF)¹⁵.

Mesmo no contexto de implementação do programa MCMV, o município de Campos dos Goytacazes optou por um programa próprio de habitação popular, o Morar Feliz (Decreto Municipal nº 55/2011), prometendo construir 10 mil moradias no período de 2009 a 2016, considerando o déficit local de 11.511 unidades em 2005, segundo a Fundação João Pinheiro. De acordo com o Programa, os critérios para concessão das casas populares são que os beneficiários sejam ocupantes de moradias irregulares em áreas de risco (definidos pela Defesa Civil); vulneráveis socialmente; e oriundos do Programa SOS Habitação. Orçado em R\$357 milhões, só na primeira fase, a escolha por manter um programa habitacional com recursos próprios daria à municipalidade certa liberdade na direção de seu funcionamento.

Segundo Manhães e Arruda (2017, p. 10), “verificou-se uma rápida expansão urbana em direção a estas terras (das Usinas), abrindo margem para a especulação imobiliária, acarretando uma grande valorização e a transformação de antigas áreas rurais em ‘áreas urbanas’”. Entre 1981 e 2014, foram construídos 32 condomínios horizontais fechados em Campos dos Goytacazes (MANHÃES; ARRUDA, 2017), entre outros empreendimentos, como a construção de hotéis de bandeira internacional, de estabelecimentos de atacado e varejo de megaempresas nacionais e internacionais, e de centros de logística de armazenagem e distribuição de mercadorias, que respondem pelas mudanças no uso do solo urbano, favorecendo a concentração fundiária e a especulação. Além da especulação imobiliária e da privatização do espaço público, os condomínios horizontais vêm provocando a ressignificação das áreas periféricas tradicionalmente habitadas pelas frações mais empobrecidas da classe que vive do trabalho, empurrando essa classe em direção *às periferias das periferias*.

Ao responder positivamente às pressões do mercado imobiliário sob a pretensão de eliminar as situações de “risco social”, o poder público municipal

¹⁵ Os projetos do MCMV devem seguir toda uma normativa de acompanhamento social por meio dos Cadernos de Orientação do Trabalho Técnico Federal (COTS) e das diversas instruções determinadas pelo Ministério das Cidades, mas desconsideradas na implementação do Morar Feliz (AZEVEDO; TIMÓTEO; ARRUDA, 2013).

realizou inúmeras remoções urbanas. Essas intervenções deixam claro um novo poder local, ou melhor, uma nova coalisão de classe na cidade de Campos, integrando as frações da burguesia vinculadas ao mercado imobiliário (incorporadoras, grandes construtoras, bancos e fundos de imobiliários) e aquelas representantes do setor agropecuário, em especial as famílias dos antigos usineiros/grandes proprietários de terra, mediadas pela ação do Executivo municipal e suas alianças político-eleitorais.

Segundo Chesnais (2003) e Harvey (2013), no novo regime de acumulação, de acumulação por espoliação, o sistema de crédito e o capital financeiro desempenham um papel relevante, comandando o processo de valorização sustentado na superexploração da força de trabalho e na transferência direta de grandes parcelas da produção para a esfera da especulação. Assim, o processo de acumulação por despossessão caminha, lado a lado, com o avanço da espoliação dos meios de vida, bem como com a mercantilização dos direitos e com a progressiva privatização das cidades.

Segundo Rolnik (2016), esse processo de valorização, que vem se apropriando das cidades, tem transformado as políticas de habitação em um setor econômico, mais do que em uma política social. Ainda segundo essa autora, o mais grave não é o acesso à habitação via crédito, mas a expansão do mercado na direção dos mais pobres, metamorfoseando em mercadoria e ativo financeiro algo historicamente definido como política social.

Durante o período de 2009-2016, a prefeita Rosinha Garotinho construiu 14 conjuntos habitacionais do Morar Feliz e entregou mais de 6.500 casas, sendo 5.426 apenas no primeiro mandato. Estima-se que, aproximadamente, mais de 20 mil pessoas tenham se deslocado dos seus lugares de origem para residir em outros bairros – muitas vezes em locais distantes, sem infraestrutura e sem segurança –, o que ocasionou, para além do próprio ato da remoção, prejuízos e danos de ordem material e emocional gravíssimos.

Mendes, Gomes e Siqueira (2014) destacam a ausência e/ou insuficiência dos equipamentos coletivos para atender os novos moradores. Nesta mesma direção, Santos (1998) chama a atenção para as periferias desérticas de bens e serviços coletivos e para a brutalidade do processo de urbanização sem direitos, negando o acesso dos mais pobres ao que ele chama de *direito ao entorno*. Ganha-se a casa, mas não o direito à moradia. As manifestações coletivas, registradas pela pesquisa hemerográfica, denunciam a falta de vagas nas creches, nas

escolas, nos postos de saúde, no transporte público, demonstrando a ausência de planejamento com a participação popular na condução do programa local de habitação popular, fortemente marcado pelo clientelismo¹⁶.

Além de remoções de inúmeras favelas, o MF também promoveu a concessão das “casinhas” – como foram popularmente nomeadas – às famílias que recebiam o benefício socioassistencial do aluguel social e àquelas de diversas localidades do município, consideradas em “situação de risco”. “O termo ‘área de risco’ vem em substituição à expressão ‘área carente’ [...]; por meio de uma fala técnica, constrói-se uma cartografia do risco, como se a inserção de moradias em solos propensos a tais eventos fosse um risco autoimposto à vida” (VALÊNCIO, 2009, p. 35 apud MENDES; GOMES; SIQUEIRA, 2014, p. 43). Ainda segundo Valêncio, corrobora-se, com isso, a prática de remoções compulsórias, obscurecendo a dimensão política do processo em que o poder público municipal opta por uma determinada interpretação espacial da realidade local. Atualmente, o termo área de risco vem sendo usado também para designar as áreas mais expostas à violência urbana.

Findado o primeiro governo, a prefeita foi reeleita, em primeiro turno, com 70% dos votos válidos, confirmando a sua intenção de seguir com o programa MF, um dos seus principais cabos eleitorais. Porém, o segundo mandato, iniciado em 2013, seria marcado por dois fatores: o primeiro, a crise de 2012, cujos impactos na economia brasileira ameaçaram os programas sociais, sobretudo a partir de 2014; o segundo diz respeito às sequelas da primeira fase do MF, em especial ao deslocamento de populações residentes em áreas sob o comando de facções rivais para os mesmos conjuntos habitacionais. Longe de qualquer registro estigmatizador, a intenção é a de chamar atenção, mais uma vez, para a ausência de participação popular no MF e para o modo irresponsável como foram tratados os conflitos relacionados às disputas entre as facções pelo controle do mercado “de varejo” de drogas.

Os conflitos entre facções rivais, muitos deles armados, alteraram a sociabilidade cotidiana nos conjuntos do MF, construindo no imaginário popular uma associação entre o MF, violência e homicídios, o que contribuiu para aprofundar o processo de fragmentação social e de hierarquização, ambos fundados num profundo sentimento de estigmatização com relação ao *outro*, o da “casinha” (MOTA; MAMANI, 2012). Essa violência tornou-se o principal motivo

¹⁶ Mais tarde, o casal Garotinho e Rosinha seria denunciado por corrupção, tanto no caso do Programa Cheque – Cidadão, como no do Programa Morar Feliz (PMF). Este último integraria uma parte da Lava Jato, envolvendo a participação em propina por parte da construtora Odebrecht, responsável pelo PMF em Campos dos Goytacazes no governo Rosinha Garotinho (GAROTINHO..., 2019).

das pessoas deixarem ou desejarem deixar o MF, principalmente nos conjuntos onde há enfrentamento entre facções rivais, o que fez aumentar o comércio (não oficial) das “casinhas”. Além desse “troca-troca”, há também a apropriação das “casinhas” pelo tráfico de drogas, geralmente daquelas pertencentes às pessoas oriundas de comunidades “dominadas” por facções rivais ou as que não aceitam a sua autoridade no território.

Observa-se que, até 2014, a moradia não aparecia como objeto das manifestações coletivas em nenhum município da Microrregião (CARVALHO; ALMEIDA, 2020). Uma hipótese seria o movimento de antecipação, realizado por parte dos governos populistas. Segundo Oliveira e Pedlowski (2012), o aumento do orçamento municipal – pelas transferências dos royalties e participações especiais – vai possibilitar ao governo local incorporar, na sua agenda política, um conjunto de intervenções na área social, com destaque para os programas de transferência de renda e de habitação popular¹⁷.

No que se refere à Favela da Margem da Linha, cabe registrar que ela foi a maior favela de Campos. Situada à margem esquerda da BR-101 (direção Rio-Campos) e entre esta e o leito da ferrovia, sua origem remonta a 1968, período caracterizado pela intensificação do processo de expropriação dos trabalhadores do campo, iniciado nos anos de 1950, e que se intensificou nas décadas seguintes, com as mudanças nas relações de trabalho. Nesse sentido, os relatos dos moradores da Margem da Linha sobre a ocupação do seu território coincidem com o contexto de expropriação do campo e da ocupação das áreas públicas – neste caso, as margens da linha da Rede Ferroviária Federal – por parte dos trabalhadores rurais das antigas Usinas do Queimado e Cupim, cujas sedes se situavam nas duas pontas da favela. Segundo os estudos de Pires (2005, p. 34), a Favela Margem da Linha “é considerada linear, estendendo-se ao longo de mais de 7 km, que vai do limite do Parque S. Caetano, passando pela Tapera, até os limites da Usina Cupim, próximo ao subdistrito de Ururá”.

¹⁷ Importante registrar que, durante o período em que Garotinho foi governador do estado do Rio de Janeiro, foram mantidas parcerias entre o município de Campos e a Companhia Estadual de Habitação do Estado do Rio de Janeiro (CEHAB-RJ), que resultaram na construção de 700 unidades habitacionais através do Programa de Moradia a R\$ 1,00. A partir da construção do conjunto da Chatuba, o governo municipal tomou para si a responsabilidade de executar, com recursos próprios, um ambicioso programa habitacional. A questão habitacional passou a ser o foco das políticas de assistência social em Campos, canalizando aproximadamente um montante anual de R\$ 20 milhões. O Programa Municipal de Habitação executado pela PMCG diferencia-se das experiências realizadas até a década de 1980, por não utilizar a capacidade de endividamento das famílias como um critério determinante na escolha dos potenciais beneficiários. As habitações são entregues gratuitamente aos beneficiários em regime de comodato (OLIVEIRA; PEDLOWSKI, 2012).

Ainda de acordo com Pires (2005), a Favela Margem da Linha dividia-se em três áreas, com características particulares: A (dos limites do Parque São Caetano à BR 101–Avenida Silvio Bastos Tavares); B (da Avenida Silvio Bastos Tavares até a Tapera); e C (que margeia a BR 101, indo até os limites da Usina Cupim).

A remoção da Favela da Margem da Linha em toda a sua extensão não se deu no mesmo momento. Em 2012, o governo priorizou a remoção das áreas B e C, áreas mais distantes do Centro, talvez pela sua situação de precarização, do risco em virtude da sua proximidade com a BR-101 e, também, em função da aceitação da remoção por parte dos seus moradores, deixando a parte A, mais central, para o ano de 2014. De acordo com a pesquisa hemerográfica (2000-2017), não houve nenhum registro de protesto dos moradores dessas áreas por conta da remoção para o conjunto do MF Tapera 1 em 2012.

Segundo Mothé (2011), referindo-se aos moradores das áreas B e C da Margem da Linha, a proximidade espacial com a Tapera (área para onde os moradores seriam transferidos) fazia com que a maior parte dos moradores (60%) já se considerasse parte do bairro para onde estavam sendo removidos. Além do mais, a remoção possibilitou que os moradores continuassem juntos.

Tais motivos, e mais as condições precárias das moradias e do entorno, favoreceram a remoção, o que não ocorreu com os moradores da parte A da Margem da Linha. Mothé (2011) sugere que a extensão da favela e sua linearidade acabaram promovendo realidades e experiências bastante distintas entre a parte A (mais central) e as partes B e C (já mais distante do Centro), o que pode explicar as diferentes reações quanto às remoções do MF. Ao contrário das partes B e C, a parte A da Favela da Margem da Linha está mais próxima do Centro e, portanto, do comércio, dos equipamentos públicos coletivos, do mercado de trabalho, não necessitando do transporte público para sua mobilidade, aspectos fundamentais para a classe trabalhadora e dos quais os moradores não queriam abrir mão.

Segundo pesquisa realizada por Mendes, Gomes e Siqueira (2014), 33,3% desses moradores nasceram e cresceram na Margem da Linha, e 55% mudaram-se para a comunidade a fim de morar com/ou próximo a seus familiares. E mais, 54,9% dos entrevistados residiam no local há mais de 20 anos, a maioria em casas construídas em regime de autoconstrução.

Em setembro de 2012, a prefeitura deu início ao processo de marcação das casas a serem demolidas e ao registro das famílias que seriam transferidas para o MF de Ururá II. Ao todo, foram marcadas 750 moradias, todas consideradas em “situação de risco” pela Defesa Civil. De acordo com uma pessoa entrevistada por Carvalho e Almeida (2020):

A prefeitura veio e nem perguntou se a gente queria sair, eles praticamente impuseram que a gente saísse, ou saía ou ficaria sem casa, ou vai para aonde a gente colocar vocês, porque aqui tudo vai ser demolido. A gente não teve mais nada como aceitar ou não. Foi um processo louco e doído, porque se era para tirar, tinham que tirar todos. A gente foi na prefeitura, fizemos paralisação, uma manifestação. Eles tinham que nos colocar para viver com qualidade de vida, sem precisar remover, porque aqui não oferece risco. Aqui não tem risco para ninguém. Alegaram risco do trem, mas nós vivemos a vida toda com trem, eram tantas conversas fiadas [...]. Segundo relatos, foi por causa dos condomínios, porque as pessoas não querem pagar o valor do IPTU, porque está perto de uma comunidade e acham que perdem valor (CARVALHO; ALMEIDA, 2020, p. 9).

Sem diálogo com os moradores, no final de novembro de 2014, o governo deu início ao processo com a transferência das famílias para o MF Ururá II, quando se verificou que não havia casas suficientes no novo conjunto do MF para todas as famílias. Sem lugar para ficarem, já que suas moradias haviam sido demolidas, a prefeitura concedeu o benefício do aluguel social para essas famílias, que, depois, foram transferidas para outro conjunto do MF, o Tapera II. Além de expressar a irresponsabilidade dos gestores, esse fato chama atenção também para o descaso para com a população.

Fica claro para os moradores a falta de intenção do governo de manter a comunidade no mesmo conjunto do MF, sem contar que o MF Tapera II, além de distante, ficava no “meio do nada”. Isso contribuiu para dar fôlego à resistência dos moradores, aumentando o grupo daqueles que queriam permanecer na Margem da Linha. Impiedoso, o governo retaliou os que permaneceram resistindo, deixando-os entre os escombros e sem energia elétrica após a remoção parcial da comunidade. Este processo fortaleceu a organização da comunidade, que, junto com a Defensoria Pública, entrou com uma representação na Justiça Estadual, reivindicando o direito dos moradores de permanecerem no seu território, lugar que ocupavam há mais de 50 anos, questionando o diagnóstico da Defesa Civil, de “situação de risco”, e o processo de remoção sem a participação dos moradores e sem a garantia de que os moradores ficariam no mesmo conjunto; direito que foi concedido após sentença judicial favorável.

Mendes, Gomes e Siqueira (2014) ressaltam que os moradores aceitariam a remoção desde que fosse confirmada a impossibilidade de realização de melhorias na própria comunidade; que toda a comunidade fosse removida para o mesmo local; e que este fosse próximo à Favela Margem da Linha. Para uma entrevistada abordada por Mendes, Gomes e Siqueira (2014, p. 52), “a prefeitura poderia pegar o dinheiro do Morar Feliz e arrumar a Margem da Linha. Arrumar as

nossas casas aqui mesmo”. Se, de um lado, a remoção arrancava as raízes criadas ao longo da vida, dificultava as oportunidades de trabalho – pela proximidade do local – e impedia a continuidade das sociabilidades construídas com a vizinhança e as instituições, de outro, ela representava a realização do sonho da casa própria, em situação menos precária do que a existente.

Do ponto de vista da especulação imobiliária, a localização da parte A da Favela da Margem da Linha representava a desvalorização das suas “mercadorias” e, por conseguinte, dos seus investimentos. Daí a rejeição a qualquer ação de melhoria na sua infraestrutura ou de remoção para uma área próxima, como queriam os seus moradores. Entre os inúmeros investimentos privados na vizinhança da favela, destacam-se o Boulevard Shopping, a implantação de duas torres de edifícios com mais de dez andares, um hotel de rede internacional e cinco condomínios horizontais fechados, até 2014, o que contribuiu para acelerar o processo de ocupação e de valorização daquele território e para estigmatizar a Margem da Linha como obstáculo a uma maior valorização. Entre 2009 e 2011, houve uma valorização fundiária de cerca de 70% no Parque dos Rodoviários, bairro onde estão localizados o Boulevard Shopping e a Favela Margem da Linha. Além disso, apesar de grandes vazios urbanos no entorno do empreendimento (terras de propriedade da antiga Usina do Queimado), não se encontram ofertas expressivas de terrenos, o que evidencia a sua concentração nas mãos de grandes investidores para lançamentos imobiliários futuros (FARIA; GOMES, 2012).

Segundo uma moradora:

No início, a gente nem sabia sobre a remoção. Ficamos sabendo por acaso que a comunidade seria removida. Uma pessoa ouviu uma conversa que seríamos removidos. Ficamos dialogando com pessoal do governo, falaram que não sairíamos dessa maneira. Quando a gente menos esperou, marcaram a pedra fundamental em Ururai, do Morar Feliz, daí falamos o quê? E eles vieram aqui (o poder público) e falaram que quem não fosse iria ficar sem casa, e as pessoas foram ficando com medo. Começamos a fazer o movimento social na comunidade, para poder falar o que acontecia. Veio o pessoal da UFF, IFF (arquitetura) e UENF, e nos deu apoio. Fizemos audiência pública no IFF e esquentou no dia. Tivemos apoio das faculdades, do Centro Juvenil São Pedro e entramos em contato com a defensoria pública. Eles (o poder público) vieram com tudo não respeitando nossos direitos, nem nossos vínculos, passando por cima. Nós até participamos do grito dos excluídos. Essa segregação deles, eles tiram o pessoal daqui e vai enfiando nos buracos dos buracos. Quer dizer, da periferia para a periferia, vai limpando a cidade, e higienizando, tirando os pobres da cidade. Falam da área de risco por causa da linha do trem que foi desativada, inventaram a tubulação de gás (aqui o pessoal usa gás encanado) e alagamentos. Tudo que eles começaram a falar caiu em contradição, eles arrumaram de tudo (CARVALHO; ALMEIDA, 2020, p. 9).

Entre outros pontos já problematizados, a moradora refere-se ao pessoal dos condomínios, sugerindo um forte sentimento de estigmatização por parte destes com relação aos moradores da comunidade. Caldeira (1997) salienta que os enclaves fortificados, referindo-se aos condomínios horizontais fechados consumidos pelas classes médias e alta, em função da segurança e da exclusividade – sendo, portanto, espaços privatizados de moradia, consumo, lazer e trabalho –, vêm se constituindo uma nova modalidade de segregação socioespacial, alterando profundamente a configuração dos espaços urbanos. E mais, para Caldeira (1997), a *cidade de muros* não reforça a cidadania; antes, estimula a sua erosão, contribuindo, também, com o avanço do processo de privatização da cidade, pela sua captura pela racionalidade mercantil.

A resistência dos moradores da Margem da Linha à remoção não foi um ato imediato. Como demonstra o depoimento da moradora, ela foi sendo construída paulatinamente em função da complexidade da situação e da experiência de participação da comunidade. Na verdade, uma resistência é sempre uma construção gradual, considerando que, ao longo do processo, os sujeitos – neste caso os moradores – vão apreendendo novos significados e atribuindo novos sentidos ao processo.

Isso só foi possível porque, assim como na experiência dos agricultores do Açú, essa experiência também contou com um amplo arco de alianças, entre elas, movimentos, organizações sociais e instituições, como o Centro Juvenil, ligado aos Salesianos, as universidades públicas, o IFF, a Defensoria Pública, entre outros. Essas alianças permitiram que metade dos moradores do que restou da Favela da Margem da Linha após 52 anos permanecesse no lugar onde escolheram e construíram suas experiências e memórias, ainda que em condições precárias e de negação dos direitos. Cabe investigar como essa experiência marcou a sociabilidade dos moradores, em especial na sua capacidade de defender os seus interesses comuns.

CONCLUSÃO

A análise dos conflitos envolvendo os camponeses do Açú e os moradores da Favela da Margem da Linha em dois municípios da Microrregião de Campos dos Goytacazes/RJ chama atenção para um conjunto de mediações que compõem o recente processo de modernização da Região, iniciado com a descoberta do petróleo na Bacia de Campos e a sua exploração, nos anos de 1980. Ao mesmo tempo que esta nova atividade promovia um deslocamento na economia local, ela

também promovia um novo poder local, sustentado em novas alianças políticas e econômicas, envolvendo, sobretudo, os chefes políticos dos municípios petrorrentistas e os agentes dos GIs. As experiências analisadas trazem à tona novos modos de governar e de gerir a “coisa pública”, particularmente no que se refere às necessidades sociais dos subalternos.

A pesquisa mostra o modo como os GIs vêm atuando no território, apontando para a reconfiguração das suas relações socioespaciais e deslocando as arenas de decisão, em grande parte submetidas às negociações privadas e, muitas vezes, corruptas. Associado a isso, a cultura política clientelista amparada em orçamentos bilionários, em um contexto de pequena participação política, constitui um desafio à superação das relações de dependência e de construção de um espaço público mais participativo e democrático. Todavia, isso não se dá sem conflitos, como demonstra a pesquisa. De modo distinto das metrópoles e dos grandes centros urbanos, as resistências dos “de baixo” às novas formas de dominação na Região denunciam a ação dos GIs, do ponto de vista da garantia dos direitos sociais e ambientais e, principalmente, quanto ao papel assumido pelo Estado no contexto de avanço do neoliberalismo.

Buscando contribuir para a investigação das questões postas na introdução, o artigo identificou um conjunto de articulações multiescalares entre agentes políticos estaduais e empresariais, à escala internacional, com o beneplácito e a cumplicidade do poder local, para viabilizar o Porto do Açú, utilizando-se, de forma arbitrária, e mesmo ilegal, dos instrumentos jurídico-administrativos – com apoio da força policial estadual – na expropriação de pequenos produtores e na transferência dos seus ativos, a terra produtiva, para as atividades rentistas dos proprietários do Porto.

No caso da população removida da Favela da Linha, as articulações se deram entre o Poder Público municipal, favorecido pelas rendas petrolíferas e pelos interesses de grandes agentes imobiliários, à escala nacional; dos proprietários de terra, herdeiros dos grandes fazendeiros e usineiros do ciclo do açúcar; dos grandes empresários nacionais e internacionais do setor hoteleiro e do atacado e do varejo; bem como dos maiores grupos nacionais do ramo de shopping center, voltados para a demanda de empresários e novos consumidores detentores das rendas geradas pelos GIs.

Ao mesmo, tempo, o artigo buscou mostrar que a análise da dinâmica capitalista contemporânea não é suficiente para dar conta das configurações particulares, muito menos da construção de resistências coletivas, que, em última instância, tornam os processos concretos repletos de tensão e de possibilidades

diferenciadas de desfecho. Dessa forma, por meio da abordagem dos dois casos, percebeu-se que, dado o cenário geral do processo de acumulação capitalista contemporâneo, é necessário identificar, em cada caso particular, as mediações e ações que concretizam, ou não, as configurações desses processos no território.

As reflexões apontam no sentido da necessidade de pesquisa, análise e de aprofundamento do conhecimento dos processos particulares pelos quais os territórios vivem as tensões e contradições inerentes ao desenvolvimento capitalista contemporâneo, para que se vislumbrem as possibilidades de resistência e enfrentamento das mediações que tentam viabilizá-lo, a cada momento, em determinados territórios.

REFERÊNCIAS

- AÇU: de 229 agricultores, menos de 5% receberam indenização integral. **Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 12 jun. 2017. Disponível em: <https://defensoria.rj.def.br/noticia/detalhes/4340-Acu-de-229-agricultores-menos-de-5-receberam-indenizacao-integral>. Acesso em: 15 maio 2020.
- ALMEIDA, É. T. V.; CARVALHO, P. S. Mobilizações coletivas dos moradores de áreas periféricas em Campos dos Goytacazes/RJ: a cidade em debate. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 9., 2019, São Luís. **Anais** [...]. São Luís: UFMA, 2019. p. 1-12.
- ASSAD, L. B. C. E. **A produção do espaço e o zoneamento urbano**: São João da Barra/RJ e o Porto do Açú. 2019. 104 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2019.
- AUDIÊNCIA PÚBLICA RJ-244 (1/3). [S. l.: s. n.], 19 fev. 2020. Publicado pelo canal de Wellington Abreu. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IW0YfudADhE>. Acesso em: 20 mar. 2020.
- AZEVEDO, S.; TIMÓTEO, G.; ARRUDA, A. P. S. N. Habitação social e segregação espacial: implicações do Programa Municipal Morar Feliz, em Campos dos Goytacazes (RJ). *In*: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 37., 2013, Águas de Lindóia. **Anais** [...]. Águas de Lindóia: ANPOCS, 2013. p. 124.

BRASIL. **Lei Nº 9.478, de 06 de agosto de 1997.** Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [1997]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19478.htm. Acesso em: 11 jun. 2021.

CALDEIRA, T. P. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 47, p. 155-176, 1997.

CARVALHO, P. S.; ALMEIDA, É. T. V. Experiências de resistência à remoção dos moradores da Favela da Margem da Linha. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 8.; ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 15., 2020, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2020. p. 1-15.

CHESNAIS, F. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. *In*: CHESNAIS, F. *et al.* (org.). **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003. p. 43-70.

COSTA, A. M. A. **O processo de expropriação das terras do Açú e a trajetória de lutas dos camponeses impactados pelo projeto Minas – Rio.** 2018. 266 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CRUZ, J. L. V. **Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense entre 1970 e 2000.** 2003. 340 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.

EIG, dona do Açú, está ‘confiante’ com retomada do petróleo no país. **Portos e Navios**, Rio de Janeiro, 28 ago. 2019. Portos e logística. Disponível em: <https://www.portosenavios.com.br/noticias/portos-e-logistica/eig-dona-do-acu-esta-confiante-com-retomada-do-petroleo-no-pais>. Acesso em: 20 abr. 2020.

FARIA, P. C. A; GOMES, M. A. S. O Boulevard Shopping no contexto das transformações socioespaciais em Campos dos Goytacazes. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17., 2012, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ENG, 2012. p. 46-47.

GALDO, R. Norte Fluminense: fronteiras de uma região que vive entre a pobreza e a prosperidade. **Jornal O Globo**, 14 set. 2014. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/norte-fluminense-fronteiras-de-uma-regiao-que-vive-entre-pobreza-a-prosperidade-13932124>. Acesso em: 20 abr. 2021.

GAROTINHO e Rosinha são suspeitos de superfaturar programa de moradia popular em Campos. **G1 Norte Fluminense Inter TV**, Campos dos Goytacazes, 3 set. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/norte-fluminense/noticia/2019/09/03/mp-rj-cumpre-mandado-de-prisao-contra-ex-governadores-rosinha-e-garotinho.ghtml>. Acesso em: 20 abr. 2020.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

MANHÃES, V. R. R.; ARRUDA, A. P. S. N. A expansão dos condomínios horizontais privados em Campos dos Goytacazes. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL*, 17., 2017, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ENANPUR, 2017. p. 1-20.

MARQUES, U. Injustiça e indignação. **Jornal Terceira Via (Online)**, Campos dos Goytacazes, 5 fev. 2017a. Região. Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2017/02/05/injustica-e-indignacao/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

MARQUES, U. Um tombo de R\$ 2 bilhões. **Jornal Terceira Via (Online)**, Campos dos Goytacazes/RJ, 12 fev. 2017b. Geral. Disponível em: <https://www.jornalterceiravia.com.br/2017/02/12/um-tombo-de-r-2-bilhoes/>. Acesso em: 03 jun. 2020.

MENDES, J. T. N.; GOMES, M. A. S.; SIQUEIRA, A. M. M. Políticas públicas, moradia popular e o programa morar feliz em Campos dos Goytacazes-RJ: uma análise acerca da favela margem da linha. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 14, p. 1-20, 2014.

MORAES, R. R\$ 150 milhões anuais de aluguel para 4 empresas no Açú. **Blog do Roberto Moraes**, Campos dos Goytacazes, 04 jun. 2012. Disponível em: <http://www.robertomoraes.com.br/2012/06/r-150-milhoes-anuais-de-aluguel-para-4.html>. Acesso em: 11 jun. 2021.

MORAES, R. Valor da terra no Açú: m² de aluguel valendo o triplo do valor de compra/indenização. **Blog do Roberto Moraes**, Campos dos Goytacazes, 08 abr. 2013. Disponível em: <http://www.robertomoraes.com.br/2013/04/valor-da-terra-no-acu-m-de-aluguel.html>. Acesso em: 11 jun. 2021.

MORAES, R. Primeira sentença da justiça sobre as desapropriações das terras do Açú confirma decreto, mas obriga a Codin a corrigir as indenizações aos agricultores para R\$ 37, o m². Valor dessa sentença R\$ 19 milhões. **Blog do Roberto Moraes**, Campos dos Goytacazes, 20 mar. 2019. Disponível em: <http://www.robertomoraes.com.br/2019/03/primeira-sentenca-da-justica-sobre-as.html>. Acesso em: 11 jun. 2021.

MOTA, C. G. S.; MAMANI, H. A. Segregação interna e criminalização: o caso da favela e o conjunto habitacional Matadouro em Campos dos Goytacazes/RJ. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 1-20, 2012.

MOTHÉ, N. G. **Dinâmica socioespacial em zona de expansão urbana**: os impactos da implantação de novos empreendimentos na área ao entorno da avenida Sílvio Bastos Tavares em Campos dos Goytacazes/RJ. 2011. 124 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2011.

OLIVEIRA, J. C. P.; PEDLOWSKI, M. A. Estado e programas municipais de habitação popular em Campos dos Goytacazes (RJ). **Análise Social**, Coimbra, v. XLVII (3^o), n. 204, p. 656-682, 2012.

PEREIRA, G. V. **O Porto do Açú e o município de São João da Barra – RJ**: impactos na dinâmica socioeconômica – 2007 a 2017. 2018. 83 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas, Universidade Federal Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2018.

PIQUET, R.; CRUZ, J.; VILANI, R. (org.). **O desafio da abundância**: 10 anos do BPR&R-Boletim Petróleo Royalties e Região. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

PIRES, B. O. **Segregação sócio-espacial e qualidade ambiental**: o caso da Favela Margem da Linha. 2005. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) – Centro de Ciências do Homem, Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes, 2005.

RAMOS, T. T. A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe. **Biblioteca Virtual CLACSO**, [s. l.], p. 1-40, 2003. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/mov/tramon.pdf>. Acesso em: 04 jun. 2020.

ROLNIK, R. “Moradia se tornou sinônimo de mercadoria”, diz a ex-relatora da ONU Raquel Rolnik. [Entrevista cedida a] Camilla Hoshino e Thiago Hoshino. **Brasil de Fato**, Curitiba, 16 ago. 2016. Geral. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2016/08/16/moradia-se-tornou-sinonimo-de-mercadoria-diz-a-ex-relatora-da-onu-raquel-rolnik>. Acesso em: 21 jun. 2017.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. 4. ed. São Paulo: Nobel, 1998.

TAVARES, V. Camponeses do Porto do Açu, no RJ, pedem fim do decreto que expropriou suas terras. **Brasil de Fato**, São João da Barra, 15 maio 2017. Geral. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/05/15/camponeses-do-porto-do-acu-no-rj-pedem-fim-do-decreto-que-expropriou-suas-terras>. Acesso em: 03 maio 2019.

VAINER, C. B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, Brasília, DF, v. 9, n. 1, p. 1-15, 2007.

Texto submetido à Revista em 05.06.2020

Aceito para publicação em 26.05.2021



Origens do Estado do Grão-Pará e Maranhão e a política pombalina: discursos e relações de poder

Origins of the States of “Grão-Pará e Maranhão” and the pombaline policy: discourses and power relations

Alberto Damasceno - Professor Titular da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC). E-mail: albertod@ufpa.br

Joaquina Ianca Miranda - Graduanda do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC/UFPA. E-mail: joaquinaianca@gmail.com

Resumo

Trata das origens do Grão-Pará e Maranhão, com ênfase no período pombalino. Busca compreender como se deu a organização territorial, econômica e política para a origem deste Estado, e qual a relação com os ideais pombalinos. Analisa, para o traçar dos fatos históricos, as “Instruções regias, públicas e secretas...” e o “Directorio...” dirigidas ao governador Mendonça Furtado, além do “Discurso economiástico”, de autoria de José Gonçalves de Fonseca, caracterizando esta pesquisa como documental. Perpassa pela relação entre os religiosos e o governo do Estado, e discute sobre os embates que permearam o governo de Mendonça Furtado. Conclui que a origem desse Estado se assenta sobre ações governamentais de três eixos, intensificada com o advento do governo mencionado: povoamento; estímulo à agricultura e ao comércio; e controle direto do Estado que se derivou de uma conturbada relação entre os governantes, religiosos, intermediários, índios e indivíduos de mocambos.

Palavras-chave

Grão-Pará e Maranhão. Mendonça Furtado. Período Pombalino. Brasil Colônia.

Abstract

It deals with the origins of Grão-Pará and Maranhão, with an emphasis on the Pombaline period. It seeks to understand how it gave territorial, economic and political organization to the origin of this State, and what is the relationship with the Pombaline ideals. Analyze, to track historical facts, such as “Instructions for Regions, Publications and Secrets ...” and the “Directory ...” directed by Governor Mendonça Furtado, in addition to the “Economic Speech”, by José Gonçalves de Fonseca, featuring this research as documentary. Cross the relationship between the religious and the state government and discuss those that allow the government of Mendonça Furtado. He concluded that the origin of this State is based on actions related to three axes, intensified with the advent of the mentioned government: settlement; stimulating agriculture and trade; and direct control of the state that derives from a suburban relationship between government officials, religious, intermediaries, indices and individuals from hovels.

Keywords

Grão-Pará e Maranhão. Mendonça Furtado. Pombaline period. Colonial Brazil.

INTRODUÇÃO: BREVES RELATOS DE SEU SURGIMENTO COMO ESTADO

A Amazônia colonial portuguesa contava, na segunda metade do século XVII, com 10 capitanias: Maranhão, Grão-Pará, Ceará, Cameté, Alcântara, Caeté, Cabo do Norte, Piauí, São José do Rio Negro e Marajó. Embora Avellar (1970) indique a existência de 11 capitanias, a capitania do Xingu nunca saiu do papel e a do Cabo do Norte deixou de existir ainda naquele século. Devido à imensidão da área a ser administrada, na perspectiva da política mercantilista, e às dificuldades de acesso a partir do Brasil, após os primeiros anos de sua ocupação, ela foi separada do “Estado do Brasil” e, em 13 de junho de 1621, passou a ser um segundo Estado português no continente: o Estado do Maranhão¹, criado por Filipe II. Tal iniciativa visava à consolidação do controle ibérico no delta do rio Amazonas e no norte da região.

A cidade de Belém passou a ser a base de inúmeras expedições ao interior do continente. Posteriormente, no período compreendido entre 1627 e 1632, diversas capitanias foram criadas no novo estado do Maranhão e Grão-Pará por Felipe III, visando estimular ações individuais de expansão do território (MAURO, 1991). Em 1652, o Brasil volta a ser um só Estado, mas, dois anos depois, Portugal recria o outro Estado do Norte, agora denominado Maranhão e Grão-Pará. Finalmente, em 1751, torna-se o Grão-Pará e Maranhão, com capital em Nossa Senhora de Belém.

As dinâmicas de interiorização, a organização de expedições com objetivos de obter trabalhadores indígenas, livres ou escravos, começaram a se intensificar no período [...] de 1650 a 1700, quando assistimos a uma consolidação do domínio português na região. Nesse momento podemos prontamente falar em contatos sistemáticos: guerras, resgates, descimentos, aldeamentos, escravidão, doenças, epidemias. Expedições oficiais anuais, além das incontáveis expedições particulares legais ou ilegais, rumo ao sertão do rio Amazonas, em busca de índios para serem comprados ou simplesmente capturados e escravizados (DIAS; BOMBARDI; COSTA, 2020, p. 11).

Foi em 1751 que o governo “abriu novas perspectivas de colonização para a região amazônica e para uma unidade administrativa encarada a partir de então como uma ‘nova colônia’, ou ainda, como um ‘Estado nascente’” (SANTOS,

¹ Este território era composto pelos estados hoje denominados: Ceará, Maranhão, Pará, Amapá e Amazonas (assim como alguns estados circunvizinhos a eles). Primeiramente denominado “Maranhão”, depois “Maranhão e Grão-Pará” e posteriormente “Grão-Pará e Maranhão”, este estado da América portuguesa se constituiu em unidade administrativa autônoma separada do Estado do Brasil. Compreendendo uma região que hoje se aproxima dos territórios dos estados citados anteriormente, esta segunda possessão portuguesa foi criada em 1621 e perdurou até 1772, existindo, portanto, durante pouco mais de um século e meio.

2008, p. 59), intensificando as atividades econômicas e exploração agrícolas já existentes no período pré-pombalino, assim como fixando uma forte política de aldeamentos que será inculcada nas povoações pré-existentes.

A partir da década de 1750, com o governo pombalino, mudou-se a forma de incorporar os índios à sociedade colonial. Embora tenha sido utilizado o mesmo modelo dos aldeamentos para organizar as novas vilas, introduziu-se uma série de modificações nas modalidades de obtenção de trabalhadores. Os índios foram declarados livres, o que quer dizer que as tropas de resgate foram proibidas, permaneceram apenas as ilegais, cujos números não podemos contabilizar. A partir do governo pombalino, portanto, não há mais registros de escravos indígenas. Aconteceu ainda uma transformação na estrutura do trabalho, pois foi o momento quando efetivamente foram introduzidos escravos africanos na região em quantidade nunca vistas e a proporção entre eles e os índios passou a ficar mais equilibrada no conjunto da população trabalhadora (DIAS; BOMBARDI; COSTA, 2020, p. 12).

Ao mesmo tempo em que, do ponto de vista militar, se impunha a PAX colonial portuguesa, paralelamente, tornava-se imprescindível a inculcação dos valores da civilização ocidental cristã nos nativos da região, a partir de uma visão eurocêntrica do mundo, através da catequese levada a efeito pelos religiosos.

O modo de pregar destes missionários é com o evangelho em uma mão e com as leis de sua majestade em outra; porque tem mostrado a experiência que só na confiança do bom tratamento, que nas ditas leis se lhes promete, e na fé e crédito que dão aos religiosos da Companhia, se atrevem as ditas nações a sair dos matos, onde geralmente os tem retirado a lembrança e temor das operações passadas, crendo até agora que o patrimônio das ditas leis e dos ditos padres os defenderiam das ditas opressões [...] (VIEIRA, 1992, p. 57).

Era notória a forte influência dos religiosos sobre os índios, uma vez que “o trabalho indígena foi empregado em diferentes contextos, tempos e espaços americanos, antes e durante a adoção da escravidão africana como principal motor da produção econômica” (DIAS, 2019, p. 240). Mendonça Furtado, em carta a seu irmão, confirma o poder dos religiosos sobre os nativos que “[...] não tinham liberdade em coisa alguma, até os casamentos são a arbítrio dos padres [...], há de ser com aquela que lhes nomear o padre missionário, ainda que aliás seja contra sua vontade” (MENDONÇA FURTADO, 1963, tomo I, p. 70). De acordo com Souza Júnior (2012, p. 1), havia uma “acirrada disputa entre missionários, principalmente jesuítas, colonos e autoridades coloniais, pelo controle do trabalho indígena” em que espaços privilegiados, como a Junta das Missões, constituíram-se em espaços de controle deste trabalho.

As políticas reformistas que D. José I, Carvalho e Melo implementaram, em relação ao trato com os indígenas na Amazônia colonial, compreendiam três grandes fatores intrinsecamente ligados à empreitada da colonização: a ocupação através de povoamento planejado; a exploração agrícola e penetração mercantilista; e o controle direto do Estado, não mais com a mediação dos religiosos, que deixaram de deter o poder temporal das aldeias.

[...] entre 1757 e 1798, os esforços da administração portuguesa na região para executar, minimamente, as disposições do projeto pombalino, passariam pelo reforço militar às áreas de “soberania duvidosa” e pelas inúmeras tentativas de consolidar tanto a produção de alimentos quanto a coleta de drogas do sertão, pelo estabelecimento das populações indígenas através dos descimentos² nas povoações, garantindo as fronteiras e a necessária mão-de-obra à sustentação da economia colonial (SAMPAIO, 2003, p. 83).

Reformas no povoamento, estímulo à agricultura e ao comércio e controle direto do Estado. É sobre esses três eixos que vão se assentar as ações governamentais para a formação do “Grão-Pará e Maranhão” a partir de meados do século XVIII.

1 A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL, ECONÔMICA E POLÍTICA DO ESTADO

A organização política vigente no período anterior ao Diretório instituído no Governo de Mendonça Furtado era normatizada pelo Alvará de 7 de junho de 1755, que aboliu a administração temporal dos padres e atribuiu o governo das aldeias aos índios “principaes”. Aldeias maiores, elevadas à categoria de Vilas, eram governadas por juízes ordinários, tinham vereadores e oficiais de justiça que, com a vigência do Diretório, a partir de 1758, passam a se submeter aos Diretores. A definição e regularização das fronteiras e limites dos territórios portugueses e espanhóis na América, em especial na Amazônia, eram também preocupações prioritárias. No entanto, este documento acaba:

[...] retomando o mesmo modelo do Regimento das Missões, o Diretório substituiu o missionário pelo diretor como agente responsável da administração do que antes eram missões e passaram a ser chamadas de vilas. Porém, no plano econômico e com relação ao regime de trabalho, adotou os mesmos princípios do Regimento das Missões de 1686, procurando aprimorá-lo, por meio da institucionalização do comércio do

² Sobre os descimentos e seu impacto na demografia do Estado, consultar Dias, Bombardi e Costa (2020).

sertão: padronizando os procedimentos de envio das canoas de coleta dos gêneros da floresta, regularizando a participação nas expedições, adotando medidas para reduzir contrabando e práticas de trabalho ilegais etc. (DIAS, 2019, p. 244).

Em 1753, Mendonça Furtado recebe do rei plenos poderes para tratar da questão dos limites na região, constituindo-se Primeiro Comissário para as conferências e demarcações. Devido à sua participação na Comissão de Limites, encarregada de delinear as fronteiras lusas na América, parte, em 2 de outubro de 1754, para o Rio Negro juntamente com vários especialistas estrangeiros enviados de Lisboa sob os auspícios do governo português, devido à ausência de técnicos capazes de compor turmas de campo.

Reiterando um conjunto de estratégias coloniais, as fronteiras do Rio Negro passariam a conviver, de forma mais sistemática a partir da segunda metade dos Setecentos, com a instalação de fortificações e a criação/revitalização de novos estabelecimentos coloniais. A implantação de um governo na região, subordinado a Belém, fazia parte de um conjunto de ações administrativas com forte caráter estratégico-militar e, até o final da administração pombalina, serão construídos na região vários fortes que cobrirão as áreas de fronteira (REIS, 1993, p. 57-58 apud SAMPAIO, 2003, p. 82).

Após essa viagem, em que conheceu, fiscalizou, registrou e exerceu as atribuições a que tinha direito nas aldeias sob sua jurisdição, retornou a Belém, de onde sairia novamente em 16 de janeiro de 1758, já com o intuito de instalar as novas unidades administrativas, transformando as “Aldeias” em “Lugares” ou “Vilas”, de acordo com o tamanho de sua população, e lhes dando nomes previamente escolhidos e designando os missionários como agentes desta implantação:

[...] porém, os aldeamentos formados se constituíam em realidades problemáticas porque esses missionários pouca experiência tinham no trato das missões, se comparados aos jesuítas. Além de tudo, estavam muito envolvidos nos negócios do sertão e até mesmo no tráfico ilícito dos índios (SAMPALIO, 2003, p. 76).

Vale dizer que, a partir desse momento, as povoações, cujos nomes eram predominantemente indígenas, passam a ter denominações de cidades portuguesas, conforme carta de sua autoria, enviada ao rei em 13 de junho de 1757, portanto, ainda anterior à sua segunda expedição. Havia também uma preocupação do governador com o processo de implantação radical da língua portuguesa na região, claramente expressa no seu “Diretório” de 1757, processo que os religiosos não se interessaram em deflagrar, o que se transformaria em um dos fatores justificadores de sua expulsão.

Além das localidades originárias das tribos, das aldeias missionárias e da sede do governo, no estado do Pará, havia os mocambos, para onde fugiam e se organizavam comunitariamente os índios e negros escravizados ou insatisfeitos com a vida urbana ou aldeada. Com uma organização social complexa e uma estrutura produtiva dinamizada pelas próprias circunstâncias geradas pela clandestinidade e necessidade de sobrevivência, os mocambos mantinham relações econômicas com outros segmentos e setores da sociedade colonial. No que se refere à tentativa de aldeamento nos mocambos, “nem sempre a fixação nessas comunidades mocambeiras era definitiva e algumas delas também podiam ser refratárias a novas práticas de descimentos”, que se constituíam como:

[...] uma estratégia destinada a ampliar as povoações e consistia no estabelecimento sistemático de contatos e acordos entre lideranças indígenas e agentes coloniais que culminavam com o deslocamento das populações de suas aldeias para estabelecer-se na vila colonial (SAMPAIO, 2003, p. 77).

Marcados por estes conflitos, os administradores recorriam a um conjunto de práticas coloniais para gerenciar e acomodar estes mocambos: “o recurso à catequese, o emprego da força e das justiças, o estímulo à hierarquização interna das populações através de uma política de distinções e privilégios às lideranças indígenas” (SAMPAIO, 2003, p. 83). Marcando esta população, ainda neste período de subordinação militar, ideológica e econômica, como agentes de resistência ao processo de colonização.

As atividades econômicas dos mocambos iam dos roubos a fazendas locais até uma intensa produção agrícola, passando, inclusive, pela exploração do minério de ouro. O resultado dessas iniciativas era a troca desses produtos, fosse em feiras livres ou no mercado clandestino, por aquilo que não era produzido nos mocambos, principalmente, alimentos, armas e munições. Em um estudo no qual se apresenta uma série de relatos sobre a participação de quilombos e mocambos em “redes comerciais clandestinas” no século XIX, Gomes (1993) conclui que:

As relações econômicas mantidas pelos habitantes dos mocambos eram frequentemente complexas e sofisticadas. Nesse sentido, a simples caracterização dessas práticas econômicas como “dependentes” e/ou “parasitárias” não ajuda muito a entender a formação dos quilombos brasileiros. Os quilombolas procuravam, na medida do possível, obter maior autonomia e controle sobre suas vidas. Nessa busca, eles, inclusive, se engajaram em lutas políticas com dimensões amplas, nas quais eram feitas, desfeitas e refeitas alianças com outros grupos sociais (GOMES, 1993, p. 63-64).

Há registros de que, em torno de Belém, praticava-se o cultivo da cana-de-açúcar. Eram vários os engenhos e fabriquetas destinadas à produção de cachaça. Sebastião e Melo estimularam a lavoura espalhando colonos portugueses pelas aldeias em um processo de mesclagem cultural. Foram incentivadas as culturas de cacau, anil, café, algodão, arroz e cravo, porém, cabe destacar que os incentivos à economia datam do final do século XVII, quando passou a haver uma expansão considerável da distribuição de terras e o incremento do cultivo do cacau, medidas que antecederam a gestão de Mendonça Furtado e foram intensificadas na mesma. Desse modo, visando ao desenvolvimento da agricultura, Melo apoiou a agricultura familiar, patrocinando a migração de colonos de várias regiões do império luso para o Grão-Pará. Alguns autores falam de um certo sucesso inicial dessa política; entretanto, a experiência não obteve o êxito desejado, devido a diferentes fatores que iam desde a adversidade das condições ecológicas até as grandes distâncias e epidemias (LINHARES, 1990).

A partir do advento da Companhia Geral de Comércio, segundo o historiador Manuel Nunes Dias, percebe-se uma conjuntura mais favorável em relação à economia do Estado. Defensor entusiasta da dita Companhia, criada por Pombal em 1755, Dias argumenta exaustivamente sobre a necessidade sentida àquela época de articulação entre o comércio e a segurança militar, no que tange à defesa do patrimônio ultramarino da Coroa portuguesa. Diz ele: “Na segunda metade do século XVIII o ponto saliente da política ultramarina da Coroa residia, com efeito, na predominância da defesa da Amazônia brasileira. A segurança e regularidade do giro mercantil exigiam, porém, o estabelecimento de fortalezas” (DIAS, 1970, p. 13). Entretanto, esta iniciativa apresentava dificuldades:

A defesa do patrimônio, isto é, a preservação das colônias, é, evidentemente, na ordem lógica, a primeira tarefa que enfrenta sempre uma metrópole colonizadora. O que, no caso português, e em especial em relação ao Brasil, tornava essa manutenção territorial um problema, era, de um lado, a defasagem que acima assinalamos no ritmo de desenvolvimento econômico da metrópole em relação às principais potências européias; de outro lado, a desproporção entre a imensidão dos domínios e a pequenez da metrópole (NOVAIS, 1983, p. 136).

Por outro lado, a importância que tinha a questão da segurança não encontrava eco junto às autoridades da metrópole. No que tange à defesa militar do Estado, a situação era crítica, pois o poder bélico do Grão-Pará e Maranhão não era nada bom. “Deviam-se meses de sôldo às tropas. Os fortes estavam em ruínas. Soldados indisciplinados e oficiais decrépitos não mereciam confiança: viviam eslaizeirados e famintos” (DIAS, 1970, p. 35-36). O próprio Mendonça

Furtado denuncia, em 1751, a desmoralização do serviço militar no Grão-Pará, afirmando que achou “nestas terras introduzido um tal ódio ao serviço militar que, antes qualquer sujeito quer exercer a ocupação mais vil que sentar praça de soldado” (MENDONÇA FURTADO, 1963, tomo I, p. 60).

Após 1775, mais precisamente, a partir da implantação da Companhia Geral do Comércio, consolidam-se mudanças no quadro demográfico. Se, para Dias (1970), elas foram positivas, na medida em que “[...] condensaram-se, progressivamente, os grupos demográficos das baixadas amazônica e maranhense, forças sociais animadoras do povoamento de certas áreas do interior ignato e da orla atlântica” (DIAS, 1970, p. 58), para outros autores, o que acontece é um processo de conversão do gentio, de índio tribal para índio genérico; nas vilas e lugares criados na era pombalina, ocorre a transformação deste índio tribal ou genérico em força de trabalho, fenômeno que, ainda na fase do governo temporal dos religiosos, já recrudescia (MOREIRA NETO, 1988, p. 24-25).

A verdade é que a temática do povoamento – leia-se, por consequência, a mão-de-obra – foi objeto de lutas entre colonos, nativos e religiosos (em especial, os jesuítas, mas não apenas estes) na Amazônia colonial, as quais redundaram na expulsão destes últimos (ver SOUZA JÚNIOR, 2012). Daí ser necessário verificarmos como, e em que proporções, se desenvolveu este conflito.

2 “COMPANHIA MERCENÁRIA”: A RETALIAÇÃO RÉGIA CONTRA OS JESUÍTAS

Para Domingues (2019), à medida que os religiosos se voltam de maneira oposta ao projeto pombalino de reformas e renunciam ao poder temporal e espiritual sobre a população indígena, o controle pleno sobre as pessoas, almas e do seu valor indígena enquanto mão de obra, aqueles tornaram-se num dos principais alvos da política de Mendonça Furtado ocasionando sua expulsão do território amazônico ou os designando a tarefas restritas à evangelização. Havia um discurso fervoroso de acusação dos religiosos pela ruína do Estado, proferido por Mendonça Furtado, mas o que de fato se observa é que o Grão-Pará e Maranhão se tratava “[...] de um estado no qual o controle da força-de-trabalho permitiu aos religiosos ocuparem os principais setores produtivos e, por conseguinte preponderar sobre o comércio, prejudicando a arrecadação fiscal” (OLIVEIRA, 2006, p. 133) por parte do Estado. Nesta medida, àquela altura:

[...] o Estado do Grão-Pará e Maranhão possuía sua economia apoiada no uso do trabalho compulsório dos índios que estava, até aquele momento, sob controle dos missionários. Na aplicação das novas disposições políticas,

ganhou importância estratégica a expulsão dos religiosos regulares que controlavam as prósperas aldeias missionárias. Essa medida foi tomada após a secularização das missões e a declaração da lei de “Liberdade dos Índios” em 1755 (SAMPAIO, 2003, p. 79).

Conforme Domingues (2019), é neste momento que as ordens religiosas passam a ter papel fundamental nos assentamentos, pois constituíram verdadeiras redes de povoamento – indispensáveis à ocupação e exploração daquele território – denominadas de Missões, que eram “igualmente pontos de partida e de apoio às atividades que os missionários realizavam, no sentido de persuadir as populações indígenas aos ‘descimentos’, e foram uma das causas do imenso poder económico detido pelas ordens religiosas no norte do Brasil” (DOMINGUES, 2019, p. 139).

Apesar das dificuldades de relacionamento com as “religiões”, Mendonça Furtado cuidava de zelar pelos “bons costumes” da sociedade local. Em janeiro de 1757, o governador baixaria um Bando³ proibindo a abertura de tavernas durante as Ave-Marias e à noite “sob pena de prisão de 24 horas para o proprietário que durante esse tempo ficaria na golilha (argola pregada em um poste, à qual se prendia alguém pelo pescoço), pegando ainda 15 dias de calabouço e multa de 12\$000 réis destinada aos hospitais” (LAPA, 1978, p. 30).

Passados poucos meses, entretanto, em 8 de outubro de 1757, D. José I enviou ao Papa Benedicto XIV, por meio de seu ministro em Roma, Francisco de Almada de Mendonça, uma correspondência cujo conteúdo manifestava sua preocupação com os conflitos ocorridos entre o Estado português e a Ordem dos Inacianos. Logo no título da citada correspondência, o rei menciona o norte da América portuguesa (referindo-se ao estado do Grão-Pará e Maranhão) como um dos focos de “desordens” por parte dos jesuítas, embora as aldeias missionárias não estivessem sob jurisdição religiosa apenas destes, mas também sob a atuação de outros religiosos, como os carmelitas:

Instrucção que Sua Magestade Fidelissima mandou expedir em oito de Outubro de mil setecentos cincoenta e sete a Francisco de Almada de Mendonça, seu ministro na Côrte de Roma, sobre as desordens que os Religiosos Jesuitas tinham feito no Reino, e no Brazil, para as representar ao Santissimo Padre Benedicto XIV com a Relação abreviada dos insultos que os mesmos Religiosos haviam feito no Norte e no Sul da America Portuguesa (COLLECCÃO DA LESGISLAÇÃO PORTUGUESA..., 1829, p. 471).

O conteúdo, claramente voltado para a tentativa de convencer o Papa da suposta vileza dos Inacianos, fala da esperança régia na emenda de tantas desordens

³ Documento oficial equivalente a uma proclamação, ou a um pregão público.

sem prostituir os filhos da Religião da Companhia, e expressa ainda o desprazer ante a absoluta corrupção destas províncias de Portugal, sob seus comandos. A reação contra a Companhia Jesuíta continuou a se desencadear e, em 15 de maio de 1758, Dom Francisco Cardeal Saldanha, Visitador e Reformador Geral da Companhia de Jesus nos Reinos de Portugal, dos Algarves e seus Domínios, baixa a determinação reiterando a proibição a “[...] todas as pessoas dedicadas ao Sacerdócio, macularem o seu Santo Ministerio, com a ingerencia nos negocios Seculares” (COLLECÇÃO DA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA..., 1829, p. 543).

No documento, as inúmeras alusões ao envolvimento de religiosos com o comércio sugerem a ideia de grave pecado por parte dos padres, “[...] ecclesiasticos, que sem pejo da lição Evangelica, e sem temor de Deos, solicitavão, indecorosos interesses mercantis” (COLLECÇÃO DA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA..., 1829, p. 543). Mandando que estes fugissem “[...] como de peste do Ecclesiastico negociante, que de pobre se fez rico, e de humilde, arrogante por tão illicito meio” (COLLECÇÃO DA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA..., 1829, p. 543). As reprovações do visitador à intervenção de padres em transações terrenas são testemunhos do crescimento e expansão das atividades negociais.

[...] chegam à mais deploravel corrupção, de mandar buscar drogas aos Sertões, para depois as fazerem vender, de mandarem salgar carnes, e peixes para o mesmo fim, de mandar tambem salgar, e acumular coiros para negociarem, e até a terem dentro nas proprias Casas das suas residencias Tendras de generos molhados, ou de fazendas comestiveis, açougues, e outros officios sordidos, ainda a respeito dos mesmo Seculares da classe dos Plebeos (COLLECÇÃO DA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA..., 1829, p. 547-548).

A apropriação de vastas áreas de terras no Estado é confirmada, embora sob outra ótica, por Serafim Leite, quando este trata da ocupação da ilha do Marajó (na época, ilha de Joanes) pelos jesuítas. Tal ocupação é caracterizada em três fases distintas – a terceira, referente à questão dos negócios da Companhia no Grão-Pará, ele denomina “econômica”, posto que acontece quando:

[...] a Vice-Província do Maranhão, procurava recursos não apenas para as necessidades da catequese, edificios e vida corrente, mas também para a autonomia missionária a que tendia, buscando os meios de criar, educar e formar na própria terra os futuros missionários, obra que não poderia fazer-se sem avultados recursos: é o período das fazendas e criações famosas [...] (LEITE, 1943, p. 235-236).

São inúmeras as citações das empresas agropastoris dos jesuítas pelo próprio Serafim Leite (1943, p. 249): em 1653, encontrou algumas vacas na

fazenda do Colégio de Nossa Senhora da Luz; em 1734, existiam seis fazendas (Santa Quitéria, Santo Cristo, São Miguel, Nossa Senhora do Rancho, Nossa Senhora do Marajó e a Fazenda dos Pobres, que aos pobres se destinava); o crescimento das propriedades exigiu seu agrupamento em dois grandes centros, a Fazenda do Marajó e a Fazenda do Arari; em 1759, a Fazenda do Marajó tinha 2.550 cabeças de gado vacum; mais ou menos, 72 cavalos de serviço; um lote de oito éguas com seus filhos; e 20 cabeças de gado suíno ao todo. Dias (1970, p. 178) confirma o fato de os jesuítas constituírem “[...] a Ordem mais prestigiosa e abastada de todas que missionaram no estado durante o período colonial”. Não resta dúvida de que a Ordem enriqueceu bastante na região amazônica e que isto estimulou uma razoável antipatia por parte dos comerciantes portugueses em relação aos membros da Companhia. Era notável a força da Ordem dos Jesuítas, seja na expansão de suas obras e posses, seja no bojo da sua relação com os nativos, incluídas aí suas atividades educativas, caracterizadas como parte de um ambicioso e clandestino plano.

[...] hião a toda a força estabelecendo com quasi successivo progresso desde o Maranhão até o Uruguay, animando clandestinamente o grosso Commercio, e a fertil Povoação daquellas numerosissimas Colonias, pelos Collegios, Casas Professas, e residencia, que conservão nas duas Côrtes, e terras grandes dos lugares maritimos de ambos os Reinos, e seus Dominios, tenham quasi fechado as duas Americas Portugueza, e Hespanhola, com um cordão tão fórte que dentro do espaço de dez annos, seria indessolúvel o nó que com elle pertendião apertar os referidos Religiosos, não havendo forças em toda a Europa que fossem bastantes, para o expugnar, de tão vastos Sertões defendidos por homens, no numero quasi infinitos, cuja lingua, e costumes só os mesmos Religiosos podião entender, e praticar; accrescendo o odio implacavel, em que os educavão, e endurecião irreconciliavelmente, contra todos os brancos Seculares (COLLECCÃO DA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA..., 1829, p. 547-548).

A vitória, ainda que parcial, dos religiosos, no que diz respeito à liberdade dos índios, trouxe importantes lucros políticos e, sobretudo, econômicos (pois estes acabaram monopolizando a mão-de-obra nativa). Entretanto, seria o início de sua derrocada como a ordem religiosa mais poderosa e atuante na região. A expulsão de 1759, embora a mais radical e definitiva, não foi a primeira experimentada pelos jesuítas: estes vivenciaram várias expulsões na América portuguesa. A primeira delas aconteceu no Rio de Janeiro a 13 de julho de 1640. O mesmo aconteceu em São Paulo, para onde retornaram apenas em 14 de maio de 1653. Em São Luiz, no ano de 1661, foram expulsos das aldeias dos índios e dos colégios e foram presos. Em Belém, a 17 de julho de 1661, o Colégio dos Jesuítas foi invadido e os padres (inclusive Antonio Vieira) foram presos. Um

dos argumentos mais utilizados para seu desterro se prendia à fortuna acumulada pela Ordem, graças à manipulação gratuita da mão-de-obra indígena. Beozzo (1983) informa que:

[...] a introdução de escravos negros, prevista no Regimento das Missões de 1680, foi escassa em relação às necessidades; não alterou substancialmente as condições do mercado de mão-de-obra [...]. Com escrúpulo, no início, abertamente depois, a pretexto de sustento das missões, lançam-se as diversas ordens religiosas na lucrativa coleta e comércio das drogas do sertão. Isentas de impostos, não tendo dificuldades no recrutamento da mão-de-obra, disponível nas aldeias por elas administradas, tornaram-se as Ordens Religiosas as principais organizações econômicas do Maranhão e Grão-Pará (BEOZZO, 1983, p. 47).

Se a inveja de moradores e governantes por causa da visível prosperidade era real, não há como negar um certo desvio dos objetivos originais que levaram as Ordens a implantar suas obras naquele Estado. A instrução do trabalho feita aos povoadores, que se apoiava numa perspectiva de disciplina e de conhecimento da “cultura das terras”, pode ser considerada como atividade patente de maior brevidade e cuidado para “o aumento da povoação”, e ainda “também para a defesa de qualquer invasão” estrangeira (MENDONÇA FURTADO, 1963, tomo I, p. 208). Em face do aumento da terra, um problema comum se achava sedimentado na carência de índios. Esse problema, enfim, resultou no radical questionamento aos padres da Companhia, dimensionado para a neutralização dos descimentos de índios – artifício que adotavam as religiões, que iam, por sua vez, “engrossando as suas fazendas de escravos” (MENDONÇA FURTADO, 1963, tomo I, p. 212-213). Destruir os “padres mercenários” significava, portanto, uma vigência doutrinária, uma peça necessária de produção do trabalho nessas terras, cujo sentido era florescer as plantações, “aumentar o comércio” e evitar a “total ruína do estado”.

Para criar a prosperidade na Amazônia seria essencial privar os jesuítas do “poder absoluto” que o controle da mão-de-obra indígena e a posição estratégica de suas missões lhes davam tanto no comércio, quanto no contrabando [...]. Um suprimento abundante de negros tornaria desnecessária a escravidão indígena, reduziria a influência jesuíta e proporcionaria a mão-de-obra indispensável ao trabalho da terra e ao desenvolvimento do comércio. E isto, por sua vez, aumentaria a arrecadação real e ajudaria a financiar o novo sistema defensivo e a garantir as fronteiras dos domínios portugueses (MAXWELL, 1995, p. 34).

O confronto entre o governo de Mendonça Furtado e os religiosos, tendo ao meio os indígenas, revelou-se um processo intrincado e complexo,

apresentando inúmeras facetas, assim como consequências trágicas para os nativos da região, pois, “o pomo de discórdia entre colonos e missionários não era a escravidão *versus* a liberdade, mas a definição de quem deveria exercer o controle sobre o trabalho indígena” (DIAS, 2019, p. 238, grifo do autor). Desta forma, “os jesuítas e missionários em geral eram vistos como uma ameaça, posto que desfrutavam de significativos poderes de persuasão, causando sérios riscos ao projeto pombalino” (GUZMÁN; RAIOL JUNIOR, 2019, p. 183).

Cada lado, evidentemente, aponta o outro como responsável pela miséria espiritual e material que ali grassava, e o resultado de suas posições, mais do que esclarecedor ou conclusivo, é parcial, esparso, emocional e profundamente ideologizado. As ações governamentais de Mendonça Furtado e sua “[...] tarefa de reconstruir o Pará e toda a jurisdição do Estado pode ser comparada à preparação de um terreno a ser cultivado. Era preciso remover as pedras e as ervas daninhas que impediam o florescimento do campo” (SANTOS, 2008, p. 62). Ao lado das questões de ordem moral, o governador salientava a dificuldade que havia em conseguir a mão-de-obra sob controle religioso, caracterizando este como um dos polos da discórdia entre o estado e a Igreja na região.

E pelo que respeita ao mantimento que eu podia esperar das aldeias, estou já bastante desenganado pelos padres, de que não poderei tirar delas coisa que me possa ajudar, porque os padres me dizem absolutamente que não podem obrigar os índios àquele trabalho [...] assim porque é contra os seus interesses como para me desgostarem, porque eles sabem muito bem que eu lhes não sou propício às suas conveniências (MENDONÇA FURTADO, 1963, tomo II, p. 437-438).

Sua preocupação chega ao ponto de exigir uma rigorosa reforma, e sua crítica não atinge apenas aos jesuítas, senão outras Ordens: “Os capuchos, que no nosso Portugal conservam aquelas aparências de penitentes, aqui trocam inteiramente: vejo-os com botas calçadas e esporas, armados de espingardas, catanas e pistolas” (MENDONÇA FURTADO, 1963, tomo I, p. 144). Em uma carta datada de 26 de janeiro de 1754, Mendonça Furtado expõe longa e explicitamente sua insatisfação em relação às “Religiões” (como eram chamadas as Ordens religiosas). Se, de um lado, expõe a justiça das decisões reais e o respeito de administradores e ministros para com estas, de outro, lamenta a inteira indisciplina com a qual os padres (em especial, os jesuítas) as tratam:

Não sucederá assim à outra parte dessa República, que não teme nem as prisões, nem outro algum gênero de castigo, qual é aquêlo corpo poderoso que absorveu em si, assim o comércio como os fundos das terras, monopolizando para as fábricas todos [os recursos] do país, não deixando de fora dêste monopólio nem ainda as artes fabrís e o alimento

ordinário sem o qual não podiam subsistir os povos, o que tudo se acha recolhido das portarias das Religiões para dentro, como a V. Exa. tenho larga e administrativamente informado várias vezes [...]. Êste corpo, não só poderosíssimo, mas formidável a êste estado, é o que nunca se pôde pôr em obediência, nem será possível consegui-lo enquanto se conservar o sistema presente [...] (MENDONÇA FURTADO, 1963, tomo I, p. 437-453).

3 DE ALDEIAS A VILAS E LUGARES

Se o início do Governo Mendonça Furtado no Grão-Pará e Maranhão tem como marco documental as “Instruções régias...”, nas quais já constam referências aos religiosos, seu término pode ter como marco documental o “Discurso economíástico...”⁴, de autoria do Secretário do estado José Gonçalves de Fonseca. Nesse discurso, que se trata, na verdade, de uma tentativa de síntese histórica do governo de Mendonça Furtado, Fonseca resgata brevemente o processo de formação daquele Estado e disserta sobre os problemas do governador com os religiosos (principalmente os jesuítas), fazendo referências explícitas a excessos de padres na administração temporal de suas aldeias, retomando o tema dos conflitos entre Estado e Companhia de Jesus no Grão-Pará.

Após livre interpretação dos acontecimentos prévios ao governo de Mendonça Furtado, que serviram de “[...] breve e sucinto detalhe de turbulência que combatia e consternava aquela dilatada conquista” (MENDONÇA FURTADO, 1963, tomo III, p. 1209), o escriba passa então a narrar a chegada do irmão de Carvalho e Melo e seu desempenho à frente do grande Estado. “As expugnações que ocupavam todo o seu cuidado [...] são sintetizadas em dois objetivos principais do novo governador, quais sejam desalojar os Regulares do governo temporal dos índios aldeados, e libertar do poder dos moradores milhares dos outros índios” (MENDONÇA FURTADO, 1963, tomo III, p.1210-1211).

Fica, desse modo, comprovada a tese de que Mendonça Furtado já chegara ao Grão-Pará e Maranhão cômico da tarefa de enfrentamento com os religiosos. O atencioso Secretário omitiu, entretanto, a questão da demarcação dos limites como objetivo importante de sua presença na região, pois era esta também uma estratégica missão a ele confiada.

As demarcações dos limites territoriais na parte norte do vale amazônico eram imprescindíveis para a coroa lusitana. Mas requereu um esforço

⁴ A denominação completa do documento é “Discurso Enconomiástico, em que, para melhor inteligência do seu contexto, se dá princípio pela situação dos estados do Grão-Pará, com notícia abreviada das suas povoações; e se descreve o sistema do seu governo antigo, que de presente foi abolido e retomado” (MENDONÇA FURTADO, 1963, tomo III, p. 1204).

considerável para pôr em prática. [...] Para esta finalidade, era importante percorrer os mais diversos locais e rios da região e fixá-los aos domínios da Coroa. No tocante ao gerenciamento das funções, era importante nomear um chefe de confiança para comandar as tropas. Tais tropas teriam oficiais militares, astrônomos, geógrafos, capelães, cirurgiões, soldados e gente de serviço: um número considerável de pessoas. Portanto, é perceptível que as demarcações dos limites tinham um contingente expressivo de grupos indígenas a seu serviço, isto fica evidente num ofício encaminhado pelo Provincial do Carmo, padre José da Natividade, para o Diogo Mendonça, o conteúdo do ofício que ressalta a grande quantidade de índios cedidos para as demarcações nos rios Negro e Solimões (GUZMÁN; RAIOL JUNIOR, 2019, p. 185).

Narrando com tintas épicas a expedição que o governador fez ao sertão amazônico, Fonseca destaca a transformação das aldeias em vilas ou lugares, a mudança de seus nomes e o esforço em impor-lhes a língua portuguesa, denominada no texto de “ídioma de vitoriosos”. Ao lado da publicação da lei de 6 de junho de 1755, que concedia aos índios a liberdade geral, o discurso dá especial atenção à reação dos jesuítas: “Saíram como furiosos aos púlpitos e ali envolvendo nas doutrinas santas os incentivos do seu ódio detestável, deram a beber este veneno propinado com as verdades católicas à sinceridade dos fiéis no cálice da sua paixão” (MENDONÇA FURTADO, 1963, tomo III, p. 1226).

Fonseca trata do Diretório estabelecido pelo governador como o mais bem regulado sistema da vida civil daqueles povos e da sua aprovação pela lei. Prova incontestada da competência administrativa do fidalgo luso é o fato de que Francisco Xavier de Mendonça Furtado deixou o governo do Grão-Pará e Maranhão “com 40 aldeias convertidas em vilas; e 23 em lugares, além de 4 vilas mais de que foi fundador, no Macapá, rio Negro, no Javari e rio da Madeira” (MENDONÇA FURTADO, 1963, tomo III, p. 1227), o que originou o surgimento das vilas e lugares, ou a transformação nestas, das antigas aldeias missionárias. É neste momento que os nomes indígenas de tais aldeias se transformam em denominações de cidades portuguesas.

Caeiro (1936) realizou uma resenha dos aldeamentos realizados pelos jesuítas, sumarizando 37 anos de descimentos, fundação e povoamentos, onde se observa a alteração dos nomes indígenas originais por nomes de vilas portuguesas. Nestas aldeias, segundo o autor, a fazenda real concorreu com alguma quantia para sua povoação, apesar do mesmo afirmar inicialmente que a Coroa não contribuiu com nada. Tal quadro, embora se choque com a afirmação de que “[...] os jesuítas financiaram nos primeiros séculos da história brasileira, com recursos próprios o sistema escolar e educacional por eles construídos” (BERGER, 1984, p. 197), nos dá uma ideia, ainda que incipiente, da gigantesca tarefa dos jesuítas, ainda

mais quando se sabe da quantidade de recursos necessários para a implantação destes povoados.

Em uma reflexão acerca do trabalho jesuítico realizado ao norte da América portuguesa, Manuel Narciso Martins, tradutor da obra de Caeiro, faz uma oportuna comparação das aldeias do Estado do Grão Pará com as do sul do continente, chegando a uma conclusão surpreendente:

Se olharmos por outra parte ao estado de umas e outras enquanto à sua vitalidade, verificamos que as do Paraguay estavam nos últimos anos da sua existencia quasi estacionárias; ao passo que as do Pará-Maranhão se achavam cheias de vida e iam tomando um desenvolvimento tal que podemos computar em quatro ou cinco mil indios os que anualmente se agregavam ao seio da greja (sic), quando delas desterraram os missionários. Quanto ao numero das aldeias, ao serem extintas as missões, sabemos que aquelas não iam alem de 30; emquanto as do Maranhão eram quasi o dobro, ou 55, espalhadas pelos matos do escoadouro do Amazonas e de outros rios (seus nomes podem ver-se no Atlas do P. Ludovicus Carrez, Paris). Por aqui se vê a importancia, que iam já tendo aquelas missões, a todos os respeito admiraveis da Vice-Provincia do Maranhão em 1755. E se não fôra o estulto golpe descarregado por Carvalho contra eles, aquelas regiões feracissimas até levariam em breve vantagem a quaisquer outras do Brasil, e hoje em prosperidade se avantajariam mesmo às de S. Paulo (CAEIRO, 1936, p. 499).

Cabe ressaltar que a criação de vilas na região Amazônica teve início a partir dos anos de 1750, “[...] dentro de uma política que visou substituir os antigos aldeamentos por vilas com uma deliberada conversão toponímica de substituição dos nomes indígenas dos lugares por nomes inspirados nos mais antigos municípios de Portugal” (COSTA, 2019, p. 122), porém, foi Mendonça Furtado que esteve à frente de boa parte da criação de vilas e lugares no Estado, sobretudo no ano de 1758.

No seu Diretório, Mendonça Furtado inicia com uma referência ao Alvará de 7 de junho de 1755, que aboliu a administração temporal dos religiosos sobre as aldeias indígenas e transferiu este poder aos seus *Principaes* (denominação utilizada para designar os líderes indígenas que passaram à função de governança). No entanto, por acreditar que os mesmos não seriam capazes de cumprir sua tarefa de educar e civilizar a aldeia, propõe a nomeação de um diretor que o faça de acordo com os objetivos determinados por seu governo, com a necessária anuência da Coroa portuguesa. Este diretor devia “[...] ser dotado de bons costumes, zelo, prudencia, verdade, sciencia da lingua, e de todos os mais requisitos necessarios para poder dirigir com acerto os referidos Indios debaixo das ordens” (DIRECTORIO..., 1829, não paginado).

Quanto a essa administração, “as ações seriam mais incisivas e a figura dos Diretores – executores imediatos dessa política – teria um papel chave para mediar as relações entre os Principais, índios aldeados, colonos e a própria Coroa” (SAMPAIO, 2003, p. 84). Em contrapartida, nesta direção cabia aos Principais e aos oficiais das povoações as responsabilidades pela articulação dos descimentos, estratégia indispensável para ampliação demográfica das povoações (SAMPAIO, 2003).

Cabe ainda salientar que essa liderança indígena legitimada e institucionalizada nas ações legislativas do governo de Mendonça colocava estes líderes em um duplo dilema, isto é, seu:

[...] poder e a autoridade [...] enquanto intermediários entre os portugueses e os demais índios, dependia da sua capacidade de articular ou oscilar entre a satisfação dos intentos da política indigenista e os interesses dos índios seus liderados – não raro, ora satisfazendo uns, ora outros (ROCHA, 2020, p. 389).

Neste contexto, o diretório de 1757 se constituiu em uma norma abrangente, proibindo o uso da língua nativa, obrigando o uso de sobrenomes portugueses, impondo construções em estilo europeu, priorizando a agricultura de exportação e estimulando o comércio. Ao mesmo tempo “as localidades próximas ao mar ou rios deveriam dedicar-se às feitorias de salgas de peixe destinados ao comércio; naquelas onde havia disponibilidade de cacau, salsa ou cravo, os índios deveriam ser conduzidos para sua extração” (SAMPAIO, 2003, p. 84).

4 NATIVOS E POBRES: OS OUTROS ATORES

A primeira impressão que se tem ao estudar o período da segunda metade do século XVIII na Amazônia portuguesa é a de que existiam duas forças sociais em atuação divergente: o estado português e a Companhia de Jesus. Tal visão é turva e distante da verdadeira face política da região naqueles tempos. A exigência do cultivo da terra, uma política dirigida pelo governo Mendonça Furtado não apenas para a economia de subsistência, mas também como resposta administrativa às dificuldades de aldeamento, foi uma ação governamental de amplo interesse civilizatório do processo de trabalho e dos costumes socialmente vigentes, e, por muito tempo, esta tarefa era desempenhada por indígenas tidos como “inúteis”.

Àqueles a quem Vieira chama de “inúteis”, as mulheres, os velhos e as crianças (além da metade dos homens adultos que não haviam sido convocados para nenhuma expedição), ficava a tarefa de plantar os mesmos gêneros, de cujos dízimos se financiavam as expedições. As

mulheres, crianças e os velhos eram, portanto, empregados na roça, na produção de aguardente, na produção agrícola das drogas do sertão, na produção de farinha, de algodão, no trabalho doméstico; as mulheres, ainda, como amas de leite, fiadeiras, artesãs. Produzindo nada menos do que farinha, algodão e aguardente, eram responsáveis pelo sustento, vestimenta e circulação de moedas (o algodão), além do pagamento aos remadores. Os meninos ajudavam no trabalho de conversão e no sacerdócio, e certamente se tornavam guerreiros e remadores quando mais velhos [...] além de coletores, pescadores, caçadores e intermediários do comércio do sertão (DIAS, 2019, p. 245).

Assim, a maior parte da população ali existente (os índios) corresponde diretamente às pretensões da ideologia lusa, na perspectiva de produzir um mundo que se expressa qualitativamente através da transformação da cultura dos “bárbaros”, os quais – fossem eles livres ou escravos, “[...] maneiras de nomear sujeitos indígenas em razão do modo como haviam sido incorporados à sociedade e segundo o domínio de quem se encontravam” (DIAS, 2019, p. 246), – eram desmoralizados e desmobilizados em prol de um avanço social luso. Desmobilizados frequentemente para fora dos aldeamentos, tiveram limites físicos para manter as estruturas familiares. Se o tempo de ausência das aldeias no período missionário variava de seis a oito meses, sob a organização do Diretório, a tendência foi a transferência contínua de um lugar a outro e a imobilização nas frentes de trabalho, por períodos sempre superiores há um ano.

Pelos próximos seis a oito meses, conforme procuravam por cacau, salsaparrilha, castanhas ou ovos de tartaruga, eles podiam passar por todo tipo de dificuldade – epidemias, ataques de povos indígenas, fome, motins ou a perda da canoa da aldeia e sua carga, para indicar apenas algumas. Ao retornarem, podiam encontrar suas famílias reduzidas à profunda pobreza ou doença, suas esposas tomadas por outros homens ou suas plantações abandonadas e devoradas por pestes (ROLLER, 2013, p. 203).

Este quadro de instabilidade na terra foi um freio para o desenvolvimento de estruturas autônomas de produção que favorecessem decisões sobre alocação de trabalho familiar, de tipo e momentos de cultivo, e muito restritamente lhes foi facultada a troca dos produtos da roça (RAVENA, 1994, p. 18). Fato é que, embora os indígenas fossem considerados livres a partir da Lei 1755, ainda assim tinham obrigação de trabalhar pois o Diretório de 1757 “lhes atribui um lugar claramente determinado naquele que era considerado o mais importante e útil negócio dos estados do Pará e do Maranhão: o comércio do sertão” (DIAS, 2019, p. 246).

Em meio a esse cenário de conflito havia, também, os intermediários, que se constituíram uma frente protecionista formada pelos:

indivíduos que no período anterior a 1750 – isto é, num período em que ainda não existiam as leis de proteção dos índios acima mencionadas e quando não era respeitada a legislação que sobre estas matérias anteriormente se tinha publicado (por exemplo, a lei de 1 de Outubro de 1680) – faziam a ligação entre a sociedade colonial paraense e as sociedades ameríndias dos sertões amazônicos. Ou seja, as mesmas pessoas que estavam profundamente envolvidas no comércio das drogas do sertão e, sobretudo, no tráfico de mão de obra escrava, e que alimentavam uma dinâmica social e económica que ligava o interior (e os seus sertões) ao litoral (e aos núcleos urbanos constituídos pelas cidades e povoações em seu redor) (DOMINGUES, 2019, p. 136).

Sommer (2005) propõe que, devido ao poder que os intermediários detinham através de tratados e alianças, quer pelo uso da força ou não, esses detinham certa notoriedade sobre diversos grupos indígenas, assim como influenciavam amplos estratos da sociedade paraense, tendo em vista que os mesmos proviam a mão de obra indígena, fazendo-se poderosos tanto nos sertões amazônicos como na sociedade colonial desse Estado, sendo financiados e apoiados pela elite, enriquecendo com os descimentos de índios em capturas ilegais e forçadas para o mercado das drogas do sertão.

Têm-se, ainda, a preocupação do governador Mendonça Furtado, um crítico agudo do chamado “dever educativo” dos jesuítas, com os episódios das fugas dos índios, que se revela em sentido duplo. Se, por um lado, a propriedade, a educação e a civilização do trabalho estavam sendo ameaçadas pelas constantes fugas e ocultamentos dos índios nos matos, por outro lado, a economia do Estado estava sendo envolvida plenamente pelo comércio das Religiões. Havia muito que o governador pombalino deixara de acreditar nas obras de catequese e educação empreendidas pelos missionários.

Em que pese a grande figura política de Mendonça Furtado, que é em si mesma um objeto de estudo para a compreensão da política pombalina, faz-se necessário duvidar do teor de suas acusações feitas em suas cartas aos jesuítas como principais “inspiradores” das fugas dos índios. Esta tese era bastante cômoda para os pombalinos – e será também muito cômoda para o historiador – pois, como se sabe, a necessidade de acusar “o inimigo comum”, ou o “Corpo Poderoso”, como Mendonça Furtado intitulava os jesuítas, já era uma vontade antecipada para o estigma da ameaça e da culpabilidade.

Na segunda metade do século XVIII, cerca de 65 índios foram trazidos de diferentes aldeias para auxiliar na carpintaria das construções das canoas. Não obstante, os índios foram fugindo paulatinamente. Desses 65 indígenas, sessenta eram da Companhia de Jesus, apenas um índio seria da aldeia dos capuchos e os outros seriam alforriados. Com as

fugas em massa, estava instalada a desordem, conseqüentemente o atraso nas construções das embarcações. Ao solicitar que fossem atrás desses desertores, só trouxeram quinze, os demais já tinham se evadido para outras áreas da região, que de certo modo, eram conhecidas dos próprios índios (GUZMÁN; RAIOL JÚNIOR, 2019, p. 192).

Os índios e, mais ainda, a existência dos mocambos são demasiado complexos para serem atribuídos apenas às ações dos jesuítas – não que estes não fossem habilidosos o bastante para tal empreendimento. Mas, principalmente, porque o impulso originário, do qual resultaram as ações dos mocambos, deveu-se firmemente ao domínio de sua autonomia, isto é, pela atitude de natureza independente desses sujeitos. Para Sampaio (2003):

o que se pode perceber claramente é que o projeto de civilização pombalino foi modificado por conta das condições coloniais de sua aplicação e pela intervenção direta dos personagens desse mundo, fossem considerados como agentes de execução, fossem vistos como objetos dessas intervenções civilizadoras. (SAMPAIO, 2003, p. 91).

Creemos ser correto afirmar que a existência e manifestação dos mocambos – como um corpo estranho na sociedade colonial, lutando pelo domínio de terras, com ação produtiva e como fenômeno social e cultural, com laços de resistência e solidariedade, dirigidas como um todo a um novo âmbito de vida coletiva – correspondem à expansão de um mundo paralelo e pleno de especificidades em relação a uma sociedade diferente e com valores antagônicos. Pode-se notar que essa incidência intermitente de “gente fugida” (os índios) contraria em múltiplos aspectos os objetivos do governo. Vemos assim, em sua origem e natureza, os mocambos de índios representarem um comportamento social, não isolado, de um mundo infenso, que não quer se sujeitar a um determinado universo material e espiritual com manifestações assumindo formas ousadas. Talvez o exemplo mais notável tenha ocorrido em Santa Ana de Macapá, no rio Maraquena, onde, em 15 de abril de 1752, o padre Inácio José Pantoja, relatou uma organização com produção economicamente autônoma pois nos lotes onde viviam os índios havia roças produtivas que poderiam abastecer “as munições das Prassas de Macapá com menos depezas de que se faz hoje da Fazenda Real” (CÓDICES DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ, [1769], doc. 13).

É assim que as próprias autoridades locais (militares, religiosos e políticos fiéis ao Marquês de Pombal) preocuparam-se com o domínio da ordem estável da sociedade em relação à desagregação dos valores e das relações morais e sociais das aldeias e vilas. O governo, sobre todos os assuntos que discorria internamente, parece referir-se literal e sub-repticiamente a um confronto com a existência e os

efeitos da atividade daqueles que não mais se introduzem nos quadros da ordem colonial e que se incorporam em fugas e mocambos. Cabe ressaltar que uma característica delimitadora desta população subalterna, tanto a população indígena em aldeias como a dos mocambos, é a sua ferrenha vontade de sobrevivência e resistência cultural, dado que “os índios não se sujeitavam pacificamente a qualquer dominação” (GUZMÁN; RAIOL JÚNIOR, 2019, p. 199).

Ao analisar as fontes históricas referentes ao assunto indígena, foi possível compreender as diferentes formas em que se davam as ações dos índios. As mais comuns foram as evasões para as matas, além das negociações e das alianças que comumente os índios faziam. Outro aspecto que também refletia a atividade indígena foi o embate, por meio do qual os índios lutavam em prol de si ou de grupos étnicos. Mas, não é de modo geral que essas ações se mostravam de maneira clara, muitas dessas atuações se apresentavam de forma “velada” ou “sutil”. (GUZMÁN; RAIOL JÚNIOR, 2019, p. 198).

Portanto, nativos e pobres trabalhadores foram atores sociais que também impulsionaram política e economicamente a região, construindo os cenários que viriam a compor e formar o estado do Grão-Pará e Maranhão.

[...] Podemos observar o complexo e delicado universo de relações e jogos de poder existentes no estado do Grão-Pará e Maranhão na temporalidade em questão, onde os principais sujeitos – ordens religiosas, clérigos seculares, autoridades locais e metropolitanas, colonos/moradores e ameríndios Principais, demais aldeados e arredios – criavam suas teias de interesses no campo das relações interpessoais, para poderem exercer suas relações de dominação e subordinação no âmago daquele mosaico social emergente (RIBEIRO; PONTE, 2017, p. 113).

Por estes motivos, as categorias *índios* ou *européus, dominados* ou *dominantes* – e acrescenta-se aqui, *governo* ou *religiosos* – são simplórias para descrever a complexidade das relações de poder que se estabeleceram nos conflitos que cercam a formação deste Estado e que se estabeleceram nos sertões amazônicos deste período (SOMMER, 2005). Abrangendo os mais diversos autores que vêm aos poucos sendo evidenciados na historiografia deste Estado e destacando sua formação como cada vez mais diversa e complexa.

CONCLUSÃO

À luz das reflexões sobre as origens do Estado do Grão-Pará e Maranhão, podemos afirmar que este processo se assentou sobre ações governamentais de três eixos: o povoamento da região com ações cujo escopo era a interiorização

a partir de expedições de captura de trabalhadores indígenas, livres ou escravos, a serem utilizados em diferentes contextos, mesmo antes e durante o escravizamento de negros; a reorganização dos territórios em “lugares” ou “vilas” que passam a ser denominadas com nomes de cidades portuguesas; o estímulo à agricultura e ao comércio para potencializar a economia da região que já vinha englobando esforços desde períodos pré-pombalino; e controle direto do Estado, que se derivou de uma conturbada relação entre os governantes, religiosos, intermediários, índios e indivíduos de mocambos, em especial no que diz respeito ao controle do trabalho indígena, que era o centro da disputa entre colonos e missionários, e se prolongou até a posse do Marquês de Pombal, em torno de 1750, cuja política de exploração do território teve como consequência a expulsão dos jesuítas de Portugal e dos seus domínios.

Ressaltando-se a complexidade dessas conexões e a necessidade de uma compreensão em torno de suas transformações, permanências e desintegrações do período pré-pombalino ao pombalino, que enfatizam um Estado não de periferia – por se constituir “separado” do Estado do Brasil – mas como lugar de fundamental importância e relação constante com o seu Estado vizinho.

O processo de ascendência desse Estado demonstra a desorganização do trabalho nas aldeias e a própria sustentação dos religiosos no mercado de gêneros, em grande parte pelos anos de isenção fiscal e autoridade por parte do Estado nas atividades econômicas, o qual, ao tentar tornar-se majoritário, inicia uma disputa acirrada de controle das aldeias com os intermediários e religiosos, cujo verdadeiro ponto de discórdia, como vimos, não estava na extinção ou defesa da escravidão, mas no estabelecimento sobre quem exerceria o controle sobre o trabalho indígena.

Recorrendo à expulsão dos religiosos ou à segregação dos mesmos a atividades exclusivamente doutrinárias e catequistas, assim como a medidas que proclamavam a “liberdade dos índios” para sua política de territorialização e colonização, a Coroa abriu espaço para uma maior exploração do trabalho dos nativos, que se mostraram cada vez menos pacíficos em relação à colonização.

Esta disputa fez do Estado do Grão-Pará e Maranhão um Estado assentado na desterritorialização, escravização e corrupção, sempre em busca de um maior domínio português sobre a colônia. Mas também evidenciou um cenário formado por diversos atores que encontraram mecanismos de resistência à colonização, principalmente por parte dos indígenas, em que diversos grupos formaram uma sociedade colonial heterogênea e deram novos e particulares sentidos para a formação desse Estado, dessa Amazônia – e por que não falar em *Amazônias*? Indicando que a formação do Estado do Grão-Pará e Maranhão se constituiu um

processo que se mostra cada vez complexo e rico nos estudos historiográficos que se preocupam no estudo de não uma, mas de muitas Amazônias.

De fato, o governo pombalino se constituiu em um divisor de águas no cenário de colonização mas, diferentemente de uma ruptura nas relações de dominação, tratou-se mais de uma permanência – com destaque para o cultivo da terra e o investimento na agricultura, além da doutrinação eurocêntrica dos nativos e seus territórios – por meio de medidas que buscavam reestruturar o estado e a Amazônia portuguesa ainda fundadas em culturas e territórios ancestrais; o que pode ter se constituído em forte empecilho para a concretização do ideal de criação do “novo estado” idealizado por Mendonça Furtado.

REFERÊNCIAS

- AVELLAR, H. A. **História administrativa e econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fename, 1970.
- BEOZZO, J. O. **Leis e regimentos das missões: política indigenista no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1983.
- BERGER, M. **Educação e dependência**. São Paulo: DIFEL, 1984.
- CAEIRO, J. **Sobre o exílio das províncias transmarinas da Assistência portuguesa da Companhia de Jesus durante o Ministério do Marques de Pombal**. Baía: Academia Brasileira de Letras, 1936.
- CÓDICES DO ARQUIVO PÚBLICO DO PARÁ n° 01. Belém: Arquivo Público do Estado do Pará, [1769].
- COLLECÇÃO DA LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA desde a ultima compilação das ordenações, do Desembargador Antonio Delgado da Silva pelo mesmo: Anno de 1750 a 1762. Lisboa: Typ. de Luiz Correa da Cunha, 1829.
- COSTA, P. M. C. De mãos dadas pela foz do rio Amazonas: vilas e povoamentos na costa setentrional do Grão-Pará na segunda metade do século XVIII. **Escritas do Tempo**, Marabá, v. 1, n. 1, p. 117-139, 2019.
- DIAS, M. N. **Fomento e mercantilismo: a companhia geral do Grão-Pará e Maranhão (1755- 1778)**. Belém: UFPA, 1970.
- DIAS, C. L. Os índios, a Amazônia e os conceitos de escravidão e liberdade. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 33, n. 97, p. 235-252, 2019.
- DIAS, C. L.; BOMBARDI, F. A.; COSTA, E. G. Dimensão da população indígena incorporada ao estado do maranhão e grão-pará entre 1680 e 1750: uma ordem de grandeza. **Revista de História**, São Paulo, n. 179, a08619, 2020.

DIRECTORIO que se deve observar nas Povoações dos Índios do Pará, e Maranhão em quanto Sua Magestade não mandar o contrario. *It: COLLECÇÃO DA LEGISLAÇÃO PORTUGUEZA desde a ultima compilação das ordenações, do Desembargador Antonio Delgado da Silva. Pelo mesmo Anno de 1750 a 1762.* Lisboa: Typ. de Luiz Correa da Cunha, 1829. Não paginado.

DOMINGUES, A. Sem medo de deus ou das justiças: os poderosos do sertão e o discurso colonial de Francisco Xavier de Mendonça Furtado para os indígenas do Grão-Pará (segunda metade do século XVIII). *It: DOMINGUES, A.; RESENDE, M. L. C.; CARDIM, P. (org.). Os indígenas e as justiças no mundo ibero-americano (Sécs. XVI-XIX).* Lisboa: CHAM, 2019. p. 129-155.

GOMES, F. S. O “campo negro” de Iguaçu: Escravos, camponeses e mocambos no Rio de Janeiro (1812-1883). *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v. 25, p. 43-72, 1993.

GUZMÁN, D. A.; RAIOL JUNIOR, L. A reorganização e a fluidez do uso da mão de obra indígena no Grão-Pará: segunda metade do século XVIII (1750-1765). *Tellus*, Campo Grandes, ano 19, n. 39, p. 177-205, 2019.

LAPA, J. R. A. *Livro da visitação do Santo Ofício da Inquisição ao Estado do Grão-Pará (1763-1769).* Petrópolis: Vozes, 1978.

LEITE, S. *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Lisboa: Livraria Portugália, 1943.

LINHARES, M. Y. L. (org.). *História geral do Brasil.* Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MAURO, F. (coord.). *O Império luso-brasileiro (1620-1750): nova história da expansão portuguesa.* Lisboa: Estampa, 1991. t. VII.

MAXWELL, K. R. *A devassa da devassa: a inconfidência mineira - Brasil-Portugal - 1750- 1808.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

MENDONÇA FURTADO, M. C. (ed.). *A Amazônia na era pombalina: correspondência inédita do governador e capitão-general do Estado do Grão-Pará e Maranhão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, 1751-1759.* Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1963. 3 tomos.

MOREIRA NETO, C. A. *Índios da Amazônia: de maioria a minoria (1750-1850).* Petrópolis: Vozes, 1988.

NOVAIS, F. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808).* São Paulo: Hucitec, 1983.

OLIVEIRA, R. L. O Estado do Grão-Pará e Maranhão na nova ordem política pombalina: a companhia geral do Grão-Pará e Maranhão e o diretório dos índios (1755-1757). **Almanack Braziliense**, São Paulo, v. 3, p. 124-134, 2006.

RAVENA, N. **Abastecimento**: falta, escassez do “pão ordinário” em vilas e aldeias do Grão-Pará. 1994. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1994.

RIBEIRO, B. E.; PONTE, V. S. Por uma história dos índios no Grão-Pará: estratégias, dinâmicas e protagonismos indígenas no contexto do Diretório Pombalino (1757-1798). **Resgate**: revista interdisciplinar de cultura, Campinas, v. 25, n. 1, p. 111-134, 2017.

ROCHA, R. A. Aldeamentos missionários no estado do Maranhão e Grão-Pará (1700- 1750). **Revista Habitus**: revista do instituto goiano de pré-história e antropologia, Goiânia, v. 17, n. 2, p. 379-393, 2020.

ROLLER, H. F. Expedições coloniais de coleta e a busca por oportunidades no sertão amazônico, c. 1750-1800. In: **Revista de História**, São Paulo, n. 168, p. 201-243, 2013.

SAMPAIO, P. M. Cidades desaparecidas na Amazônia portuguesa: poiares, séculos XVIII e XIX. **História Social**, São Paulo, n. 10, p. 73-100, 2003.

SANTOS, F. V. **O governo das conquistas do Norte**: Trajetórias administrativas no Estado do Grão-Pará e Maranhão (1751-1780). 2008. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SOMMER, B. Colony of the Sertão: Amazon Expeditions and the Indian Slave Trade. **The Americas**, [s. l.], v. 61, n. 3, p. 401-428, 2005.

SOUZA JUNIOR, J. A. A Companhia de Jesus e a questão da escravidão de índios e negros. **Revista Eletrônica do Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, n. 55, ago. 2012. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/materia03/>. Acesso em: 10 jun. 2021.

VIEIRA, A. **Escritos instrumentais sobre os índios**. São Paulo: EDUC, 1992.

Texto submetido à Revista em 08.06.2020

Aceito para publicação em 28.05.2021



Conflitos socioambientais em sítio Ramsar: Brutalidade e expulsões na região da Baixada Ocidental Maranhense

Socio-environmental conflicts in Site Ramsar: brutality and expulsions in Western Lowland region of Maranhão

Joaquim Shiraishi Neto - Doutor em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor visitante da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCSOC). E-mail: shiraishineto@gmail.com

Rosirene Martins Lima - Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA). E-mail: rosirenelima@uol.com.br

Ciro Souza Brito - Mestre em Agriculturas Amazônicas pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Professor de Direito no Centro Universitário da Amazônia. E-mail: ciros Brito@gmail.com

Resumo

Conflitos recentes na Baixada Ocidental Maranhense indicam uma maior pressão sobre a região, reconhecida como sítio Ramsar desde 2000. “Brutalidades” e “expulsões” são os termos aqui utilizados, por expressarem melhor a abrangência e a intensidade dos processos em curso, que devastam a biosfera e todas as formas de vida ali existentes. Este artigo objetiva refletir sobre esses processos, que ameaçam as maneiras de ser, de fazer e de viver das comunidades tradicionais, as quais constituíram um complexo sistema de uso comum das terras, das florestas, dos lagos e dos rios na região. Os resultados preliminares da pesquisa levantados em contextos diversos, a partir da observação direta e de entrevistas, apontam para a agudização dos confrontos entre o agressivo avanço do capital e a reinvenção das formas de luta das comunidades, orientada por uma maior consciência identitária.

Palavras-chave

Conflitos socioambientais. Sítio Ramsar. Comunidades tradicionais. Maranhão.

Abstract

Recent conflicts in the Baixada Ocidental Maranhense indicate greater pressure on the region, recognized as a Ramsar site since 2000. “Brutalities” and “expulsions” are the terms used here, as they better express the scope and intensity of the ongoing processes, which devastate the biosphere and all forms of life there. This article aims to reflect on these processes, which threaten the ways of being, doing and living of traditional communities, which constituted a complex system of common use of land, forest, lakes and rivers in the region. The preliminary results of the research raised in different contexts, from direct observation and interviews, point to the intensification of the confrontations between the aggressive advance of capital and the reinvention of the forms of struggle of the communities, guided by a greater identity awareness.

Keywords

Social and environmental conflicts. Ramsar site. Traditional communities. Maranhão.

INTRODUÇÃO

Há muito as discussões sobre o melhor modelo de desenvolvimento para o Maranhão dominam os discursos políticos, que, sob a batuta de gestores e planejadores, debruçados sobre dados estatísticos e pranchetas, esboçam projetos e programas de intervenções para as diferentes regiões do estado. A pretexto de desenvolver a agropecuária, foi introduzida na região da Baixada Ocidental a criação de búfalos. Passados mais de 60 anos, os resultados revelam um enorme passivo socioambiental, agravado pela agressiva expansão do capital, que devasta a biosfera e as formas de vida ali existentes.

Os processos de devastação em curso na Baixada Ocidental Maranhense, assim como em várias partes da África e da Ásia, apresentam em comum a abrangência e a intensidade, razão pela qual se justifica o uso dos termos “brutalidades” e “expulsões” (SASSEN, 2015)¹ para qualificar os agudos conflitos envolvendo os criadores de búfalos e as comunidades tradicionais nessa região do Maranhão, os quilombolas, as quebradeiras de coco, os pescadores artesanais e o povo indígena gamela². Tais comunidades possuem múltiplas identidades, que são acionadas de acordo com os contextos. Nas duas situações observadas, as mulheres autodenominam-se ora quilombolas, ora quebradeiras de coco, podendo identificar-se como pescadoras artesanais ou mesmo como indígenas.

Com a decadência e a desagregação do sistema escravista-monocultor, essas comunidades têm desenvolvido “modelos locais de natureza” (ESCOBAR, 2016), capazes de garantir a reprodução da vida em suas diferentes formas, o controle dos territórios tradicionalmente ocupados e a equitativa distribuição dos recursos. Para Floriani (2017), tais situações estariam ligadas a uma ética socioecológica que a um só tempo enuncia os ideais de justiça ambiental e denuncia as injustiças decorrentes da desproporcional distribuição de poder sobre as bases materiais de reprodução e desenvolvimento. Aliás, as noções de “justiça ambiental” de Acsegrad, Herculano e Pádua (2004, p. 10)³ e de “racismo ambiental” de Bullard (2000, 2004) orientam as reflexões de todo este texto.

Afirmam os primeiros autores:

No Brasil, país caracterizado pela existência de grandes injustiças, o tema da justiça ambiental vem sendo *reinterpretado de modo a ampliar o seu escopo*

¹ Sobre esses processos na África, recomenda-se o documentário *Planeta em venta*, dirigido por Alexis Marant (PLANETA..., 2017).

² Desde 2013, o povo gamela tem-se organizado para a retomada de seu território ancestral, localizado nos municípios de Viana e Matinha. Sobre esse processo, designado pela antropologia como “etnogênese”, conferir o trabalho de Coelho e Almeida (2018).

³ A propósito, consultar também Acsegrad (2004).

[...]. As gigantescas injustiças sociais brasileiras encobrem e naturalizam um conjunto de situações caracterizadas pela desigual distribuição de poder sobre a base material da vida e do desenvolvimento. A injustiça e a discriminação, portanto, aparecem na *apropriação elitista do território e dos recursos naturais, na concentração dos benefícios usufruídos do meio ambiente e na exposição desigual da população à poluição e aos custos ambientais do desenvolvimento* (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004, p. 10, grifo nosso).

O “racismo ambiental”, afirma Bullard (2000, 2004), estaria vinculado às iniquidades, que servem de base para a exploração da terra, das pessoas e dos recursos naturais. No caso da Baixada, excluem-se todos aqueles que não se enquadram no modelo de desenvolvimento⁴ concebido pelo Estado ao longo das décadas. Em outros termos: certos enquadramentos epistemológicos determinam as vidas que merecem ser vividas (BUTLER, 2017); daí a naturalização do uso dos dispositivos de violência contra as comunidades tradicionais da região da Baixada Ocidental Maranhense, o que gera brutalidades e expulsões.

Os búfalos, as cercas elétricas e as formas de privatização das águas parecem justificar-se *per se*, na medida em que as comunidades tradicionais estão *out* dos enquadramentos do modelo de desenvolvimento determinado pelos governos para essa região do estado, possuidora de um ecossistema específico, designado pelo senso comum como “pantanal maranhense”⁵.

No caso, a análise dos conflitos socioambientais partiu de duas situações empiricamente observadas: a da Reserva Extrativista Enseada da Mata, no município de Penalva, e a da Sesmaria do Jardim, em Matinha. Ambos os territórios estão em processo de criação e de titulação pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), respectivamente, porque os grupos que lá se encontram são categorizados como população extrativista e comunidade de remanescentes de quilombo.

As situações observadas podem ser lidas como exemplares dos problemas existentes na região, decorrentes das intervenções dos governos do Maranhão. Elas representam os conflitos existentes em torno das disputas territoriais que são vividas por comunidades de quilombos, quebradeiras de coco, pescadores e indígenas.

⁴ A propósito de uma discussão crítica acerca da noção de desenvolvimento, sugere-se a leitura de Arturo Escobar (2012). O trabalho de Maristela de Paula Andrade (2017), resultado de um laudo antropológico, e o de Pedro e Sant’Ana Júnior (2018) representam exercícios convidativos para se pensar sobre o modelo de desenvolvimento em curso no Maranhão.

⁵ A propósito do modo como se referem a esse ecossistema específico os meios de comunicação, ver a reportagem do programa da Rede Globo *Repórter Mirante* sobre as belezas e os contrastes naturais da Baixada Maranhense (REPÓRTER..., 2021).

O objetivo do artigo⁶, portanto, é refletir sobre os processos em curso na região da Baixada Ocidental Maranhense, que ameaçam as maneiras de ser, de fazer e de viver das comunidades tradicionais, as quais constituíram um complexo sistema de uso comum das terras, das florestas, dos lagos e dos rios. Ressalte-se que, desde o final da década de 90 do século XX, os autores acompanham as transformações sociais, econômicas e ambientais na região, na condição quer de pesquisadores, quer de advogados⁷. Os dados aqui utilizados foram recolhidos nesse período. Para a confecção deste artigo, especificamente, os autores recorreram a um conjunto de documentos (estudos, relatórios, cartas, documentários) relativos a esses grupos, bem como a técnicas de observação direta, entrevistas semiestruturadas e conversas realizadas em distintos contextos.

O artigo está organizado em três seções, assim nomeadas: “Práticas de uso comum da terra e da natureza: uma região específica”, “Búfalos e cercas elétricas: naturalização dos dispositivos de violência” e “Privatização dos usos das águas: formas de represamento para a melhoria da produção”.

Na primeira seção – “Práticas de uso comum da terra e da natureza: uma região específica” –, é analisada a construção da região com base em seu contexto social, econômico e ambiental. Como parte intrínseca dessa construção, destaca-se o papel das comunidades. Elas souberam organizar esse complexo sistema de uso comum das terras, das florestas e das águas, hoje sob grave ameaça. Os “modelos locais de natureza” elaborados foram e continuam sendo imprescindíveis para a garantia da distribuição equitativa dos recursos, bem como para o controle e a defesa dos territórios tradicionalmente ocupados.

À luz das situações concretas, examinam-se os dispositivos, isto é, as técnicas e os mecanismos de controle que geram brutalidades e expulsões. O não enquadramento das comunidades na moldura de desenvolvimento estabelecida para a região tem facultado toda sorte de violência contra elas. O que se destaca é a agudez dos processos, muito mais intensos e abrangentes que em décadas passadas. Tudo isso é visto na segunda seção, intitulada “Búfalos e cercas elétricas: naturalização dos dispositivos de violência”.

⁶ Este artigo foi escrito no âmbito do projeto de pesquisa intitulado “Conflitos socioambientais em sítio Ramsar: modelos de natureza e direitos territoriais em disputas”, com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (Fapema), conforme o Edital 035/2018.

⁷ Na condição de pesquisador do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), elaborei mapa, fascículo e livro (ALMEIDA; SHIRAIISHI NETO; MARTINS, 2005). Como advogado, realizei o estudo da situação fundiária para a criação da Resex Enseada da Mata (SHIRAIISHI NETO, 2011). Brito (2018) fez a sua pesquisa de mestrado na comunidade quilombola Sesmaria do Jardim.

A terceira seção – “Privatização dos usos das águas: formas de represamento para a melhoria da produção” – focaliza as intervenções mais recentes na região, as quais, a pretexto da melhoria do sistema de produção local, introduziram as atividades de piscicultura e de carcinicultura.

Os resultados preliminares da pesquisa apontam para uma agudização dos confrontos, acompanhada de uma maior tomada de consciência da questão identitária na região. Contudo, o momento vivido pelo país, com o desmonte das políticas territoriais e ambientais, coloca em questão as próprias estratégias adotadas por essas comunidades.

1 PRÁTICAS DE USO COMUM DA TERRA E DA NATUREZA: UMA REGIÃO ESPECÍFICA

A Baixada Ocidental Maranhense faz parte do que tem sido designado pelos intérpretes do Maranhão como área de “colonização antiga”. Ela difere das áreas de colonização espontânea do estado, que sofreram a penetração das frentes nordestinas em busca de terras férteis, fugindo das secas do Nordeste e das formas de imobilização da força de trabalho (VALVERDE, 1957; VELHO, 1981).

Na década de 60 do século XX, as medidas do governo do Maranhão para as áreas de fronteira destinavam-se a modernizar o setor agrícola do estado e a resolver as tensões existentes na região de colonização antiga (ALMEIDA; MOURÃO, 1976).

Justamente na área de colonização antiga do estado, as transformações da estrutura agrária decorreram do que foi denominado decadência e desagregação do sistema escravista-monocultor exportador no final do século XIX e início do século XX (ANDRADE, 1999; SÁ, 2007). Quando os preços da cana-de-açúcar e do algodão despencaram no mercado internacional, os grandes proprietários de terras na região venderam, doaram ou mesmo abandonaram os seus domínios em favor dos seus ex-escravos e dos trabalhadores livres (ALMEIDA, 1989).

A derrocada do sistema gerou a formação de um campesinato livre (SÁ, 2007) que, à margem, passou a se dedicar à agricultura de base familiar nas grandes propriedades de terras na condição de ocupantes. A situação dos autodenominados “caboclos da Terra de Índios” na região, segundo Paula Andrade (1999), não se enquadraria nesse esquema explicativo, já que a hipótese levantada pela autora é de que a constituição do grupo por ela estudado “[...] teria se iniciado a partir da segunda metade do século XVII, quando da ‘domesticação’ dos gamelas. Não foram escravos ou agregados das grandes fazendas, que nelas permaneceram depois da decadência” (ANDRADE, 1999, p. 76).

Lembra O'Dwyer (2007) que a emergência do campesinato negro comunal na Baixada Ocidental Maranhense foi analisada inicialmente por Sá, cujas reflexões foram reelaboradas e inseridas por Alfredo Wagner Berno de Almeida em uma discussão mais ampla, envolvendo os sistemas de uso comum na estrutura agrária brasileira.

Ao sistematizar os dados no Brasil, Almeida (1989) constata que as situações estudadas por Sá e Paula Andrade na Baixada, assim como outras – a dos faxinais no Sul do Brasil, por exemplo, examinadas por Horácio Martins Carvalho (1984) –, foram ignoradas nas reflexões e políticas agrárias, embora extremamente relevantes para os grupos sociais, já que lhes possibilitaram a garantia e o controle dos territórios. Na Baixada Ocidental Maranhense, Paula Andrade (1999) sublinha que as práticas sociais de uso comum constituíram estratégias utilizadas no período dos conflitos, como forma de defesa dos territórios tradicionalmente ocupados.

As garantias de produção e de reprodução desse campesinato negro comunal, como referiu O'Dwyer (2007), decorreram de uma situação econômica específica e de um espaço com condições ecológicas bastante particulares, descritas em vários trabalhos (ABREU, 1931; LOPES, 1970⁸).

Os referidos autores maranhenses descrevem a Baixada Ocidental como uma enorme porção de terras alagadas, formada por lagos e rios, que se estendem por vários municípios do estado, todos situados na pré-Amazônia maranhense. Em sua obra *Na Terra das Palmeiras*, Froes Abreu destaca: “[...] Os campos da baixada constituem uma das feições que definem a terra *maranhense e a tornam semelhante ao tipo amazônico*; os campos do litoral são *um símile dos do baixo Amazonas e Marajó*” (ABREU, 1931, p. 11, grifo nosso).

Diante de tais feições ecológicas, a Baixada foi decretada Área de Proteção Ambiental (APA) por meio do Decreto Estadual n.º 11.900, de 11 de fevereiro de 1991 (MARANHÃO, 1991a), e, em 2000, reconhecida como sítio Ramsar. No Maranhão, outras duas áreas também foram reconhecidas pela Convenção de Ramsar: a APA das Reentrâncias Maranhenses, em 30 de novembro de 1993, contígua à APA da Baixada, em direção ao litoral (ver Mapa 1), e o Parque Estadual Marinho do Parcel de Manuel Luís, incluindo os Baixios do Mestre Álvaro e Tarol, em 29 de fevereiro de 2000⁹.

De 1971, a Convenção de Ramsar (BRASIL, 1996) é um tratado internacional assinado pelo Brasil, cujo objetivo é promover a conservação e

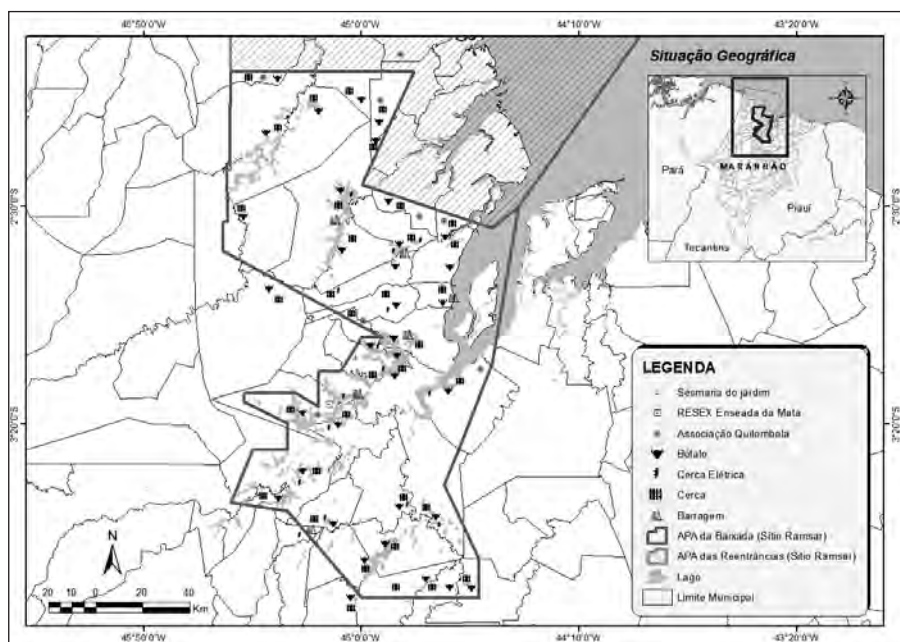
⁸ Sobre uma antropogeografia da região da Baixada Ocidental Maranhense, ler a descrição de Raimundo Lopes (1970, p. 120-147).

⁹ A relação dos sítios Ramsar no Brasil pode ser consultada em Brasil ([2018?]).

o uso racional das zonas úmidas. A definição de zonas úmidas adotada por ela é bastante abrangente, incluindo ambientes de água doce, salobra ou salgada. Segundo o Ministério do Meio Ambiente, essas zonas são importantes:

[...] oferecem diversos serviços (controle de enchentes, purificação de água, retenção de carbono, proteção da linha de costa, etc.) e produtos (solo rico para agricultura, água potável, fibras para utensílios e construção, combustível, recursos pesqueiros) e, portanto, são vistas como áreas de interesse estratégico tanto do ponto de vista ambiental como do desenvolvimento socioeconômico (BRASIL, [entre 2007 e 2010], p. 5).

Mapa 1 – Região da Baixada Ocidental Maranhense



Fonte: Grupo de Pesquisa Cidade, Território e Meio Ambiente (Citema), 2018.

Tais são as condições que permitiram a constituição da Baixada Ocidental Maranhense como uma região específica (SÁ, 2007). Aqui nos atrevemos a afirmar que essa região forma uma imensa unidade territorial de comunidades tradicionais, onde até pouco tempo atrás os cercos não se fechavam, a exemplo dos cerrados maranhenses. De sorte, observa-se uma forte relação entre as diversas dimensões de vida das comunidades, que se relacionam entre si, baseadas em critérios de solidariedade e de reciprocidade.

Na Reserva Extrativista Enseada da Mata e na Sésmania do Jardim, foi observada detidamente a maneira como são organizadas a lida e as atividades

produtivas. Elas associam a roça – cultivada nos períodos do verão e do inverno, diferentemente de outras regiões do próprio estado – às práticas extrativistas. A pesca artesanal ocorre nos chamados “puções” ou “poções”¹⁰, que se formam nos campos naturais inundáveis constituídos pela área ciliar¹¹ e pelos campos cobertos¹².

Os chamados “puções” ou “poções” são locais mais profundos que se formam nos campos naturais inundáveis onde a água é limpa – espécie de laguinhos. Segundo dona Maria Nice Machado Aires, são ideais para as atividades da pesca realizadas durante todo o período do ano, no verão e no inverno, daí os cuidados em manter os puções ou poções sempre limpos para que os peixes possam adequadamente se reproduzir. Esse tipo de interação está inserido em uma racionalidade que revela a profunda relação de respeito entre as comunidades e a natureza. Como salientou Vandana Shiva, “[...] a terra dá presentes aos homens que, em troca, devem mostrar diligência para com ela, não abusando de sua generosidade” (SHIVA, 2005, p. 206, tradução nossa).

Independentemente da localização dos puções ou poções – mais próximos ou distantes de determinadas comunidades – ou do nome que os identificam¹³, o seu uso é comum às famílias: “Ele é de todo mundo, as pessoas só pegam o peixe para o almoço” (informação verbal)¹⁴. Tais práticas socioambientais, que se circunscrevem às atividades de pesca nos campos realizadas pelos moradores das comunidades, demonstram um cuidado absoluto e o domínio sobre os ciclos da natureza diante do frágil ecossistema, associando o saber e o fazer a um senso de justiça ambiental, uma vez que é garantido a todos os moradores o direito de acesso e de uso comum dos recursos de modo indistinto e na medida de suas capacidades e necessidades. Dito de outro jeito, ninguém pesca o peixe para acumular ou enriquecer.

¹⁰ É interessante observar que, na literatura levantada, essa questão dos puções ou poções passou despercebida pelos pesquisadores, que na época estavam ocupados com outras questões. Quase não há referência a essa prática, que tem as suas particularidades ancoradas em um saber prático, construído coletivamente.

¹¹ A área ciliar fica na beira do campo, ela enche e seca durante o ano, acompanhando os ciclos do inverno e do verão. Nela, é possível encontrar uma diversidade de animais (capivara, paca, jacaré, tamanduá etc.) e madeiras (marajá, cambucá, pitara, caju-do-mato, pau-d’arco, fava etc.).

¹² Os campos cobertos, por sua vez, mantêm-se alagados durante todo o ano. Vários animais escondem-se ali (cobras, jacarés, poraquês etc.). A mata dos campos cobertos (juçara, bacaba, pequi, bacuri etc.) tem uma função importante na dieta das comunidades.

¹³ Geralmente, o puçõ ou poção leva o nome do pescador mais antigo, daquele que sempre pescou no local. Na Sesmaria do Jardim, por exemplo, destacamos os seguintes: Poção do João Carlos, do Laguinho, do Ciro e das Neve.

¹⁴ Informação fornecida pela Dona Maria Nice Machado Aires, em entrevista realizada no dia 2 de agosto de 2018.

Em algumas comunidades da Baixada, subsiste a prática dos mutirões ou adjuntos¹⁵, que, no caso, se organizam em torno da quebra do coco-babaçu, coletado das palmeiras, consideradas árvores-mães¹⁶. Os mutirões ou adjuntos são realizados em momentos de precisão das famílias, quando se veem obrigadas a extrair uma maior quantidade de amêndoas para suprir as necessidades mais imediatas.

Como visto, as atividades da roça e do extrativismo são realizadas de forma autônoma, segundo um sistema de uso comum da terra, das florestas e das águas. Não obstante os limites impostos pelos domínios da propriedade da terra, elas são efetuadas livremente, condicionadas às necessidades e à capacidade de trabalho de cada unidade familiar.

As práticas de uso comum, que envolvem o saber tradicional dos moradores das comunidades sobre os ciclos naturais, divididos entre verão e inverno, expressam “modelos locais de natureza” (ESCOBAR, 2016)¹⁷, construídos como forma de garantir a reprodução física e cultural e a defesa dos territórios. Nas situações apresentadas, natureza e cultura, assim como indivíduo e comunidade, constituem partes indissociáveis de um todo¹⁸.

O cercamento das terras tradicionalmente ocupadas, incluindo os campos naturais inundáveis, por aqueles que se intitulam proprietários, desorganiza esse sistema de reprodução das comunidades, além de representar uma grave violação de direito, tipificando crimes, já que esses espaços pertencem ao patrimônio do estado e da União, ou mesmo às próprias comunidades, que receberam essas terras com a decadência e a desagregação do sistema escravista-monocultor (ALMEIDA, 1989).

Os conflitos socioambientais gerados pela apropriação ilegal das terras mostram a face violenta dos processos em curso desde o final dos anos 1980 do século XX. Eles devastam a biosfera e expulsam da região essas comunidades, que, ao longo das décadas, construíram uma maneira própria de recuperar, de manter os ritmos e fluxos e de cuidar da natureza, desgastada pela intensa exploração agrícola do sistema monocultor exportador.

¹⁵ “Mutirões” ou “adjuntos” são os termos utilizados pelas comunidades para expressar na região formas de trabalho que envolvem ajuda mútua. Em outros locais do Brasil, outras palavras são empregadas, como “puxirão”, no Paraná. Sobre a origem das formas de ajuda mútua no país, consultar Caldeira (1956).

¹⁶ As reflexões sobre as palmeiras de babaçu como árvores-mães podem ser vistas em Shiraishi Neto (2017a). Tal ideia aproxima-se do que foi denominado “ecofeminismo” (MIES; SHIVA, 1993).

¹⁷ O trabalho de Fernando Coronil (2016) sobre a representação da natureza em um mundo globalizado revela a concepção de um modelo atrelado aos interesses do mercado financeiro. Referido trabalho serviu de fonte de inspiração para as reflexões sobre o papel do direito ambiental no Brasil, que constrói uma representação (SHIRAISHI NETO, 2017b).

¹⁸ A pesquisa de Prado (2007) sobre as festas em dois municípios da Baixada esclarece como esses grupos sociais organizam as suas maneiras de ser e de fazer.

Vale sublinhar que, mesmo nas áreas designadas como “terras altas”, o uso generalizado do fogo, de tratores e de correntes desmata, limpa e mata toda sorte de vida, para o plantio do capim e a criação de gado. Tais procedimentos sinalizam a velocidade e a dimensão dos danos socioambientais. “Terra morta, água morta”, título do último capítulo de Sassen (2015), encontra similitude com a tragédia das situações vividas na região da Baixada Ocidental: “Acabam com tudo... enquanto que nos campos naturais inundáveis acabam com os peixes e as águas, nas ‘terras altas’, o mato” (informação verbal)¹⁹. O relato de dona Maria Nice expressa a percepção, o sentimento de que os recursos naturais estão ficando cada vez mais escassos; daí sua luta e a dos seus “companheiros” pela criação da Reserva Extrativista Enseada da Mata.

2 BÚFALOS E CERCAS ELÉTRICAS: NATURALIZAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DE VIOLÊNCIA

Nas conversas, as lideranças foram uníssonas em afirmar que, hoje em dia, é possível observar a criação de búfalos e de cercas em toda a região da Baixada. As cercas elétricas começaram a ser instaladas em período recente. Enquanto na década de 1990 do século XX não se fazia alusão ao uso desse dispositivo de segurança, a partir de 2000, tornaram-se corriqueiros os relatos de acidentes causados pelas cercas elétricas.

Desde a época em que foram introduzidos na região, os búfalos são criados soltos nos campos naturais inundáveis, espalhando medo entre os moradores das comunidades, que vivem sob ameaça, sofrendo carreiras e ataques dos bichos.

As informações não são precisas sobre a data da introdução desses animais na região da Baixada Ocidental Maranhense. Segundo Muniz (2009), isso ocorreu no período do governo José Sarney (1966-1969), como parte do conjunto de estratégias de modernização da agricultura do estado, tida como atrasada, já que baseada na unidade familiar de produção camponesa²⁰.

A introdução da bubalinocultura na Baixada Maranhense se deu na segunda metade dos anos 1960, teve o apoio do Governo Estadual, visando o desenvolvimento econômico para a região. Porém não houve um planejamento que permitisse prever os impactos sociais e ambientais da introdução do animal em um ambiente ecologicamente sensível, com predominância da atividade da pesca, da caça e da agricultura de subsistência. A maior preocupação com o empreendimento foi o fator econômico, não foi levando em consideração

¹⁹ Informação fornecida pela Dona Maria Nice Machado Aires, em entrevista realizada no dia 2 de agosto de 2018.

²⁰ Para um retrato do Maranhão pelo governo Sarney, recomendamos o documentário *Maranhão 66*, dirigido por Glauber Rocha (MARANHÃO66, [1969?]).

as populações que vivem e se mantêm naquele território e dos recursos nele existentes (MUNIZ, 2009, p. 22, grifo nosso).

Por seu tamanho, os búfalos assoreiam os campos inundáveis, tornando-os impróprios, uma vez que a água fica suja, podre e fedorenta, segundo relatos. Além disso, comem os peixes e os pequenos animais, ameaçando todo o ecossistema aquático da região, cuja preservação é vital para a quantidade e a qualidade dos peixes e das aves migratórias²¹, que se deslocam em determinados períodos do ano, ocupando as extensas porções de terras alagadas, formadas por lagos e rios.

Os problemas decorrentes da criação dos búfalos nos campos naturais inundáveis atingem não só o frágil ecossistema, mas também os moradores das comunidades, que, de uma forma ou de outra, sofrem as consequências diretas do manejo inadequado. Dona Maria do Rosário Soares Ferreira, em entrevista realizada no dia 23 de julho de 2016, revelou-nos que o seu filho mais novo, conhecido como Bebero, teve sérias doenças de pele por causa do contato com as águas contaminadas por dejetos de búfalos. O diagnóstico foi feito após o alastramento de uma série de manchas brancas pelo corpo do garoto. Ele foi tratado por dermatologistas em São Luís e passou por diversos constrangimentos no período do tratamento, devido às marcas da doença que ficaram no seu corpo. A família arcou com todos os custos do tratamento – exames e medicação.

Isso tudo tem gerado uma espécie de guerra contra os búfalos, relatada em conversas, entrevistas, denúncias, audiências, ações judiciais e pesquisas. Algumas comunidades passaram a se organizar para enfrentar o problema, chegando a retirar à força os búfalos de seus territórios. Em entrevista realizada no dia 16 de junho de 2005, Edinaldo Padilha, conhecido como Cabeça, revelou que a comunidade quilombola de Camaputiua, localizada no município de Cajari, vizinho ao município de Penalva, diante de tantos problemas com os búfalos e das permanentes violações de direitos, viu-se na obrigação de resistir quando vários búfalos foram mortos.

Em 1989, a Constituição do Estado do Maranhão dispôs sobre a retirada dos búfalos da região da Baixada no artigo 46 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Contudo, imediatamente após a sua promulgação, o seu conteúdo foi alterado, sendo acrescentados os parágrafos 1.º, 2.º e 3.º, mediante a Emenda Constitucional n.º 5, de 3 de outubro de 1991 (MARANHÃO, 1991b).

²¹ A reportagem do programa *Repórter Mirante* (REPÓRTER..., 2021) destaca problemas recentes, provocados pelo aumento do número de biguás, que se deslocam do Pantanal para a região por causa das queimadas. Famintas e cansadas, essas aves disputam os peixes com os pescadores artesanais.

Essa manobra parlamentar praticamente inviabilizou o cumprimento do referido artigo, já que condicionou a retirada dos búfalos ao julgamento dos processos discriminatórios judiciais e administrativos em curso no Poder Judiciário e no Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma).

O problema é que o próprio governo – na hipótese, o Iterma – desconhece a existência e a situação de todos esses processos, ajuizados ainda nas décadas passadas, entre 1970 e 1980. O processo discriminatório do município de Matinha, por exemplo, estava, segundo técnicos do órgão, perdido no Iterma.

No município de Penalva, vários tomos do processo judicial não estavam no cartório, mas na residência da escritã, ironicamente também perdidos. As várias ações iniciadas ou ajuizadas já foram julgadas, restando a sua execução judicial. No entanto, a execução das ações implica uma outra ordem de problemas, talvez mais graves e desafiadores para o governo, pois boa parte das terras devolutas do estado foi transferida ilegalmente a terceiros, que reivindicam o seu domínio.

A aquisição das terras é seguida do açambarcamento de porções muito maiores no lote originariamente adquirido, avançando sobre as terras livres da região da Baixada, isto é, as terras tradicionalmente ocupadas pelas comunidades – essas últimas, como descrito acima, fruto de compra, doação ou abandono das terras pelos grandes proprietários diante da decadência e da desagregação do sistema escravista-monocultor.

O cercamento das terras, inclusive por meio do uso de cercas elétricas, consiste no terceiro ato de violência daqueles que se intitulam proprietários. Assusta, entretanto, a naturalidade como é tratado o uso desse tipo de tecnologia, já que essas cercas existem em quase todos os municípios da região.

As cercas elétricas são consideradas, pelos pretensos proprietários, a forma mais eficiente, pois conseguem segurar mais os moradores, impedindo sua passagem. As cercas de arame, por sua vez, não impedem sua entrada, podendo ser cortadas ou mesmo dribladas, isto é, ultrapassadas facilmente. Qualquer tentativa de transposição das cercas elétricas gera medo, ferimentos graves e até mortes, como foi relatado. Dona Núbia Mendes, em entrevista realizada em 24 de agosto de 2016, afirmou que, quando estava grávida, chegou a tomar um choque em uma cerca eletrificada. Ela ressaltou: “o perigo é maior quando o campo está cheio de água encobrendo as cercas, qualquer desatento pode sofrer uma descarga de energia e morrer” (informação verbal)²². Driblar as cercas e correr dos búfalos criados soltos nos campos naturais inundáveis fazem parte da rotina dos moradores, que se veem ameaçados.

²² Informação fornecida pela Dona Núbia Mendes, em entrevista realizada no dia 24 de agosto de 2016.

Do ponto de vista ambiental, as cercas também acarretam danos que incidem na vida das comunidades. Com cercamento, uma vegetação floresce nos campos, uma espécie de algodão nativo, que se alastra, juntamente com o capim, sobre os campos naturais inundáveis, enrolando-se nas cercas. Os espinhos do algodão dificultam ainda mais o acesso aos locais de pesca.

O descontrole do algodão e do capim, que se esparramam sobre os campos, dificulta a realização das atividades da pesca artesanal. Por isso, algumas práticas estão se perdendo, como a pesca de tarrafa e da rede. Outras maneiras de pescar, como o choque e a pudica, mantêm-se, embora com muitas dificuldades, diante das situações que colocam em risco o próprio ecossistema da região da Baixada.

Aparentemente, o uso das cercas elétricas tem um duplo aspecto de força: além de impedir o livre trânsito dos moradores das comunidades pelo território tradicionalmente ocupado, visa também reter esses moradores num determinado espaço geográfico, geralmente limitado à moradia. Na Sesmaria do Jardim, em Matinha, as famílias estão literalmente confinadas em suas casas.

Para além dos aspectos ligados à mobilidade e à fragmentação dos territórios, a construção das cercas elétricas revela o seu lado violento, de destruição das relações socioespaciais entre os moradores das comunidades, baseadas em laços de solidariedade e de reciprocidade, na medida em que tenta instituir uma outra relação, inclusive com os próprios territórios tradicionalmente ocupados, incluindo os campos naturais inundáveis.

Diante do cercamento generalizado das terras, que fragmenta e hierarquiza a produção dos espaços, vale a pena recuperar os estudos sobre os processos coloniais na África, pois eles permitem compreender a lógica da violência. Bourdieu e Sayad (2017) analisam as políticas coloniais que expulsam, deslocam e reagrupam os camponeses de modo a mantê-los controlados e distantes dos rebeldes independentistas na Argélia. A desagregação provocada por essas políticas, aparentemente legal, já que fundamentada em leis agrárias, servia para promover a apropriação das terras pelos colonos franceses, cujo pretexto era modernizar a agricultura daquele país, tido como economicamente atrasado.

Aliás, esse discurso do atraso e da modernização também foi adotado para justificar a introdução dos búfalos e os cercamentos das terras na região em estudo. O uso das cercas elétricas provocou a mobilização das comunidades, como a Sesmaria do Jardim, para cobrar do governo a sua retirada nos campos (informação verbal)²³.

²³ Informação fornecida por Maria do Rosário Soares Costa Ferreira, em entrevista realizada no dia 8 de agosto de 2018.

As insistentes denúncias da comunidade Sesmaria do Jardim contra o cercamento ilegal dos campos, que incluíram reuniões e ocupação do Iterma, obrigaram o governo a organizar o que ficou conhecido como Operação Baixada Livre²⁴. A operação abrangeu as Secretarias de Estado da Agricultura Familiar (SAF), dos Direitos Humanos e Participação Popular (Sedihpop), do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sema), o Iterma e o Batalhão Ambiental de Polícia Militar para a retirada das cercas. O envolvimento de tantas Secretarias de Estado sinaliza a complexidade da operação diante dos abusos e das ilegalidades cometidas, como o furto de energia elétrica.

Em Anajatuba, outro município da região, também ocorreu a Operação Baixada Livre. Lá, isso se deu em razão dos conflitos, que resultaram em uma ordem de prisão contra vários pescadores, acusados de crime de desobediência judicial, nos autos de uma ação de interdito proibitório, proposto pelos pretensos proprietários. A ação visava inibir as tentativas dos pescadores de derrubar na marra as cercas, que impediam o acesso aos locais de pesca nos campos naturais inundáveis.

Houve várias reuniões intermediadas pela Sedihpop e pela SAF e um parecer jurídico elaborado pela Sedihpop, em conjunto com outras secretarias, o que serviu de subsídio às ações conjuntas do governo na resolução dos problemas. Em vários municípios da região, o Ministério Público Estadual foi acionado pelas mais diversas comunidades, e algumas denúncias e ações civis públicas foram propostas pelo *Parquet*, ainda sem resultados efetivos.

3 PRIVATIZAÇÃO DOS USOS DAS ÁGUAS: FORMAS DE REPRESAMENTO PARA A MELHORIA DA PRODUÇÃO

O gado, os búfalos e as cercas, além de produzirem a devastação da biosfera, gerando brutalidades, expulsam os moradores das comunidades por meio da perda dos usos tradicionais de seus territórios. Isso os tem impellido a se deslocarem para as chamadas pontas de rua dos povoados e das cidades, como é o caso do bairro Novo, na cidade de Penalva, que era uma cabeceira da Enseada da Mata, exemplo mais recente das consequências dos processos de modernização

²⁴ O governo do estado do Maranhão admite a gravidade das cercas elétricas, pois acarretam problemas socioambientais à região da Baixada Ocidental Maranhense. O levantamento preliminar das cercas elétricas, realizado pelo próprio estado, revela a extensão e a gravidade dos fatos. Segundo esses dados preliminares, existem cercas elétricas nos seguintes municípios: Anajatuba, Arari, Bela Vista do Maranhão, Cajari, Igarapé do Meio, Matinha, Monção, Olinda Nova do Maranhão, Palmeirândia, Peri-Mirim, Pinheiro, São Bento, São Vicente de Ferrer, Viana e Vitória do Mearim.

da região. Por outro lado, a tensão gerada pelos cercamentos das terras livres tem sido diluída em razão do aliciamento de jovens para o trabalho nas lavouras e na construção civil em outras regiões do país. Fora das comunidades, esses jovens acabam por se distanciar momentaneamente dos conflitos.

A essa gama de conflitos, somam-se mais recentemente as formas de represamento das águas, outro grave problema, pois, além de impactar o frágil ecossistema da Baixada, modificando o fluxo hidrológico e ameaçando os ciclos naturais, priva os moradores das comunidades tradicionais do acesso e do uso comum das fontes, dos rios e das nascentes. A construção de barragens nos rios e lagos pelos governos municipais e estadual, como em Penalva e Viana, tem alterado o ecossistema da região.

Os açudes construídos pelos pretensos proprietários, destinados à piscicultura, e, mais recentemente, à carcinicultura, que tem sido estimulada pelo governo²⁵, são uma outra forma de represamento e de “privatização” das águas. Essa maneira de uso das águas interrompe os fluxos naturais e sociais, na medida em que, como lógica de produção, as águas são apropriadas individualmente visando o mercado regional, já que os peixes criados em cativeiro não são apreciados pelos moradores das comunidades, que preferem os peixes naturais pescados nos campos inundáveis de modo tradicional, por meio de instrumentos inventados consoante um saber prático desenvolvido ao longo das décadas. Os instrumentos de pesca não se restringem à rede e ao anzol, incluem um conjunto de artefatos.

Os extensos dutos e encanamentos que atravessam as terras altas, ligando os lagos, fontes e nascentes aos açudes, expõem a forma de “privatização” das águas e revelam a falta de controle do Estado sobre os usos desse precioso recurso. As águas, que são puxadas ilegalmente, sem qualquer tipo de autorização e de fiscalização dos órgãos dos governos, têm provocado graves problemas, como a constante falta de água para as comunidades devido ao bloqueio dos acessos, e a seca dos lagos, das fontes e das nascentes, que se estende, em alguns locais, por um longo período do ano, resultante da canalização indiscriminada das águas para abastecer os açudes privados.

²⁵ Recentemente, o governo do estado sancionou uma lei que regulamenta a carcinicultura no Maranhão. Segundo informações, a Lei aprovada tem problemas técnicos, inclusive de constitucionalidade, sobretudo no tocante à competência, e mesmo assim foi aprovada. Pelo visto, a Lei atende interesses econômicos do setor de carcinicultura, que migraram para o Maranhão, diante dos problemas enfrentados em outros estados do Nordeste. Sobre os problemas decorrentes da carcinicultura, ver a carta aberta (COMITÉ DE DEFESA DOS CAMPOS NATURAIS DE SANTA RITA E DA BAIXADA MARANHENSE, 2018) assinada por diversas entidades e movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo visto, há uma ofensiva do capital sobre a região da Baixada em razão de seu potencial econômico. Essa ofensiva manifesta-se de diversas formas e incide diretamente nas maneiras de viver das comunidades. Um exemplo são os cercamentos, que constituem não simples cercas para delimitar uma porção de terra, mas dispositivos que amedrontam e colocam em risco a vida de todos os moradores. As iniquidades praticadas – aqui descritas – a pretexto de desenvolver a região da Baixada Ocidental Maranhense, reconhecida como sítio Ramsar desde 2000, são fortes indicativos do “racismo ambiental”, que gera e agrava as injustiças.

Antes abundantes e de acesso livre, as águas passaram a correr nos canos, aprisionadas nas represas e nos açudes, agora elas têm dono. Essa forma de gerenciamento da terra e das águas tem mudado a paisagem da região, que se transforma em terra morta, água morta.

Diante das ofensivas, as comunidades não têm ficado passivas, reivindicando “justiça ambiental”, até porque todo o conjunto de suas ações visa garantir a continuidade de sua reprodução física e cultural. No caso, observa-se que a perda dos territórios tradicionalmente ocupados e o “abandono” de determinadas práticas socioambientais, decorrentes do cercamento ilegal das terras, têm sido acompanhados de uma maior tomada de consciência da questão identitária, que coloca em questão o modelo de desenvolvimento imposto à região.

Tais processos de mobilização vividos pelas comunidades produzem novas relações, que se expressam da seguinte maneira: novo senso de pertencimento ao lugar, novos laços de solidariedade entre os membros das comunidades, novas relações entre as comunidades e o estabelecimento de novos interlocutores, destacando-se, no âmbito federal, o Incra, a Fundação Cultural Palmares (FCP) e o ICMBio e, no âmbito do estado do Maranhão, a Comissão Quilombola do Iterma.

Os resultados preliminares da pesquisa apontam o fortalecimento das identidades em construção e o domínio de uma pauta étnica nas agendas políticas com os governos, a exemplo da reivindicação ao governo de criação do Iterma Quilombola. Em vários municípios da Baixada, há um processo de mobilização dessas comunidades, que se organizam em associações para lutarem por direitos que estão sob grave ameaça. Essa tendência de mobilização, ancorada nos lugares e articulando várias escalas, contrapõe-se às experiências anteriores de organização, mas não as elimina.

REFERÊNCIAS

- ABREU, S. F. **Na Terra das Palmeiras**: estudos brasileiros. Rio de Janeiro: Oficina Industrial Graphica, 1931.
- ACSELRAD, H. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. *In*: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 23-39.
- ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil: uma introdução. *In*: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 9-20.
- ALMEIDA, A. W. B. Terras de preto, terras de santo, terras de índio: uso comum e conflito. **Cadernos do NAEA**, Belém, n. 10, p. 163-196, 1989.
- ALMEIDA, A. W. B.; MOURÃO, L. Questões agrárias no Maranhão contemporâneo. **Pesquisa Antropológica**, Brasília, n. 9-10, p. 1-27, 1976.
- ALMEIDA, A. W. B.; SHIRAIISHI NETO, J.; MARTINS, C. C. **Guerra ecológica nos babaçuais**: o processo de devastação dos palmeirais, a elevação do preço de *commodities* e o aquecimento do mercado de terras na Amazônia. São Luís: Lithograf, 2005.
- ANDRADE, M. P. **Terra de índio**: identidade étnica e conflitos em terras de uso comum. São Luís: EDUFMA, 1999.
- ANDRADE, M. P. **Gás, fumaça e zoadá**: laudo antropológico sobre impactos das usinas termelétricas do Complexo Parnaíba para populações tradicionais. São Luís: EDUFMA, 2017.
- BOURDIEU, P.; SAYAD, A. **El desarraigo**: la violencia del capitalismo en una sociedad rural. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Biodiversidade e Florestas. Gerência de Biodiversidade Aquática e Recursos Pesqueiros. **Sítio Ramsar**. APA da Baixada Ocidental Maranhense-MA. Planejamento para o Sucesso de Conservação. Brasília, DF, [entre 2007 e 2010]. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/publicacoes/biodiversidade/category/53-biodiversidade-aquatica.html?download=1148:s%C3%ADtio-ramsar-apa-da-baixada-maranhense-ma-planejamento-para-o-sucesso-de-conserva%C3%A7%C3%A3o&start=20>. Acesso em: 25 jul. 2018.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Sítios Ramsar**. Brasília, DF, [2018?]. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/instrumentos-de-gestao/s%C3%ADtios-ramsar>. Acesso em: 3 ago. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n.º 1.905, de 16 de maio de 1996. Promulga a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas, conhecida como Convenção de Ramsar, de 02 de fevereiro de 1971. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 8520, 17 maio 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1905.htm. Acesso em: 3 ago. 2018.

BRITO, C. S. **Bem viver e povos e comunidades tradicionais no Brasil**: o processo de regularização fundiária do território tradicional Sesmaria do Jardim, Baixada Maranhense. 2018. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.

BULLARD, R. D. **Dumping in Dixie**: race, class, and environmental quality. 3. ed. New York: Westview Press, 2000.

BULLARD, R. D. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. *In*: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. (org.). **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004. p. 41-68.

BUTLER, J. **Quadros de guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CALDEIRA, C. **Mutirão**: formas de ajuda mútua no meio rural. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

CARVALHO, H. M. **Da aventura à esperança**: a experiência autogestionária no uso comum da terra. Curitiba: [s. n.], 1984. Mimeografado.

COELHO, E. M. B.; ALMEIDA, M. R. M. Dinâmicas das lutas por reconhecimento étnico no Maranhão. *In*: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 31., 2018, Brasília, DF **Anais [...]**. Brasília, DF: UnB, 2018. p. 1-17. Disponível em: http://www.evento.abant.org.br/rba/31RBA/files/1540931986_ARQUIVO_DINAMICASDASLUTASPORRECONHECIMENTOETNICONOMARANHAO2018.pdf. Acesso em: 5 maio 2021.

COMITÊ DE DEFESA DOS CAMPOS NATURAIS DE SANTA RITA E DA BAIXADA MARANHENSE. **Carta aberta ao povo de Santa Rita e do Maranhão**. Contra a implantação de empresas de criação de camarão nos campos naturais de Santa Rita e na Baixada Maranhense. Pela preservação dos campos naturais de Santa Rita e da Baixada Maranhense. Santa Rita: Comitê de Defesa dos Campos Naturais de Santa Rita e da Baixada Maranhense, 11 jun. 2018. Disponível em: <http://nmpsaoluis.com/wp-content/uploads/2018/06/Carta-Aberta-Campos-de-Santa-Rita-Aprovada-com-apoiamentos.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2018.

CORONIL, F. *Naturaleza del poscolonialismo: del eurocentrismo al globocentrismo*. In: LANDER, E. (Ed.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2016. p. 105-125.

ESCOBAR, A. **La invención del desarrollo**. Popayan: Universidad del Cauca, 2012.

ESCOBAR, A. *El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo?* In: LANDER, E. (Ed.). **La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales, perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: Fundación CICCUS, 2016. p. 131-161.

FLORIANI, D. **Natureza da ética e ética da natureza: pensar, fazer, subjetivar, julgar e decidir no socioambientalismo**. Curitiba: [s. n.], 2017. Mimeografado.

LOPES, R. **Uma região tropical**. Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1970.

MARANHÃO 66. Direção: Glauber Rocha. Produção: Luiz Carlos Barreto. [S. l.: s. n.], [1969?]. 1 vídeo (10 min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=t0JJPFruhAA>. Acesso em: 8 ago. 2018.

MARANHÃO. **Decreto Nº 11.900, de 11 de junho de 1991**. CRIA, no Estado do Maranhão, a Área de Proteção Ambiental da Baixada Maranhense [...]. São Luís: Governo do Estado, [1991a]. Disponível em: <http://oads.org.br/leis/2192.pdf>. Acesso em: 8 ago. 2018.

MARANHÃO. **Emenda Constitucional Nº 005/91**. ALTERA e acrescenta dispositivos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal. São Luís: Assembleia Legislativa do Maranhão, [1991b]. Disponível em: <http://stc.ma.gov.br/legisla-documento/?id=2185>. Acesso em: 8 ago. 2018.

MIES, M.; SHIVA, V. **Ecofeminismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1993.

MUNIZ, L. M. **A mataca de búfalos na Baixada Maranhense: as consequências de um projeto de desenvolvimento e o conflito socioambiental**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2009.

O'DWYER, E. C. Prefácio. In: SÁ, L. M. **O pão da terra: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense**. São Luís: EDUFMA, 2007. p. 17-22.

PEDRO, V. V.; SANT'ANA JÚNIOR, H. A. “Na lei ou na marra nós vamos ganhar”: a judicialização como estratégia de confronto político pela defesa do Cajueiro e seu território étnico. *In*: SANT'ANA JÚNIOR, H. A.; TEISSERENC, M. J. S. A.; BRUSTOLIN, C. (org.). **Desenvolvimento em questão: projetos desenvolvimentistas, resistências e conflitos socioambientais**. São Luís: EDUFMA, 2018. p. 117-153.

PLANETA em venta. Direção: Alexis Marant. Produção: Guylaine Loquet e Jean Paul Billault. [S. l.: s. n.], 2017. 1 vídeo (56 min). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=nka_Ri0avKQ. Acesso em: 7 set. 2018.

PRADO, R. P. S. **Todo ano tem**: as festas na estrutura social camponesa. São Luís: EDUFMA, 2007.

REPÓRTER Mirante mostra as belezas e os contrastes naturais da Baixada Maranhense. [S. l.: s. n.], 2021. Publicado pelo canal William Amorim. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=iQKt7ja9k-8>. Acesso em: 3 maio 2021.

SÁ, L. M. **O pão da terra**: propriedade comunal e campesinato livre na Baixada Ocidental Maranhense. São Luís: EDUFMA, 2007.

SASSEN, S. **Expulsiones**: brutalidad y complejidad en la economía global. Buenos Aires: Katz Editores, 2015.

SHIRAISHI NETO, J. **Estudo da situação fundiária para criação da Reserva Extrativista Enseada da Mata, município de Penalva, MA**. São Luís: [s. n.], 2011. Mimeografado.

SHIRAISHI NETO, J. Quebradeiras de coco: “Babaçu Livre” e as Reservas Extrativistas. **Revista Veredas**, Belo Horizonte, v. 14, n. 28, p. 147-166, jan./abr. 2017a.

SHIRAISHI NETO, J. Globalização do direito: novos conteúdos à natureza. **Revista Internacional de Direito Ambiental**, Caxias do Sul, RS, v. 6, n. 17, p. 117-140, maio/ago. 2017b.

SHIVA, V. Resources. *In*: SACHS, W. (Ed.). **The development dictionary: a guide to knowledge as power**. New York: Zed Books, 2005. p. 206-218.

VALVERDE, O. Geografia econômica e social do babaçu no Meio Norte. **Separata da Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, n. 4, p. 381-419, out./dez. 1957.

VELHO, O. G. **Frente de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

Texto submetido à Revista em 02.03.2020

Aceito para publicação em 26.04.2021



Condições socioeconômicas de pescadoras artesanais e agricultoras familiares: o caso do lago Maicá, Santarém, Brasil

Socioeconomic conditions of artisan fisherwomen and female family farmers: the case of the Lake Maicá, Santarém, Brazil

Wandicleia Lopes de Sousa - Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociedade, Natureza e Desenvolvimento (PPGSND) da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: wandicleia@hotmail.com

Elizabete de Matos Serrão - Mestre em Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos pela Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: elizabetematos.stm@hotmail.com

Thiago Almeida Vieira - Pós-Doutor pela Universidade do Algarve (UALg). Professor da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). E-mail: thiago.vieira@ufopa.edu.br

Resumo

O estudo objetivou descrever as condições socioeconômicas das pescadoras artesanais e agricultoras familiares dos bairros Maicá e Pérola do Maicá, em Santarém, Pará, Brasil. A pesquisa se deu a partir de uma abordagem quali-quantitativa. A média de idade das pescadoras artesanais e das agricultoras familiares foi de 48,4 ($\pm 8,6$) anos e 46,3 ($\pm 6,4$) anos (respectivamente). A maioria é oriunda de comunidades rurais de Santarém e das cidades vizinhas e possui apenas o ensino fundamental incompleto, o que corrobora a fragilidade do acesso à educação nessas comunidades. Além disso, as mulheres descreveram que vivem em ambiente com infraestrutura vulnerável e de pouco acesso às políticas públicas. Possuem renda média de R\$ 1.124,50 entre as pescadoras, e entre as agricultoras uma média de R\$ 1.800,30. Essa pesquisa subsidia discussões sobre modelos de desenvolvimento adotados na região amazônica e para elaboração de políticas públicas que ordenem o desenvolvimento social, econômico e ambiental desse território.

Palavras-chave

Atividade produtiva. Populações tradicionais. Protagonismo Feminino. Amazônia.

Abstract

This study describes the socioeconomic conditions of artisanal fishers and family farmers from the Maicá and Pérola do Maicá neighborhoods, in Santarém, Pará, Brazil. The research was based both on a qualitative and quantitative approach. The average age of artisanal fishers and family farmers is 48.4 (± 8.6) years and 46.3 (± 6.4) years (respectively). Most come from rural communities surrounding Santarém and neighboring cities, did incomplete primary education, which corroborates the fragility of access to education in these communities. Additionally, women described living in an environment with vulnerable infrastructure and poor access to public policy. They have an average income of R\$ 1,124.50 among fishers, and among farmers an average of R\$ 1,800.30. This research supports discussions on the development models to be thought of the population in the Amazon region and the elaboration of public policies that order the social, economic and environmental development of this territory.

Keywords

Productive activity. Traditional populations. Female protagonism. Amazonia.

INTRODUÇÃO

Na região amazônica, a agricultura familiar e a pesca artesanal desenvolvidas nas comunidades por populações tradicionais mostram-se semelhantes em aspectos como: cultura, religião, saberes, identidades e, principalmente, forma de se organizar, fatores que envolvem as famílias, com fins produtivos, visando ao autoconsumo e à geração de renda, a partir do uso de recursos naturais, o que pode contribuir na transformação do espaço onde habitam. De modo especial, assemelham-se também na ausência de políticas públicas que visem valorizar o esforço produtivo dos agricultores familiares e pescadores artesanais (DELGADO, 2001).

Em Santarém, a aptidão econômica é diversificada. Uma atividade que desenvolve função fundamental na geração de emprego e renda é a pesca artesanal, além de ser responsável pela garantia do alimento para a maioria das famílias. A sua localização estratégica, às margens dos rios Amazonas e Tapajós, torna-a um dos principais polos de desembarque pesqueiro do Baixo Amazonas, devido ao potencial natural existente na região de várzea (FURTADO, 1990; BATISTA; ISAAC; VIANA, 2004). Encontra-se, ainda, entre os cinco principais mercados, garantindo a maior parte de processamento de pescado da região, incluindo Manaus e Belém (MARTINS, 2009).

A agricultura familiar na região de Santarém também se destaca pela produção de alimento e geração de emprego. A Cooperativa dos Produtores Rurais de Santarém (Cooprusan) comercializa polpas de frutas (cupuaçu, maracujá, cacau, carambola, abacaxi acerola, caju, goiaba, jaca, manga, murici e taperebá), além de produtos de hortifruti que atendem a uma rede de supermercados da cidade e ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae).

Entre as cidades da região do Baixo Amazonas, Santarém tornou-se *locus* de investimentos de grande e médio porte, sendo eles os principais causadores de degradação ambiental e socioeconômica (SILVA, 2014). A nova injeção de capital deu-se em função da cidade estar dentro do arco norte, onde a rota de saída de grãos pelo Norte inclui a BR-163 e as hidrovias do Tapajós e do Amazonas nos próximos anos, tornando a cidade um local em potencial para investimentos de países como a China, o maior importador de soja do Brasil (MORENO, 2015).

Os bairros escolhidos para o estudo estão localizados às margens do lago Maicá, que é “um complexo ecossistema composto por ilhas e uma parte de terra firme, que sofrem pequenas inundações decorrentes da cheia dos igarapés lá existentes, e do lago que o circunda” (VIEIRA, 2013, p. 5). É um ambiente extremamente importante considerado como área-chave, disponibilizando

diversos habitats (refúgios/proteção/forrageio) com condições adequadas para o crescimento de diversas espécies de peixes migradoras e sedentárias de interesse econômico (SERRÃO *et al.*, 2019), como também de quelônios, répteis, aves, além da flora que conta com uma biodiversidade de plantas aquáticas, típicas da região amazônica que possuem grande importância ambiental para o ecossistema amazônico (VAZ, 2016).

É um espaço que vem passando por recentes transformações que podem causar mudanças na paisagem e no ecossistema, além de prejudicar o modo de vida das populações tradicionais quilombolas, indígenas, pescadores e agricultores familiares que habitam essa região. Estes fatos podem ser observados na mudança da paisagem decorrente dos investimentos nos últimos anos, uma vez que essas atividades econômicas acarretam prejuízos aos ecossistemas da região e aceleram processos como erosão dos solos, contaminação de cursos d'água, destruição ou fragmentação de *habitats* naturais e da vegetação, migrações que, quando localizadas em áreas densamente povoadas, podem resultar em desapropriações para manejo de atividades econômicas (SILVA, 2014).

Diante disso, os líderes de comunidades e bairros junto com a população local buscam, no intuito de garantir a biodiversidade do lago Maicá, a regulamentação da Área de Proteção Ambiental proposta no Plano Diretor do Município, Lei nº 18.051/2006, Art.137, inciso VI (SANTARÉM, 2006), denominada APA-Maicá inserida nessa região (SERRÃO, 2018).

Nesse cenário, a agricultura familiar e a pesca artesanal oferecem baixo impacto ao meio ambiente, contribuindo com o equilíbrio do ecossistema, de modo especial na Amazônia. Segundo Chayanov (1966), o processo produtivo de atividades de cunho familiar que tem como finalidade garantir a satisfação das necessidades básicas e o bem-estar dos membros que compõe a família, tem o aumento do esforço produtivo associado a responder as necessidades da sua unidade familiar, evidenciando, assim, uma racionalidade entre produção e consumo.

Dessa forma, a relação de todos os membros da família é elemento essencial para o desenvolvimento das atividades da agricultura familiar e da pesca artesanal. Neste contexto, a mulher assume diferentes funções ao longo da cadeia produtiva, bem como, é a principal responsável pelas atividades domésticas. Quando a análise é realizada levando em consideração a questão de gênero, o quantitativo do total alcança 40% do contingente de pescadoras artesanais, apesar de ainda ocorrer a invisibilidade do trabalho da mulher nas atividades produtivas (ZHAO; TYZACK; ANDERSON, 2013).

Quando a análise diz respeito à atividade da agricultura familiar, os dados do Censo Agropecuário do IBGE (2009) demonstram que existem aproximadamente

13,8 milhões de pessoas trabalhando em unidades familiares, o que representa 77% da população na produção agrícola. Em termos produtivos, existem alguns produtos da agricultura familiar que abastecem o mercado de forma expressiva. Tal prática é responsável por 87% da produção de mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz e 21% do trigo. Na pecuária, essa atividade é responsável por 60% da produção de leite, 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos. Ainda de acordo com o censo, a mulher atua como chefe em 12,7% dos estabelecimentos da agricultura familiar no Brasil.

Diante da presença significativa das mulheres nessas duas atividades econômicas (SOUSA; VIEIRA, 2021), esta pesquisa teve como objetivo descrever as condições socioeconômicas das pescadoras artesanais e agricultoras familiares que residem e exercem suas atividades produtivas na região do lago Maicá, Santarém, Pará, Brasil.

1 METODOLOGIA

A pesquisa é descritiva com cunho quali-quantitativo. Na concepção de Oliveira (2008), a realização da pesquisa quantitativa ajuda a descrever perfis socioeconômicos, como o das pescadoras artesanais e agricultoras familiares participantes do estudo, com o uso de instrumentos de coleta de dados, como questionários, entrevistas, observações e análises técnicas estatísticas. Já a pesquisa qualitativa auxilia na análise das informações coletadas no grupo pesquisado, possibilitando interpretação minuciosa dos fenômenos nos “processos sociais e a interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos” (OLIVEIRA, 2008, p. 59).

Para ajudar no aprofundamento dos fenômenos percebidos durante a pesquisa usou-se ainda como aporte metodológico a pesquisa descritiva, que, conforme Gil (2010), auxilia na uniformização no processo de planejamento, coleta e análise dos dados. As técnicas usadas compõem as características do estudo de caso, que contribuiu para realização de um exame detalhado dos fatos. Segundo Yin (2005, p. 34), “o estudo de caso permite uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real – tais como ciclos de vida individuais, processos organizacionais e administrativos, mudanças ocorridas em regiões urbanas”.

O estudo é composto de dados primários e secundários, nesse sentido, os de origem primária foram obtidos em pesquisa realizada *in loco* com as pescadoras artesanais e agricultoras familiares, com aplicação da metodologia descrita acima. Assim os dados secundários foram levantados por intermédio

de pesquisa documental e bibliográfica e análise de teses, dissertações, artigos e demais publicações que subsidiaram a compreensão do tema em estudo.

1.1 CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO DA PESQUISA

O espaço geográfico escolhido para realização da pesquisa foi Santarém, no estado do Pará. A cidade localiza-se à margem direita do rio Tapajós, em posição intermediária às duas maiores metrópoles amazônicas, Belém (PA) e Manaus (AM). Possui uma extensão de 24.154 km², entre os paralelos 2°S e 4°S e os meridianos 56°W e 54°W, é uma das cidades que exerce papel importante na dinâmica econômica do estado do Pará, na região Norte do país (RABELO; VAZ; ZACARDI, 2017). Seus primeiros habitantes foram os índios Tupaius que sobreviviam da caça, pesca e da produção agrícola, atividades essas responsáveis pela movimentação da economia local, e que, com o passar dos anos, permanecem sendo desenvolvidas pelas populações tradicionais (agricultores familiares, quilombolas, indígenas, pescadores artesanais entre outros) responsáveis por abastecer o mercado local de alimentos (PMS, 2017).

Conforme o Plano Diretor de Santarém – Lei nº 20.534, de 17/12/2018 (SANTARÉM, 2018), a parte urbana da cidade está dividida em cinco zonas, e o local de pesquisa (bairros Maicá e Pérola do Maicá) encontra-se na Zona Leste (formada por 11 bairros). Os bairros estudados estão localizados às margens do lago Maicá, ambiente utilizado para atividades econômicas, como a pesca, atividades domésticas, lazer e turismo (VAZ *et al.*, 2017; SERRÃO, 2018; SOUSA *et al.*, 2020).

Nestas áreas, residem aproximadamente 687 famílias, cerca de 3.149 habitantes (IBGE, 2010), entre os quais estão populações tradicionais (pescadores artesanais, agricultores familiares e quilombolas) e demais pessoas.

1.2 COLETA DE DADOS

A coleta de dados ocorreu no período de março a maio de 2018. Inicialmente, reuniu-se, separadamente, com a direção do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém (STTR) e com a Colônia de Pescadores e Pescadoras Z-20 (CPP Z-20) para apresentar o projeto de pesquisa e colher informações preliminares sobre o quantitativo de pescadoras e agricultoras familiares existentes nos bairros escolhidos, bem como obter anuência para realizá-la.

Assim, recolhida a autorização da Colônia de Pescadores Z-20 e da direção do STTR de Santarém e obtido o Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética

em Pesquisa, número 2.452.021, do Instituto Esperança de Ensino Superior (CEP- IESPES), iniciou-se a pesquisa nos bairros Maicá e Pérola do Maicá.

O critério de inclusão consistiu em pescadoras artesanais e agricultoras familiares associadas em suas entidades sindicais (CPP-20 e STTR respectivamente), moradoras dos bairros Maicá e Pérola do Maicá e que estivessem em pleno exercício de sua atividade produtiva.

Acompanharam-se as reuniões das organizações ligadas ao STTR e a CPP Z-20 com a finalidade de conhecer a rotina organizativa das pescadoras artesanais e agricultoras familiares, além de identificar as mulheres que desenvolvem as atividades produtivas e que são sócias dessas entidades.

Cada participante teve acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), ferramenta pela qual as pescadoras artesanais e agricultoras familiares expressaram seu consentimento para participação da pesquisa. Por meio do termo, a entrevistada declara que foi informada minuciosamente de maneira clara, e por escrito, da justificativa, dos objetivos e dos procedimentos metodológicos usados no estudo.

De acordo com a coordenação do núcleo de base Pérola do Maicá ligado à Colônia de Pescadores Z-20, existiam 19 pescadoras artesanais associadas à organização. Do total, cinco não residiam nos bairros lócus da pesquisa, uma recusou-se a participar, 01 (uma) encontrava-se aposentada e uma não estava exercendo a atividade da pesca há cerca de dois anos. Com o uso dos critérios de inclusão pré-estabelecidos, chegou-se ao número total de 11 pescadoras artesanais.

Quanto ao universo total de agricultoras familiares, a coordenação do STTR possui um cadastro de 20 mulheres sócias que exercem a atividade nos referidos bairros ou em vizinhos. Desse quantitativo, foi possível encontrar nove mulheres nas reuniões da delegacia sindical. Destas, duas agricultoras recusaram-se a participar da pesquisa, e sete mulheres aceitaram fazer parte do trabalho, porém não foi possível encontrar as demais (onze) e nem saber se residiam no bairro Maicá ou Pérola do Maicá e se ainda estão na atividade. Sendo assim, o estudo foi realizado com 35% das agricultoras familiares, representando sete mulheres em número absoluto, seguindo o critério de inclusão pré-estabelecido.

O formulário semiestruturado era composto por perguntas ligadas às questões socioeconômicas das entrevistadas e de suas famílias, à organização social, à importância ambiental do local e à atividade produtiva.

1.3 ANÁLISE DOS DADOS

Os dados foram organizados em um banco de dados no programa *Excel for Windows*[®] e analisados por meio de estatística descritiva, com cálculo

de frequência relativa e obtenção de medida de tendência central (média) e de dispersão dos dados (desvio padrão, \pm) (FONSECA; MARTINS, 2008).

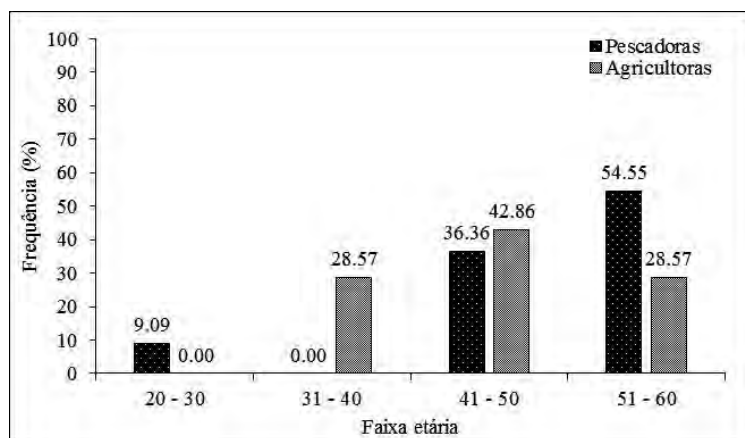
No que se refere aos dados econômicos, a pesquisa analisou a composição da renda familiar, usando como parâmetro as principais fontes de rendimento no âmbito rural usadas pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), uma vez que as participantes da pesquisa desempenham atividades econômicas (pesca artesanal e agricultura familiar) (BAZOTTI; SUGAMOSTO, 2011). Nesse caso, a pesquisa é composta pela somatória da renda do trabalho das entrevistadas, do cônjuge e dos filhos, incluindo as atividades complementares (quando exercidas) e o valor do benefício social (quando beneficiária).

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

2.1 ASPECTOS SOCIAIS DAS PESCADORAS ARTESANAIS E AGRICULTORAS FAMILIARES

As pescadoras artesanais possuem idade média de 48,4 (\pm 8,6) anos, variando de 27 a 57 anos. Do universo total, 54,55% encontram-se na faixa etária entre 51 e 60 anos, entre as pesquisadas não foi identificada nenhuma pescadora na faixa etária de 31 a 40 anos. Quanto às agricultoras familiares, a média encontrada foi de 46,3 (\pm 6,4) anos, com variação de 40 a 55 anos. Do universo total 42,86% estão na faixa de idade entre 41 e 50 anos, não foi encontrada nenhuma agricultora na faixa etária entre 20 e 30 anos (Figura 1).

Figura 1 – Faixa etária das pescadoras artesanais e agricultoras familiares dos bairros Maicá e Pérola do Maicá, Santarém, Pará, Brasil



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

De 2005 a 2015, os idosos no Brasil passaram de 9,8% para 14,3% da população brasileira, ocorrendo acréscimos em todos os grupos etários de idosos; mas a região Norte possui menor quantitativo (10,1%) e a Sul com 15,9% (IBGE, 2016). Considerando que no caso do lago Maicá a maioria das mulheres está acima de 41 anos e não tinham se aposentado, pode-se dizer que elas estão em plena capacidade produtiva.

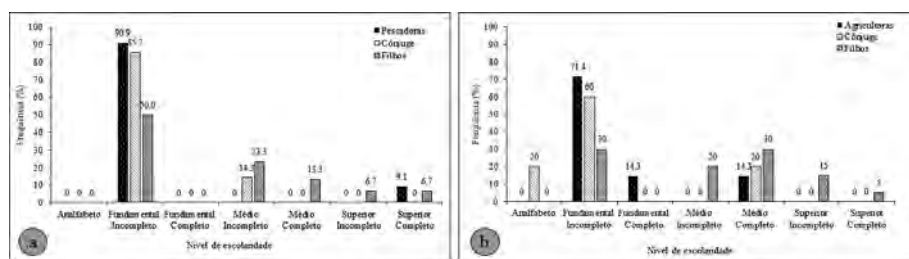
Quanto ao estado civil, percebeu-se que, entre as pescadoras artesanais, a maioria (55%) vive em união estável, apenas 9% são casadas no civil e 36% são solteiras. Já as agricultoras familiares, 43% declaram ser casadas no civil e o restante vive em união estável (29%) ou são solteiras (28%). Entre as entrevistadas não se identificaram viúvas ou que vivessem em união homoafetiva. A estrutura familiar identificada na pesquisa encontrou a tipologia de família tradicional, a qual, para Medeiros e Osório (2001), ocorre na maioria das unidades familiares existente em comunidades rurais, que têm em sua composição homem, mulher e filhos/filhas.

Do total geral das participantes, todas são oriundas do estado do Pará. Dentre as pescadoras artesanais, existe uma variação entre o local de origem, ao passo que 55% nasceram em comunidades rurais da cidade de Santarém, 18% no município de Monte Alegre, 18% em Alenquer e 9% são de Aveiro, todos na região Oeste do Pará. Tais dados se diferem das agricultoras familiares, onde todas nasceram em comunidades rurais de Santarém.

No que se refere a aspectos religiosos, entre as pesquisadas, a religião católica congrega a maioria (81,8% pescadoras artesanais e 71,4% agricultoras familiares), seguida pela evangélica (18,2% pescadoras artesanais e 28,6% agricultoras familiares). Na pesquisa realizada por Calegare e Higuchi (2016), no Alto rio Solimões (AM), a religião, juntamente com a prática produtiva e a origem cultural-territorial, contribuiu para a construção de identidades coletivas na referida comunidade rural, ou, conforme Sousa e Vieira (2021), pode influenciar na percepção de mulheres sobre o conceito de qualidade de vida para si, ao viverem em bairros ribeirinhos de Santarém.

Uma característica marcante na realidade estudada diz respeito ao baixo nível de escolaridade das pesquisadas. A grande maioria declarou ter apenas o ensino fundamental incompleto, o que entre as pescadoras artesanais representa 90,9% (Figura 2a) e 71,4% entre as agricultoras familiares (Figura 2b). Apesar disso, não foram identificadas participantes analfabetas. Esta realidade do lago Maicá é mais favorável que a de analfabetismo do Pará, para pessoas acima de 60 anos (4,5% de analfabetos) e para mulheres de áreas urbanas e rurais do Estado que ainda são 5,5% de analfabetas (IBGE, 2018).

Figura 2 – Nível de escolaridade das pescadoras (a) e agricultoras (b) e de seus membros familiares dos bairros Maicá e Pérola do Maicá, Santarém, Pará, Brasil



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

A pesquisa no lago Maicá identificou ainda o nível de escolaridade dos membros da família (cônjuges e filhos/filhas). Os dados mostraram que a maioria também possui o ensino fundamental incompleto. Ademais entre a família das pescadoras artesanais constatou-se também que 14,3% do total de cônjuge possui o ensino médio incompleto, e entre os filhos/filhas esse quantitativo representa 23,3% (Figura 2a).

Quanto à família das agricultoras familiares, 20% dos cônjuges são analfabetos e este mesmo quantitativo possui o ensino médio completo. Já seus filhos/filhas, 20% possuem o ensino médio incompleto, 15% com superior incompleto e 5% superior completo (Figura 2b).

As pescadoras artesanais e agricultoras familiares cresceram com a necessidade de ajudar seus pais nos trabalhos produtivos familiares para aumentar a renda familiar, o que dificultou o acesso à escola. Na concepção de Nishida (2010), o baixo nível de escolaridade pode ser atribuído ao contexto social e econômico presentes no meio rural. Outro fator que pode ter contribuído para essa realidade é a falta de incentivo dos membros da família e demais pessoas do círculo de relação para continuar os estudos em outras localidades.

Esse cenário é corroborado em relatos por parcela substancial das pesquisadas, quando perguntado o motivo pelo qual elas não continuaram os estudos:

Eu tinha que ajudar nas atividades da comunidade, no cuidado com a juta, a agricultura e a pesca. As escolas da comunidade ofereciam até a 4ª série do Ensino Fundamental (Pescadora com 55 anos, bairro Maicá).

Eu morava no sítio e a minha mãe tinha dificuldade em me manter na escola que era distante da minha casa, precisava trabalhar para ajudar minha mãe a sustentar a casa (Agricultora com 41 anos, bairro Pérola do Maicá).

Os discursos mostram também a participação das mulheres, quando jovens, em atividades produtivas. Algo comum, mas que, muitas vezes, não é reconhecido pelos homens e nem pela sociedade. Rompendo as dificuldades encontradas para o acesso à educação, 9,1% das pescadoras artesanais conseguiram concluir o ensino superior, não sendo essa a mesma condição das agricultoras familiares. Logo, o acesso à educação por membros da família constituía-se uma exceção no meio onde nasceram.

Acerca do tempo de moradia nos bairros, os resultados demonstram que as pescadoras artesanais residem em média há 19 anos (± 9) e as agricultoras familiares, em média a 27,3 anos ($\pm 11,6$). A maioria das participantes da pesquisa declarou ter filhos, e, entre as pescadoras artesanais, a média encontrada é de 4,4 ($\pm 1,7$), com uma variação de três a oito filhos. A respeito das agricultoras artesanais, estas apresentaram média de 4,7 filhos ($\pm 2,2$), variando de dois a oito.

Os dados encontrados quanto à quantidade de filhos, tanto para as pescadoras como agricultoras, estão acima da média nacional que é de 3,1 filhos, apresentada na publicação de Campello e Neri (2013), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Os resultados evidenciam que a baixa escolaridade pode influenciar na quantidade de filhos gerados pela mulher, dado que se aproxima da afirmação feita por Galúcio (2004), o qual ressalta que as mulheres de nível superior têm em média 1,4 filhos e aquelas que possuem apenas o nível fundamental incompleto têm em média 4,4 filhos, assemelhando-se à realidade vivenciada pelas participantes da pesquisa no lago Maicá.

2.2 REALIDADE ECONÔMICA DAS PESCADORAS ARTESANAIS E AGRICULTORAS FAMILIARES

A renda familiar das pescadoras artesanais variou de R\$ 300,00 (trezentos reais) a R\$ 2.637,00 (dois mil e seiscentos e trinta e sete reais), com uma média de R\$ 1.124,50 (um mil, cento e vinte quatro reais e cinquenta centavos). Nessa perspectiva, é relevante destacar que 45% das pescadoras artesanais sobrevivem com menos de um salário-mínimo (época da coleta R\$ 954,00). A média de pessoas dependentes dessa renda aproxima-se a quatro indivíduos, com o mínimo de três e o máximo de seis dependentes (Tabela 1). Além do mais, destaca-se que, entre as pescadoras artesanais, 9% delas não possuem dependes da sua renda familiar.

Tabela 1 – Perfil econômico das pescadoras artesanais e agricultoras familiares dos bairros Maicá e Pérola do Maicá, Santarém, Pará, Brasil

Variável	Pescadoras	Agricultoras
Média da Renda Familiar (R\$)	1.124,50	1.800,30
Possui Contribuição na Renda Familiar (%)	73,0	71,4
Quantidade Média de Dependentes	3,90	2,4
Possui Atividade Complementar (%)	45	42
Crédito Bancário (%)	27,3	14,3

Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa (2018).

A maioria das pescadoras artesanais (55%) não exerce nenhuma atividade complementar, sendo a pesca o único meio de garantir a sobrevivência de sua família, pois 27% cultivam produtos da agricultura ou criam pequenos animais para o autoconsumo, e 9% desenvolvem atividades como costura e o mesmo percentual afirmou realizar serviços de diaristas para ajudar na complementação da renda. Todas as pescadoras artesanais afirmaram que desenvolvem a atividade da pesca há mais de 10 (dez) anos.

Em referência às agricultoras familiares, a renda familiar foi de no mínimo R\$ 700,00 (setecentos reais) e no máximo R\$ 3.156,00 (três mil, cento e cinquenta e seis reais), com média de R\$ 1.800,30 (um mil e oitocentos reais e trinta centavos) (Tabela 1). Destaca-se que 14% sobrevivem com menos de um salário-mínimo. A média de dependentes dessa renda aproxima-se de 2,4 pessoas, com o mínimo de um e o máximo de cinco dependentes. Além disso, 29% das agricultoras não possuem nenhum dependente da sua renda familiar.

Importante informar que 14% das agricultoras declararam que desenvolvem atividade como diarista na região urbana de Santarém, a mesma porcentagem (14%) afirmou que faz e comercializa produtos de crochê, bem como declararam que realizam venda de cosméticos (14%) como atividades que ajudam na complementação da renda familiar (Tabela 1). Todas as entrevistadas afirmaram que desenvolvem a atividade de agricultura há mais de 10 (dez) anos.

O desenvolvimento de atividades complementares tem sido chamado no meio científico pela nomenclatura de “pluriatividade”, em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a se dedicar ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura ou ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção (SCHNEIDER, 2003).

Do universo de agricultoras familiares, 57,1% realizam concomitantemente o cultivo de hortaliças, de plantas frutíferas e a criação de pequenos animais

(galinhas e patos), 28,6% realizam apenas duas dessas atividades simultaneamente, o cultivo de hortaliças junto com a criação de pequenos animais ou cultivo de hortaliças junto ao cultivo de plantas frutíferas, 14,3% das agricultoras realizam somente a criação de pequenos animais.

As áreas de produção destas mulheres são representadas por seus quintais agroflorestais, localizados ao redor de suas casas. Estes sistemas de uso da terra produzem alimentos importantes para subsistência da família (SOUSA *et al.*, 2020; WINKLERPRINS, 2002), como possibilitam trocas de produtos entre seus parentes e ajudam a sustentar redes sociais que subsidiam a vida urbana (WINKLERPRINS, 2002).

Entre as pescadoras artesanais, 73% possuem ajuda na renda familiar. Dessas, 64% contam com ajuda de uma pessoa, geralmente o cônjuge, e 9%, com duas pessoas que correspondem ao cônjuge e um filho. No que se refere às agricultoras familiares, 71,4% têm ajuda na composição da renda familiar. Destaca-se desse percentual que 57,1% contam com a ajuda de um membro da família, na maioria dos casos é o cônjuge, e 14,3% têm ajuda de dois membros da família, o cônjuge e um filho.

Percebeu-se ainda que estas mulheres são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), auxílio de substancial importância na composição da renda familiar. Do total das pescadoras artesanais, 63,6% recebem o benefício, e, das agricultoras familiares, apenas 42,8% são beneficiárias do programa. Segundo estudos de Cecchin e Parente (2018), o Programa Bolsa Família foi criado com o objetivo de promover o alívio da pobreza por meio da transferência de renda, sendo expressivo o percentual de mulheres beneficiárias deste programa.

Em relação à comercialização, toda a produção da agricultura familiar, assim como da pesca artesanal, é destinada ao autoconsumo e ao abastecimento de feiras, mercados e comércios locais.

2.3 MORADIA DAS PESCADORAS ARTESANAIS E AGRICULTORAS FAMILIARES

As pescadoras artesanais e agricultoras familiares que participaram desse estudo são oriundas de comunidades da várzea de Santarém e cidades vizinhas, onde o uso dos recursos naturais, a caça, a pesca e a agricultura são parte do cotidiano. O estudo procurou identificar como as pesquisadas escolheram os bairros onde o estudo foi realizado para residirem. Para as pescadoras artesanais a proximidade do lago Maicá e os fenômenos naturais ocorridos em suas comunidades contribuíram para a escolha do local de moradia. No entanto,

para as agricultoras familiares a moradia tem relação com aspectos de família, conforme se observa:

Nós viemo pra cá, porque lá onde nós morava caiu a terra, a terra caindo, aí tinha essa área que tavam doando uns terreno e nós viemo pra cá. Não tinha quase ninguém, era só mato, aí nós viemo pra cá que não tinha condição de comprar um terreno [...] tinha dono, agora que a gente tá sabendo. Gosto porque dá acesso ao lago para continuar pescando (Pescadora, reside há 18 anos no bairro).

Justamente porque o Arapemã estava caindo, quando a gente saiu de lá, a nossa casa já tinha mudado, tava praticamente na caída, aí por isso que todo mundo se mudamos pra cá (Pescadora, reside há 21 anos no bairro). Porque meu marido gostava de plantar, aí ele veio e arrumou esse terreno pra cá, e é perto da cidade pra levar (verduras) (Agricultora 2, reside há 32 anos no bairro).

Porque eu gosto do ambiente, gosto daqui, porque esse pedaço aqui é minha família, são meus irmãos (Agricultora 5, reside há 45 anos no bairro).

A região onde vivem essas mulheres possui frágeis condições de infraestrutura local, especialmente quanto ao abastecimento de água e questões ligadas ao saneamento. Ademais, em algumas áreas dos bairros, existem grandes áreas desocupadas, configurando-se como espaços de especulação imobiliária. Os bairros onde as pesquisadas residem estão localizados em uma área periurbana, e que, segundo Lewis (2007, p. 3), “[...] normalmente a área periurbana das cidades Amazônicas tem aspecto rural: agricultura de subsistência, extrativismo da floresta e pesca, as quais proveem alimentos básicos às cidades [...]”.

Sobre a importância da moradia, a maioria das entrevistadas (pescadoras 100% e agricultoras 86%) considera a residência como elemento de alta importância em suas vidas, sobretudo porque todas moram em casa própria. A aquisição da residência própria é essencial para que as pescadoras artesanais e agricultoras familiares não vivam em situação de risco de despejos ou ainda sob ameaça de retiradas por ação de terceiros, sendo um dos requisitos do direito à moradia e à promoção da cidadania (IPPUR, 2001).

Ressalta-se que a moradia entendida como um direito é um elemento que possibilita o ingresso a outros benefícios, entre os quais o acesso a saúde, educação, trabalho, acessibilidade, transporte, cultura, lazer, turismo e demais serviços básicos. Além disso, o direito à moradia deve ser entendido no prisma econômico, social, cultural e ambiental, acompanhando os mesmos fundamentos do direito à cidade (SAULE JÚNIOR; CARDOSO, 2005).

Procurou-se analisar a percepção das pesquisadas quanto à importância que o bairro desempenha em suas vidas. Assim, percebeu-se que a maioria

considera um elemento importante. Destaca-se que isto foi observado em 91% das pescadoras artesanais, as quais residem nesse mesmo local, em média há 19 anos. Quanto às agricultoras familiares, 86% consideram um elemento importante, haja vista que residem, em média, há 27,3 anos no mesmo local.

No que concerne às condições habitacionais das pesquisadas, constatou-se que 100% possuem casa própria e a maioria tem acesso à energia elétrica (pescadoras artesanais 86% e agricultoras familiares 88,89%). Esse serviço nas residências permite aquisição do conhecimento de forma geral por intermédio dos diversos meios de comunicação, além do uso de eletrodomésticos (fogão, geladeira, liquidificador entre outros) e demais equipamentos, na rotina doméstica ou para agregar valor a seus produtos ou verticalizar a produção (SOUZA; ANJOS, 2007).

Quanto à estrutura das moradias, 57% das pescadoras artesanais e 45% das agricultoras familiares possuem casas de alvenaria, além disso, existem ainda as residências em estrutura mista – madeira e alvenaria – (29% pescadoras artesanais e 27% das agricultoras familiares) e o restante com estrutura de madeira.

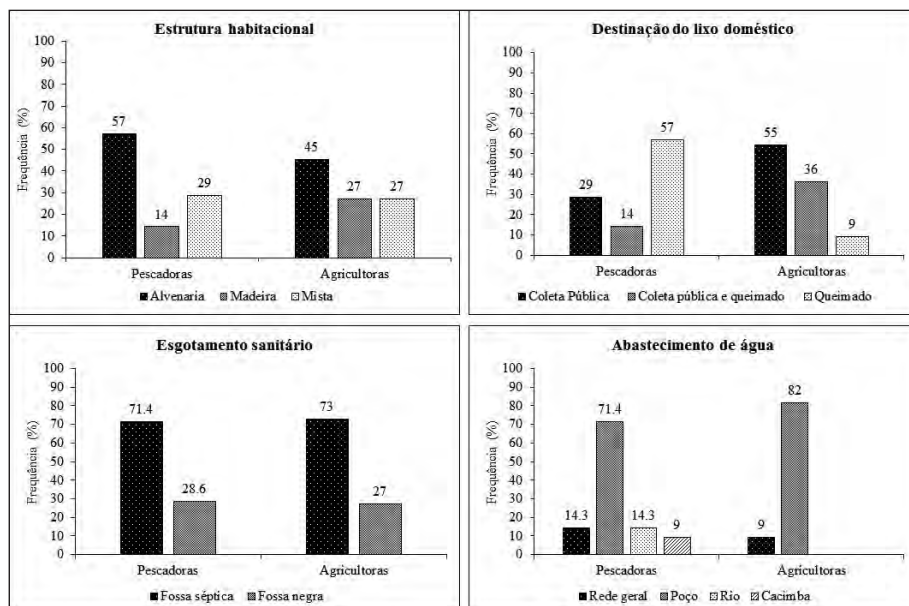
A respeito do lixo doméstico, existe uma diferença no método usado para a destinação final dos resíduos produzidos. Das pescadoras artesanais, 57% declararam que os resíduos produzidos são queimados, 29% afirmaram que os resíduos são destinados à coleta pública e 14% usam os métodos anteriores conjuntamente. As agricultoras familiares asseguraram que 55% depositam o resíduo doméstico na coleta pública, 36% declararam que destinam à coleta pública ou queimam os resíduos e 9% confirmaram que apenas queimam os resíduos (Figura 3).

A queima do lixo é danosa ao meio ambiente, principalmente por liberar gases nocivos à atmosfera e por poder provocar incêndios na vegetação. A proibição do uso do fogo visando proteger a vegetação está disciplinada no Código Florestal Brasileiro, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012 (BRASIL, 2012). Sob esse prisma, mostra-se evidente a necessidade de desenvolver políticas públicas, entre outras atividades, não somente no sentido de preservar, mas também de identificar a melhor maneira de conjugar o binômio utilização/conservação dos recursos naturais e o aumento da produtividade na propriedade rural (ROCHA *et al.*, 2012).

Um fato que chama atenção na pesquisa refere-se à questão de esgotamento sanitário: 28,6% das pescadoras e 27% das agricultoras declararam que em suas residências utilizam uma forma rudimentar para destinação dos dejetos produzidos em suas casas, como a fossa negra (Figura 3). Como os bairros não possuem estrutura e ações de políticas públicas adequadas para coleta dos dejetos,

as entrevistadas acabam fazendo o despejo de forma inadequada, o que pode contaminar os lençóis freáticos e agredir o meio ambiente. Realidade vivenciada na maioria dos bairros, o que demonstra a semelhança com comunidades rurais de modo especial da várzea onde “[...] comunidades não dispõem de estrutura básica de ensino médio, posto de saúde e possuem abastecimento precário de água, bem como de saneamento” (MARTINS, 2009, p. 63).

Figura 3 – Situação habitacional de pescadoras e agricultoras familiares dos bairros Maicá e Pérola do Maicá, Santarém, Pará, Brasil



Fonte: elaborado pelos autores com base nos dados da pesquisa.

Quanto ao serviço de abastecimento de água, percebe-se que a maioria das pesquisadas abastece suas casas com água proveniente de poços nas residências e um percentual pequeno (14,3% pescadoras artesanais e 9% de agricultoras familiares) tem acesso à rede geral de distribuição de água, que consiste em microssistema dos bairros. Além disso, 14,3% das pescadoras artesanais fazem a captação de água para consumo e uso doméstico direto do lago Maicá e 9% usam a cacimba para suprir suas necessidades de acesso à água (Figura 3).

O Plano Diretor da cidade de Santarém destaca ser de responsabilidade do Poder Público Municipal a limpeza urbana, incluindo a disposição final de resíduos sólidos (Art. 56), o acesso ao sistema de coleta e tratamento final dos esgotos (Art. 66) e a possibilidade de ser responsável pelo abastecimento de água potável ao consumo humano (Art. 63) (SANTARÉM, 2018). No entanto,

a realidade detectada durante a pesquisa revela o estado de vulnerabilidade a que as famílias residentes desses espaços urbanos estão submetidas, nesse caso específico, as pescadoras artesanais e agricultoras familiares.

Devido essa realidade ser frequente em muitos lugares do Brasil, Siliprandi e Cintrão (2011) alertam sobre a carência de acesso aos recursos básicos, como: água, energia elétrica, esgotamento sanitário e tantos outros que acometem muitos brasileiros, mas, especialmente, as mulheres, uma vez que são elas as responsáveis diretas pelos afazeres domésticos e o bem-estar familiar.

CONCLUSÃO

A participação das mulheres na pesca artesanal e na agricultura familiar é de extrema importância para o desenvolvimento econômico local. Além disso, exercem fundamental influência na qualidade de vida dessas mulheres e de suas famílias que extrapola o valor econômico e social, alcançando um valor cultural e simbólico, que garante a produção para o autoconsumo e a comercialização dos produtos excedentes. Possuem produção significativa, porém têm acesso a poucos locais para comercializar seus produtos, estando limitadas ao local onde residem, aos bairros próximos e/ou feira, onde o preço pago pelos produtos é muito baixo, e, na tentativa de complementar a renda familiar, exercem outras atividades esporadicamente.

As pescadoras artesanais e agricultoras familiares vivem em ambientes semelhantes ao cenário habitacional e social, com fragilidades em relação ao acesso às políticas públicas de saneamento básico, ao abastecimento de água e à educação.

Este estudo auxilia na discussão de políticas públicas que ajudem a mitigar as dificuldades enfrentadas no cotidiano dessas mulheres e suas famílias. Serve ainda de aporte teórico para a temática pesquisada, para entidades sindicais e participantes da pesquisa, visando fornecer subsídios ao debate sobre modelos de desenvolvimento que garantam a sobrevivência dessas mulheres em suas unidades familiares, sobretudo em ambientes e ecossistemas frágeis, como o caso da várzea.

REFERÊNCIAS

BATISTA, V. S.; ISAAC, V. J.; VIANA, J. P. Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia. In: RUFFINO, M. L. (org). **A pesca e os recursos pesqueiros da Amazônia brasileira**. Manaus: IBAMA/ProVárzea, 2004. p. 63-151.

BAZOTTI, A.; SUGAMOSTO, M. Renda das Famílias Rurais Paranaenses: uma análise exploratória. **Cadernos IPARDES**, Curitiba, v. 1, n. 2, p. 45-61, 2011.

BRASIL. **Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2012]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm. Acesso em: 10 mar. 2013.

CALEGARE, M. G. A.; HIGUCHI, M. I. G. Transformações das Identidades Coletivas em Comunidade no Alto Solimões/AM. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, DF, v. 32, n. 3, p. 1-9, 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e323222>.

CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (org.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, DF: IPEA, 2013. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_bolsafamilia_10anos.pdf. Acesso em: 10 jul. 2017.

CECCHIN, H. F. G.; PARENTE, T. G. Diversas vozes, muitos dilemas: discutindo o Programa Bolsa Família a partir das questões de gênero e empoderamento. **Desenvolvimento em Questão**, Ijuí, v. 16, n. 43, p. 322-352, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.43.322-352>.

CHAYANOV, A. V. On the theory of non-capitalist economic systems. **Clásicos y Contemporáneos en Antropología**, [s. l.], p. 1-28, 1966.

DELGADO, N. G. Desenvolvimento local e extensão rural e pesqueira. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, p. 62-73, 2001.

FONSECA, J. S.; MARTINS, G. A. **Curso de estatística**. São Paulo: Atlas. 2008.

FURTADO, L. G. Características gerais e problemas da pesca amazônica no Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 6, n. 1, p. 41-93, 1990.

GALÚCIO, D. M. R. **Amazônia: pescadores contam histórias**. Santarém: IBAMA: PróVárzea, 2004. 134 p. (Coleção Retrato Regional).

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

IBGE. **Censo agropecuário 2006**: Brasil, grandes regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. 777 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf. Acesso em: 20 jul. 2018.

IBGE. SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/Q>. Acesso em: 02 jul. 2021.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira - 2016. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 146 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv98965.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**: taxa de analfabetismo – Pará. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=downloads>. Acesso em: 21 jun. 2021.

IPPUR. **Política Municipal de Habitação**: orientações para formulação e implementação. Rio de Janeiro: IPPUR, 2001. (Cadernos do Programa, v. 1).

LEWIS, J. **Identidade e a região peri-urbana de Belém do Pará**: lições para o investimento de desenvolvimento municipal. [S. l.: s. d.], 2007. 14 p. Disponível em: https://projects.ncsu.edu/project/amazonia/brazil_proj/Result/Identidade_Regiao_PeriUrbana_Lewis.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

MARTINS, E. V. **Dinâmica da economia e das relações do trabalho da pesca artesanal no município de Santarém**. 2009. 105 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2009.

MEDEIROS, M.; OSORIO, R. **Arranjos domiciliares e arranjos nucleares no Brasil**: classificação e evolução de 1977 a 1988. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. (Texto para discussão, 788).

MORENO, C. O. **Brasil made in China**: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. 2015.

NISHIDA, A. K. **Catadores de moluscos do litoral Paraibano**: estratégias de subsistência e formas e percepção da natureza. 2010. 143 f. Tese (Doutorado em Ecologia e Recursos Naturais) – Programa de Pós-Graduação em Ecologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2010.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 184 p.

PMS. Histórico de Santarém. **Prefeitura Municipal de Santarém**, Santarém, 2017. Disponível em: <http://www.santarem.pa.gov.br/conteudo/?item=121&fa=60>. Acesso em: 10 jul. 2018

RABELO, Y. G. S.; VAZ, E. M.; ZACARDI, D. M. Perfil Socioeconômico dos Pescadores Artesanais de dois Lagos Periurbanos de Santarém, Estado do Pará. **Revista Desafios**, Palmas, v. 4, p. 73-82, 2017. <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2359-3652.2017v4n3p73>.

ROCHA, A. C.; CERETTA, G. F.; BOTTON, J. S.; BARUFFI, L.; ZAMBERLAN, J. F. Gestão de resíduos sólidos domésticos na zona rural: a realidade do município de Pranchita – PR. **Revista Administração**, São Paulo, v. 5, p. 699-714, 2012.

SANTARÉM. **Lei nº 18.051, de 29 de dezembro de 2006**. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Santarém. Santarém: Prefeitura Municipal de Santarém, [2006]. Disponível em: https://sapl.santarem.pa.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2006/43/43_texto_integral.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

SANTARÉM. **Lei nº 20.534, de 17 de dezembro de 2018**. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Santarém. Santarém: Prefeitura Municipal de Santarém, [2018]. Disponível em: https://sapl.santarem.pa.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2018/1610/lei_n_20_534_de_17_12_2018_plano_diretor_participativo.pdf. Acesso em: 18 jun. 2021.

SAULE JÚNIOR, N.; CARDOSO, P. M. **O Direito à Moradia no Brasil: violações, práticas positivas e recomendações ao governo brasileiro**. São Paulo: Instituto Polis, 2005.

SCHNEIDER, S. Teoria Social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 18, p. 99-122, 2003.

SERRÃO, E. M. **A pesca e o conhecimento tradicional dos pescadores de um lago de inundação no Baixo Amazonas**: sugestões para manejo e conservação. 2018. 106 f. Dissertação (Mestrado em Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos) – Programa de Pós-Graduação em Recursos Aquáticos Continentais Amazônicos, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2018.

SERRÃO, E. M.; BRAGA, T. M. P.; COELHO, Y. K. S.; CAMPOS, D. P. F.; SANTOS, A. A. S.; IMBIRIBA, L. C.; ZACARDI, D. M. Conhecimento tradicional dos pescadores sobre o comportamento reprodutivo dos peixes em um lago de inundação no Oeste do Pará, Brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 31, n. 1, p. 1-21, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/SN-v31-2019-45133>.

SILIPRANDI, E.; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 1-21, 2011. DOI: <https://doi.org/10.20396/san.v18i2.8634675>.

SILVA, Y. A. R. **Agricultura mecanizada e expansão urbana em Santarém-PA**: padrões e processos espaciais. 2014. 73 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura Plena em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2014.

SOUSA, W. L.; VIEIRA, T. A. An Amazonian Lake and the quality of life of its women: the case of Maicá, Santarém, Brazil (2018). **Environment, Development and Sustainability**, [s. l.], v. 23, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10668-021-01486-x>.

SOUSA, W. L.; SANTOS, A. O.; SERRÃO, E. M.; GAMA, A. S. P.; VIEIRA, T. A. Quintais agroflorestais e trabalho da mulher em espaço periurbano: um estudo de caso em Santarém, Pará, Brasil. **Research, Society and Development**, [s. l.], v. 9, n. 12, p. e8691210792, 2020. DOI: 10.33448/rsd-v9i12.10792.

SOUZA C. R. G; ANJOS F. S. Impacto dos programas de eletrificação rural em comunidades rurais de Arroio Grande, RS. **Revista Extensão Rural**, Santa Maria, v. 14, p. 37-63, 2007.

VAZ, E. M. **Caracterização da atividade pesqueira praticada no Lago Maicá, Município de Santarém, Pará**. 2016. 49 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado de Engenharia de Pesca) – Faculdade de Engenharia de Pesca, Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2016.

VAZ, E. M.; RABELO, Y. G. S.; CORRÊA, J. M. S.; ZACARDI, D. M. A pesca artesanal no lago Maicá: aspectos socioeconômicos e estrutura operacional. **Biota Amazônia**, Macapá, v. 7, p. 6-12, 2017.

VIEIRA, J. C. Quilombolas na cidade: dilemas do planejamento urbano frente ao território do quilombo do Maicá em Santarém-Pará. *In*: ENCONTRO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, 22., 2013, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: CONPEDI, 2013. p. 1-30. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=6f8805c87ad80ed9>. Acesso em: 15 jul. 2018.

WINKLERPRINS, A. M. House-lot gardens in Santarém, Pará, Brazil: Linking rural with urban. **Urban Ecosystems**, [s. l.], v. 6, p. 43-65, 2002. DOI: <https://doi.org/10.1023/A:1025914629492>.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005. 212 p.

ZHAO, M.; TYZACK, M.; ANDERSON, R. Estera Onoakpovike. Women as visible and invisible workers in fisheries: A case study of Northern England. **Marine Policy**, [s. l.], v. 37, p. 69-76, 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.marpol>.

Texto submetido à Revista em 03.10.2019

Aceito para publicação em 07.06.2021



As mulheres do açaí: um estudo de caso acerca do trabalho feminino na Ilha de Guajará de Baixo, Cametá (PA)

Açaí women: a case study about women's work in Guajará de Baixo Island, Cametá (PA)

Renato dos Prazeres Rodrigues - Especialista em Agroecologia pelo Instituto Federal do Pará (IFPA) e em Sistemas Agroflorestais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: renatoadp13.rr@gmail.com

Monique Medeiros - Doutora em Agroecossistemas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professora e Pesquisadora no Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas (PPGAA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: mmedeiros@ufpa.br

Aldrin Mário da Silva Benjamin - Doutor em Fitotecnia pela Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). Professor do Instituto Federal do Pará (IFPA). E-mail: aldrin.benjamin@ifpa.edu.br

Resumo

Dentre as diversas atividades desempenhadas pelas mulheres ribeirinhas em Cametá, Pará, é na produção do açaí que elas concentram grande parte da força de trabalho para a formação da renda familiar. Entretanto, esse trabalho feminino, a muitos olhares alheios, ainda é visto apenas como uma ajuda. Compreendendo a problemática atrelada à invisibilização do papel das mulheres nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi analisar as atividades praticadas pelas mulheres da Ilha Guajará de Baixo, tanto no âmbito reprodutivo quanto produtivo, com principal atenção àquelas relacionadas ao açaí. Para a efetivação deste trabalho, foram realizadas, em maio de 2018 e julho de 2021, entrevistas semiestruturadas com 28 mulheres. Como resultado da pesquisa, identificou-se que essas mulheres possuem papel relevante não somente no cuidado da família, no âmbito doméstico, como também no desenvolvimento de atividades produtivas voltadas, sobretudo, ao açaí.

Palavras-chave

Mulheres ribeirinhas. Extrativismo do açaí. Invisibilização do trabalho feminino. Amazônia Paraense.

Abstract

Among the various activities performed by riverine women in Cametá, Pará, it is in the production of açaí that they concentrate much of their labor force for the formation of family income. However, this feminine work, to many outsiders, is still seen only as a help. Understanding the problem linked to the invisibilization of the role of women in this context, the objective of this work was to analyze the activities practiced by women from the Guajará de Baixo Island, both reproductively and productively, with special attention to those related to the açaí. To carry out this work, semi-structured interviews were conducted with 28 women in May 2018 and July 2021. As a result of the research, it was identified that these women have a relevant role not only in caring for the family, in the domestic sphere, but also in the development of productive activities focused, above all, on açaí.

Keywords

Riverside women. Açaí extractivism. Invisibilization of women's work. Paraense Amazon.

INTRODUÇÃO

O município paraense de Cametá é dividido em dois grandes ecossistemas com aptidão ao cultivo agrícola, estes são terra firme e várzea, que, respectivamente, implicam 17,1% e 26,2% do território. Aproximadamente 100 ilhas, que são consideradas várzeas, compõem Cametá e estão dispostas ao longo do rio Tocantins e de seus afluentes (OLIVEIRA; BRANDÃO; PENA, 2014). Os ecossistemas de várzeas, que são predominantes nas regiões das ilhas, sofrem inundações eventuais devido ao fluxo da maré alta/enchente que eleva o nível da água e banha o solo, depositando sedimentos que são absorvidos pelos vegetais em forma de nutrientes. Nesse estuário, as atividades extrativistas vegetal e animal predominam, tornando-se fonte importante na aquisição de alimento e renda das famílias.

Alguns estudos sobre o município de Cametá demonstram que 60% da economia local provém da agricultura, com destaque para o cultivo da mandioca (*Manihot esculenta* Crantz), a qual predomina em área de terra firme, e do extrativismo do açaí (*Euterpe oleracea* Mart.), vinculado às áreas de várzea (COSTA, 2010). Os açaizeiros apresentam-se de forma abundante no estuário ribeirinho cametaense e destacam-se pela sua importância como fonte alimentar e econômica (BATISTA, 2013; BATISTA; SANTANA; LEMOS, 2016).

Essa atividade agroextrativista é a mais influente nas várzeas do município de Cametá, segundo maior produtor do fruto no estado do Pará. Nos anos de 2018/2019, o agroextrativismo do açaí representou 51% da produção agrícola municipal, o equivalente a 159.450 toneladas do fruto (IBGE, 2019).

Em consequência do exposto, cooperativas e empresas externas adentraram na cadeia de comercialização local para a compra da produção, levando muitas famílias ribeirinhas a se dedicarem diariamente ao manejo dos açaizais. A partir daí, as estratégias de produção e organização das divisões de trabalho na cadeia produtiva do açaí têm sido constantes e envolvem basicamente toda a família.

Diante desse contexto, estudos apontam que as mulheres assumem papel primordial na produção do açaí, pois participam diretamente de todas as etapas da cadeia, desde o manejo à venda do fruto. Sobre isto, Silva e Simonian (2006) afirmam que as mulheres do estuário amazônico executam as mais diversificadas funções, dentre elas, a pesca realizada em pequena escala, a manutenção dos apetrechos de pesca, o zelo pelos filhos e os afazeres no lar. Ademais, Burg e Lavato (2007) reconhecem que o trabalho realizado pela mulher constitui uma gama diversificada de funções que favorecem a unidade produtiva.

No entanto, o trabalho das mulheres na agricultura é ainda menosprezado e não reconhecido, o que vem se consolidando ao longo da história de um meio rural patriarcal. E, de forma reativa, no atual contexto, as mulheres vêm lutando pela valorização dos seus trabalhos na agricultura (GEORGIN *et al.*, 2015). Corroborando a importância dessa luta, este trabalho apresenta como objetivo analisar as atividades praticadas pelas mulheres da Ilha Guajará de Baixo, Cametá (PA), tanto no âmbito reprodutivo quanto produtivo, com principal atenção àquelas relacionadas ao açáí.

Dentre os principais resultados encontrados nessa pesquisa, destaca-se o relativo às mulheres de Guajará de Baixo possuírem papel relevante não somente no cuidado da família, no âmbito doméstico, como também no desenvolvimento de atividades produtivas relevantes à segurança alimentar e à garantia de renda de seus núcleos familiares.

1 A INVISIBILIZAÇÃO DO TRABALHO FEMININO NO CAMPO

Para Schneider (2001), na agricultura familiar, a pluriatividade envolve todo o núcleo familiar nas mais diversificadas funções. Estrategicamente, o chefe da família planeja, organiza e distribui os afazeres das etapas produtivas para cada membro do núcleo familiar (ROCHA, 2019). Segundo Schmitz e Santos (2013), na maioria dos estabelecimentos no meio rural, o homem assume a responsabilidade de chefe da família, excluindo os demais membros familiares da tomada de decisão, inclusive a mulher (esposa), protagonista diariamente em jornadas múltiplas de trabalho.

De acordo com Herrera (2013) e Santos, Bohn e Almeida (2020), as mulheres agricultoras, além da responsabilidade quase que exclusiva no trabalho reprodutivo, associado às funções domésticas e maternas, também realizam trabalho produtivo, estes fortemente ligados à agricultura. Segundo Silva e Steward (2020, p. 2): “para entender as relações de trabalho, compreende-se as atividades realizadas pelas mulheres que vão além dos espaços domésticos como as roças, o artesanato, o extrativismo, a criação de animais, cultivo de plantas medicinais entre outros”.

No contexto amazônico, Faria e Nobre (1997) e Silva e Simonian (2006) descrevem a relação de gênero em uma comunidade ribeirinha marcada pela cultura do patriarcado. Nesse tipo de cultura, o trabalho praticado pelo gênero feminino é reconhecido como “ajuda” e pejorativamente visto como “coisinha leve” ou “coisinha pouca”, marcado pela “invisibilidade” diante do gênero masculino, que ocupa o centro da “visibilidade” e das tomadas de decisões no estabelecimento.

Segundo Rocha (2019), essa relação de invisibilidade do trabalho feminino se consolida além do processo produtivo na agricultura. Simonian (2006) destaca a invisibilidade do trabalho feminino na atividade de pesca, na comercialização, nas tomadas de decisões, na participação da renda familiar, no trabalho doméstico etc., mesmo sendo as atividades praticadas pelas mulheres primordiais para a consolidação da família no estuário do Baixo Tocantins. Na atividade agroextrativista do açaí, a invisibilização do trabalho produtivo da mulher ribeirinha se dá no que se refere tanto à composição da renda familiar quanto às práticas produtivas (SANTANA; PESSOA; SANTANA, 2012).

Para Santos, Bohn e Almeida (2020, p. 7), “ao não receber uma contrapartida financeira, [o trabalho da mulher] se torna invisibilizado na agricultura familiar, além de não possuir uma identidade e nem ter suas tarefas reconhecidas”. Com base nessas percepções da condição da mulher no meio rural, a desigualdade de gênero inicia, desde muito cedo, na fase adolescente: o menino é “ajudante” do pai e a menina, da mãe (SILVA, 2019). Para Nobre (1998, p. 5):

Quando resgatamos, em uma linha da vida, o desenvolvimento de meninos e meninas, percebemos que, na área rural, eles estão juntos, sem grandes diferenças até por volta dos 5 anos. Depois, as meninas começam a seguir as mães, aprendendo com elas o trabalho doméstico e contribuindo para a realização deste. Os meninos passam a seguir o pai, a aprender com ele e a brincar entre meninos nas horas de lazer que geralmente são maiores que as das meninas. Os rapazes também saem mais, vão mais longe, enquanto as moças ficam mais com a família, não só pelo trabalho, mas pelo medo dos pais de que elas “caiam na vida”.

Para Silva e Schneider (2010), essa divisão filho/filha, homem/mulher, impregnada no contexto rural, tende a se perpetuar na visibilidade do trabalho. Os filhos seguem os passos dos pais e são vistos como provedores. As filhas acompanham os passos das mães, envolvendo-se nos afazeres domésticos e agrícolas, os quais são percebidos como “ajuda”. E assim, a desigualdade vai se espalhando ao passo que o trabalho reprodutivo das mulheres não é reconhecido pelo marido, pelos filhos, pelos vizinhos, pela sociedade como um todo (SILVA; STEWARD, 2020).

Para Brumer (2004), quando casadas, essas filhas também são subordinadas a esta situação, não mais vistas como ajudantes do pai mas, como ajudantes do marido (GORES, 2015). Assim sendo, essa situação se perpetua na dinâmica do trabalho na agricultura no decorrer do contexto histórico.

Ressalta-se que a presença da mulher agricultora no estabelecimento familiar tem sua importância além da execução do trabalho, pois são detentoras

de saberes e práticas contextualizados são repassados para os filhos (SILVA; STEWARD, 2020). Segundo Rodrigues, Andrade, Silva e Nascimento (2015), as mulheres ribeirinhas:

[...] constituem elemento chave como detentoras de um conhecimento específico, ao mesmo tempo em que sustentam a forma de organização familiar e comunitária, não só no âmbito do saber-fazer, mas, sobretudo de preservação da cultura imaterial existente nestes contextos, tendo em vista que são elas as “guardiãs” e principais responsáveis pela transmissão e/ou ensino destes conhecimentos/saberes para as gerações presentes e futuras (RODRIGUES; ANDRADE; SILVA; NASCIMENTO, 2015, p. 4).

Na pesquisa de Amaral (2016), no Baixo Tocantins, contatou-se a importância do trabalho artesanal das mulheres na confecção de utensílios, como cuias, cestos, paneiros e abanos que são produzidos pelas mulheres. Ademais, atuam na extração do açaí enquanto fruto, no preparo do suco deste fruto, na criação de xerimbabos¹, na coleta de cacau, na extração do látex, entre outras atividades. Todas essas práticas formam o complexo de afazeres das mulheres ribeirinhas, que também se tornam elementos de identidade e resiliência (BATISTA, 2010).

2 ESCOLHAS METODOLÓGICAS

O estudo foi realizado na comunidade da Ilha de Guajará de Baixo, localizada à margem direita do rio Tocantins, em Cametá. A comunidade é distante 13 km da sede do município, com acesso por via fluvial, tendo o ecossistema de várzea como predominante nessa comunidade.

Em levantamento populacional realizado pelos autores, em 2020, junto às Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) da localidade, constatou-se que a Ilha apresenta uma população estimada de 83 famílias e 395 habitantes, constituída por 54% do gênero masculino e 46% de gênero feminino. Desses, 38% são adultos (35 a 60 anos); 20% jovens adultos (18 a 35 anos); 19% adolescentes (12 a 18 anos); 13% crianças (até 11 anos) e 10% idosos (60 anos em diante). Quanto à escolaridade, 56% frequentaram somente o ensino fundamental; 24% o ensino médio; 12% não estudaram, e 8% têm o nível superior.

Para a construção e a realização da análise de dados nesse e acerca desse contexto, optou-se pela modalidade de estudo de caso (GIL, 2008). O estudo mescla instrumentais quali e quantitativos (CRESWELL, 2007), obtidos por

¹ Animais de pequeno porte (pato, galinha, peru, suínos) que se destinam principalmente ao autoconsumo e que podem ser comercializados eventualmente.

meio da realização de questionários e entrevistas semiestruturadas direcionados às mulheres agricultoras da Ilha de Guajará de Baixo. Do total das 83 famílias existentes na comunidade, foram envolvidas na pesquisa 28 mulheres, casadas ou amasiadas, e uma viúva, que representaram 37% das famílias locais.

Para se chegar às entrevistadas, recorreu-se à liderança da comunidade a qual apontou os sujeitos de maiores relevâncias na comunidade, tais como lideranças religiosas, parteiras, amassadoras de açaí, curandeiras, puxadoras² e extratoras de óleo de andiroba, que também foram indicando outras mulheres. Ademais, vale mencionar que, para conseguir-se realizar as entrevistas diretamente com as mulheres, foi preciso, primeiramente, criar um vínculo de aproximação e confiança entre os pesquisadores e as pessoas indicadas como “chefes das famílias”, que, no contexto local, eram todas do gênero masculino. Esses chefes de família eram quem autorizava a realização da pesquisa e a operacionalização das entrevistas nos seus estabelecimentos, propondo dias e horários oportunos para isso.

A pesquisa de campo deu-se durante todo o mês de maio de 2018. Os dados quantitativos foram atualizados, em contato com as informantes-chave em julho de 2021. As falas das mulheres foram anotadas e gravadas e, posteriormente, transcritas. Os dados foram sistematizados em tabelas e gráficos. Ademais, trechos das falas das entrevistadas foram analisados à luz da Análise do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) (LEFEVRE; LEFEVRE, 2003). Nessa análise, priorizou-se manter a originalidade da fala das mulheres, para preservar a expressão cultural e histórica dos sujeitos participantes da pesquisa. Vale mencionar que todas as entrevistadas autorizaram a transcrição de seus depoimentos, bem como sua análise nessa pesquisa.

3 A RELEVÂNCIA DAS MULHERES NA ILHA DE GUAJARÁ DE BAIXO: DA REPRODUÇÃO SOCIOCULTURAL À PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E RENDA

O processo de ocupação da Ilha de Guajará de Baixo deu-se ao longo do tempo de forma livre e espontânea. Em 2009, foi concedido pela Superintendência do Patrimônio da União do Estado do Pará (SPU/PA) o termo de autorização para a prática de atividades agroextrativistas. Cada família possui em média cinco hectares de terra, que são destinados para a construção do estabelecimento e realização de atividades agroextrativistas.

² Mulheres especialistas na realização de massagens, nas quais é utilizado o óleo de andiroba, com vistas a diminuir dores e desconfortos causados por lesões musculares.

A base produtiva familiar é ligada ao extrativismo, voltada para a coleta de sementes das oleaginosas andiroba (*Carapa guianensis* Aubl.) e ucuuba (*Virola surinamensis* (Rol.) Warb), amêndoas de cacau (*Theobroma cacao* L), buriti (*Mauritia flexuosa* L), coleta de açaí e extração do palmito, além da pesca em pequena escala. O extrativismo inserido na produção familiar tem sua importância significativa na permanência das pessoas no campo. Segundo Carraza (2010) e Mendes, Neves e Neves (2014), o extrativismo, além de fornecer uma diversidade de produtos oriundos da biodiversidade nativa, também auxilia a base econômica e social na preservação ambiental e melhoria da qualidade de vida dos ribeirinhos.

Em relação às atividades extrativistas na Ilha de Guajará de Baixo, segundo relatos dos moradores, o açaí é o produto de maior interesse da comunidade uma vez que agrega valor cultural, social e econômico na unidade de produção familiar e as atividades relacionadas com a produção dessa cultura dão-se basicamente durante o ano todo. Logo, a participação e o trabalho coletivo do núcleo familiar tornam-se fundamentais no decorrer dessa cadeia produtiva que envolve roçadores, apanhadores, debulhadores e amassadoras que extraem dele o “vinho”³.

No que se refere à composição familiar na comunidade, há em média 4,8 pessoas por família, que abrange crianças, adolescentes, jovens e adultos. As crianças e idosos são os responsáveis pelas atividades tidas como “leves” relacionadas à debulha do açaí, à coleta de frutos e à alimentação dos xerimbabos. Em contrapartida, os adultos executam os serviços “pesados” que envolvem todo o manejo das espécies na unidade de produção.

A idade média das mulheres participantes da pesquisa foi de 47 anos, mínima de 22 e máxima de 67 anos. Em relação ao estado civil, 78,6% são amasiadas, 17,9% são casadas e 1,5% é viúva. Para essas mulheres, o fato de viverem em união estável traz certa segurança e principalmente formaliza o companheirismo inclusive na realização das atividades produtivas que envolvem a família. Tal situação é corroborada por Ramos (2014) que afirma que a união estável concede às mulheres rurais maior reverência na comunidade, certa importância e representatividade social.

Sobre o nível de estudo, os percentuais indicam que 39% das mulheres de Guajará de Baixo estudaram o ensino fundamental incompleto; 22% o fundamental completo; 14% o médio incompleto; 7% o médio completo, o superior completo ou não estudaram; e 4 % possuem o ensino superior incompleto. Observou-se

³ Suco extraído do açaí *in natura*, que compõe a base alimentar das famílias ribeirinhas. É consumido diariamente preferencialmente acompanhado de farinha de mandioca, peixe e camarão.

que o maior percentual de mulheres que não concluíram o ensino fundamental ou que não estudaram apresenta entre 45 e 67 anos.

Segundo Matos e Reis (2018), um dos impedimentos das mulheres ribeirinhas de concluírem os estudos é o fato de que, ao se amasiarem, acabam por destinar o seu tempo diário aos afazeres doméstico e materno, em conciliação com o trabalho na agricultura. Outros obstáculos como a carência de transporte, a disponibilidade de tempo, devido às múltiplas funções, o desânimo por se acharem com idade avançada e, principalmente, a falta de apoio dos maridos influenciam diretamente na dificuldade de conclusão dos estudos. Vale destacar que 68% das mulheres entrevistadas alegaram que os maridos as impedem de ir à escola.

Para Ramos (2014), o elevado índice de mulheres que não concluíram os estudos pode implicar a questão da renda, visto que o baixo nível de escolaridade dificulta a busca por trabalhos formais. Essa realidade é percebida na comunidade, uma vez que nenhuma das entrevistadas possui emprego formal e nunca trabalhou tendo a carteira assinada.

A respeito dos afazeres diários das mulheres da Ilha de Guajará de Baixo, em relação à frequência relativa (%), constatou-se que 61% do tempo diurno delas é dedicado aos cuidados da família, enquanto o restante do tempo, ou seja, 39%, é destinado às atividades produtivas. Em ambos os casos, o que chama a atenção são as múltiplas tarefas desempenhadas diariamente pelas mulheres, tanto no âmbito produtivo quanto no reprodutivo.

Silva e Simonian (2006), ao estudarem as mulheres da várzea amazônica, verificaram que, apesar das múltiplas atividades produtivas realizadas pelas mulheres, ainda assim as atividades ligadas à dedicação familiar são as que ocupam a maior parte do tempo delas, principalmente as atividades destinadas à criação dos filhos e aos afazeres domésticos. Na Ilha de Guajará de Baixo, a realidade não se distingue daquela analisada pelas autoras. Na análise do tempo dedicado à família por essas mulheres, verificou-se que a maior parte deste é destinada aos afazeres domésticos (63%) e o restante, ao repouso (18%), participação religiosa (15%) e recreação (4%).

As mulheres entrevistadas afirmam que essas atividades que ocupam a maior parte de seu tempo têm relação, principalmente, com a criação dos filhos, como é possível verificar no trecho da entrevista a seguir:

Eu que faço o trabalho de casa [...]. Faço a boia, lavo as roupas sujas os pratos do almoço e da tarde [...]. Dou a boia dos meus filhos, do meu marido [...]. Tudinho isso eu faço [...]. Porque se eu não fazer, não tem quem faça por mim [...]. Não tenho pra quem pedir, eu mesma faço [...]. Depois da boia, a gente dorme um pouquinho aqui em casa [...]. Aí, tem

dias que eu levo a minha família pra igreja [...]. Meus filhos gostam de ir no culto, lá eles cantam, tocam, aí eu os levo sempre que dá [...]. Nosso dia de lazer é no final de semana [...]. Tem uma praia que, de vez em quando, nós vamos dar uma voltinha lá [...]. (Informação verbal, mulheres da Ilha de Guajará de Baixo, 2018).

Quanto às atividades produtivas, “a mulher realiza na várzea atividades como a extração de frutos – com destaque para o açai e para a pesca, sendo esta última realizada em pequena escala e envolvendo peixes e camarões” (SILVA; SIMONIAN, 2006, p. 9). Na Ilha de Guajará de Baixo, o tempo das mulheres destinado especificamente às atividades produtivas contempla o extrativismo do açai, que corresponde a 43% do total. O restante deste tempo é distribuído entre atividade da pesca (16%), artesanato (13%), horticultura (12%), coleta de sementes de oleaginosas (11%) e criações de animais (5%). Corroborando as reflexões de Rocha (2017), na Ilha de Guajará de Baixo, as mulheres ribeirinhas estão engajadas nas mais diversas atividades produtivas praticadas no estabelecimento familiar no meio rural.

A participação das mulheres de Guajará de Baixo nessas atividades garante o autoconsumo, assim como excedentes destinados à comercialização, exceto a pesca e os produtos da olericultura, que são destinados somente para consumo do núcleo familiar. Os trechos de entrevista abaixo revelam os detalhes dessas distintas funções desempenhadas pelas mulheres:

Aqui, de tudo eu faço um pouquinho [...]. Ajudo meu marido no açazal, na pesca... consigo conciliar essas coisas [...]. Quando ele não tá aqui é eu com meu filho que faz [...]. Gasto muito meu tempo no açazal [...]. Tempo de safra eu acordo cedinho aí eu e os menino vamos apanhar o açai, enquanto o homem trabalha fora [...]. Fora de casa, a principal coisa que eu faço é apanhar o açai pro vinho e pra vender [...]. Na pesca, a captura de camarão dá pra defender da boia, o peixe está cada dia mais difícil conseguir [...]. Tem a andiroba, a ucuuba que a gente junta as amêndoas e vende [...]. No finalzinho da tarde, teço meu paneiro [...]. O paneiro a gente usa pra pegar o camarão, botar o açai [...]. Também cuido do porco, da galinha, do pato [...]. O açai é a principal produção que a gente vende aqui do mato [...]. Uma vez por outra, vendo um pato, uma galinha [...]. Assim dá pra ganhar um dinheirinho pra ajudar na casa [...]. E assim a gente vai levando até quando Deus quiser [...]. (Informação verbal, mulheres da Ilha de Guajará de Baixo, 2018).

A partir dos relatos das mulheres, infere-se que a diversidade das atividades produtivas se constitui importante estratégia para a manutenção familiar. Os produtos oriundos dessas atividades asseguram a base alimentar da família e constituem fonte importante de renda (SILVA; HESPANHOL, 2016), que

permite a aquisição de insumos não originados no estabelecimento familiar e de outros bens que proporcionam o bem-estar da família.

4 AS “MULHERES DO AÇAÍ” E OS OBSTÁCULOS AINDA EXISTENTES À SUA AUTONOMIA

Na Ilha de Guajará de Baixo, foram identificadas seis etapas na produção extrativista do açaí: limpeza do terreno (roçagem), manejo das espécies vegetais, apanha, debulha, carrega e comercialização (Figura 1). Cabe salientar que a distribuição dos afazeres por cada membro familiar nessas etapas é planejada pelo chefe da família ou pela necessidade de momento. Além do mais, o patriarca, “chefe da família”, também detém o controle da unidade de produção na contratação de trabalhadores, na compra de insumos, nos contatos com os compradores e na administração em geral do estabelecimento (AMORIM; NADER, 2016).

Figura 1 – Algumas das etapas da produção extrativista de açaí: A) Debulha do açaí; B) Tecelagem de paneiro; C) Carrega do fruto açaí; D) Apanha de açaí com o uso do gancho; E) Comercialização via intermediário



Fonte: elaboração dos autores, maio de 2018.

A seguir, são apresentadas as peculiaridades de cada uma dessas etapas, enfatizando como se dá o envolvimento feminino em cada uma delas:

- **Limpeza da área:** refere-se à remoção das plantas espontâneas. Ocorre nos meses de junho, julho, dezembro e janeiro. Nas proximidades dos estabelecimentos, a limpeza do terreno é praticada com maior frequência pelas mulheres que manuseiam o terçado e a enxada para esta finalidade. Acerca dessa atividade, ao ser entrevistada, uma das mulheres menciona: “[...] de vez em quando, eu vejo que tá cerrado. Eu pulo aí pro terreiro com meu terçado pra cortar uns matos [...]. Lá pra capoeira é o homem que faz a limpeza do açaizal, minha responsabilidade fica aqui perto de casa [...]” (informação verbal)⁴;

- **Manejo das espécies:** configura-se como a etapa de realização de desbaste das touceiras e eliminação de árvores indesejadas. Nesta etapa, eliminam-se estipes mais altas, com injúrias físicas, improdutivos e adensados, deixando de três a cinco estipes por touceiras, assim como são subtraídas as árvores que sombreiam em excesso e que não despertam interesse dos agricultores. Esta prática predomina nos meses de fevereiro e março, após a limpeza do terreno. Terçados e machados são as principais ferramentas utilizadas no manejo. Como esta etapa exige maior esforço físico, as mulheres participam eventualmente, como revela a fala de uma entrevistada: “Depois que a gente roça, a gente vai cortar as açazeiras mais altas, pra desabafar mais o açaizal e dar espaço para as novas [...]. Eu vou lá, carrego o palmito do mato, mas cortar, meu marido fala que é perigoso. E cansa mesmo, aí é ele com os filhos que corta [...]” (informação verbal)⁵.

- **Apanha:** realizada com a captura do cacho da copa do açazeiro, o qual é trazido para a parte terrestre. Ocorre de duas formas, com os apetrechos peconha⁶ e gancho⁷. Com a utilização da peconha, o(a) peconheiro(a)⁸ escala o estipe para alcançar o cacho e trazer até o debulhador. Com o gancho, o apanhador não necessita escalar o estipe, o cacho é puxado com o auxílio desse apetrecho. No que se refere a essa etapa, as mulheres mais idosas afirmam que sempre praticaram a apanha do açaí com a utilização da peconha, porém essa atividade se torna bastante cansativa. Após a invenção do gancho, tal etapa tornou-se menos fatigante.

- **Debulha:** nesse procedimento, de forma manual, o(a) debulhador(a) (ver Figura 1) realiza a retirada do fruto das ráquias (pencas). Como recipiente para receber os frutos é utilizado o paneiro de tala de arumã. Os paneiros são confeccionados pelas mulheres, com formato e tecelagem artesanal. Para perdurar essa arte, as mulheres costumam ensinar aos filhos o passo a passo dessa técnica.

⁴ Informação fornecida por uma das mulheres da Ilha de Guajará de Baixo, em maio de 2018.

⁵ Informação fornecida por uma das mulheres da Ilha de Guajará de Baixo, em maio de 2018.

⁶ Apetrecho que o(a) peconheiro(a) utiliza para dar sustento aos pés no ato de subir no açazeiro. A peconha pode ser tecida da folha do açazeiro ou de sacos de palhinha.

⁷ Apetrecho feito com vergalhão, com uma envergadura na ponta que, amarrado a uma vara de bambu, atinge determinadas alturas para a captura do cacho de açaí.

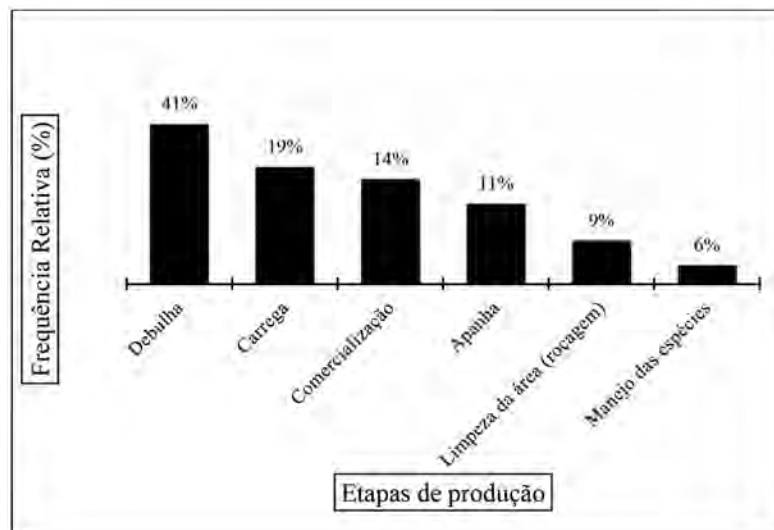
⁸ Nome atribuído ao apanhador de açaí que faz uso da peconha para subir no açazeiro.

- **Carrega:** procede com o deslocamento da produção de onde foi colhido o fruto até o estabelecimento. Nesse trajeto, feito a pé, por dentro do açazal, as mulheres colocam um paneiro por vez no ombro ou na cabeça até o destino. Um paneiro cheio de açaí pesa, em média, 15 kg, fator este que dificulta às mulheres realizarem trajetos longos.

- **Comercialização:** compreende a etapa final, a qual se encerra com a venda do fruto. Na Ilha de Guajará de Baixo, as mulheres adotam dois fluxos de comercialização, via intermediários que se deslocam diariamente às residências para a compra da produção e/ou às feiras das vilas de Porto Grande e Carapajó. Nesta última opção, o valor de comercialização é superior ao pago pelos marreteiros. O açaí é vendido numa unidade de medida (lata) que corresponde a um paneiro cheio (15 kg). No que se refere a esta etapa, uma das entrevistadas alega: “Olha, eu vendo praticamente só pro marreteiro, porque ele vem buscar aqui no porto de casa e paga na hora também. Aí eu ganho tempo pra fazer outras coisas [...] de vez em quando, eu vendo na vila [...]. Na vila a vantagem é que o preço compensa [...]” (informação verbal)⁹.

A participação das mulheres é significativa em todas as etapas extrativistas do açaí, como verifica-se na Figura 2, a seguir.

Figura 2 – Participação total das mulheres nas etapas produtivas



Fonte: elaboração dos autores, jul. 2021.

⁹ Informação fornecida por uma das mulheres da Ilha de Guajará de Baixo, em maio de 2018.

A debulha é a atividade desenvolvida por 41% das entrevistadas. No entanto, como mostrado na Figura 2, aproximadamente, 19% participam da carrega do fruto. Já as que comercializam somam 14%, e 11% das mulheres também exercem a função de apanha. Além disso, 9% delas praticam a limpeza da área (roçagem), e 6% exercem o manejo das espécies. Esse envolvimento das mulheres não se restringe apenas ao extrativismo do açaí, abrange outras atividades no meio rural, o que atribui às mulheres rurais protagonismo relevante na geração de um leque diversificado de produtos destinados à subsistência da família (SILVA; SCHNEIDER, 2010).

Cabe salientar que, conforme as etapas produtivas do açaí exigem maior esforço físico, como o manejo do açaizal e a limpeza do terreno, a frequência relativa de participação das mulheres diminui (Figura 2). As entrevistadas alegam que os maridos poucas vezes as permitem realizar esse trabalho mais “pesado”. De modo semelhante, Vieira, Rosa, Modesto e Santos (2008) também verificaram esta situação ao estudarem a relação entre gênero e sistema agroflorestal (SAF), no município de Igarapé Açu (PA). Os autores constataram que, apesar das mulheres desempenharem várias atividades em SAF, elas consideram pouca a participação nos trabalhos produtivos “pesados”.

Segundo as mulheres de Guajará de Baixo, há aproximadamente quatro anos, a apanha era praticada exclusivamente com a utilização da peconha. Entretanto, com a invenção do gancho, a apanha com a peconha vem aos poucos sendo substituída fato este comprovado nesta pesquisa, na qual 80% das mulheres entrevistadas praticam a apanha com o auxílio do gancho, por considerar mais prático e menos cansativo do que com o uso da peconha, que ainda é utilizada por 20% das mulheres.

O elevado índice participativo das mulheres da Ilha de Guajará de Baixo na etapa de comercialização se dá em função da venda diretamente aos atravessadores, que representa 82% dos casos, pois a comercialização é realizada no próprio estabelecimento. O preço pago pelos atravessadores na lata do açaí é sempre inferior ao esperado pelas famílias, pois os atravessadores usufruem da estratégia de tabelar o preço pago por lata (CORRÊA, 2016).

Quando comercializado na feira das vilas, o valor ofertado é em torno de 20% superior ao oferecido pelos atravessadores. Contudo, é exigido dos agricultores disponibilidade de tempo, despesa com combustível e esforço físico para carregar o paneiro até o local de comercialização. Ademais, nessa modalidade de venda, há a incerteza de não vender o produto. Logo, as mulheres veem tal fluxo de comercialização como desvantajoso, principalmente porque elas também usufruem do tempo para a realização de outras atividades ligadas à produção e à dedicação familiar.

Apesar do esforço dispensado pelas mulheres em todas as etapas na produção extrativista do açaí, a maior parte do valor arrecadado na comercialização é destinada ao “chefe da família”. Para Matos e Reis (2018), na cultura patriarcal, tal fato acontece por o chefe da família ser visto como o provedor do lar.

As mulheres consideram isso habitual, pois o homem é o responsável por comprar as coisas “pra dentro da casa” (comida, combustível, despesas etc.). Eventualmente, quando se necessita comprar um sapato ou uma roupa, as mulheres recebem um valor mais elevado dos maridos com a venda do açaí. Entretanto, do baixo valor que é destinado a elas, uma das prioridades é investir nos filhos, conforme mostra a descrição abaixo:

O dinheiro da venda é o marido que fica [...]. Aqui em casa é o chefe da família que fica com o dinheiro da venda [...]. Ele é o responsável pela casa, então o dinheiro tem que ficar com ele [...]. Ele sabe o que faz com o dinheiro [...]. Quando eu preciso, ele me dá uma pontinha, aí eu compro meu sapato, minha roupa, mas é mais tempo de festa [...]. Do pouco que ele me dá, eu compro o material da escola do meu filho, a roupa dele [...]. Meus filhos também precisam comprar as coisas deles, aí do pouco que ganho, eu o ajudo [...] E assim a gente vai levando [...] (Informação verbal, mulheres da Ilha de Guajará de Baixo, 2018).

Nas entrevistas se torna explícita a insegurança em lidar com a parte financeira. Elas alegam que preferem que fique incumbida ao marido essa função, por ser do “chefe da família” a responsabilidade de administrar os recursos financeiros da casa.

A pesquisa de Vieira, Rosa, Modesto e Santos (2008) também identifica o marido como encarregado da administração dos recursos na unidade produtiva, inclusive do dinheiro. Nas investigações de Brumer (2004), acerca das relações de gênero no meio rural, verificou-se que a tomada de decisão é conduzida pelo homem, sendo o mesmo encarregado pelos recursos provenientes da agricultura. Georgin *et al.* (2015), por outro lado, acrescentam que, nos últimos anos, houve aumento de tomadas de decisões por parte de mulheres, mesmo que o controle financeiro ainda seja privilégio do marido.

As pesquisas mencionadas corroboram o seguinte aspecto: a insegurança tem sido a principal causa da baixa participação da mulher na etapa decisória. Essa insegurança, por sua vez, é avultada pelos discursos patriarcais de que os homens, chefes de família, são os detentores das capacidades necessárias a esta função. Esse obstáculo à construção de autonomia feminina ainda é significativo em todas as unidades produtivas às quais vinculam-se as entrevistadas dessa comunidade.

Quase 80% das mulheres da Ilha de Guajará de Baixo participam de mais de uma atividade relacionada ao extrativismo do açaí. A debulha e a carrega são etapas interligadas e aparecem em maior frequência de participação. De acordo com o que foi relatado, as mulheres responsáveis pela debulha também exercem a função de carrega, principalmente quando a colheita do açaí se dá nos quintais da propriedade. Em vista disso, a frequência de participação das mulheres nas etapas de produção é constituída conforme destaca a Tabela 1.

Tabela 1 – Número de mulheres envolvidas nas etapas produtivas do açaí

	Etapas	Nº de participação	Fr (%)
1	Debulha + Carrega	14	29%
2	Comercializa + Carrega	6	13%
3	Comercializa + Apanha	4	8%
4	Comercializa	4	8%
5	Debulha	4	8%
6	Apanha + Debulha	4	8%
7	Limpeza do terreno + Debulha	2	4%
8	Apanha	2	4%
9	Debulha + Carrega + Apanha	2	4%
10	Manejo do açcaizal + Debulha	2	4%
11	Limpeza do terreno + Debulha + Carrega + Comercializa	1	2%
12	Debulha + Carrega + Comercializa	1	2%
13	Limpeza do terreno + Apanha + Debulha + Carrega	1	2%
14	Manejo do açcaizal + Limpeza do terreno + Apanha + Comercializa + Carrega + Debulha	1	2%

Fonte: elaboração dos autores, jul. 2021.

Apesar da participação das mulheres ser fundamental em todas essas etapas, ainda assim, elas próprias consideram que os afazeres desenvolvidos em relação à produção não se configuram como trabalho, apenas como “ajuda” ao marido. No entanto, somente os afazeres domésticos são considerados por elas como trabalho, constatação esta que vai ao encontro das reflexões de Schmitz e Santos (2013) sobre a desvalorização das atividades femininas pela família, sendo estas compreendidas como ajuda.

Mesquita e Mendes (2012) também constataram a desvalorização do trabalho desempenhado pelas mulheres de Rancharia (GO) em relação à produção. As autoras afirmam que, muitas vezes, a mulher tem jornada de trabalho superior à do homem, conciliando atividades domésticas e agrícolas, mas este tipo de trabalho ainda assim é considerado apenas como “ajuda”, tendo em vista que não gera valor econômico e/ou social. Em contrapartida, ao analisarmos essa situação na localidade em estudo, além do trabalho praticado pelas mulheres gerar renda, o zelo pela família e o trabalho coletivo influenciam a reprodução socioeconômica da família.

Ao estudarem mulheres no semiárido brasileiro, Rios, Bastos e Barros (2015) constataram que o trabalho desenvolvido por elas também é marcado pela invisibilização. Apesar de todas participarem ativamente na agricultura, ao serem questionadas sobre seu trabalho, muitas delas afirmam que não trabalham, pois os afazeres desenvolvidos por elas são voltados aos cuidados familiares e não geram renda.

De modo geral, a falta de participação das mulheres em reuniões comunitárias, associações e cooperativas também contribui para a invisibilidade de seu trabalho em relação à sociedade, distanciando-as, conseqüentemente, do empoderamento feminino. Na comunidade de Guajará de Baixo, a participação das mulheres em organizações coletivas se dá apenas eventualmente em cultos e celebrações religiosas. Ainda que 63% das mulheres sejam associadas à Colônia de Pescadores Z-16 de Cameté (PA), situada na sede do município, as mulheres afirmaram que as únicas vantagens alcançadas em estarem associadas a essa entidade é o recebimento do seguro defeso¹⁰, correspondente a quatro salários-mínimos, e o direito à representação previdenciária mediante o pagamento de uma taxa que serve para a aposentadoria por idade.

Nesse contexto, verifica-se a fragilidade não somente das mulheres, mas também da comunidade em geral, em relação à organização coletiva. Essa fragilidade acaba por limitar o acesso a novos mercados, a programas governamentais e a melhores preços para a comercialização, principalmente da produção extrativista do açaí. Na agricultura familiar, a organização em dispositivos coletivos dos agricultores torna-se uma oportunidade para se conseguir a agregação de valor e acesso a novos mercados, além da facilidade de construção de novos conhecimentos e da superação de desafios que se apresentam.

Estudos realizados por Salvaro, Estevam e Felipe (2014) sobre a participação das mulheres em organizações coletivas mostram ganhos profissionais em termos

¹⁰ Seguro Defeso é um benefício pago ao pescador artesanal, que fica proibido de exercer a atividade pesqueira durante o período de defeso de alguma espécie.

de autonomia e liberdade, visibilidade e reconhecimento do trabalho, interação social, trabalho prazeroso e renda proveniente da comercialização. Decorrente disso, essas mulheres adquirem conhecimentos em administração e gerenciamento, sentem-se mais seguras para lidar com dinheiro e detêm maior liberdade de tomada de decisão, o que irradia também consequências ao seu empoderamento.

Vale mencionar que essas transformações estabelecem-se por meio de um processo contínuo, no qual as próprias mulheres se tornam protagonistas e rompem com o paradigma machista imposto ao longo da história. Com isso, a mulher tem maiores oportunidades de seu trabalho ser valorizado e supera o rótulo de sexo frágil (VIEIRA; ROSA; MODESTO; SANTOS, 2008). Assim como em outros contextos amazônicos, na Ilha de Guajará de Baixo, a organização social se coloca como potencial instrumento de transformação do desenvolvimento rural e de inclusão social. Nesse sentido, compreender quais fatores catalisam estratégias de organização social capazes de fortalecer a visibilização do trabalho feminino no campo, bem como estimular o envolvimento das mulheres mais jovens em dispositivos coletivos emergentes nos contextos amazônicos, parece salutar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cotidiano das mulheres ribeirinhas da Ilha Guajará de Baixo, desde as primeiras horas do dia até ao anoitecer, é marcado pela atuação em múltiplas atividades produtivas e reprodutivas. Essas mulheres, que possuem os mais variados perfis, como curandeiras, benzedeiras, parteiras, pescadoras, extrativistas etc., são vitimadas pelo não reconhecimento de seus trabalhos, que perpassa pela esfera familiar e atinge o nível social, cultural e político. Nessa investigação que envolveu diretamente 28 mulheres fica evidente que estas assumem a responsabilidade pelo trabalho reprodutivo, constituído pelo zelo com o lar e com o núcleo familiar, e produtivo, engajando-se em todas as etapas relativas aos cuidados com o açai: na limpeza do terreno, ou roçagem, no manejo das espécies vegetais, na apanha, na debulha, na carrega e na comercialização. Envolvendo-se com maior expressividade na debulha, momento no qual a retirada dos frutos das pencas é realizada por suas próprias mãos e estes são colocados em paneiros confeccionados de tala de arumã, os quais são tecidos também por essas mesmas mãos femininas. Na ausência do marido, inclusive, essas mulheres assumem sozinhas, ou em companhia dos filhos, todas essas etapas. No entanto, as mulheres ainda têm pouca participação na administração financeira e na tomada de decisão das práticas produtivas familiares, convivendo com a invisibilização de seu trabalho.

Embora todos esses afazeres sejam essenciais para a família, a cultura do patriarcado no meio rural ainda irradia consequências no que se refere ao desprezo acerca do trabalho feminino, produtivo e reprodutivo. Frente a esta situação, percebe-se a potencialidade da organização coletiva, que inclusive já envolve algumas mulheres ribeirinhas. No entanto, um dispositivo coletivo que poderia se materializar como instrumento potencializador de autonomia e empoderamento feminino no campo, que é a Colônia de Pescadores, ainda está distante de alcançar o rompimento com a desigualdade de gênero. Por mais importante que essa organização seja na operacionalização do seguro defeso, as mulheres argumentam que sua atuação fica restrita a esse propósito.

De modo geral, os discursos dessas ‘mulheres do açaí’, que possuem importância profunda em todas as atividades reprodutivas do núcleo familiar, mas, sobretudo, nas atividades produtivas vinculadas ao açaí, evidenciam suas ligações incontestáveis com o meio biofísico. Tais ligações se materializam em estratégias tanto de garantia da segurança alimentar e nutricional de suas famílias quanto da renda para sua reprodução socioeconômica. Essa pesquisa em questão abre janelas de oportunidade para estudos futuros que possam abarcar com maior profundidade, por exemplo, a questão geracional no seio dessa discussão sobre o trabalho feminino no campo. Afinal, se mostra significativo compreender como as jovens ribeirinhas do Baixo Tocantins vem concebendo suas percepções acerca do espaço rural e como essas percepções culminam em decisões e modificações em suas trajetórias de vida e na própria configuração dos projetos de desenvolvimento rural nesse território.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, W. R. S. **No vai e vem das marés, o movimento da vida:** mulheres, família e trabalho na Ilha de Quianduba, Abaetetuba/PA. 2016. 240 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.
- AMORIM, E. O.; NADER, M. B. Mulher e trabalho: como o patriarcado determina a invisibilidade da mulher no meio rural. *In*: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNERO, 2., 2016, Vitória. **Anais** [...]. Vitória: UFES, 2016. p. 1-11.
- BATISTA, K. T. **Avaliação da sustentabilidade de agroecossistemas familiares agroextrativistas de açazeiros na região das ilhas do município de Cametá, Pará.** 2013. 155 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

BATISTA, K. T.; SANTANA, A. C.; LEMOS, W. D. P. Fatores determinantes da sustentabilidade em agroecossistemas agroextrativistas de açaizeiros na região das ilhas do município de Cametá, Pará. **Amazônia: ciência & desenvolvimento**, Belém, v. 12, n. 22, p. 65-77, jan./jun. 2016.

BATISTA, S. S. M. **O modo de viver como um instrumento de resistência do saber popular dos moradores da Ilha do Combu, Belém-Pará**. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

BRUMER, A. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 205-227, 2004.

BURG, I. C.; LOVATO, P. E. Agricultura familiar, agroecologia e relações de gênero. **Cadernos de Agroecologia**, [s. l.], v. 2, n. 1, p. 1522-1528, 2007.

CARRAZZA, L. R. Produção e comercialização de produtos agroextrativistas do Cerrado no PPP-Ecos: avanços, limites e desafios. *In*: LOBO, A.; FIGUEIREDO, I.; ANDRADE, K. (org.). **Sementes lançadas, frutos colhidos: o Programa de Pequenos Projetos Ecosociais**. Brasília: ISPN, 2010. p. 87-109.

CORRÊA, R. B. A produção do açaí na Amazônia Tocantina: perspectiva para o desenvolvimento regional. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 18., 2016, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: UFMA, 2016. p. 1-12.

COSTA, G. K. G. **Cametá: interações cidade-rio na orla fluvial de um núcleo urbano ribeirinho do Baixo Tocantins**. Belém: PROPESP/UFPA, 2010. (Relatório de pesquisa).

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

FARIA, N.; NOBRE, M. Gênero e desigualdade. *In*: FARIA, N.; NOBRE, M. **Gênero e desigualdade**. São Paulo: Editora SOF, 1997. p. 51-71.

GEORGIN, J. *et al.* A participação feminina na agricultura agroecológica: um estudo do caso na região norte do Rio Grande do Sul. **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, RS, v. 14, n. 3, p. 01-09, 2015.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GORES, J. Agroecologia, relações produtivas e de gênero na agricultura familiar: o estudo de caso da associação de produtores agroecológicos sementes do futuro de Atalanta-SC. *Ágora*, Vitória, v. 17, n. 2, p. 131-143, 2015.

- HERRERA, K. M. Uma análise do trabalho da mulher rural através da perspectiva da multifuncionalidade agrícola. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, 10., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-12.
- IBGE. Pesquisa Agrícola Municipal. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pam>. Acesso em: 10 jul. 2021.
- LEFEVRE, F.; LEFEVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: Educs, 2003.
- MATOS, C. C.; REIS, M. E. Educação de mulheres ribeirinhas no município de Breves. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, Palmas, v. 3, n. 4, p. 1249-1267, 2018.
- MENDES, M. F.; NEVES, S. M. A. S.; NEVES, R. J. A experiência das mulheres extrativistas do assentamento Margarida Alves em Mirassol d'Oeste/MT. **Geografia em Questão**, Marechal Cândido Rondon, v. 7, n. 1, p. 34-49, 2014.
- MESQUITA, L. A. P.; MENDES, E. P. P. Mulheres na agricultura familiar: a comunidade Rancharia, Campo Alegre de Goiás (GO). *In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA*, 21., 2012, Uberlândia. **Anais** [...]. Uberlândia: UFU, 2012. p. 1-20.
- NOBRE, M. **Relações de gênero e agricultura familiar**: gênero e agricultura familiar. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 1998.
- OLIVEIRA, T. N.; BRANDÃO, L. P.; PENA, H. W. A. *et al.* Análise da dinâmica da estrutura produtiva do município de Cametá, Amazônia-Brasil. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, [s. l.], 2014. Disponível em: <https://www.eumed.net/cursecon/ecolat/br/14/economia-cameta.html>. Acesso em: 04 ago. 2021.
- RAMOS, C. P. Mulheres rurais atuando no fortalecimento da agricultura familiar local. **Revista Gênero**, Niterói, v. 15, n. 1, p. 29-46, 2014.
- RIOS, P. P. S.; BASTOS, A. S.; BARROS, E. R. Mulheres no semiárido brasileiro: uma história invisibilizada. **Revista Ouricuri**, Juazeiro, v. 5, n. 2, p. 1-17, 2015.
- ROCHA, V. O. A importância das questões de gênero no âmbito rural: as múltiplas atividades desenvolvidas por mulheres na zona rural do município de Manaus/ Amazonas. *In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO*, 11.; *WOMEN'S WORLDS CONGRESS*, 13., 2017, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-9.

ROCHA, V. O. **O protagonismo das mulheres agricultoras do Assentamento Água Branca: trajetória de trabalho e organização social em Manaus-Amazonas.** 2019. 146 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2019.

RODRIGUES, D. C. B.; ANDRADE, N. T.; SILVA, T. S.; NASCIMENTO, C. F. P. Organização e trabalho das mulheres ribeirinhas amazônicas: um estudo nas comunidades de Santa Luzia e São Lázaro no Grande Lago de Manacapuru/AM. **Retratos de Assentamentos**, Araraquara, v. 18, n. 1, p. 113-134, 2015.

SALVARO, G. I. J.; ESTEVAM, D. O.; FELIPE, D. F. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicologia: ciência e profissão**, [s. l.], v. 34, p. 390-405, 2014.

SANTANA, A. C.; PESSOA, J. D. C.; SANTANA, A. L. O mercado de açaí e os desafios tecnológicos da Amazônia. In: PESSOA, J. D. C. e TEIXEIRA, G. H. A. (ed.). **Tecnologias para inovação nas cadeias euterge**. Brasília, DF: Embrapa, 2012. p. 21-40.

SANTOS, J. B.; BOHN, L.; ALMEIDA, H. J. F. O papel da mulher na agricultura familiar de Concórdia (SC): o tempo de trabalho entre atividades produtivas e reprodutivas. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 1-27, 2020.

SCHMITZ, A. M.; SANTOS, R. A. A divisão sexual do trabalho na agricultura familiar. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais** [...]. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-10.

SCHNEIDER, S. A pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Seropédica, RJ, n. 16, p. 164-184, 2001.

SILVA, A. A.; STEWARD, A. M. A valorização do trabalho das mulheres na comunidade do Igarapé Combu, Ilha do Combu-Pará. **Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**, Belém, v. 13, n. 2, p. 208-229, 2020.

SILVA, C. B. C.; SCHNEIDER, S. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, P.; CORDEIRO, R.; MENEZES, M. (org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p. 183-208.

SILVA, C. N.; SIMONIAN, L. T. L. A questão de gênero: um breve estudo no estuário amazônico. **Papers do NAEA**, Belém, v. 1, p. 1-17, 2006.

SILVA, J. M.; HESPANHOL, R. A. M. As estratégias de reprodução social dos agricultores familiares das comunidades rurais do município de Catalão (GO). **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 402-430, 2016.

SILVA, M. R. Gênero, desigualdades e agricultura: a mulher na atividade agrícola familiar. **Brazilian Journal of Development**, [s. l.], v. 5, n. 3, p. 2095-2105, 2019.

SIMONIAN, L. T. L. Pescadoras de camarão: gênero, mobilização e sustentabilidade na ilha Trambioca, Barcarena, Pará. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, Belém, v. 1, p. 35-52, 2006.

VIEIRA, T. A.; ROSA, L. S.; MODESTO, R. S.; SANTOS, M. M. Gênero e sistemas agroflorestais: o caso de Igarapé-Açu, Pará, Brasil. **Revista de Ciências Agrárias**, Belém, v. 50, n. 1, p. 143-154, 2008.

Texto submetido à Revista em 25.07.2020

Aceito para publicação em 19.07.2021



O vestido vermelho: consumo, cultura material e comunicação intersensorial na feira do Guamá, Belém-Pará

The red dress: consumption, material culture and intersensory communication at the fair in Guamá, Belém-Pará

Marina Ramos Neves de Castro - Doutora em Antropologia pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora da Faculdade de Comunicação da UFPA. E-mail: mrndecastro@gmail.com

Resumo

Este trabalho se propõe a interpretar os processos de socição em um grupo de feirantes na feira do Guamá, em Belém-PA. Partimos da compreensão de que as práticas de consumo conformam processos de socição (SIMMEL, 2006), processos estes que se reverberam através da comunicação intersensorial ali estabelecida. Com apoio de Miller (2007, 2008), discute-se como o consumo e a cultura material contribuem para a construção de intersubjetividades (CASTRO, F., 2017) e de processos de comunicação intersensorial (CASTRO, M., 2020), e como estes corroboram para a produção e/ou incremento de reciprocidades (MAUSS, 1974). Observamos que as relações recíprocas que estabelecemos, e através das quais nos comunicamos, estão permeadas pela intersensorialidade, ou seja, pela comunicação através da qual os sentidos do corpo, providos de cultura, são agentes fundamentais para a realização da intersensorialidade. Reflete-se sobre como as coisas destacam-se como elementos de partilha e de reciprocidade entre aqueles que participam desses processos de socição.

Palavras-chave

Consumo. Cultura material. Comunicação intersensorial, Intersubjetividade.

Abstract

This work proposes to interpret the sociation processes in a group of marketers at the fair of Guamá, in Belém-PA. We start from the understanding that consumption practices and material culture make up sociation processes (SIMMEL, 2006), processes that reverberate through the intersensory communication established there. With the support of Miller (2007, 2008) we discuss how consumption and material culture contribute to the construction of intersubjectivities (CASTRO, F., 2017) and the intersensory communication processes (CASTRO, M., 2020) and how they corroborate for the production and / or increase of reciprocities (MAUSS, 1974). We observe that reciprocal relationships that we establish, and through which we communicate, are permeated by intersensoriality, that is, by that communication through which the body's senses, provided with culture, are fundamental agents for the realization of intersensoriality. It reflects on how things stand out because they are elements of sharing and reciprocity among those who participate in these sociation processes.

Keywords

Consumption. Material culture. Intersensory communication. Intersubjectivity.

INTRODUÇÃO

Acompanhei Amanda na feira do Guamá quando ela estava à procura de um vestido novo, especial, para usar na noite de 24 de dezembro, Natal em família. Ela disse-me que quando saiu da casa pensou em comprar um vestido branco que tinha visto por ali, na feira, alguns dias antes, quando passara de ônibus justamente em frente ao prédio dos produtos industrializados, onde se localizam os feirantes que vendem, em seus boxes, roupas novas. No entanto, ao chegar à feira viu o vestido vermelho no boxe ao lado do qual ela tinha notado o vestido branco e, mesmo ainda pensando em levar o branco, decidiu experimentar o vermelho primeiro. A intenção, a partir de então, era experimentar ambos os vestidos, e como o branco já estava como certo para a compra, Amanda decidiu começar sua escolha experimentando o vermelho.

Acercou-se dela a vendedora do boxe ao lado, dona Gilda; a vendedora do vestido vermelho, dona Meire; e eu, que estava ali acompanhando o cotidiano da feira no espaço concedido à vestimenta e aos produtos industrializados. E foi justamente na entrada de Amanda nesse ambiente que passei a acompanhá-la.

Enquanto Amanda olhava-se ao espelho, seu olhar e seus movimentos de corpo demonstravam satisfação. Seu olhar anunciava que o vestido lhe caía perfeitamente bem, o que evidenciava uma satisfação em atender ao desejo de se sentir bela. Bela, também, a partir do olhar de aprovação do outro - nós que acompanhávamos sua escolha.

Sim, os movimentos do corpo, à direita e à esquerda, o virar da cabeça em oposição ao corpo, os leves semicírculos que fazia com os quadris ao movê-los, as expressões de satisfação de seu rosto, acrescentando a isso uma expressão que perpassava a vontade de sorrir, mas que, diante da plateia, por pudor, talvez, precisava ser contida. Talvez não. Tratava-se de uma interação que se realizava através de uma série de dispositivos comunicativos que se estabeleciam tanto através da comunicação verbal, visual e corporal, como por meio de uma comunicação intersensorial, que perpassava as trocas e influências entre os sentidos do corpo do *eu* e do *outro*, assim como entre os sentidos e o aparato cultural, ou seja, intersubjetivo, do qual fazíamos parte.

Passaram-se assim, de quinze a vinte minutos, e Amanda seguia ouvindo comentários intercalados de dona Gilda e Meire – as proprietárias das mercadorias ali expostas para serem vendidas, respectivamente as vendedoras do vestido branco e vermelho – enquanto experimentava o vestido vermelho. Amanda parecia ter decidido. Por isso resolveu não experimentar o vestido branco; o vestido que desejava há muito tempo e que a trouxera até ali. A peça que agora vestia, e que sentia, já não era o desejado vestido branco, mas o vermelho.

Ali, no momento da experimentação da vestimenta, o que estava consubstanciado naquela peça vermelha, com molde acentuado e em elastano¹ grosso, colado ao seu corpo, com um decote pronunciado nas costas, era a materialização de um desejo subjetivo que, por certo, Amanda não queria, ou ainda não podia ou mesmo precisava evidenciar em palavras, mas que os movimentos de seu corpo e as expressões contidas em seu rosto nos levavam a interpretar: seus sentimentos de prazer e de desejo diante daquele artefato.

Embora, aparentemente, ela já tivesse decidido pela compra do vestido vermelho, tomou seu tempo olhando-se nele, com ele. Ao experimentar, levantava os braços na altura do ombro, rodava levemente o corpo, de um lado para o outro para se olhar de lado e olhar como o vestido tinha ficado atrás; alisava-o com as mãos e com os olhos, primeiramente na parte da frente, passando a mão da barriga aos quadris, passando pela cintura, em movimentos levemente ora côncavos ora convexos, a depender da parte do corpo e do vestido a ser tocado; depois, passava as mãos nas costas, já em um movimento convexo, descendo-as até a bunda²; alternando entre as palmas e as costas das mãos. Distanciava levemente os braços do corpo a fim de melhor apreciar o vestido assentado nele. O prazer contido na visão era levado ao tato. Cada parte de seu corpo evidenciada em seu olhar era levada ao toque de suas mãos, em um alisar do tecido do vestido. Isso tudo era feito na frente das vendedoras e daqueles que a rodeavam, eu e outra senhora que veio encontrá-la, e uma outra passante que parava alguns minutos para apreciar a cena e acabava por fazer um pequeno comentário: “*tá lindo*”.

Virava-se para um lado e outro, em movimentos suaves para se olhar, sempre em uma nova posição, procurando apreciar cada pequena parte de seu corpo. Alguns de seus movimentos eram suaves e seu corpo balançava doce e levemente; algumas paradas de movimento pareciam se fazer necessárias; assim, enquanto sacudia a cabeça e fazia seu cabelo longo balançar de um lado a outro das costas, deixava seu corpo parado na diagonal como se estivesse dançando discretamente, usando apenas e levemente a cabeça de maneira ritmada. Essa maneira de se mover, de balançar o corpo, as expressões em movimento contínuo em seu rosto, mostrou-nos o prazer que ela estava sentindo em experimentar o vestido.

O barulho era intenso, passara há pouco um carro de som com a propaganda de uma loja de material de construção que fica próxima, logo ali na esquina. O calor estava forte, era quase 11 horas da manhã e o ambiente estava

¹ Fibra sintética de grande elasticidade muito utilizada em vestimentas populares, também é conhecida como laicra ou *lycra*, de imensa popularidade no mercado de varejo e atacado em Belém. Há enormes variações de cores, texturas e elasticidades na produção dessas peças deste tipo de tecido.

² Bunda e bumbum são os termos usados coloquialmente nessa feira, preferido a nádegas.

iluminado por lâmpadas elétricas frias, na tentativa de não aumentar o calor. O teto de amianto e algumas telhas transparentes acentuavam o calor. Alguns ventiladores, colocados pelas feirantes, o atenuavam, proporcionando certo conforto e ajudando a evitar o desconforto dos clientes.

O ambiente produzia sensações táteis, olfativas – cheiro de roupa nova, por exemplo –, visuais, sonoras, todas ambivalentes, difusas, às vezes confusas. Sensações sinestésicas que poderiam facilitar ou dificultar a negociação. A questão, no entanto, era que aquelas sensações eram partilhadas, ou melhor, faziam parte, de uma intersensorialidade³ que se produzia através da comunicação, de uma cultura intersensorial do *eu*, do *eu* com o *outro*, do *eu* com o *ambiente*, e outras possíveis ainda, como do *eu* com o *outro* e com o *ambiente*. Podemos compreender que as sensações sinestésicas que se produzem em uma escala sensorial individual (PINK, 2009, 2010) ocorrem e tomam forma a partir do constructo social no qual o indivíduo está inserido, de maneira intersubjetiva, como processo gerador de cultura e de sentidos do corpo.

Este trabalho é um dos resultados de pesquisa que ocorreu entre os anos de 2011 e 2018 sobre a experiência sensível em uma feira de Belém-Pará, a feira do Guamá. Com ele procurei compreender como as relações baseadas no gosto engendram processos de reciprocidade e, conseqüentemente, de sociação. Este artigo apresenta um resultado específico obtido em campo durante o processo da pesquisa com apoio da etnografia sensorial. Busca-se uma abertura interdisciplinar, construindo um diálogo entre a Antropologia, a Sociologia e a Comunicação para melhor situar fenômenos culturais complexos como o da intersensorialidade.

Nesse processo, usei como suporte reflexivo o referencial da etnografia sensorial (PINK, 2009, 2010), o de intersensorialidade (CASTRO, M., 2018), a categoria experiencial do ser afetado (FAVRET-SAADA, 2005, 2012), Simmel (1993, 2006), Miller (1987, 2007, 2009), Castro e Castro (2018), Mauss (1974) e outros pensadores que, a partir de minha leitura e experiência no campo e na construção etnográfica, corroboraram para esta reflexão.

³ Compreendemos que o fenômeno da intersensorialidade ocorre – a partir do entendimento de que os sentidos do corpo, as percepções e seus valores, seriam o resultado de certa vivência e experiência cultural, no lugar e na temporalidade examinada (CLASSEN, 1997; CORBIN, 1990, 1991; HOWES; MARCOUX, 2006) – como o resultado do processo de trocas de nossas impressões, de nossas sensações, quando nos comunicamos ao utilizar os sentidos, aqueles que habitam o corpo – que é um *médium* – produtor e receptor concomitante das informações que nos invadem através dos sentidos do corpo – da visão, da audição, do olfato, do tato, do paladar, e “pela sinestesia provocada por estar ali, naquele ambiente, experienciando essas informações sensoriais e produzindo uma comunicação intersensorial entre o eu e o outro” (CASTRO, M., 2020, p. 4).

1 O CONSUMO: A NEGOCIAÇÃO ENTRE A SATISFAÇÃO DO PRAZER E AS EVIDÊNCIAS DA TROCA

Ao olhar-se de costas, Amanda procurava ver como o vestido lhe caía e dizia que gostava do “*decote redondo [na parte de trás] e também do decote da frente... e o vermelho é muito lindo para o Natal!*”⁴. A venda estava quase certa, mas o quase não permitia a conclusão da venda. Amanda não perdeu de vista seu objetivo naquela compra, mas não queria pagar mais do que se propunha. Na tentativa de estabelecer um lugar de negociação, e sabendo que, até então, tinha exposto o desejo de satisfação que poderia atraparalhar uma barganha, ensaiou uma dúvida quanto à aquisição do referido vestido. Rapidamente, dona Meire, a vendedora do vestido vermelho, que não queria perder a venda, se posicionou, e ambas, feirante e freguesa, estabeleceram um diálogo sutil.

Amanda perguntou sutilmente pelo preço do vestido, “*um pouco salgado*”, e a vendedora⁵, atenta, acenou um desconto. O diálogo era intercalado com pequenas pausas entre um enunciado, nem sempre falado, e outro, de ambos os lados. Nem Amanda queria mostrar sua real vontade de comprar o vestido vermelho, em detrimento do branco, nem a vendedora queria mostrar sua ânsia em vendê-lo.

Nesse diálogo construído por pequenas interjeições, movimentos de corpos, expressões faciais e corporais, Amanda voltava-se constantemente para o espelho, às vezes deixando escapar sua satisfação, às vezes a escondendo através de expressões corporais e faciais que injetavam dúvidas no outro. Às vezes, ainda, desejando captar as percepções de quem a olhava através de seus comentários. Desejava, assim, apreender sua imagem através das expressões e das falas do outro; apesar de, outras vezes, evitar, discretamente, o escrutínio da vendedora.

Por fim, afastou-se levemente e olhou-se em diagonal, deixando transparecer que o vestido lhe caíra bem, “*como uma luva*”, disse dona Gilda. Alguns silêncios foram interpostos por todos, nesse diálogo. A venda parecia longa! A vendedora comentou com os outros participantes, em um diálogo na diagonal, sem olhar nos olhos dos interlocutores, pequenas observações sobre como o vestido tinha caído bem em Amanda, como o decote e a cor a deixavam “*muito bem*”. Depois de muitas frases curtas, muitos silêncios entre as duas mulheres, muita especulação e vários elogios da audiência – eu, Jussara, dona Gilda, e mais

4 Amanda, em entrevista concedida à pesquisadora na feira do Guamá. Belém, 16 dez. 2016. Pseudônimo para proteger minha interlocutora, ainda que o uso da entrevista tenha sido autorizado.

5 Importante observar que nessa área da feira, quem ali vende, vê-se ora como feirante, ora como vendedora de roupa; isso varia de acordo com as circunstâncias.

aquelas pessoas que passavam e a viam admirar-se no vestido –, Amanda decidiu fechar o negócio e comprar o vestido.

Decidida a venda, Amanda se voltou para o vestuário, fechou a cortina e trocou de roupa. O pequeno público que naquele momento a acompanhava, apesar de não se conhecerem, dispersou-se delicadamente. Em alguns segundos, Amanda e a vendedora fecharam o negócio. Amanda saiu com o vestido em sua bolsa, dizendo adeus a todos com um sorriso largo no rosto. Agora, ela não precisava disfarçar a satisfação, presente em seu sorriso e nos movimentos expansivos de seu corpo, de ter comprado o vestido, pois “*se eu mostrar que estava feliz com a compra, dificilmente teria um desconto assim, certo?*”⁶ – ela estava se referindo ao desconto de R\$ 10,00 que havia conseguido na compra do vestido.

Retorno ao box de Meire, onde estava sentada a conversar quando Amanda entrou ali para comprar um vestido, e quando passei a acompanhá-la nesse processo de compra e venda, nessa *sociação*⁷ construída - nessa *sociação* possível, conformada através de elementos e conteúdos como a pesquisadora, como o vestido, o espelho, o box e o conjunto de boxes, o movimento dos corpos, as expressões, o tipo de sala de montagem no qual estávamos todos. Cada um desses elementos compunha aquela forma social (SIMMEL, 1993), e é nessas formas sociais que se conforma o mundo da vida, onde construímos os sentidos que permitem as relações de troca no fluxo dos processos comunicativos intersensoriais, e que criam, processam e reverberam sentidos e cultura.

Jussara, filha de Meire, acompanhara a venda e, portanto, fez parte, como mais um elemento, daquela forma social. Depois que viu a moça no vestido, depois que acompanhou toda a negociação, e que voltamos a conversar, Jussara me convidou a ver o vestido que ela desejava comprar para o Natal. Este não estava no box de sua mãe, mas no de outra feirante, próximo dali.

Compreendo que foi a compra do vestido vermelho por Amanda que levou Jussara a se pronunciar quanto ao que desejava para o Natal. No entanto, se considerarmos que a compra também é um processo intersubjetivo, pois partilhado, e que ocorre a partir de uma comunicação intersensorial – ou seja, de uma comunicação que também está pautada pelos jogos interpostos pelos sentidos do corpo enquanto elementos que cognitivamente dialogam –, podemos considerar que o que levou Jussara, que até então tinha estado sentada e calada, a conversar comigo, a manifestar seus desejos de maneira mais expansiva, não foi

⁶ Amanda, em entrevista concedida à pesquisadora na feira do Guamá. Belém, 16 dez. 2016.

⁷ A partir do pensamento de Simmel compreendemos *forma social* como processo de *sociação*; ou seja, como o resultado de um processo construído, ininterruptamente, através das relações, das interações, que se estabelecem entre os mais diversos elementos e conteúdos (SIMMEL, 2006) presentes num dado contexto social.

a compra em si, mas os processos contidos naquela interação e nos arranjos que funcionaram como gatilho, ou gatilhos, para a expressão de seus desejos.

Após a negociação, Jussara não mais permaneceu sentada em seu posto, menos ainda calada, e decidiu me apresentar o vestido que queria comprar, também para o Natal. Mas antes, era necessário justificar nosso novo eixo de diálogo, agora estabelecido por ela – depois de ter sido afetada⁸ pelo fenômeno da escolha do vestido de Amanda – e não mais estimulada por mim, como estava acontecendo antes da chegada de Amanda. A partir deste momento não preciso mais cativar Jussara, com o objetivo de compreendê-la - ação comum aos etnógrafos -, e invertemos esse papel de interlocução, pois Jussara convidou-me a ouvi-la. Assim, se iniciou uma outra e nova etapa de nosso diálogo a partir da compra feita por Amanda. “*Porque é socialzinbo, ela pode ir pra qualquer lado... ir pra uma festa... Coloca um sapato preto, pronto, tá perfeito*” – disse-me ela, em referência ao vestido vermelho.

Jussara começou a indicar todos os pontos que qualificavam o vestido e a escolha de Amanda: “*apesar dos decotes de trás e da frente do vestido, ele é bem socialzinbo*” – uma observação na qual podemos perceber certa reprovação moral¹⁰; e aqui há outro elemento dessa forma social, o valor moral conferido ao fenômeno da escolha e compra de Amanda: “*ele tem uma saia bem comportada, de uma boneca, não é de manga curta, pode ser usado com um sapato preto*”¹¹, que reforçava esse tom socialmente bem comportado, embora Amanda tenha adorado, pelo que me disse e pude observar, os decotes da frente e da parte de trás do vestido.

Ao justificar a compra feita por Amanda, Jussara colocava ali os elementos que não víamos materialmente, mas que estavam presentes nos atributos conferidos ao vestido no movimento comunicativo presente nas interações que conformavam aquela forma social. Não era o vestido, mas os elementos que o vestido materializava, e que justificavam a compra, aos seus olhos.

2 OS PROCESSOS DE OBJETIFICAÇÃO PRESENTES NO DESEJO DO CONSUMO

A partir do que foi observado em campo e evidenciado aqui, podemos ressaltar que as duas moças, Amanda e Jussara, observaram enfaticamente o

⁸ E aqui uso o termo ser afetada de Favret-Saada (2005, 2012), quando nos sentimentos afetados pelo fenômeno vivenciado e nos engajamos afetivamente e com todo o corpo em uma experiência.

⁹ Amanda, em entrevista concedida à pesquisadora na feira do Guamá. Belém, 16 dez. 2016.

¹⁰ Para contextualizar o lugar de fala também de Jussara, evidencio aqui que ela é evangélica e, durante nosso diálogo, demonstra restrições a determinados comportamentos que julga ir de encontro com os preceitos de Deus.

¹¹ Jussara, em entrevista concedida à pesquisadora na feira do Guamá. Belém, 16 dez. 2016.

vestido, novo e vermelho, que seria usado no Natal, na “festa familiar”, uma celebração religiosa e afetiva, quando se comutam presentes e quando se supõe que cada um estará “*bem vestido*”, como observou Amanda. Jussara observa que, para o evento, a pessoa deve “preparar-se” para estar bem, em sua melhor forma: “*Ah, então quando a gente vai para uma festa com amigos, com a família. Você tem que se vestir bem, é bom*”¹². Esse prazer diante da coisa vestido, ou roupa, evidenciado por ambas as moças, mostrava uma maneira de sentir o mundo e de tomá-lo para si, que se consubstanciava no prazer de vestir a roupa não somente para si, mas para o outro, quando estabelecemos uma relação através do que portamos, ou seja, através das coisas que estão no mundo à nossa disposição e, ao lançarmos mão delas, geramos uma forma social que evidencia uma ética da estética¹³, uma forma de estar no mundo.

Diante do fenômeno da escolha, feita de maneira coletiva e complexa – pois se Amanda escolheu o vestido vermelho foi porque muitos fatores, inclusive a participação dos presentes no seu ato de experimentar o vestido, puderam partilhar dessa escolha –, podemos observar que aquilo que compreendemos enquanto humanidade (MILLER, 1998, 2007), essa humanidade sugerida na escolha de Amanda e nos comentários de Jussara, que transforma a mercadoria, uma roupa a ser vendida, em um elemento de compartilhamento, está presente no ato do consumo. Amanda pretendeu compartilhar “seu estar no mundo” com esse vestido, com as outras pessoas com quem ela iria “estar no mundo” (MAFFESOLI, 1993, 1996) no Natal. O vestido era mais uma ‘pitada de sal’ nessas relações, mas uma pitada de sal muito importante e responsável no processo de sociabilidade.

Entendemos que a compra do vestido vermelho, mais caro, era um elemento que evidenciou uma lógica cultural em detrimento de uma lógica prática (SAHLINS, 1979) de consumo, “onde o consumo é concebido como um ato simbólico e coletivo” (BARROS; ROCHA, 2007, p. 12) dessas relações entre pessoas e coisas, quando da ordem das escolhas. São coisas que se destacam para tornarem-se elementos de partilha e, talvez, de generosidade entre os indivíduos que participam e participarão da escolha – pois o que corrobora para aquela escolha não são somente os elementos ali presentes e materializados, mas também, àqueles a quem Amanda deseja interagir na noite de Natal, os interlocutores eleitos de Amanda, esses que já estão participando da escolha do

¹² *Ibid.*

¹³ Por estética, “compreendo a intersensorialidade presente na relação intencional de estar e usar o mundo, inclusive por meio da produção de analogias em relação à sensorialidade das pessoas ao nosso redor: a *aisthesis* é, também, um sentir-com-outros, um estar no mundo comum” (CASTRO, M., 2018, p. 128).

vestido feita por ela, ainda que não estejam ali presentes, mas que participarão de sua noite de Natal.

Essa relação entre pessoas e roupas, entre o sujeito e a cultura material em que ele está inserido, faz com que o vestido vermelho se mova de seu estado de mercadoria ou bem alienável (MILLER, 2007; SIMMEL, 1993) para o estado específico da coisa (INGOLD, 2012) para atender a um sentido pessoal e social, ou, ainda, a um traço, a algo que nem sempre podemos qualificar, mas intuímos – aqui abordamos Derrida (1999) e seu conceito de traço, que se refere aos sentidos precários ou “ainda precários”, pré-ontológicos, que não devem ou não podem ser transformados em sinais e/ou símbolos –, e que participa de nossas vivências e experiências.

Acompanhando o pensamento de Miller (1987, 2007, 2009), podemos observar que, ao participar do processo de interação, a cultura material – mais um elemento daquela forma social simmeliana (SIMMEL, 2006; CASTRO, F., 2017) – abaliza certa humanidade (MILLER, 2007) do e no indivíduo. Ao abalizar e corroborar para a construção de determinada humanização, essa cultura material também estará contribuindo para a construção de certa identificação (CASTRO; CASTRO, 2017); talvez não apenas contribuindo, mas evidenciando um processo de identificação já existente, e que colabora para a produção e/ou incremento do processo de reciprocidade¹⁴ (MAUSS, 1974). Assim, podemos observar como a roupa, os adereços, o equipamento e os instrumentos utilizados lá, bem como tudo o que é vendido, trocado e consumido (quando usados por aquele que os adquiriu), corroborarão para conformá-los no processo de objetificação. Objetificação, termo “usado para descrever uma série de processos consistindo em externalização (autoalienação) e sublatação (reabsorção) através da qual o sujeito de tal processo é criado e desenvolvido” (MILLER, 1987, p. 12, tradução livre)¹⁵.

O processo de objetificação seria, em nosso entendimento, o resultado do processo de identificação entre sujeito-objeto-intersubjetividade, ou ainda a sua concretude. Podemos dizer que o processo de objetificação concretiza o processo de identificação. No entanto, convém observar que o fato de concretizar ou realizar não implica em um enrijecimento ou estagnação: o processo é contínuo, gerando múltiplas realizações.

¹⁴ O processo sensorial e intersensorial, assim como o de identificação, tratado neste trabalho, é um processo que, em nossa compreensão, ocorre quando há reciprocidade, ou seja, quando há troca, e troca de sentidos, partilha de experiências, e nessa partilha, preocupação com o outro. Para chegarmos a essa compreensão de reciprocidade partimos de Mauss (1974) e da reflexão que Temple e Chabal (1995) faz sobre Mauss. Ou seja, diante do fenômeno aqui exposto, o processo de troca de sentidos no ato comunicativo implicou envolvimento e preocupação para com o outro.

¹⁵ Como no original: “The term is used to describe a series of processes consisting of externalization (self-alienation) and sublation (reabsorption) through which the subject of such a process is created and developed” (MILLER, 1987, p. 12).

A busca pelo vestido de festa para o Natal na feira, a interação estabelecida pelo desejo de comprar e o desejo de vender, engendrou uma certa maneira de interagir que conformou certa sociação; mas essa forma social só estava sujeita à existência devido aos elementos que estavam lá e a conformaram: a coisa desejada – o vestido para o Natal, o freguês que queria o vestido para o Natal, os boxes na feira, o manequim em que o vestido estava exposto, os outros manequins que preenchiam o lugar visualmente, o conjunto de roupas expostas, os cabides de ferro, os armários, o vendedor da feira, o complexo industrializado da feira do Guamá, a presença de Jussara e outros que por ali passavam, a presença da pesquisadora, a venda, dentre outros elementos possíveis e forjados ali, como os processos sinestésicos, como a comunicação intersensorial ali produzida.

Usando uma metáfora para que possamos compreender melhor como essa forma social se conforma, ou seja, toma forma, podemos observar aquele lugar enquanto um “forno” que “assa” os elementos e conteúdo de maneira determinada para conformar aquela forma social que, sem ela, não teria sido possível. O consumo poderia ser o fogo – ou o vitalismo (MAFFESOLI, 1995, 2000) – que amalgamou esses elementos que conformaram essa forma social. Podemos também compreender esse lugar como a arena a que Douglas e Isherwood (2004) se referem, um espaço intenso de interações onde reverberam as sociações ou formas sociais.

Ainda acompanhando o pensamento de Miller (2007) e Douglas e Isherwood (2004), observamos que, se a cultura material evidencia uma humanização – e, talvez, promova-a, no que acreditamos, pois “é evidente que os bens têm outro uso importante: também estabelecem e mantêm relações sociais” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2004, p. 105) –, a compra do vestido e mesmo o seu “consumo” são feitos precisamente porque esses processos são capazes de engendrar interações e de corroborar a conformação de sociações. Dessa forma, o consumo da cultura material contribui para o incremento das interações e promove-o, colaborando para o processo de humanização do sujeito nas e das relações sociais.

3 CULTURA MATERIAL E COMUNICAÇÃO INTERSENSORIAL

Nesse sentido, podemos entender a cultura material utilizada e vivenciada na feira como um enunciado que reverbera na intersubjetividade e que, no fluxo interativo, participa da comunicação intersensorial e promove sentidos; assim, podemos intuir a formação de cadeias de sentidos que são gerados, promovidos e reverberados por esses fluxos comunicativos intersensoriais.

Igualmente, não seria possível chegarmos a uma essência de sentido gerado pelo objeto, pois seu sentido é intermitente e continuamente construído, alterado e conformado nos processos interativos, e só nesses processos têm sentido.

Apesar da precariedade das instalações, da falta de luminosidade, do calor, os boxes são plenos de roupas. Manequins e cabides parecem saltar dos boxes, reduzindo o espaço físico do freguês, ocupando e enriquecendo sensorialmente aquele ambiente. Ainda que dona Gilda reclame de sua suposta precariedade quanto às coisas que vende – pois ela deseja viajar para comprar novas mercadorias para revender, reclamando da pouca opção que ela tem à venda –, seus boxes, assim como os das outras feirantes do local, me parecem cheios de roupas. Quatro dos boxes de dona Gilda ficam ao fundo do local, “*Cinco com esse aqui, de criança*”¹⁶. Ela ainda possui o box em frente, levemente na diagonal, todos estão cheios de roupa. Em dezembro desse mesmo ano, dona Gilda já tinha adquirido mais um box¹⁷, ao lado daquele onde ficam expostas as roupas de criança, completando, assim, seis boxes de exposição e, se consideramos o box destinado ao vestuário, dona Gilda perfaz o total de sete boxes. Ao falar sobre o trabalho na feira, dona Gilda salienta a tranquilidade do lugar: “*Ab, porque aqui é sossegado, né?! Tranquilo pra gente trabalhar. O movimento tá um pouco fraco, mas... dá, dá pra trabalhar aqui*”¹⁸.

Aqui nos fica evidente, também, essa relação à qual Sahllins (1979) se refere, a proeminência da lógica cultural sobre a prática, ou ainda, no meu entender, como a lógica prática se conforma, se adequa, à lógica cultural.

Para termos uma ideia deste ambiente, trago a imagem abaixo, onde podemos ver dois boxes e meio que pertencem à dona Gilda. Do fundo, no primeiro plano da imagem à esquerda, vemos parte do box que tem o manequim sem braços com blusa-corpote vermelha e calça lycra-jeans e mais dois manequins infantis, abaixo, que o seguem ao fundo, tomando parte do lado direito da imagem, indo até o manequim de blusa amarela que está ao chão. Do lado direito, também podemos ver parte do quarto box de dona Gilda, destinado apenas para roupas infantis, sendo que, no interior do mesmo, também ficam expostas calcinhas e cuecas para adultos.

¹⁶ *Ibid.*

¹⁷ A aquisição de novos equipamentos por parte de dona Gilda ocorreu de maneira informal, em uma relação feirante - feirante, pois, de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria de Administração (SEAD), um feirante não pode ser permissionário de mais de três equipamentos/boxes em seu nome. Desta maneira, arranjos entre feirantes são feitos sem que a SEAD ou a administração da feira participe ou tenha conhecimento dessas negociações. Uma das possibilidades, o que ocorreu no caso de dona Gilda, é ela colocar os equipamentos que extrapolam o número de três ao qual ela tem direito, em nome de um membro de sua família. Este não é o único caso na feira. Ver M. Castro (2018).

¹⁸ Dona Gilda, em entrevista concedida à pesquisadora na feira do Guamá. Belém, 6 abr. 2016.

Figura 1 – Vista diagonal dos boxes de dona Gilda



Fonte: Marina Castro, 16 dez. 2016.

Observamos que os sete boxes que dona Gilda possui se dividem de acordo com o gênero para o qual são voltadas as vestimentas. No da frente ela expõe roupas infantis, calcinhas e cuecas; ao lado, ela expõe roupa feminina, seu forte, segundo ela própria; o que fica em frente ao box de roupas infantis é utilizado como provador; três dos quatro boxes que ficam ao fundo são destinados somente a roupas femininas, e um único box é destinado às roupas masculinas (*shorts* e camisas são seu forte, mas ela também vende calças jeans masculinas), em sua maioria para adolescentes.

A parte interna de um desses boxes voltados para roupas femininas é ocupada por adereços, como brincos, colares, bolsinhas para festa, enfeites de cabelo e outros objetos do gênero.

Diferente de Madalena, outra feirante do local que não viaja para comprar mercadoria, dona Gilda, assim como as demais vendedoras de sua área, viaja e compra roupas para revenda, em especial, em Fortaleza, no Ceará, e a Santa Cruz, Pernambuco. Para dona Gilda, como também para dona Meire, é fundamental viajar. Quando dona Gilda não consegue viajar, sempre pede para uma das amigas trazer algo para ela:

Às vezes, quando não dá pra viajar, algumas amigas minhas que vão, trazem alguma coisa pra mim..., mas é melhor a gente ir mesmo, né?! Pra escolher... é melhor a gente mesmo. [...] É porque tem movimento um pouco fraco aqui, né?! Aí tá difícil da gente conseguir dinheiro pa... porque a despesa é alta, também, né?! Só de passagem a gente paga 500 reais... Ida e volta, porque a gente não vai só até Fortaleza, a gente vai até Santa Cruz, lá em Pernambuco... (Dona Gilda, em entrevista concedida à pesquisadora na feira do Guamá. Belém, 6 abr. 2016).

Não consegui perceber essa falta de roupa da qual dona Gilda reclamava, mas, ao receber um freguês e não possuir o que ele procurava, uma calça jeans, eu acabei por compreender! O freguês, acompanhado do filho de dezesseis anos, ao chegar ao box, cumprimentou-a e o rapaz pediu sua bênção. Acreditei ser afilhado dela, mas não convinha perguntá-lo naquele momento. Interessante observar que, antes de olhar qualquer outro box, os dois se direcionaram para o de dona Gilda, ou seja, deram prioridade a ela, e só não compraram dela porque ali não tinha a mercadoria desejada, a calça jeans, nenhuma calça jeans masculina. Sistemáticamente dona Gilda reclamava dos *baques* que teve nos últimos anos, da sociedade que fez com uma moça ao abrir uma “Loja de 10”, “*daquelas em que tudo que ali existe é vendido por dez reais*”¹⁹.

Sem ter a calça a dispor para a venda, dona Gilda o encaminhou a uma amiga feirante, no box mais à frente, pediu a calça desejada pelo menino e acompanhou a venda, para que seu freguês fosse atendido e saísse satisfeito. Negócio fechado, das três calças ofertadas e experimentadas, ele ficou com uma.

Nessa relação rápida e aparentemente banal, podemos observar o respeito estabelecido entre as partes no ato da bênção de dona Gilda. O menino estende o braço e, ao levantá-lo, já sinaliza à dona Gilda o pedido da bênção, falando “bença”, para que dona Gilda lhe dê a mão e o garoto a beije. Dessa maneira, dona Gilda retribui o beijo na mão do menino, ofertando-lhe sua bênção – o menino é seu afilhado, ainda que não lembre seu nome. Um fato que, talvez, justifique a ida direto a seu box e o aconselhamento na escolha da calça. Mas trataremos disso em um outro trabalho.

Outro movimento importante foi o comportamento de dona Gilda face à satisfação do afilhado. De acordo com as normas do local, nenhum feirante pode pegar o possível freguês pelas mãos, caso não tenha o que ele deseja em seu box, e o levar a uma feirante amiga. A norma ali estabelecida é deixar o freguês livre para ir onde lhe bem aprouver, sem precisar ser levado pelas mãos de uma feirante à outra. Dessa forma, dona Gilda queria satisfazer e acompanhar o desejo do afilhado, mas, ao mesmo tempo, não romper com a norma estabelecida.

BREVE INTERPRETAÇÃO CONCLUSIVA

Observando a relação de Gilda com Madalena, assim como a de Amanda com Sandra²⁰, da mesma forma a de Gilda com o afilhado, podemos evocar aqui que essas relações estão, ali e naquele momento, pautadas pela interseção

¹⁹ *Ibidem.*

²⁰ A amiga que chegara depois de Amanda para acompanhá-la na escolha.

da cultura material. Observamos que a matéria - da mercadoria, transformada em coisa - porta qualidades que vinculam (MESKELL, 2005) feirante e freguês, pesquisador e pesquisado, madrinha e afilhado. A matéria, as coisas que vendem dona Gilda, dona Meire e Madalena, é o motivo, ali, de sua proximidade. O mesmo ocorreu entre dona Gilda e o afilhado, que há muito não se viam. Dona Gilda confessou-me ter temporariamente esquecido o nome dele. Ocorreu, também, com Amanda e com Jussara. No entanto, convém observar que os níveis de sociabilidade e de socialidade²¹ (SIMMEL, 2006) são diferentes, pois cada uma dessas pessoas funcionava como um elemento da forma a qual estavam construindo, ou corroborando para a construção. Ainda que eu tivesse, ali, um outro interesse, foi por meio daquelas coisas, daquela cultura material, que estabeleci contato com os frequentadores da feira e que acabei por colaborar com aquela sociação. Sem a coisa, sem aquela materialidade, teria sido mais difícil, talvez impossível, estabelecermos aquela interação.

Podemos observar que a troca, a compra e a venda, as relações recíprocas que estabelecemos e através das quais nos comunicamos estão permeadas pela comunicação intersensorial, ou seja, por aquela comunicação através da qual os sentidos são agentes fundamentais para a sua realização. De acordo com o contexto, essa interação produz elementos sensoriais e sensitivos que fazem parte dos processos sociais comunicativos, ainda que estes não sejam totalmente percebidos pelos indivíduos em interação.

Ressalto a relação oblíqua e não proposital entre Amanda e Jussara. A partir do encontro referido acima, observamos a disposição de ambas em atuar reciprocamente, em suas respectivas relações sociais, ou melhor, por meio de *formas sociais* convencionadas, na festa de Natal em família e com amigos. Os vestidos de ambas corroboravam na construção de determinada forma social sustentada pela reciprocidade de seus partícipes, mas isso só se tornou possível, na feira e na vida social, devido à intersubjetividade na qual estamos, todos, inseridos e na qual se produz a intersensorialidade ou, ainda, a comunicação intersensorial, aquela que dispensa o diálogo formal, superando-o.

²¹ A partir de Simmel (2006), compreendemos os processos de sociabilidade e socialidade como processos de sociação que conformam a própria forma social. Ou seja, processos que produzimos no mundo da vida. No entanto, importante observar que os processos de sociabilidade, assim como o de socialidade são estabelecidos em graus de envolvimento emocional e sensível de diferente ordem. Sociabilidade engendra um envolvimento afetivo diretamente pautado pela relação entre o *eu* e o *tu/outro*, quando o *outro* tem importância em primeiro plano na interação. O de socialidade engendra um envolvimento pautado por um interesse no qual o *outro* tem lugar em segundo plano, e o objetivo não é a relação entre o *eu* e o *tu/outro*, e sim, em um terceiro elemento, uma coisa, por exemplo (CASTRO, M., 2020).

REFERÊNCIAS

- BARROS, C.; ROCHA, E. Lógica de consumo em um grupo das camadas populares: uma visão antropológica de significados culturais. *In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO*, 31., 2007, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: EnANPAD, 2007. p. 1-16.
- CASTRO, F. F. Temporalidade da comunicação na sua quotidianidade. *In: MUSSE, C. F.; VARGAS, H.; NICOLAU, M. (org.). Comunicação, mídias e temporalidades*. Salvador: Edufba, 2017. p. 97-116.
- CASTRO, M. R. N. **Socialidades e sensibilidades no quotidiano da Feira do Guamá: uma etnografia das formas sociais do gosto**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2018.
- CASTRO, M. R. N. Comprando na feira: experienciando a carne do Mundo. Etnografia e comunicação intersensorial. *In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 24., 2020, Campo Grande. **Anais [...]**. Campo Grande: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2020. p. 1-13.
- CASTRO, M. R. N.; CASTRO, F. F. Banalidade e intersubjetividade na arte. **Porto Arte**, Porto Alegre, v. 22, p. 181-193, 2017.
- CLASSEN, C. Foundations for an anthropology of the senses. **International Social Science Journal**, [s. l.], n. 153, p. 401-12, 1997.
- CORBIN, A. Histoire et anthropologie sensorielle. **Anthropologie et Sociétés**, Paris, v. 14, n. 2, p. 13-24, 1990.
- CORBIN, A. Histoire et anthropologie sensorielle. *In: CORBIN, A. Le temps, le désir et l'horreur*, Paris: Aubier, 1991. p. 227-240
- DERRIDA, J. **Gramatologia**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1999.
- DOUGLAS, M.; ISHERWOOD, B. **O mundo dos bens: uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2004.
- FAVRET-SAADA, J. Ser afetado. **Caderno de Campo**, Araraquara, n. 13, p. 155-161, 2005.
- FAVRET-SAADA, J. The way things are said. *In: ROBBEN, A. C. G. M.; SLUKA, J. A. (Ed.). Ethnographic fieldwork: an anthropological reader*. Malden, Massachusetts: Blackwell, 2012. p. 528-539.

- HOWES, D.; MARCOUX, J-S. Introduction a la culture sensible. **Anthropologie et Sociétés**, Paris, v. 30, n. 3, p. 7-17, 2006.
- INGOLD, T. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, 2012.
- MAFFESOLI, M. **La contemplation du monde**: figure du style communautaire. Paris: Grasset/Frasquelle. Le Livre de Poche, Biblio-Essais, 1993.
- MAFFESOLI, M. **La transfiguration du politique**. Paris: Le Livre de Poche, 1995.
- MAFFESOLI, M. *Éloge de la raison sensible*. Paris: Grasset, 1996.
- MAFFESOLI, M. **O tempo das tribos**: declínio do individualismo nas sociedades de massa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva. Forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: MAUSS, M. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: EDUSP, 1974. v. 2. p. 183-185.
- MESKELL, L. Introduction: object orientations. In: MESKELL, L. (Ed.). **Archaeologies of materiality**. Oxford: Blackwell Publishing Ltd, 2005. p. 1-17.
- MILLER, D. **Material culture and mass consumption**. Londres: Basil Blackwell, 1987.
- MILLER, D. **A theory of shopping**. Ithaca: Cornell University Press, 1998.
- MILLER, D. Consumo como cultura material. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 13, n. 28, jul/dez, 2007, pp. 33-63.
- MILLER, D. **The comfort of things**. Cambridge: Polity, 2008.
- MILLER, D. [Entrevista concedida a] Catarina Morawska Vianna e Magda dos Santos Ribeiro. **Sobre pessoas e coisas**: entrevista com Daniel Miller. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 415-439, 2009. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/27343/29115>. Acesso em: 11 nov. 2020.
- PINK, S. **Doing sensory ethnography**. Londres: SAGE, 2009.
- PINK, S. What is sensory ethnography. **National Center for Research Methods**, [s. l.], 2010. Disponível em: https://www.ncrm.ac.uk/resources/video/RMF2010/pages/18_Sensory.php. Acesso em: 02 dez. 2020.
- SAHLINS, M. **Cultura e razão prática**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

SIMMEL, G. Sociabilidade: um exemplo de sociologia pura ou formal. *In*:
MORAIS FILHO, E. (org.). **Georg Simmel**: sociologia. São Paulo: Ática, 1993.
p. 165-181.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar,
2006.

TEMPLE, D.; CHABAL, M. **La réciprocité et la naissance des valeurs
humaines**. Paris: L'Harmattan, 1995.

Texto submetido à Revista em 10.03.2020
Aceito para publicação em 27.07.2021



Odivelidades: binarismo cultural na construção identitária em cidade local amazônica

Odivelidades: cultural binarism in the identity building to local city of Amazon

José Guilherme dos Santos Fernandes - Doutor em Letras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Professor Associado e Pesquisador da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: mojuim@uol.com.br

Rondinell Aquino Palha - Mestrando em Estudos Antrópicos na Amazônia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: rondipalha@gmail.com

Resumo

Este estudo tem por finalidade caracterizar o binarismo cultural como composição de identidade em cidade local da Amazônia costeira, entendendo-se o conceito como a duplicidade e tensão entre atores sociais e suas práticas, no estabelecimento da hegemonia cultural. O recorte de pesquisa foram os fazedores e ativistas culturais de São Caetano de Odivelas (PA), que registraram suas impressões sobre os símbolos, agentes e territorialidades. O tipo de estudo foi retrospectivo, com construção de historiografia local, e prospectivo, com a aplicação de questionário com perguntas diretas. Foram utilizados os conceitos de centrípeto e centrífugo, centro e beira, enculturação e difusão, hegemonia, a fim de se discriminar os grupos e caracterizar as relações. O resultado considerou que as dicotomias são aparentes, posto que o espaço de negociação é uma constante na imposição das identidades, sendo frequente o binarismo intergeracional e intergrupar.

Palavras-chave

Binarismo cultural. Hegemonia. Cidade local. Identidade. Amazônia.

Abstract

This study aims to characterize cultural binarism as a composition of identity in a local city on the coast of the Amazon, understanding the concept as the duplicity and tension between social actors and their practices, in the establishment of cultural hegemony. The focus of research was cultural producers and cultural activists of São Caetano de Odivelas (PA), who registered their impressions about the symbols, agents and territorialities. The type of study was retrospective, with construction of local historiography, and prospective, with the application of a questionnaire with direct questions. The concepts of centripetal and centrifugal, center and border, enculturation and diffusion, hegemony were used in order to discriminate groups and characterize relationships. The result considered that the dichotomies are apparent, since the space for negotiation is a constant in the imposition of identities, with intergenerational and intergroup binarism being frequent.

Keywords

Cultural binarism. Hegemony. Local city. Identity. Amazon.

INTRODUÇÃO

As cidades locais são caracterizadas pelo vínculo com os grandes centros urbanos regionais, sendo dependentes destes, seja pelo abastecimento ou pelos serviços, seja pela emigração de sua força produtiva aos grandes centros regionais, força esta que, posteriormente, envia recursos financeiros às suas famílias, que permaneceram nas cidades de origem. Para Santos (2008, p. 87, grifo do autor) o que caracteriza uma cidade local é “uma atividade polarizante e, dadas as funções que elas exercem em primeiro nível, poderíamos quase falar de *cidades de subsistência*”. No caso das cidades da microrregião do Salgado paraense esta característica de localismo de cidade de subsistência, sem maiores especializações da produção, alia-se ao relativo isolamento que as cidades mais distantes do eixo da Estrada de Ferro Belém-Bragança (início do século XX) experimentaram quando do primeiro *boom* colonizador modernizante da região. Isto porque, por mais que a primeira e única ferrovia de integração do nordeste paraense tenha alcançado a cidade de Castanhal, esta cidade de referência do nordeste paraense, em 1885 (CRUZ, 1955), grande parte dos atuais municípios do Salgado permaneceram com difícil acesso por via terrestre, sendo o deslocamento até eles realizado em longas e perigosas viagens marítimas costeiras, até início dos anos 1960.

É o caso de São Caetano de Odívelas, considerada cidade de pequeno porte¹, localizada na mesorregião do Nordeste do estado do Pará, microrregião do Salgado, mais precisamente em sua porção noroeste, no que poderemos designar como “esquina” da região, tendo ao norte o oceano Atlântico e a oeste a baía do Marajó. Historicamente, a cidade esteve isolada de comunicação e transporte mais imediato com outras cidades circunvizinhas, mesmo com a capital do estado, a cidade de Belém, que dista, por via terrestre, 110 km da sede odívelense. Para Fernandes (2007, p. 54):

as transformações urbanas mais substanciais ocorreram a partir dos últimos 50 anos, com o advento da estrada de rodagem e a consequente imigração para a cidade. (...) A maior dificuldade para a construção de uma

¹ Segundo estimativa do IBGE (2019), a população do município é de 18.050 habitantes. A economia é baseada em pesca de diversas espécies e na coleta de crustáceos variados, em especial o caranguejo, que confere um simbolismo no estado como “o melhor” caranguejo do Pará. Esta atividade é mais intensa na região da foz do rio Mojuim, principal curso d’água do município, que se projeta para o oceano, no sentido sul-norte. Nas cabeceiras deste rio, região conhecida como Alto Mojuim, é mais intensa a agricultura, de teor familiar. A origem da cidade remonta ao século XVIII, como fazenda de produção de víveres para a missão jesuíta instalada na vizinha cidade da Vigia, esta criada enquanto vila no ano de 1693 (BAENA, 2014). Mas ao que tudo indica, em estudos recentes de Lopes, Fernandes e Silva (2020), a área em que está assentada a cidade é de antropização bem mais antiga, dada a recente descoberta de vestígios arqueológicos pré-colombianos no sítio Cachoeira.

ligação mais direta com a capital, visto os mais de dois séculos e meio de existência, sempre foi a extensa área de manguezal, que confina a cidade em uma verdadeira “ilha”, uma vez que o mangal forma um cinturão no seu entorno, que se estende por uma faixa de 4 a 5 km de largura: como vencer essa extensão até alcançar a terra firme? A saída mais óbvia, por longo tempo, até a construção da estrada, foi descer o Mojuim², ganhar o oceano, contornar a Ponta Itaipú e navegar no sentido sul até chegar à capital Belém.

Mesmo com provável origem em 1757 (BAENA, 2014), então chamada de Lugar Odivelas, a cidade sai de seu ensimesmamento somente após o advento da rodovia, iniciada nos anos 1950. Esta reclusão estabeleceu uma cultura mais endógena, entre “o isolamento comunitário e a dedicação ao trabalho com o mar” (FERNANDES, 2007, p. 55); diríamos mesmo que essa condição direcionou as práticas e valores locais para uma formação binária da sociedade, em vários aspectos do cotidiano das pessoas. É o que podemos classificar como **binarismo social e cultural** da cidade, isto é, a co-participação de aparentes elementos antagônicos, mas que se configuram como complementações necessárias de contrários epicizantes, dado o teor de atores contrários nesse aparente antagonismo: os clubes de futebol Marítimo/Progresso; os bois de máscaras Tinga/Faceiro; as bandas musicais Milícia/Rodrigues dos Santos; as localidades São Caetano/ Cachoeira; os bairros do Pepéua/Marabazinho; as regiões geográficas Foz do Rio Mojuim/Alto Rio Mojuim; os ecossistemas manguezal/terra firme; a atividade econômica pesca/agricultura.

Vale ressaltar que esse fenômeno do binarismo já era apontado por José Veríssimo, quando se referiu, em fins do século XIX, às cidades do interior do Brasil e da Amazônia:

Há, porém, em todas elas, ainda na mais humilde aldeia dos sertões do Pará ou de Pernambuco, da Bahia ou de São Paulo, do Paraná ou de Mato Grosso, dois partidos, dois chefes, alguns cabos eleitorais, os adeptos indispensáveis e, ao menos em vésperas de eleição, uma vida relativa. Não acharéis ali algum gênero indispensável a vossa vida de perfeito civilizado, mas infalivelmente, matematicamente, encontraréis o liberal e o conservador, inimigos políticos e particulares, decididos e irreconciliáveis (VERÍSSIMO, 1985, p. 63).

Essa dicotomia “civilizatória” na Amazônia também é marcada pela oposição centro-beira, que na visão de Velho marca uma nova orientação nas

² Segundo os professores Ana Suelly Cabral e Aryon Rodrigues, do Laboratório de Línguas Indígenas da Universidade de Brasília, a palavra **mojuim** vem do tronco tupi-guarani, mais especificamente do tupinambá, provavelmente do século XVII, e significa “pequeno rio das cobras” (**modzuí**, mój, “cobra”, zý, “água”, í, sufixo diminutivo).

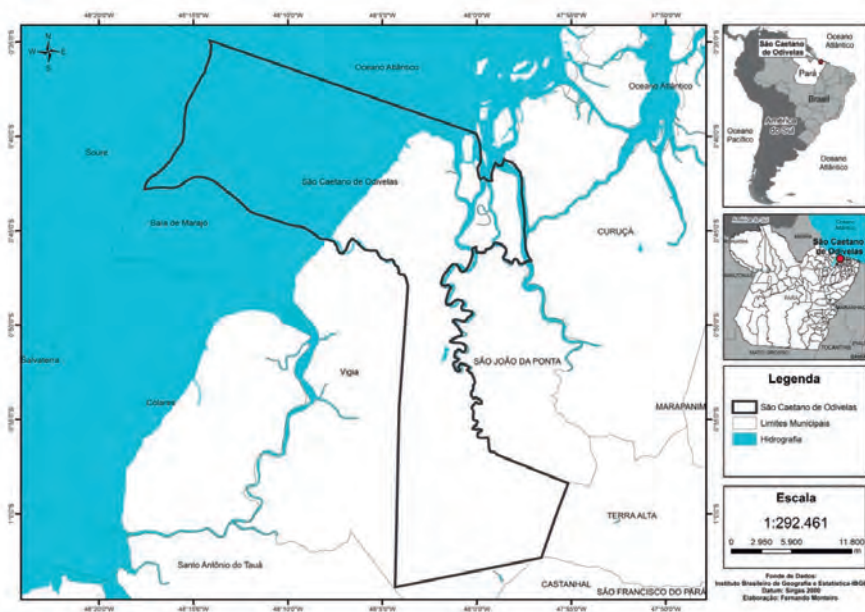
frentes de expansão colonizadoras na região, justamente efeito das transformações nos modelos civilizatórios do século XX, que arrastarão para a estrada os vínculos das cidades locais com os centros urbanos maiores. Se até fins do século XIX a *beira* do rio, e de outros cursos d'água, era um lugar melhor para viver, com lazer e poucas ambições capitalistas do homem comum, depois o *centro* da mata se torna o lugar da ambição e domínio da natureza a ser explorada, com o significado de trabalho árduo e enriquecimento. Com o advento das estradas na região amazônica os maiores aglomerados se localizarão cada vez mais distantes dos rios e com isso a nova beira passa a ser a *beira da estrada* (VELHO, 1981). Para o autor, “é de se notar como a frente agrícola e o seu avanço sempre estiveram associados à abertura de estradas e caminhos afastados da beira, buscando penetração e integração com as vias principais de comunicação e transporte” (VELHO, 1981, p. 148). Com isso, as cidades ribeirinhas do Salgado mudam seu perfil ao se tornarem cada vez mais dependentes dos polos urbanos, com ligação via terrestre. Ou quando não havia essa ligação, mantiveram-se por algum tempo como cidades locais e isoladas, como foi o caso de Odivelas.

Daí surge nosso problema principal: o binarismo cultural em São Caetano de Odivelas é resultante de processo histórico e social que impôs a dicotomia como instrumento de poder de grupos locais interessados na hegemonia de suas identidades? Em quais aspectos existe a negociação entre estes grupos locais para a manutenção do controle sobre as manifestações culturais? A hipótese é que existem práticas de cultura que garantem a vinculação e a interação destes aparentes opostos do binarismo social e cultural, tais como o parentesco, o compadrio e a manifestação cultural, notadamente os bois de máscaras, que aglomeram e mestiçam os grupos em princípio opostos: de fato são opostos complementares ou opostos co-dependentes. Em nosso entendimento, esta é a característica histórica que enformou e enforma o que poderemos classificar como identidade odivelense, ou **odivelidade**. Como decorrente desta hipótese, nossos objetivos neste artigo são: 1) discriminar os grupos em relação de co-dependência; e 2) caracterizar o binarismo nos eventos artísticos e culturais como constituintes da hegemonia cultural.

Mesmo não sendo novidade a questão da identidade em grupos em contato, em nossa abordagem queremos apresentar o sentido de *odivelidade* como a necessidade de se afirmar o caráter qualitativo da cultura odivelense, no sentido de sociabilidade de opostos pelo evento cultural. Em abordagem linguístico-etimológica, inicialmente entende-se este conceito como espaço de luta entre os grupos locais, posto que a partir do substantivo “odivelense”, usual como gentílico entre os nativos, ao agregar-se o acusativo “-dade, -itâtis”, formador

de substantivos abstratos derivativos de adjetivação, tem-se a formação de palavra qualitativa, qual seja *odivelihood*, como a característica marcante do “ser” odivelense. Daí preferir-se este ao termo “odivélismo”, que em sua formação traz a marca do verbo, gr. *-ismós*, formador de nome de ação. Ou seja, odivélismo tem mais a ver com um movimento (de pessoas, de grupo interessado em ser uma vanguarda) do que com a qualidade de ser algo (característica de ser e fazer), como o caráter qualificador do odivelense, nativo que assume sua pertença ao território. Portanto, optamos por *odivelihood* para tratarmos de marca identitária e sentimento de pertença do povo odivelense às suas tradições, práticas e valores.

Mapa 1 – Mapa com localização geográfica de São Caetano de Odivelas



A maioria dos estudos realizados acerca de Odivelas nos últimos 20 anos, notadamente a partir do século XXI, dedicaram-se a tratar as manifestações culturais em si mesmas, em geral descoladas das condições históricas e sociais de produção, descrevendo-as e situando-as como eventos e produtos, pouco tratando dos produtores que assumem seus discursos e vozes como pensadores locais em conflitos e tensões sociais. Esses estudos acabam por afastar a produção cultural e artística dos processos sociais. Muitas seguem a retórica de Loureiro, que afirma certo impressionismo para discriminar a cultura amazônica, na linha bachelardiana da imaginação da matéria; vejamos em suas palavras:

O caboclo, como homem amazônico, o nativo da terra, além de ter criado e desenvolvido processos altamente criativos e eficazes de relação com essa natureza, construiu um processo dissonante dos cânones dominantes. O caboclo humanizou e colocou a natureza à sua medida. Pelo imaginário, pela estetização, pelo povoamento mitológico, pelo universo dos signos, pela intervenção na visualidade, pela atividade artística, ele definiu sua grandeza diante desse conjunto grandioso que é o “mundo amazônico” (LOUREIRO, 1995, p. 34).

Ademais de uma verborragia imagística, o que observamos é uma generalidade quanto à figura de quem vive e labuta na região, na construção de uma categoria abstrata – o caboclo amazônico – que aparentemente só vive um devaneio sem ater-se aos conflitos sociais, produzindo-se uma representação evanescente, pouco afeita às condições de produção. Nesse sentido existe a dissertação de mestrado *Boi Tinga: um cortejo de caricaturas em São Caetano de Odivelas* (SILVA, 2004) e a tese de doutorado *O boi e a máscara: imaginário, contemporaneidade e espetacularidade nas brincadeiras de boi de São Caetano de Odivelas – Pará* (SILVA, 2011), ambas de Silvia Sueli dos Santos Silva. Além destes estudos, temos ainda os artigos: *Tradição e contemporaneidade: o corpo e os processos de aprendizagem na dança do Boi de São Caetano de Odivelas* (SILVA, 2009); *É dia de folia: o folguedo do boi de máscara em São Caetano de Odivelas/PA* (ALMEIDA; SANTOS, 2012); *Boi de máscaras Faceiro: reflexões e contribuições metodológicas para o ensino musical infantil em São Caetano de Odivelas – Pa* (CARDOSO, 2019); *Composição Musical no Boi Tinga em São Caetano de Odivelas-Pa: história e Análises musicais musicais a partir do trompete Bb* (MARQUES; MONTEIRO JUNIOR, 2020). Os estudos que mais se distanciam da perspectiva essencialista da arte e se ancoram nas condições sociais e históricas de produção são a tese de doutorado *O boi de máscaras: festa, trabalho e memória na cultura popular do boi Tinga de São Caetano de Odivelas, Pará* (FERNANDES, 2004) e a dissertação de mestrado *Entre a cultura popular e a arte urbana: a cidade de São Caetano de Odivelas - Pará nos murais contemporâneos de And Santtos e Adriano DK* (COSME, 2020).

Em nosso entendimento, estudar a produção das manifestações artísticas e culturais deve considerar aspectos de uma sociologia da cultura no que se refere às instituições e às formas e efeitos destas produções (WILLIAMS, 2000), visto que as práticas sociais nas relações culturais produzem mais que continuidades, mas principalmente é um campo para tensões, conflitos, resoluções e inovações reais. Dessa feita, enquanto instituição social (organismo da sociedade com seus valores, práticas e interesses), pode-se dizer que a construção cultural em cidades locais da Amazônia assemelha-se ao que Gramsci tratou no ensaio “Alguns temas

da questão meridional” (GRAMSCI, [1926] 2021). Isto porque à semelhança do Mezzogiorno italiano existem em cidades locais da Amazônia, para lembrar Veríssimo, duas classes em negociações e embates – conservadores e liberais – que correspondem aos grandes proprietários rurais e grandes intelectuais, de um lado, e aos intelectuais da pequena e média burguesia rural, estes no mundo italiano de Gramsci. Em comparação mais grosseira, estas classes correspondem ao que vamos intitular, em nossa realidade amazônica, de políticos profissionais, aos primeiros, e de ativistas culturais, aos segundos. E no meio deles a grande massa, que são os odivelenses em busca de uma representação identitária, que faz o movimento pendular endógeno ou exógeno do binarismo cultural, quando buscam sua (s) identidade (s), nos eventos culturais.

Como um dos universais da cultura (BALÉE, 2012), a arte e as manifestações culturais são poderosas formas de socialidade, em razão de serem campos de disputas simbólicas pela hegemonia cultural, promotora da identidade que passa a ser atribuída como “nacional” por um grupo de poder. Para lembrar Gramsci, a hegemonia é a suplantação de uma classe sobre as demais mediante a persuasão e o consenso, e também pela força de repressão dos rituais da desordem. Enquanto persuasão e consenso, a relação entre grupos sociais em contato e disputa ocorre pelas negociações e permissividades nas manifestações, ora permitidas, ora controladas. É o caso histórico dos bois de máscaras de Odivelas, quando nos anos 1990 eram controlados seus cortejos para saírem somente após a missa na matriz do município. Esse controle aparenta ser um espaço neutro, mas reforça a “patronagem” dos santos e deuses, em um carnaval devoto hierarquicamente ordenado (DA MATTA, 1986). A aparente interação harmoniosa entre os indivíduos pertencentes ao mesmo grupo social, garante o que poderemos classificar como coletividade, ou melhor, sociedade em sentido mais originário: “o significado primário de sociedade era companheirismo ou camaradagem” (WILLIAMS, 2007, p. 379), mas oculta os recortes e cisões internas, particularmente em cidades locais.

Entendida como compósito de opostos e binarismos, a identidade tem a ver intrinsecamente com o conceito de sociedade, ou sociabilidade, como faculdade que estrutura os grupos sociais em companheirismo, e enquanto “camaradagem”, num sentido mais estrito, como o companheirismo de pequenos grupos, em contraponto às sociedades complexas modernas. Portanto, esse companheirismo ou camaradagem em cidades locais, pouco infensas à entrada

de indivíduos alóctones ou contatos mais tensos com grupos alienígenas, maquia com um sentimento de pertencimento coletivo o que de fundo apresenta tensões. Por isso, não podemos professar que tenha havido, na realidade odivelense, uma identidade raiz, que unificasse quase que ditatorialmente os indivíduos da cidade, mesmo que tenha havido longo período histórico de relativo isolamento. Isto porque a compreensão de identidade que mais pode se adequar ao processo que estamos tratando aqui é de que:

as identidades não se constroem a partir de um conjunto estável e objetivamente definível de “traços culturais” – vinculações primordiais –, mas são produzidas e se modificam no quadro das relações, reações e interações sociossituacionais – situações, contexto, circunstâncias –, de onde emergem os sentimentos de pertencimento, de “visões de mundo” identitárias ou étnicas (CANDAUI, 2016, p. 27).

Apoiados em Da Matta (1986), podemos inferir que a pertença dos odivelenses tem se instituído mediante as festas da ordem e da desordem, segundo sejam promovidas por conservadores ou liberais, ou mesmo pelo misto dos dois segmentos, por isso a dicotomia não é radical, mas negocial em direcionamentos endógenos ou exógenos, como veremos mais adiante como característica do binarismo cultural. Porque:

se os ritos da desordem promovem temporárias des-construções ou rearrumações sociais, os ritos da ordem marcam de forma taxativa quem é o ator e quem é o espectador [...]. Daí, certamente, a associação entre cerimonial e poder. É que o ritual reveste o poder, dando-lhe uma forma exterior solene e legítima (DA MATTA, 1986, p. 86-87).

Por isso, podemos afirmar que, mesmo a despeito de ser uma sociedade aparentemente mais originária e portadora de tradição ancorada no relativo insulamento, mais cabe tratar a construção identitária da odivelidade como uma identidade mista entre a modernidade do estado-nação, daí ser composição de um sujeito sociológico, e a pós-modernidade do sujeito fragmentado, daí ser composição de um sujeito relacional, via de regra aquele que alçou outros espaços alóctones e retornou ao território de origem. Isto porque por mais que haja uma dicotomia é como se o binarismo social e cultural aventado implicasse na afirmação de um ou outro polo (afirmação de identidade raiz); mas sem a presença do outro, em sentido relacional e co-dependente, não haveria nenhum dos dois polos (identidade rizoma). O que é reiterado por Hall:

A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que está dentro de nós como indivíduos, mas de *uma falta* de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso *exterior*, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos pelos *outros* (HALL, 2000, p. 39).

Mas existe uma característica básica que determina o que é ser odivelense, com traços históricos, materialidades e caráter do indivíduo com sentimento de pertença? Poderemos tratar de uma sistemática que conforma esse caráter do “ser” odivelense, disposta em dois movimentos: os **centrífugos**, com a identificação dos saídos da terra para buscar melhora econômica e social em suas vidas, bem como o reconhecimento por serem os portadores das novidades do mundo exterior àquela sociedade (ex. dos nativos que ascenderam na carreira militar ou nos estudos superiores), e os **centrípetos**, com a constituição de identidade local por aqueles que permanecem na terra e criaram estratégias de sobrevivência para os que ficam (os políticos e os ativistas culturais locais). Interessante observar que estes conceitos vem ao encontro do caráter de nacionalismo de estado, quando se pode identificar o nacionalismo centrífugo com uma unidade política autônoma do Estado, que almeja mais independência, enquanto que o nacionalismo centrípeto está mais arraigado no Estado soberano (ROMÃO, 2012): para nosso caso a analogia funciona pelo primeiro representar a dissolução aparente de quem parte e se distancia do vínculo telúrico, ao contrário do que é mais reforçado pelos demais que se deixam ficar na terra.

Essa sistemática de direcionamentos opostos não se constitui em um movimento ordenado no sentido de ser uma formação cultural instituída por artistas ou artesãos, mas antes um sistema de sinais (WILLIAMS, 2000) enquanto formas e características estéticas construídas pelas instituições e permeadas pelas relações sociais e de poder; até existe uma identificação grupal, mas esta é circunscrita a trabalhos eventuais, em conjunto, e a relações de sociabilidade mais amplas. Esta mirada de movimentos exógenos e endógenos vem a ser a contribuição deste estudo para a uma sociologia da cultura, especificamente em cidades locais, a exemplo de São Caetano de Odivelas. Estas podem ser consideradas, em muitos casos, como cidades ribeirinhas, a exemplo de Odivelas, às margens do rio Mojuim e próxima à foz deste, como observamos na imagem aérea disposta na Figura 1.

Figura 1 – Imagem aérea de São Caetano de Odivelas, vendo-se em primeiro plano o rio Mojuim



Fonte: Biblioteca Pública Municipal de São Caetano de Odivelas.

1 MATERIAL E MÉTODOS

Tratar de identidade em São Caetano de Odivelas remete a valores, produtos e práticas diretamente ligadas às manifestações como os bois de máscaras³, as bandas de música, as celebrações e procissões religiosas, bem como à sua culinária e hábitos cotidianos voltados ao rio, como a pesca e o extrativismo, principalmente do caranguejo. Estas práticas de cultura são transmitidas e transferidas intrinsecamente entre os indivíduos locais, através da (con) vivência intergeracional, afirmando-se a enculturação:

Learning how to live in the society of which one is a member is called enculturation. Diffusion is the adoption of cultural traits and behaviors by a recipient society from a donor society. therefore, enculturation and diffusion involve one action common to both: transmission of culture, enculturation is the transmission of culture across time, from one generation to the next (BALÉE, 2012, p. 54).

³ O boi de máscaras é uma manifestação própria dos odivelenses, datando sua origem dos anos 1930. Pode ser considerada uma variação do boi-bumbá comum às diversas regiões do Brasil, mas tem a particularidade de não ser uma dança dramática, isto é, não é uma encenação teatral, com enredo e personagens. Ele ocorre, em geral, nos meses carnavalesco e junino, mediante um cortejo em que participam músicos, brincantes (fantasiados de cabeçudos, buchudos e pierrôs) e a audiência pública (os mutucas) que acompanha o grupo pelas ruas de São Caetano de Odivelas. Sua dinâmica ocorre mediante movimentações e paradas nas ruas da cidade, diante de residências que previamente solicitam a apresentação, o que se chama de carteadado. Existem dois ritmos marcantes nas exibições, o samba e a marcha, que são tocados por instrumentos de sopro e de percussão, enquanto os brincantes fazem hilariantes evoluções em torno da figura central da festa, o boi-bumbá ou boi de máscaras. São diversos os grupos de boi de máscara no município, mas dois particularmente são os mais antigos, o Boi Tinga e o Boi Faceiro.

Vista como uma transmissão da cultura em sentido horizontal, a enculturação pressupõe também a difusão como transmissão horizontal, o que se estabelece nas tensões e negociações entre os “conservadores” políticos profissionais e os “liberais” ativistas culturais: para fins deste estudo são os nossos objetos de análise, em suas práticas e discursos. No primeiro caso, enquanto prática, trataremos dos eventos e atores que construíram o que se pode designar como cultura odivelense ou odivelidade, no tópico abaixo *Historiografia do espaço estudado*. Quanto aos discursos, utilizaremos as falas e narrativas apresentadas pelos ativistas culturais, ou fazedores de cultura, e postas no questionário apresentado no tópico *Falas e discursos dos fazedores de cultura*. Para a interpretação destes discursos, tratados em Resultados e Discussão, utilizaremos a Análise do Discurso (AD) como procedimento metodológico deste corpus. Para tanto, serão aplicadas as categorias de dito e não-dito; posto e pressuposto; paráfrase e polissemia (ORLANDI, 2003), categorias estas que estarão em diálogo interdisciplinar com as de centrípeto e centrífugo; enculturação e difusão; centro e beira; e intelectuais e proprietários.

1.1 HISTORIOGRAFIA DO ESPAÇO ESTUDADO

Em perspectiva conservadora e tradicionalista, observamos em São Caetano de Odivelas a condução de movimentos socioculturais por parte de políticos, vereadores e prefeitos, que ocupavam o cargo com propósito de barganhas políticas e eleitoreiras, trazendo, com o devido tempo, prejuízos aos coletivos por eles conduzidos. Essa dicotomia política e social pode ser observada nos clubes de futebol, como Progresso Esporte Clube (originado em 1924) e Marítimo Esporte Clube Odivelense (originado em 1937), os dois mais tradicionais clubes esportivos de São Caetano de Odivelas, bem como nas centenárias bandas de música Rodrigues dos Santos (1881) e Milícia Odivelense (1904); ou nos movimentos religiosos, como o Movimento de Casais Católicos Odivelenses (1984), e nas associações comunitárias, como Clube de Mães Odivelense (1979), Cooperativa Mista de Pescadores (?) e Sociedade Literária Odivelense (1978).

Originalmente, a direção de organizações sociais proporcionava uma aparente sensação de apoio dos políticos profissionais, mas com prazo de validade, pois, depois do fim de mandato ou gestão, essas organizações retornavam à sua real situação de dependência da ajuda externa da comunidade,

que não os políticos eleitos que têm por base essas organizações sociais, o que mantinha a enculturação como prática reinante. Isso é um fato recorrente nas instituições civis de São Caetano de Odivelas. Diante desse quadro é possível encontrar, de outro lado, entidades e/ou coletivos direcionados por ativistas culturais (que consideraremos aqui “fazedores” de cultura local) que conflitam com o comportamento revanchista de gestores políticos, pouco preocupados com o desenvolvimento sociocultural da municipalidade.

Somente na década de 1990, quando houve a eleição e posse da presidência da banda de música Rodrigues dos Santos, a situação historicamente instituída começou a sofrer tênues alterações, quando a difusão cultural, enquanto adoção de traços exógenos, ganha destaque. O presidente eleito, o então sargento da Polícia Militar Paulo Roberto Melo, era oriundo do próprio corpo musical da instituição. Era um indivíduo representante dos **centrífugos**, daqueles que haviam deixado o Município para adquirir melhor formação acadêmica e retornar à cidade, sem perder sua identidade com a terra materna. Essa atitude foi o pontapé inicial para que outros coletivos sociais e culturais seguissem o mesmo caminho. Com a experiência dos retornados foi possível dinamizar propostas e objetivos, reorganizar atividades e fortalecer a identidade sociocultural dos munícipes, isso somado ao anseio de crescimento cultural dos que permaneceram, surgindo a necessidade de uma compreensão identitária própria através das manifestações, costumes e hábitos característicos dos odivelenses.

Na década de 1990, começaram a surgir grupos voltados para atividades culturais mais específicas, como o Grupo de Tradições Populares Sauatá, grupo criado a partir da influência das quadrilhas juninas⁴ Roceiros da Baltazar e Explosão do Cheiro, então com muita força dentro do cenário junino odivelense, e com a participação de integrantes dos movimentos de base da igreja católica, como o grupo de jovens. Em 1996, surgiu o Grupo Teatral *Art da Terra*, que foi criado a partir do fortalecimento da participação de jovens nas atividades da paróquia católica da cidade. Em consequência, houve a criação do “Auto da Paixão de Cristo”, em 1997 e o Resgate do Boi Faceiro, em 1998, hoje atrações culturais marcantes no calendário da cidade.

⁴ As quadrilhas juninas Roceiros da Baltazar e Explosão Junina, a primeira fundada em 1984 e a segunda em 1991, fizeram parte da cena junina de São Caetano de Odivelas durante a década de 90. Eram consideradas duas das principais atrações artísticas do Município, dividindo com os bois de máscaras Tinga e Faceiro a popularidade junto aos moradores locais, principalmente entre a juventude. As duas encerraram suas atividades nos anos 2000, a Explosão Junina em 2004 e a Roceiros da Baltazar em 2009, em virtude do alto custo desta brincadeira junina e o desinteresse dos jovens em participar da atividade cultural.

Os jovens integrantes e responsáveis pela retomada do Boi Faceiro estavam inseridos e comprometidos com as práticas e com o saber fazer cultural odivelense. A retomada do Boi Faceiro foi o (re) começo para que outros grupos de bois de máscaras retornassem à cena, ao mesmo tempo que incentivou o surgimento de novos grupos, possibilitando a participação direta de jovens na concepção da manifestação cultural dos bois de máscaras em todos os seus momentos.

Esse contexto fortaleceu a identificação da juventude odivelense com suas próprias tradições e costumes. Vale destacar que o *revival* cultural aconteceu entre os jovens, mas desde os anos 1930 o Boi Tinga, como o mais antigo boi de máscaras, mantinha-se em atividade, como uma manifestação localizada (capitaneada por uma única família da cidade) e sazonal (em junho), mas não com o alcance de marca identitária que passa a adquirir a manifestação de outros coletivos de boi de máscaras, o que começa a ocorrer, mais intensamente, em vários grupos de bois de máscaras em meados dos anos 1990.

Paralelo ao movimento, específico dos jovens atuantes no *Art da Terra*, houve o fortalecimento das escolas de música, especialmente da Banda Musical Rodrigues dos Santos, (re) construindo o formato de apresentação da banda tradicional de coretos, baseado antes apenas nas alvoradas musicais e tocatas nas procissões religiosas e eventos políticos. Surgem os concertos musicais mais elaborados e públicos, no estilo *big band* (com levada instrumental associada ao *jazz*), para os eventos e festivais culturais no município e na capital do Estado. Formato este, também, seguido pela Banda Milícia Odivelense.

Tais características provocaram incentivos aos alunos-músicos a buscarem novas perspectivas de futuro, mas sem perder a identidade com as raízes locais. Por exemplo, jovens que já integravam o corpo musical da banda, mas que, por motivos particulares, iam em busca de novas alternativas, retornavam para participar da banda em dois momentos, na comemoração de aniversário do grupo e para participar da procissão do círio do padroeiro da cidade.

O trabalho realizado nas escolas de música entusiasmou os jovens odivelenses a buscar capacitação, formação superior e especialização fora da cidade para depois desenvolverem trabalhos voltados para o fomento da musicalidade local, como destacado em investimentos das bandas de música em *big band*, o que originou festivais como o Odivelas Música (Figura 2).

Figura 2 – Apresentação de *big band* durante o Odivelas Música (2010), com integrantes das bandas musicais “Milícia Odivelense” e “Rodrigues dos Santos”, em frente à Prefeitura da cidade



Fonte: Associação Mestre Bené.

O conceito de um certo “odivelencismo” ia de encontro à política institucional, antiquada e parcial da gestão pública local dos políticos profissionais, pois não se percebia políticas públicas que vislumbrassem a cultura como um elemento importante para o desenvolvimento social da comunidade odivelense, em acordo com o que preceitua, desde 1988, o Art. 215 da Constituição Federal: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 2006, não paginado). Côncios dos direitos culturais, a juventude passa a se empenhar na realização de manifestações de agregação e fortalecimento das culturas locais, inclusive de origem religiosa, como a Paixão de Cristo (Figura 3).

O movimento dos jovens, principalmente, ganhou força e adeptos, sendo criadas possibilidades de vazão da odivelidade através do Odivelas Música⁵, da inserção do boi de máscaras no carnaval⁶ e do fortalecimento de atividades

⁵ Odivelas Música é um festival de música promovido pelas bandas Rodrigues dos Santos, Milícia Odivelense e Associação Mestre Bené. O evento foi pensado e idealizado por Márcio Cardoso, Nildo Zeferino, Rondi Palha e Afonso Santa Rosa, tendo sua primeira edição em 2005, com o objetivo de promover e valorizar a produção musical odivelense, com a participação de músicos e artistas locais. O ponto alto do evento foi o festival de música *cover* e o concerto da banda Odivelas Música. A cada ano um mestre de cultura popular local era homenageado no evento, durante a realização do festival, que no momento está suspenso por falta de apoio do poder público.

⁶ Em 2006, o boi de máscaras passou a compor a programação do carnaval de São Caetano de Odivelas como forma de promover a singularidade do carnaval odivelense em contraponto à homogeneidade que estava ocorrendo nos carnavais do interior do Pará, em particular o apelo

culturais já instituídas (como o Auto da Paixão de Cristo). Além disso, houve uma provocação para a realização de atividades de transmissão de conhecimentos artísticos, como cursos e oficinas de pinturas em mural, confecção de boi e confecção de miniaturas e máscaras de pierrôs, em parcerias entre a Associação Mestre Bené, (antigo Grupo *Art da Terra*) e a Secretaria Municipal de Cultura e a Fundação Curro Velho (governo do Estado do Pará), como meio de fomentar a identidade cultural local. Estas oficinas foram ministradas por mestres e artesãos locais, dentre os quais Mestre Dorrêis, Ricardo Santos (Dãe), Eudis Aquino e Anderson Santos (And Santtos). Até o início dos anos 2000, oficinas com estas características eram algo relativamente raro no contexto municipal.

Figura 3 – panorâmica da apresentação da Paixão de Cristo, realizada pelo grupo de teatro ‘Art da Terra’, no ano de 2017



Fonte: Associação Mestre Bené.

Durante essa animação coletiva dos fazedores de cultura, alguns artistas, músicos e grupos culturais ganharam destaque no cenário regional e nacional. Os artistas odivelenses foram destaques na Revista Ver-o-Pará, em edição especial do ano de 1999, ganhando notoriedade, na referida publicação, Antonio Cação, então em primeiros passos na confecção de máscaras de *pierrôs* dos bois de máscaras; Mestre Preiá (*in memoriam*), artista que se destacou na confecção de cavalinhos, máscaras e esculturas em troncos de madeira; além de Mestre Dorrêis

ao estilo “baiano” de se realizar a festa. A iniciativa foi do Boi Faceiro, sendo precursor na proposta de arrastões de bois de máscaras no carnaval. Em 2009, o Boi Tinga, passou a realizar também o arrastão no carnaval.

(*in memoriam*), considerado até hoje referência nas artes plásticas da cultura dos bois de máscaras. Em 2004, durante o Salão Arte Pará, promovido pelas Organizações Rômulo Maiorana, em Belém do Pará, alguns artistas odivelenses participaram da mostra livre, a exemplo de Mestre Preiá, Lúcio Chagas, Edgar de Santana Garça e Edgar Junior.

No ano de 2019, tivemos a participação dos artistas visuais And Santtos, na VII Bienal dos Países Lusófonos e na I ExpoAmazônia em Portugal, e Adriano DK, em exposições independentes na Itália. Também, destacamos a participação do boi de máscaras Tinga, no III Festival Internacional de Máscaras Ibéricas, em Lisboa (Portugal), e do Boi Faceiro, no Fórum Social Mundial de Belém, em 2009, bem como no I Colóquio Internacional de Etnocologia, em Belém do Pará, no ano de 2018. Temos ainda a participação da Banda Rodrigues dos Santos no Festival Internacional de Música das Américas, nos anos de 2017, 2018 e 2019, realizado em Belém do Pará. Estes são alguns exemplos da participação de grupos e artistas que marcam sua produção como expressão da identidade odivelense.

1.2 FALAS E DISCURSOS DOS FAZEDORES DE CULTURA

Para além da historiografia dos movimentos culturais invisibilizados na cultura local, desenhada a partir de diálogos informais com os ativistas culturais da cidade (pesquisa retrospectiva), buscou-se um instrumento mais formal para a produção de dados, mediante a pesquisa prospectiva, com aplicação de questionário com perguntas diretas, em estudo observacional e aplicado, o que caracterizou nossa pesquisa como marcadamente transversal, posto que registramos nossas informações sem alterar ou manipular o ambiente. O fator de inclusão foi a escolha de fazedores/ativistas culturais presentes no evento Multicampiartes – Caravana Cultural, promovido pela Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Pará (UFPA), em parceria com o Núcleo Universitário de São Caetano de Odivelas (NUSC) da referida Universidade. O evento, ocorrido de 16 a 20/09/2019, teve por finalidade promover iniciativas culturais e artísticas na cidade, unindo o saber produzido na UFPA aos saberes e ao desenvolvimento das comunidades, de forma que os dois saberes sejam fortalecidos.

Por meio da realização de diversas atividades artísticas e culturais, que valorizaram o aperfeiçoamento teórico e prático, o evento socializou, experimentou e divulgou as artes e manifestações culturais locais. Uma dessas atividades foi o Seminário Conexão Cultural, atividade em que houve a interação dos grupos e diversos fazedores culturais locais com os acadêmicos, a fim de tratarem das demandas e possíveis direcionamentos acerca da implementação de ações

transformadoras para as manifestações da cidade. Nesta oportunidade, buscou-se “ouvir” a narrativa desses fazedores de cultura local, notadamente as lideranças das manifestações culturais locais, desde que aceitassem responder ao questionário. Não é demais afirmar que o destaque para a narrativa de indivíduos, enquanto instrumento da memória, é ancorada no que diz Fernandes (2011, p. 39):

A memória é a faculdade de reter as ideias, impressões e conhecimentos adquiridos anteriormente ao momento presente da rememoração, considerando-se a experiência individual, mesmo que ocorra a partir de um fato acentuadamente coletivo. No entanto, a memória só tem razão de ser por seu caráter de transmissão, ou seja, ela se constitui individualmente, a partir das experiências do sujeito retidas em suas funções psíquicas, mas adquire uma dimensão social por se tratar de ato interativo da cultura: eu narro sempre a outrem e, particularmente, em sua modalidade oral a transmissão requer obrigatoriamente um interlocutor. Por isso a memória assume um caráter de tradição, aprendizagem e poder.

Solicitou-se, a partir da visão dos presentes, o que mais representava, em práticas cotidianas e festivas, a odivelidade, nas ocasiões em que pessoas de fora de São Caetano de Odivelas se referiam aos odivelenses ou à cidade. Por fim, questionou-se se os odivelenses retornados (movimento centrífugo) têm sentimento de identificação com o território, vindo à cidade com frequência por se sentirem mais acolhidos.

Participaram do Seminário cerca de 40 fazedores de cultura, mas somente nove (9) participantes responderam às seis questões formuladas. Deste montante de respondentes, cinco (5) foram homens e quatro (4) foram mulheres, com idades entre 20 e 60 anos, em sua quase totalidade artesãos envolvidos na confecção de máscaras e vestimentas dos bois de máscaras e músicos que tocam nas bandas locais e nos cortejos dos referidos bumbás, além de líderes comunitários e ativistas ambientais e de gênero, por vezes com duplicidade de atuação social. Não identificamos os participantes do questionário, nos referimos a eles mediante letras, de A ao I, como maneira de preservá-los em razão de alguma eventual incompreensão de suas respostas por parte de grupos políticos antagônicos, na cidade. Foi entregue questionário impresso com as perguntas, e as respostas foram por escrito, em conformidade com a opinião de cada um(a) entrevistado (a), após apresentação de reflexão sobre cultura e identidade, por parte do condutor da atividade, aluno de pós-graduação do PPG em Estudos Antrópicos da Amazônia, do Campus de Castanhal, da Universidade Federal do Pará (UFPA).

O perfil dos entrevistados é bem diversificado quanto ao recorte etário, ao grau de instrução e à atuação profissional, tendo em comum que todos (as) são atuantes no movimento cultural local (ver Quadro 1).

Quadro 1 – Perfil dos entrevistados

VARIÁVEIS	DADOS	
	CARACTERÍSTICA	QUANTITATIVO
Grau de Instrução	Superior	3
	Médio	5
	Fundamental	1
Idade	< 30 anos	3
	31 – 49 anos	4
	> 50 anos	2
Atuação Profissional	Professor	3
	Estudante	1
	Artesão	1
	Aposentado	1
	Pescador	1
	Músico	1
	Servidor Público	1

Fonte: Elaboração dos autores.

A diversidade dos participantes resultou em ampla variação nas respostas nos questionários, tratadas a seguir.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Relativo à primeira pergunta – **a) Existe uma característica que determina o que é ser odivelense?** –, observamos que, recorrentemente, a característica está vinculada ao ambiente natural – *O meio ambiente natural como os manguezais, as matas de várzea, os bairros da cidade e seus costumes, amar São Caetano de corpo e alma* (Entrevistado A) – ou ao envolvimento com as manifestações culturais próprias da cidade – *Sim, a cultura popular, os bois, as procissões, as bandas os festivais, a comida. A cultura odivelense é muito rica* (Entrevistado E); *Participar nos bois de máscaras, pois desde crianças todos participam dessa brincadeira* (Entrevistado F); *Sim a participação nos bois e no festival do caranguejo. Não tem nada mais odivelense que isso!* (Entrevistado B). Isto quando não houve uma mistura destes aspectos: *O odivelense nato tem que se relacionar com o rio Mojuim, com os bois de máscaras e com as bandas de música* (Entrevistado I); *Acredito que as alvoradas das bandas de música e os eventos culturais tem um charme próprio que só tem na cidade* (Entrevistado C).

No tocante à segunda pergunta – **b) há uma, ou mais, tradição oral e coletiva que esteja vinculada tão-somente ao território odivelense?** –, obteve-se em primazia a referência a outro produto da cultura local, a culinária – *A culinária de São Caetano de Odíelas só pode ser produzida aqui* (Entrevistado D) – mas sem descuidar-se de outros elementos repetidos na questão anterior, que são os bois, as bandas e o festival do caranguejo, e também a presença de um elemento compósito nas culturas populares, a religiosidade em seu aspecto mais profano, de círios e procissões – *Sim, as bandas centenárias, os bois de máscaras e a religiosidade do povo*. (Entrevistado G); *A culinária típica, a tradição dos bois nas ruas, o festival do caranguejo, o dia a dia dos moradores são próprios da Cidade* (I).

Com isso, a terceira pergunta – **c) as práticas de cultura que ocorrem no território odivelense só podem ser realizadas unicamente neste espaço?** – apresentou respostas que acentuam a autenticidade do espaço odivelense como único em que se pode realizar as referidas manifestações culturais – *Algumas práticas sim, só podem ser realizadas no ambiente odivelense como a brincadeira do boi, o festival do caranguejo e algumas celebrações* (Entrevistado C) – mesmo que os fazedores de cultura locais possam se deslocar para auferir o reconhecimento da identidade odivelense em outros espaços: *As celebrações religiosas, os eventos culturais só podem ocorrer em nosso território. Os grupos culturais podem se apresentar em diversos outros lugares* (Entrevistado E). É como se subliminarmente houvesse uma estratégia para que a cultura odivelense fosse marcada pelos alóctones a partir da inserção em outros territórios, para a identificação: *As nossas tradições precisam se mais expandida para outras cidades e em outros estados* (Entrevistado A); *Nossos grupos e nossas bandas devem ser levadas para outros lugares para valorizar mais nossa cultura* (Entrevistado H).

O que fica afirmado mais ainda com a quarta questão – **d) as pessoas de “fora” conseguem observar em nossas práticas cotidianas e festivas algo que nos diferencie delas?** –, nas seguintes respostas: *As pessoas de fora admiram principalmente as bandas de música e os bois de máscaras, Tinga e Faceiro* (Entrevistado B); *Sim, as pessoas que vêm de fora gostam do carnaval por ser diferente por causa dos arrastões dos bois* (Entrevistado C); *Sim, há uma admiração no nosso prato típico que é o caranguejo* (Entrevistado H); *Há uma impressão boa que se refere a hospitalidade dos odivelenses, bem como a suas tradições culturais e culinárias* (Entrevistado I). É de destacar, novamente, os bois de máscaras, o caranguejo e as bandas de música como tradições vinculadas ao território odivelense, acrescidas da religiosidade.

A quinta pergunta – **e) existem valores e práticas mais universais que no território odivelense adquirem uma característica peculiar/própria?** – marca a relação entre o local e o universal, instigando-se os entrevistados a opinarem sobre a criatividade local em relação àquilo que é importado para sua cultura: *Sim, o carnaval acontece em todos os lugares, mas, em São Caetano, tem os bois e as bandas de música* (Entrevistado B); *A pescaria acontece em muitos rios, mas em São Caetano o rio é mais especial. Também, tem bandas em outros lugares, mas só aqui tem a Milícia e a Rodrigues que tocam pelas ruas* (Entrevistado C); *A brincadeira do boi tem no Brasil inteiro e em São Caetano de Odivelas tem os nossos bois de máscaras que são únicos* (Entrevistado D). Mais uma vez a presença dos bois como grande referência local, além de elementos que se aglutinam a estes, como bandas de música e o espaço fluvial do Mojuim. Há de se destacar, no entanto, a presença do binarismo, já aventado como base da cultura local, pois faz-se referência às bandas Milícia Odivelense e Rodrigues dos Santos, que são opostos complementares e codependentes, em atitude necessariamente relacional para a afirmação de ambas como representações da odivelidade, o que é subliminarmente reconhecido pelo entrevistado que automaticamente as cita como um único elemento de cultura.

Isto fica latente quando, na sexta pergunta – **f) os odivelenses que moram em outro espaço que não o território odivelense retornam com frequência a este por se sentirem mais acolhidos, confortados sentimentalmente?** –, há clara referência ao retorno, mesmo que não definitivo, quando dos eventos culturais ou mesmo o sentimento de “saudosismo” pelo lugar de origem: *Sim. Porque nunca perdem suas raízes e sempre que é possível retornam para matar saudade da família, da cultura e das comidas* (Entrevistado D); *Sim, os odivelenses, que moram fora, sempre retornam por sentirem falta do cotidiano da cidade, para reviver e recordar bons momentos referentes ao rio, aos peixes, a cultura e outras coisas* (Entrevistado E); *Sim, os filhos da terra retornam pela família e para os momentos e datas festivas* (Entrevistado H). E são exatamente as práticas culturais e o espaço – cotidiano da família e da cidade, datas festivas, comidas – que dão o tom para a volta, como elemento que unifica em seu entorno o sentimento de ser odivelense, a *odivelidade* como marca identitária e sentimento de pertença do povo, em sentido inato a quem é portador dessa qualidade. Alie-se a estes depoimentos de saudosismo pelo território outras qualidades apontadas por Diegues (2002), como marca de

comunidades tradicionais, isto é, a importância dos mitos e rituais – a reiterada brincadeira do boi de máscaras assim como os reconhecimentos de pertencimentos familiares – e a auto-identificação e identificação pelos Outros de pertencerem a uma cultura distinta, sendo *um povo hospitaleiro e acolhedor e os bois de máscaras são uma tradição que contagia a todos* (Entrevistado A). A principal referência atribuída aos odivelenses, quando estão em outros ambientes e/ou lugares, é direcionada à cidade como “terra do caranguejo” ou “terra do boi de máscaras”. Ainda que haja sotaque característicos, gírias ou termos próprios na diversidade de bairros e pessoas de Odivelas, são os títulos atribuídos à cidade que marcam mais os odivelenses quando estão em outros lugares. É importante destacar que a identidade sempre é um atributo conferido pelo Outro, que não é participante da cultura odivelense, ou não é usuário contumaz das práticas culturais de determinado grupo.

Todas estas falas oriundas dos questionários podem ser organizadas, segundo a Análise do Discurso, inicialmente em duas categorias: dito e não-dito. A primeira categoria se refere ao que é “posto” literalmente pelas falas dos entrevistados, e a segunda categoria é referente ao que é “pressuposto” a partir destas falas. Estas pressuposições podem remeter, de sua ordem, a um campo semântico de afirmação ideológica quanto ao dito, que são as paráfrases, ou a um campo semântico de negação ou polêmica frente às construções frásticas do informante, que são as polissemias que abrem o confronto entre o simbólico e o político:

Compreendendo a relação da paráfrase com a polissemia [...], entre o mesmo e o diferente, o analista se propõe compreender como o político e o linguístico se inter-relacionam na constituição dos sujeitos e na produção dos sentidos, ideologicamente assinalados (ORLANDI, 2003, p. 38).

Podemos organizar o posto e o pressuposto em três colunas, em que a primeira, à esquerda, apresenta as falas recorrentes dos (as) entrevistados (as), não exatamente como falaram, mas quanto à ideia contida nas suas palavras. A coluna ao meio se reporta a quem enunciou a ideia e a terceira coluna, à direita, refere-se à interpretação dos autores deste trabalho, uma vez que o não-dito é o discurso polêmico que cria a polissemia, o que vem a ser o princípio organizador da análise, conforme disposto no Quadro 2 abaixo.

Quadro 2 – Organização das informações sistematizadas acima

DITO	QUEM DIZ	NÃO-DITO
Ser odivelense é gostar dos manguezais, dos cortejos de bois de máscaras, das comidas locais e das procissões religiosas	Professor Estudante Artesão Aposentado Pescador Músico Servidor Público	Estas marcas identitárias são oriundas do processo colonizador brando, por isso onde estão as outras matrizes étnicas do local?
O território odivelense é o único espaço para a existência dos bois de máscaras, das bandas musicais e da culinária do caranguejo		Todas estas manifestações são oriundas de práticas de comunidades tradicionais, qual o protagonismo destas?
Os grupos culturais merecem ser mais conhecidos fora da cidade		Estes grupos são conhecidos no município e atuam nele?
A cultura odivelense cria características próprias ao carnaval, às pescarias e ao boi-bumbá		Quais as razões para a agregação de universais em práticas locais? Quem e por que o fez assim? Existem interesses comerciais?
Os visitantes e alóctones admiram as bandas e os bois, a hospitalidade, o carnaval, e o caranguejo		Para além da eventualidade, os alóctones conhecem o cotidiano da cidade? Quais as dificuldades em manter essas características?
O odivelense que mora em outro lugar sempre retorna pelo apego à família e à rotina da cidade		Quais as razões os moveram a sair da cidade? Eles buscam preservar esse patrimônio?

Fonte: Elaboração dos autores.

Primeiramente, é significativo dizer que a totalidade dos informantes, enquanto locutores vinculados a uma instituição social e a um viés ideológico, pertence à subalternidade, esta entendida como classe de trabalhadores não empresários ou políticos profissionais, configurando-se em uma classe social que é marca dos ativistas culturais odivelenses presentes ao Seminário. Isto implica que as manifestações são tratadas como eventos característicos do “senso de comunidade” por serem agregadores dos comuns, mesmo dos odivelenses centrífugos, visto que “a ideia de comunidade inclui um sentimento forte de pertencimento e compromisso mútuo baseado em uma cultura homogênea, experiência em comum e acentuada interdependência” (JOHNSON, 1997, p. 45). Este senso é acentuado por ser a cidade uma comunidade tradicional, que é marcada por “moradia e ocupação do território por várias gerações, ainda que

alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados” (DIEGUES, 2002, p. 89).

No entanto, o pertencimento e estabelecimento ao/no espaço acaba por estereotipar o que deve ser os símbolos identitários, certamente excluindo-se as minorias pela afirmação de um todo hegemônico afirmar: somente existem os bois de máscaras em Odivelas? Somente o caranguejo é prato típico local? Por isso é necessário entender o espaço, como “um conjunto de objetos e de relações que se realizam sobre estes objetos” (SANTOS, 1997, p. 71) implicando no necessário conhecimento dos diversos segmentos da odivelidade. Por exemplo, o surgimento dos bois de máscaras está estreitamente relacionado à comunidade de pescadores, que foram os iniciadores da manifestação há mais de noventa anos. Deste vínculo com a natureza advêm as manifestações dadas como mais significantes, vinculadas aos trabalhadores do mar e do mangue, pois é quem fornece o caranguejo, quem estimula as brincadeiras no rio, quem instituiu as bandas musicais e os bois de máscaras. A inclusão e o reconhecimento de comunidades tradicionais na identidade têm a importância por ser este segmento o mais próximo das populações autóctones que estavam aqui no período pré-colombiano, o que começa a ser atestado por levantamentos arqueológicos que apontam uma magnífica diversidade e quantidade de sítios em Odivelas (LOPES; FERNANDES; SILVA, 2020).

O sentido de territorialidade é categoria determinante para a odivelidade, por ser o “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ ou homeland” (LITTLE, 2003, p. 253). Para além da ocupação, uso e controle de seu território de uso, os odivelenses realizam estas operações, em seu cotidiano e em seus rituais, como formas de identificação sentimental (*homeland*) com seu espaço biofísico, que lhe fornece a paisagem para os cortejos dos bumbás, ao largo do rio Mojuim; a culinária que vem do mar, com caranguejos e peixes diversos; a religiosidade de agradecimento aos santos sazonais dos pescadores e a reverência ao padroeiro da cidade. E conhecer o território implica em ir mais além do evento e da circunstancialidade do turista, alcançando o vínculo com o cotidiano da cidade, que é a marca alegada pelos informantes que conduz o odivelense exilado ao retorno frequente.

Intensificando esse vínculo, deve-se lembrar que as tradições, saberes e fazeres do contexto sociocultural odivelense são transmitidas oralmente, na cumplicidade dos relacionamentos de parentesco e compadrio, em momentos performáticos tanto na exibição pública das manifestações como no aconchego das oficinas e espaços domésticos, em que o texto da sapiência ancestral se

desenrola e se funda na memória de cada aprendente: “A transmissão de boca a ouvido *opera* o texto, mas é o todo da performance que constitui o *locus* emocional em que o texto vocalizado se torna arte e donde procede e se mantém a totalidade de energias que constituem a obra viva” (ZUMTHOR, 1993, p. 222).

CONCLUSÕES

A maioria dos odivelenses, que construíram uma vida social em outros centros ou cidades, em algum momento retorna para rever amigos, família e reviver momentos mais culturais, como brincar no boi, participar do festival do caranguejo, carnaval ou no círio do padroeiro; ou retornar para comer peixe cozido ou assado na brasa, ou comer caranguejo, ou mesmo para pescar e conviver com o ambiente proporcionado pelo rio Mojuim. Entretanto há aqueles que fazem comparações entre um lugar e outro, levando em consideração estrutura social, política e, até mesmo, cultural. Neste caso as falas são de depreciação da cidade. Do mesmo modo há aqueles que retornam com o propósito de sugerir atividades e ações, que promovam o desenvolvimento social, cultural e educacional locais, e que mantêm sua identificação com o ambiente natural, em relação com o rio, com os grupos e tradições culturais locais, com o manguezal que cerca a cidade, enfim, mantêm viva sua relação com a terra natal. Os dois casos são exemplos dos movimentos centrífugo e centrípeto, mas que consideramos como variantes de um mesmo processo, a *odivelihood*, também marcado pelo binarismo cultural e social, sendo essa caracterização binária de movimentos opostos e complementares o que afirma a identidade, conciliando, pelas manifestações, os que permaneceram e os que se foram.

O binarismo cultural, ademais dos movimentos centrípetos e centrífugos, tem resultado na construção de hegemonia cultural, quando os discursos convergem para o delineamento de símbolos identitários – bois de máscaras, bandas musicais, caranguejo, manguezais – na linha de uma aliança implícita entre os ativistas culturais, que mobilizam seu segmento em luta com as classes dirigentes e políticos profissionais, o que lembra a teoria gramsciana. Estes grupos, mesmo a despeito dos tensionamentos, estão em co-dependência, o que nos remete a responder ao segundo objetivo deste estudo. Portanto, a formação da identidade odivelense está pautada neste aspecto, quiçá de várias outras cidades e comunidades do interior da Amazônia, em que, como diria Veríssimo (1985), há invariavelmente o conservador e o liberal. Podemos mesmo dizer que estes agentes políticos são a metáfora que representa toda uma rede de relações sociais e culturais nestas realidades de teor mais comunal e tradicional, o que acreditamos

ficou impingido aqui enquanto marca identitária. Esta dualidade presente em comunidades do interior da Amazônia descortina o “senso de comunidade”, que é a convivência e co-dependência de “um conjunto de pessoas que compartilham de um território geográfico e de algum grau de interdependência que proporcionam a razão para viverem na mesma área” (JOHNSON, 1997, p. 45).

Em duplo sentido, os grupos sociais locais mantêm a enculturação como garantia de manutenção da tradição, sem que haja desacomodação dos papéis sociais e de poder, daí a constante afirmação pelos símbolos da odivelidade, como os já citados, que são reforçados pela transmissão intergeracional vertical, ao longo do tempo. De outro modo, os grupos centrífugos, daqueles que se foram, procedem mais à difusão, posto que no mesmo tempo e espaço tentam trazer o que seja a “novidade”, pelas novas experiências adquiridas no “além-mangue”, como transmissão horizontal de novos conhecimentos advindos de seus estudos alóctones. Não é demais lembrar que:

Si en toda relación social hay circulación de poder, en toda configuración el poder adquiere las peculiaridades de la hegemonía; esto es, de la producción de sentidos comunes y subalternizaciones naturalizadas. Una hegemonía no es la anulación del conflicto sino, más bien, el establecimiento de un lenguaje y un campo de posibilidades para el conflicto (GRIMSON, 2012, p. 46).

Assim, toda a arquitetura das práticas locais, das narrativas memorialistas dos indivíduos aos eventos sociais e domésticos do patrimônio cultural odivelense, estrutura-se em conformidade com grupos e manifestações co-dependentes, mesmo que aparentem uma contrariedade, o que nos autoriza a não crer que haja total isolamento das cidades locais, mesmo Odivelas. É uma lógica em que a possível belicosidade da relação se configura em uma encenação de dicotomias, que medram acordos e conflitos locais, mas que são a lógica de Jano, as duas faces da mesma moeda!

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, I. M. X. A.; SANTOS, J. L. O. É dia de folia: o folgado do boi de máscara em São Caetano de Odivelas/PA. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 43, n. 2, p. 117-136, jul./dez. 2012.

BAENA, A. L. M. **Ensaio corográfico sobre a província do Pará**. Brasília, DF: Senado Federal, 2014.

BALÉE, W. **Inside cultures**. Walnut Creek, CA: Left Coast Press, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1988)**. Brasília, DF: Senado Federal, 2006.

CANDAU, J. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

CARDOSO, M. R. Boi de máscaras faceiro: reflexões e contribuições metodológicas para o ensino musical infantil em São Caetano de Odivelas – PA. In: JORNADA DE SABERES E VIVÊNCIAS MUSICAIS DA UEPA, 1., 2019, Bragança. **Anais [...]**. UEPA: Bragança, 2019. p. 1-14. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/jsvm_uepa/192011-boi-de-mascaras-faceiro-reflexoes-e-contribuicoes-metodologicas-para-o-ensino-musical-infantil-em-sao-caetano-de/. Acesso em: 5 maio 2021.

COSME, P. B. **Entre a cultura popular e a arte urbana: a cidade de São Caetano de Odivelas – Pará nos murais contemporâneos de And Santtos e Adriano DK**. 2020. 194 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação, Cultura e Amazônia) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

CRUZ, E. **A estrada de ferro de Bragança**. Belém: SPVEA, 1955.

DA MATTA, R. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 4. ed. São Paulo: Hucitec: Annablume, 2002.

FERNANDES, J. G. S. **O boi de máscaras: festa, trabalho e memória na cultura popular do Boi Tinga de São Caetano de Odivelas, Pará**. 2004. 180 f. Tese (Doutorado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2004.

FERNANDES, J. G. S. **O boi de máscaras: festa, trabalho e memória na cultura popular do Boi Tinga de São Caetano de Odivelas, Pa**. Belém: EDUFPA, 2007.

FERNANDES, J. G. S. **Pés que andam, pés que dançam: memória, identidade e região cultural na esmolação e marujada de São Benedito em Bragança (Pa)**. Belém: EDUEPA, 2011.

GRAMSCI, A. *Quelques thèmes de la question méridionale* (1926).

Marxists Internet Archive, [s. l.], 2021. Disponível em: https://marxists.architexturez.net/francais/gramsci/works/1926/10/gramsci_19261000.pdf. Acesso em: 5 maio 2021.

GRIMSON, A. **Los límites de la cultura**. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP & A, 2000.

IBGE. Estimativas da população residente no Brasil e unidades da federação com data de referência em 1º de julho de 2019. **IBGE**, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/7d410669a4ae85faf4e8c3a0a0c649c7.pdf. Acesso em: 25 maio 2021.

JOHNSON, A. G. **Dicionário de sociologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LITTLE, P. E. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, Brasília, DF, v. 1, n. 322, p. 251-290, 2003. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6871/7327>. Acesso em: 8 maio 2020.

LOPES, P. R. C.; FERNANDES, J. G. S.; SILVA, F. M. Povo do mangue: antropização e vestígios arqueológicos na Península Odivelense. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 265-289, jan./jul. 2020.

LOUREIRO, J. J. P. **Cultura amazônica: uma poética do imaginário**. Belém: Cejup, 1995.

ROMÃO, Filipe Luís de Vasconcelos. **Nacionalismos centrípetos e centrífugos e conflitualidade: o caso espanhol**. 2012. 314 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2012.

SANTOS, M. **Metamorfose do espaço habitado**. 5. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2008.

SILVA, S. S. S. **Boi Tinga: um cortejo de caricaturas em São Caetano de Odivelas**. 2004. 168 f. Dissertação (Mestrado em Artes Cênicas) – Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

SILVA, S. S. S. Tradição e contemporaneidade: o corpo e os processos de aprendizagem na dança do boi de São Caetano de Odivelas. **Ensaio Geral**, Belém, v. 1, n. 2, p. 170-178, jul./dez. 2009.

SILVA, S. S. S. **O boi e a máscara**: imaginário, contemporaneidade e espetacularidade nas brincadeiras de boi de São Caetano de Odivelas – Pará. 2011. 244 f. Tese (Doutorado em Artes Cênicas) – Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

VELHO, O. G. **Frentes de expansão e estrutura agrária**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

VERÍSSIMO, J. **A educação nacional**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

WILLIAMS, R. **Palavras-chave**: um vocabulário de cultura e sociedade. São Paulo: Boitempo, 2007.

WILLIAMS, R. **Cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

ZUMTHOR, P. **A letra e a voz**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

Texto submetido à Revista em 12.05.2020

Aceito para publicação em 22.04.2021



Valoração do serviço de provisão de água da bacia do rio Cassiporé, no estado do Amapá, Brasil

Valuation of the water supply service of the Cassiporé river basin, in the state of Amapá, Brazil

Milena Leal Costa - Mestrado em Gestão Econômica do Meio Ambiente pela Universidade de Brasília (UnB). Professora de Economia no departamento do curso de administração da Faculdade de Tecnologia Meta. E-mail: milenaleal@hotmail.com.br

Jorge Madeira Nogueira - Doutor em Desenvolvimento Agrário pela University of London. Professor Titular do Departamento de Economia da Universidade de Brasília (ECO/UnB). E-mail: jmn0702@gmail.com

Juan Vicente Guadalupe - Doutor em Gestão da Biodiversidade Tropical pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Coordenador Técnico Regional de projetos na Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). E-mail: juvigua@gmail.com

Resumo

O presente artigo estima o valor monetário do serviço de provisão de água da bacia do Rio Cassiporé, no estado do Amapá (BRC), utilizando as técnicas de valoração econômica por meio dos Métodos de Custo de Reposição (MCR) e de Custos Evitados (MCE). Deste modo, caracterizaram-se os danos causados ao serviço ecossistêmico; identificaram-se os métodos de valoração; levantaram-se os custos de reparação; e, por último, estabeleceu-se o cálculo do Valor Econômico (VE). O estudo foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas e de campo por meio do levantamento de preço dos bens e serviços das ações necessárias para reparação e manutenção do serviço ecossistêmico ameaçado de extinção pelas atividades de garimpo artesanal. O resultado mostrou o valor estimado do serviço ecossistêmico em R\$ 66.925.432,49. A principal conclusão indicou que o valor encontrado representa os custos iniciais da reparação do serviço ecossistêmico causados pelos danos da atividade de garimpo.

Palavras-chave

Serviços ecossistêmicos. Custo de reposição. Custos evitados. Mercado de bens substitutos. Bacia do Cassiporé.

Abstract

The present article estimates the monetary value of the water supply service of the Cassiporé River basin (BRC), in the state of Amapá, using the techniques of economic valuation through the Replacement Cost Method (RCM) and the Avoided Cost Method (ECM). In this way, the damage caused to the ecosystem service was characterized; the valuation methods were identified; the repair costs's value were surveyed; and, finally, the calculation of the Economic Value (EV) was established. The study was conducted through bibliographic and field research by estimating of the price of goods and services of the actions necessary to repair and maintain the ecosystem service threatened with extinction by artisanal mining activities. The result showed the estimated value of the ecosystem service to be R\$ 66,925,432.49. The main conclusion indicated that the value found represents the initial costs of repairing the ecosystem service caused by the damage of the mining activity.

Keywords

Ecosystem services. Replacement cost. Avoided costs. Market for substitute goods. Cassiporé basin.

INTRODUÇÃO

Os serviços ecossistêmicos têm sido definidos como os componentes dos processos dos ecossistemas que são consumidos, usufruídos ou que levam ao aumento do bem-estar das sociedades humanas (SCHMIDT, 2018). Eles proporcionam inúmeros benefícios à saúde das pessoas, da mesma forma que à sua subsistência. Logo, a forma equivocada como o homem se apodera dos recursos naturais está levando à extinção de grande parte dos serviços prestados (COSTANZA *et al.*, 2014).

O serviço de provisão de água da Bacia do Rio Cassiporé (BRC) está sendo ameaçado de extinção pelos impactos gerados pela atividade do garimpo artesanal, entre eles, a retirada da cobertura vegetal, assoreamento do rio e a poluição pelo mercúrio. A fim de evitar que este serviço de provisão de água seja extinto ou rareado, impactando o meio ambiente e a vida das pessoas do entorno da bacia, surgiu o seguinte questionamento: como estimar o valor econômico do serviço de provisão de água da BRC?

A economia ambiental, por intermédio das técnicas de valoração econômica, mostra-nos que é possível encontrar um valor econômico aos ativos ambientais e que na falta de preço para alguns deles, os economistas atribuem valor econômico por seus atributos denominados: valor de uso (VU) e valor de não uso (VNU), que resultam no Valor Econômico Total (VET) do recurso ambiental (MARQUES; COMUNE, 1995). Para Costanza *et al.* (2014), a avaliação econômica dos serviços ecossistêmicos é uma ferramenta útil para fortalecer os esforços para conservar e gerenciar os ecossistemas naturais. Com isto, “as técnicas de valoração ambiental foram desenvolvidas no sentido de suprir a inexistência de mercados apropriados a esses ativos, de forma a fornecer subsídios técnicos para sua exploração racional” (MAGALHÃES FILHO *et al.*, 2012, p. 45).

O estudo em questão teve como objetivo estimar o valor monetário do serviço ecossistêmico de provisão de água da BRC por meio das técnicas de valoração econômica, mais pontualmente na visão de Seroa da Motta (1997). Seus métodos são trabalhados nesse artigo por serem considerados os mais simples e os mais usados em razão da sua aplicabilidade consistir no fato de que o recurso ambiental é observado a partir do quanto ele pode contribuir como insumo ou como fator de produção de um outro produto. Outro aspecto é o de que também os custos e benefícios dessa ação refletem os gastos a preço de mercados dos bens e serviços comprados ou vendidos. Partindo-se desses pressupostos, têm-se como objetivos específicos: caracterizar os danos causados ao serviço ecossistêmico; identificar os métodos de valoração; levantar os custos

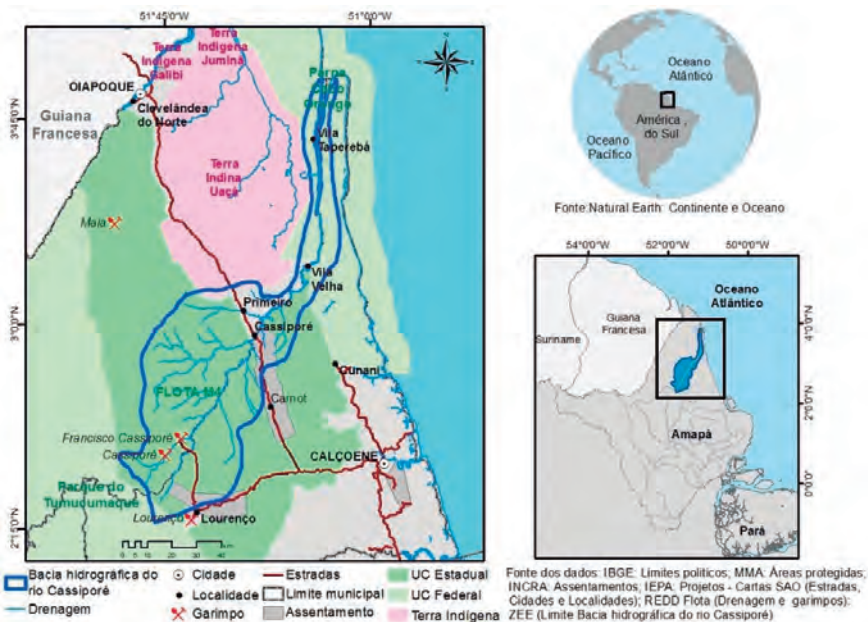
de reparação dos serviços ecossistêmicos; e, por último, estabelecer o Cálculo do Valor Econômico (VE) do serviço. A proposta do trabalho foi motivadora e desafiante, pois no Brasil estudos que envolvem a valoração econômica ainda são raros (RESENDE *et al.*, 2017).

O estudo foi construído em duas partes, a primeira, por fontes secundárias com base em autores que proporcionaram o melhor entendimento sobre o tema central e que levaram a escolha dos métodos de valoração econômica aplicados neste estudo. E por fontes primárias por meio do levantamento de todos os custos necessários para recuperar a área desmatada no entorno do rio e prevenir novas contaminações de seu leito pelo uso do mercúrio, a fim de encontrar o valor do serviço de provisão de água.

1 ÁREA DE ESTUDO E PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A Bacia do Rio Cassiporé (BRC) está localizada na porção norte do estado do Amapá, totalizando uma área de 5.796,00 km². Ela está inserida entre duas importantes Unidades de Conservação (UCs): Floresta Estadual do Amapá (FLOTA), a segunda maior UC do Estado e o Parque Nacional do Cabo Orange (PNCO) e a Terra Indígena Uaçá (Figura 1).

Figura1 – Bacia do Rio Cassiporé, estado do Amapá, Brasil



Fonte: elaborado pelos autores.

O Cassiporé é o principal rio da bacia do Cassiporé e o quinto em extensão, com uma área de 5.460,7 km², representando 3,9% da hidrografia no Amapá (AMAPÁ, 2014). Ele divide a Bacia quase que simetricamente em duas partes, ficando 48% de sua área no município de Calçoene e 52% no município de Oiapoque (LIMA, 2013).

A atividade de garimpo artesanal está localizada no distrito de Lourenço (51°38'00" W, 02°18'11" N), a cerca de 80 km ao oeste do município de Calçoene, no estado do Amapá (LIMA, 2013), especificamente na cabeceira do rio Cassiporé, num alto topográfico conhecido como Serra Lombarda (OLIVEIRA, 2010).

O garimpo está situado na área de conservação da Floresta Estadual do Amapá (FLOTA). Esta, por sua vez, diferentemente de outras categorias de Unidades de Conservação (UCs), permite a atividade de exploração mineral, pois é a única Unidade do Estado com previsão para cessão de direitos de uso sustentável de recursos naturais não renováveis (OLIVEIRA, 2010).

A exploração mineral na região de Lourenço iniciou por volta do século XIX e se mantém em produção ainda hoje, o que a distingue como uma das mais antigas frentes de mineração artesanal em operação no Brasil (CHAGAS, 2019). O evento motivou uma invasão de estrangeiros residentes nas fronteiras. O crescente número de imigrantes fez surgir algumas vilas, como Lourenço, Regina e Limão. O número de garimpeiros na região durante o ápice do ouro chegou a atingir cerca de 6.000 pessoas (DA SILVA, 2005).

Mas foi no final da década de 1960, com a implantação da extração mecanizada, que proporcionou o aumento da capacidade de desmonte que acelerou o desmatamento (retirada da cobertura vegetal) e o processo erosivo nas encostas dos morros, provocando deslizamentos de taludes e queda de blocos rochosos (DNPM, 1982). Conseqüentemente, todo esse material removido e mais o derramamento de óleo, de combustíveis fósseis, graxas, o uso de mercúrio e reagentes químicos, contribuíram fortemente para o aumento da poluição química. Segundo Da Silva (2005), eles foram os responsáveis pelo aumento dos impactos nos cursos d'água e da mudança na topografia da região.

A partir de 1995 a Cooperativa dos Garimpeiros (Coogal) assumiu as atividades na área logo após a saída da Mineradora Novo Astro, em 1994. O acesso ao garimpo é realizado pelas rodovias BR-156 e EAP-260.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS AO SERVIÇO ECOSISTÊMICO

A manutenção dos serviços ecossistêmicos existentes de provisão de água na BRC poderia representar grandes benefícios à saúde e à subsistência

da comunidade local. No entanto, esse potencial avistado promove o descaso e equívocos em seu uso, conforme apontado no Relatório Técnico Ambiental (NISHIDA; RIBEIRO, 2012). O garimpo artesanal vem causando o desmatamento (retirada da cobertura vegetal) da área do entorno e a contaminação do rio pelo uso do mercúrio na extração do ouro.

Segundo Lima *et al.* (2015), foram encontradas nas amostras de água da Bacia do Rio Cassiporé (BRC) uma concentração de cromo (Cr) e mercúrio (Hg) acima do tolerado pela legislação, proveniente do exercício da atividade garimpeira, que pode vir a repercutir em efeitos crônicos futuros para o ambiente. O autor ainda destaca que o material despejado no rio proveniente de desmonte das encostas dos morros podem aumentar as concentrações, principalmente de alumínio (Al), cádmio (Cd); cromo (Cr), chumbo (Pb), níquel (Ni) e zinco (Zn) nas margens de seu leito, provocando a possível contaminação de pessoas, de peixes e, conseqüentemente, de outras atividades que estão diretamente envolvidas no uso do rio.

Os autores também destacaram que as concentrações de Hg encontradas nos peixes, no ponto de Lourenço, estão abaixo da Concentração Máxima Permitida (CMP). Aquelas foram contrárias ao esperado, apesar do local apresentar diversas áreas de garimpo que lançam este elemento nos cursos d'água durante extração do ouro sem nenhum tratamento. Contudo, Lima (2013, p. 23) afirma que “as baixas concentrações de Hg podem ser explicadas pelo nível trófico dos peixes capturados na região de Lourenço, composto em sua maioria por espécies herbívoras”. Em outros pontos de toda a extensão do rio Cassiporé, porém, foram atestadas concentrações de metais pesados no ambiente e no tecido muscular dos peixes que indicam um elevado grau de contaminação na bacia do rio Cassiporé e risco à saúde do homem. Os maiores impactos gerados na região de garimpo estiveram sempre voltados ao desmonte dos morros, desmatamento, liberação de rejeitos com substâncias contaminantes nos cursos d'água e assoreamento dos mesmos (PINTO *et al.*, 1999).

Além da ameaça de extinção do serviço de provisão de água, a garimpagem artesanal também impacta em outras atividades, dentre elas, a pesca. Contudo, o assoreamento avistado em alguns pontos do rio está reduzindo a atividade pesqueira, levando à redução ou quase à extinção dos peixes na localidade, principalmente aqueles que são maiores, por precisarem de certa profundidade para a sua locomoção e sobrevivência. Segundo Lima (2013, p. 23) “Os rios sofrem com o forte assoreamento, desmatamento das margens e a grande quantidade de material despejado em seus leitos, principalmente os rios Reginá e Cassiporé”.

Segundo MEA (2005), a população mais pobre é a maior dependente dos serviços ambientais e a mais vulnerável à degradação deles. Mesmo que os

impactos negativos recaiam indiretamente sobre todos os indivíduos, a sociedade local do entorno é a diretamente mais prejudicada. Veiga, Silva e Hinton (2002) argumentam em seus estudos, que os benefícios econômicos obtidos pelos mineiros não compensam as deploráveis condições socioeconômicas deixadas nas comunidades formadas pelo garimpo.

A caracterização dos danos causados ao serviço ecossistêmico iniciou por uma revisão bibliográfica sobre a área de estudo e pelo banco de dados do sistema de geoinformações TerraClass (2012), Projeto de Monitoramento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), que realiza a classificação do solo por tipo de uso e cobertura.

Para a reposição inicial do serviço ameaçado de degradação ou rareado, baseou-se na afirmativa de Pinto *et al.* (1999) que nos dizem que os maiores impactos ambientais, existentes na área de garimpo artesanal estão voltados para o desmonte dos morros, desmatamento, liberação de rejeitos com substâncias contaminantes nos cursos d'água e assoreamento dos mesmos (PINTO *et al.*, 1999).

A primeira ação sugerida foi o Reflorestamento da área degradada - a técnica adotada para o reflorestamento foi a seleção de espécies (frutíferas), que, segundo Martins (2011), é a mais indicada para as áreas que sofreram grande impacto causado pela mineração. Essa alternativa vem apresentando um relativo sucesso no Brasil na recuperação de áreas degradadas (EDP, 2013; EMATER, 2010; EMBRAPA, 2003), ao mesmo tempo em que o solo da região apresenta potencial para plantações frutíferas e madeiras (AMAPÁ, 2008).

Os procedimentos indicados para o reflorestamento foram baseados nos estudos de Gonçalves e Da Costa (2013) e Martins (2011), composto das seguintes etapas: a) preparo do solo; b) combate às formigas cortadeiras; c) coveamento; d) adubação das covas; e) replantio; e f) replantio.

É importante observar que as espécies devem ser plantadas em nível, obedecendo a uma distância 3x3 metros para incentivar o crescimento de sub-bosque o que determinará o plantio de 1.111 mudas/ha.

A segunda ação, o cálculo do volume de sedimentos removidos pela atividade de exploração de garimpo – utilizamos a metodologia de Bezerra, Veríssimo e Uhl (1998), aplicada no rio Tapajós no estado do Pará. A pesquisa elucida que cada par de máquinas, de média a alta potência, tem a capacidade de remover em média 10.500 m³/anual de sedimentos. Para o cálculo do total de volume de sedimentos removidos pela atividade, tem-se como base o período no qual se iniciaram as atividades da Cooperativa dos Garimpeiros (Coogal) na área, ou seja, um intervalo de 20 anos (1995 até 2015).

E, finalmente, a terceira ação, que envolve a implantação de tecnologia limpa - para a substituição do uso de mercúrio na extração de ouro. Para tal

empreitada, foi sugerido o separador gravitacional que é utilizado nas indústrias de mineração, com capacidade de alcançar a recuperação dos minerais de partículas mais grossas em até 96%. Este baseia-se na separação do ouro utilizando a força gravitacional que atua por diferença de gravidade, de acordo com o tamanho, peso e forma da partícula (VIEIRA, 2006).

1.2 IDENTIFICAÇÃO DOS MÉTODOS DE VALORAÇÃO ECONÔMICA

Os métodos de valoração aplicados nesta estimativa foram os Custos de Reposição (MCR) e os Custos Evitados (MCE). Eles são baseados em mercado de bens substitutos e captam somente o valor de uso direto e indireto do recurso ambiental.

O MCR consiste em estimar o custo ao repor ou restaurar o recurso ambiental danificado, de maneira a restabelecer a qualidade ambiental inicial (ORTIZ, 2003). Também é muito indicado na recuperação de florestas e outras ações necessárias para repor um serviço ambiental (CASTRO; NOGUEIRA; CASTRO, 2015), embora isto não queira afirmar que os benefícios proporcionados pela reparação do ativo ambiental serão sempre maiores que os custos para repor o serviço. Mas se a aplicação do MCR se configurar numa restrição total para não permitir o declínio da qualidade ambiental, denominada “restrição a sustentabilidade”, então é justificável, mesmo que os custos incorridos se apresentem maiores aos benefícios advindos dessa reposição. Esse tipo de restrição fundamenta projetos voltados à restauração do meio ambiente por causa da restrição à sustentabilidade, chamados “projeto-sombra” cujo valor é o mínimo do dano provocado (SANTOS, 2015, p. 32).

O MCE estima valores relacionados à prevenção de perdas em quantidade ou qualidade dos serviços ecossistêmicos (FGVces, 2013). Ele também pode ser utilizado como análise *ex-ante* (por meio da estimação de custos para prevenir perda dos ecossistemas ou danos que poderiam ou podem ocorrer no futuro) ou *ex-post* para estimar valores que seriam gastos com a prevenção de perdas de serviços ecossistêmicos ou os impactos que já aconteceram, “[...] não necessitando análises matemáticas ou estatísticas complexas” (FGVces, 2013, p. 84).

A tarefa de valorar economicamente o recurso ambiental consiste, pois, em determinar quanto melhor ou pior estará o bem-estar das pessoas devido às mudanças na quantidade de bens e serviços ambientais (SEROA DA MOTA, 1997). Como a contaminação da água por fontes poluentes provoca a deterioração progressiva de seu valor, então vários motivos podem apoiar a ideia de aproximar o valor econômico dos recursos naturais, pois servem de base para apoiar as

decisões políticas de conservação e proteção (ROMERO *et al.*, 2020; AZIZ; CAPPELLEN, 2019). Isso ajudaria a pensar, de forma interdisciplinar, como o sistema natural pode reagir a determinadas intervenções patrocinadas pelo poder público (MOTA; BURSZTYN, 2013).

Ressalta-se aqui, que a grande questão da valoração econômica é obter estimativas plausíveis a partir de situações reais onde não existam “mercados aparentes” ou “mercados imperfeitos” (NOGUEIRA; MEDEIROS; ARRUDA, 2000). Como o serviço de provisão de água prestado pelos ecossistemas não são representados por preço de mercado, as técnicas de valoração por meio do uso de alguns métodos definidos podem atender à expectativa. Para Resende *et al.* (2017), as técnicas de valoração econômica utilizam uma métrica que é facilmente compreendida (unidades monetárias) e pode aumentar a consciência da sociedade.

1.3 LEVANTAMENTO DOS CUSTOS DE REPARAÇÃO DO SERVIÇO ECOSISTÊMICO

A primeira etapa envolveu o levantamento de preço de mercado dos custos para o reflorestamento da área degradada e a retirada de sedimentos localizados no fundo do rio responsáveis pelo assoreamento. O custo de reposição do bem ou serviço ambiental é calculado em cima de todos os gastos realizados para a reposição ou reparação depois de ter sido degradado ou danificado (ORTIZ, 2003).

A segunda etapa envolveu o levantamento dos custos para a implantação de tecnologia limpa de maneira a evitar novas contaminações por mercúrio. Os custos evitados estimam o valor de um recurso ambiental por meio dos gastos com atividades substitutas ou complementares, que podem ser consideradas uma aproximação monetária sobre as mudanças desses atributos ambientais (MAIA; ROMEIRO; REYDON, 2004).

1.4 CÁLCULO DO VALOR ECONÔMICO (VE) DO SERVIÇO

Para o estabelecimento da equação do Método de Custo de reposição (MCR), verificou-se que (D) representa a disponibilidade da água que está em função dos custos de reflorestamento (CR) e dos custos de dragagem (CD).

$$\text{Equação 1: } \mathbf{D = f (CR + CD)}$$

Para a composição do Método de Custos Evitados (MCE), o (D) representa a disponibilidade da água em função de (P), que representa o serviço de provisão

de água, mais os custos realizados com a implantação de tecnologia limpa (CITL) para não alterar o produto (P) e manter a disponibilidade da água (D).

$$\text{Equação 2: } \mathbf{D = f (P + CITL)}$$

Deste modo, a formação do Valor Econômico (VE) consistiu em somar todos os custos necessários, em reais, com o reflorestamento, dragagem e tecnologias limpas em substituição ao mercúrio. Formando assim,

$$\text{Equação 3: } \mathbf{VE = CR + CD + CITL}$$

No qual,

O Valor Econômico (VE) do Serviço Ecossistêmico estimado para a BRC é a soma dos Custos de Reflorestamento (CR), dos Custos de Dragagem (CD) e dos Custos de Implantação de Tecnologias Limpas (CITL).

As subseções aqui descritas detalharam os procedimentos para chegar a (Equação 3). De certa forma, os cálculos concernentes aos dois métodos, são relativamente simples porque envolvem custos operacionalmente tangíveis e fáceis de captar, conforme demonstrado.

2 RESULTADOS

Tomando como base os procedimentos descritos na seção anterior, as estimativas a seguir refletem os gastos iniciais necessários para o reflorestamento, a dragagem do rio e a implantação de tecnologias limpas em substituição ao uso do mercúrio.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS DANOS CAUSADOS AO SERVIÇO ECOSSISTÊMICO PELO GARIMPO

Com base nos bancos de dados do sistema de geoinformações TerraClass até o ano de 2012, foram identificados 401,2 hectares de áreas degradadas pelo uso do solo por atividade de mineração na região de Lourenço.

Para o reflorestamento da área degradada foram sugeridos o plantio de mudas nativas da região, com prioridade às plantas frutíferas (açai, cupuaçu, laranja, abacaxi e coco)¹ que atraem a fauna e serve como fonte de alimento. Após o plantio, geralmente há uma perda em torno de 20% (EMATER, 2010), havendo a necessidade de, após dois meses, retornar a área e fazer o replantio.

Quanto ao cálculo do volume de sedimentos retirados da bacia, primeiramente, identificou-se, no garimpo de Lourenço, uma média 75 (setenta e

¹ Principais espécies cultivadas nas regiões (SDR, 2015).

cinco) frentes de trabalho, cada uma atuando com um par de máquinas de média e alta potência, removendo 787.500 m³/anual, acumulando o total de 15.750.000 m³ de sedimentos depositados nos rios em um período de 20 anos e nas partes planas ao redor das caixas concentradoras.

Desse total de 15.750.000 m³ de sedimentos, estima-se que aproximadamente 2.362.500 m³, ou seja, 15% vão diretamente para o leito do rio por se tratar de partículas finas. A outra parte restante do material mais grosso fica retida nas caixas concentradoras (BEZERRA, VERÍSSIMO; UHL, 1998).

O separador gravitacional (tecnologias limpas), sugerido em substituição ao mercúrio foi o modelo STLB20 com capacidade de recuperar o ouro natural de tamanho 0,074 mm em até 98% e para partículas até 0,04 a recuperação do ouro é de 97%.

2.2 LEVANTAMENTO DOS CUSTOS DE REPARAÇÃO DO SERVIÇO ECOSISTÊMICO

Os valores abaixo foram obtidos na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Rural (SDR) (Tabelas 1 e 2), Empresa Rio Amazonas Dragagem, Locação e Empreendimentos (Tabela 3) e Empresa Jiangxi Well- tech International Mining Equipment Co. Ltda (Tabela 4).

O levantamento dos custos de insumos e mão de obra foi respectivamente de R\$ 21.133,74/ha e R\$ 7.980,00/há, estimados em moeda corrente. O custo total para o reflorestamento da área desmatada (401,2 hectares) pela atividade de mineração foi de R\$ 11.680.432,49.

Tabela 1 – Custos de reflorestamento por hectare

Meio abiótico	Quantidade	Preço unitário (R\$)	Total (R\$/ha)
Mudas + 20%	1.333 und.	15,00	19.995,00
NPK	133.300 kg	2,50	333,25
FTEBR 12	39.990 kg	3,50	139,97
Calcário dolomítico	133, 300 kg	0,60	79,98
Inseticida	2 litros	39,50	79,00
Superfosfato triplo	133,300 kg	3,80	506,54
Total			21.133,74

Fonte: SDR (2015).

Tabela 2 – Custos de reflorestamento por hectare (meio socioeconômico)

Descrição da atividade	Mão de obra	Qtd de diárias	Preço unitário (R\$)	Total (R\$/ha)
Roçada	06	10	35,00	2.100,00
Coroamento	06	4	35,00	840,00
Aplicação de defensivo	06	4	35,00	840,00
Abertura de covas	06	4	35,00	840,00
Adubação de covas	06	4	35,00	840,00
Plantio	06	6	35,00	1.260,00
Replântio	06	6	35,00	1.260,00
Total				7.980,00

Fonte: SDR (2015)

Tabela 3 – Custos de dragagem do rio

Descrição da Atividade	Quantidade	Sedimentos	Preço Unitário (R\$/m ³)	Total (R\$)
Draga de sucção entre 8” à 12” (polegadas)	01	2.362.500 m ³	22,60	53.392.500,00

Fonte: Rio Amazonas Dragagem, Locação e Empreendimentos (out/2015).

Tabela 4 – Custo total do separador gravitacional

Modelo	Frente de trabalho	Preço Unitário (R\$)	Total (R\$)
Feeding Capacity (T/h) – STL20 de 0-600 kg/h. ²	75	24.700,00 ³	1.852.500,00

Fonte: Empresa Jiangxi Well-tech International Mining Equipment Co. Ltda. (2015).

2.3 CÁLCULO DO VALOR ECONÔMICO (VE) DO SERVIÇO

Mediante a **Equação 4**, compreende-se que a soma de todos os custos de reposição, custos de dragagem da bacia e os custos de implantação de tecnologia limpa, correspondem ao Valor Econômico do serviço de provisão de água estimado.

$$\text{Equação 4: } \mathbf{VE = CR + CD + CITL}$$

$$\mathbf{VE = 11.680.432,49 + 53.392.500,00 + 1.852.500,00 = R\$ 66.925.432,49}$$

² As orientações no que concerne à instalação, alimentação, ajuste de pressão d'água, eletricidade e o tempo de descarga são feitos através de fotos enviadas pela Empresa fornecedora.

³ Preço do centrifugador U\$ 6.500,00. Cotação do Dólar U\$ 3, 8 (aproximadamente) em 06. nov. 2015

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Ao finalizar os cálculos dos três componentes considerados que refletem acerca do valor econômico dos investimentos necessários para recuperação da degradação provocada pelo garimpo de ouro na BRC, chegou-se ao estágio final deste estudo que objetiva discutir, justamente, esse valor econômico.

A partir deste ponto, fez-se necessário interpretar cuidadosamente o significado para que fosse possível, posteriormente, avaliar sua importância e magnitude. O valor estimado representa o montante do investimento necessário para que a recuperação da BRC possa ser iniciada com a intenção de tornar o recurso ambiental capaz de voltar a ofertar um serviço ecossistêmico essencial: provisão de água em quantidade e qualidade adequadas. Para Seroa da Motta (1997) estes custos e benefícios refletem os gastos a preços de mercado dos bens e serviços comprados ou vendidos, contudo, o gestor procurará comparar, em cada opção, o custo de realizá-la versus o resultante benefício e decidir por aquela que acredita ter a relação custo-benefício menor. Geralmente estes são os critérios que vão nortear o gestor para a tomada de decisão.

Porém, é importante lembrar que se o serviço ecossistêmico de provisão de água da bacia representar uma “restrição a sustentabilidade”, mesmo que os custos se apresentem maiores que os benefícios, eles justificarão a sua restauração. Esse tipo de restrição fundamenta projetos voltados à restauração do meio ambiente por causa da restrição à sustentabilidade, chamados “projeto-sombra”, cujo valor é o mínimo do dano provocado (SANTOS, 2015, p. 32). E se esse serviço ecossistêmico da BRC for recuperado pelas ações supracitadas, ele poderá garantir o bem-estar das pessoas que residem no seu entorno, pois a tarefa de dar valor econômico a um recurso ambiental tem a finalidade de “determinar quanto melhor ou pior estará o bem-estar das pessoas devido às mudanças na quantidade de bens e serviços ambientais [...]” (SEROA DA MOTTA, 1997, p. 13).

Estas mudanças ambientais vêm paulatinamente acontecendo com o passar dos anos naquelas regiões que apresentam uma evolução histórica voltada para a atividade de garimpo, pelo acúmulo de rejeitos deixados anos após anos. Segundo Pinto *et al.* (1999) os maiores impactos gerados na região estiveram sempre voltados ao desmonte dos morros, retirada da cobertura vegetal, liberação de rejeitos com substâncias contaminantes nos cursos d’água e assoreamento dos mesmos (PINTO *et al.*, 1999). Lima (2013) alerta que o material despejado no rio proveniente de desmonte das encostas dos morros podem aumentar as concentrações, principalmente de alumínio (Al), cádmio (Cd); cromo (Cr), chumbo (Pb), níquel (Ni) e zinco (Zn) nas margens de em seu leito. Logo, provocando a

sua possível contaminação, de pessoas, de peixes e conseqüentemente de outras atividades que diretamente estão envolvidas no uso do rio.

O valor obtido abrange apenas os gastos iniciais. Ele representa, portanto, apenas uma parcela do Valor Econômico (VE) dos danos causados pela atividade de mineração na área, visto que a equação do Valor Econômico Total (VET) é constituída em valor de uso e de não uso do bem ambiental (MARQUES; COMUNE, 1995). Descrito de outra forma, representa uma parte dos custos econômicos/sociais/ambientais da atividade mineradora que é equivalente a R\$ 66.925.432,49 (sessenta e seis milhões, novecentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e trinta e dois reais e quarenta e nove centavos).

Diante de toda a narrativa, é possível indagar por que não foi obtido o valor econômico total desses danos? Diversas são as possíveis explicações. A primeira delas diz respeito à não disponibilidade de informações empíricas. Pensou-se em estimar, por exemplo, o custo econômico dos efeitos do mercúrio sobre a saúde humana. Estamos cientes de que esses efeitos tendem a ser os mais significativos efeitos negativos do garimpo, entretanto, não conseguimos informações confiáveis sobre a ocorrência de doenças derivadas do mercúrio na região ou no estado do Amapá, apesar do estudo de Lima *et al.* (2015) confirmar uma elevada concentração de mercúrio (Hg) acima do limite legal aceito no rio e nos peixes. Ressalta-se que o peixe é o principal alimento da comunidade.

Uma segunda explicação para que se tenham um valor que subestime o verdadeiro valor econômico total está relacionada com os métodos de valoração que utilizamos. Ambos os métodos do estudo não captam todos os componentes do VET (valor de opção, quase opção e de existência), apenas parte dele, porém. Mas dentro de suas limitações, o MCR é muito indicado na recuperação de florestas e outras ações necessárias para repor um serviço ambiental (CASTRO; NOGUEIRA; CASTRO, 2015), enquanto o MCE estima valores relacionados à prevenção de perdas em quantidade ou qualidade dos serviços ecossistêmicos (FGVces, 2013).

Contudo, é preciso lembrar que o valor encontrado é uma estimativa possível, apesar de não ser o desejável representando um valor bastante significativo. Nogueira, Medeiros e Arruda (2000, p. 6) afirmam que “o problema prático com valoração econômica é obter estimativas plausíveis a partir de situações reais onde não existam ‘mercados aparentes’ ou ‘mercados imperfeitos’”. Christie (2012, p. 11, tradução nossa) afirma que os MCR e MCE têm abordagens “de ‘preço de mercado’ focando o ‘lado da oferta’ da prestação de bens e serviços ambientais”, como tais, não correspondem diretamente à noção de valor econômico total.

Ressalta-se que a preocupação no estudo foi com a plausibilidade – confiabilidade – do valor estimado, não com a busca de todos os componentes de VET, tentamos evitar chegar a um valor superestimado. Como, por exemplo, em relação ao procedimento da retirada de rejeitos da bacia, no qual evitar a superestimação se mostrou muito importante. Embora alguns estudos defendam que só o reflorestamento, na maioria das vezes, consiga restabelecer o ciclo hidrológico dependendo do grau de degradação de um ecossistema (ARONSON; DHILLION; LE FLOC’H, 1995; MARTINS, 2011). No entanto, as incertezas que ainda persistem em relação às mudanças climáticas e à diversidade de cada região, não possibilita definir com clareza quanto tempo seria necessário para que a natureza ofereça condições de expelir todos os resíduos, o que poderia levar um longo tempo para a recuperação da bacia.

E como o serviço de provisão de água está ameaçado pelos impactos negativos gerados pelo garimpo e “os grupos de baixa renda são os que mais sofrem as consequências da degradação ambiental, mesmo quando o conjunto da população é afetado” (SERRA; SERRA, 2013, p. 145), mostrou-se importante considerar os custos com o serviço de dragagem assegurado pelo argumento da “restrição à sustentabilidade”, que é a ideia de manutenção dos estoques da natureza ou a garantia de sua reposição por processos naturais ou por intervenções humanas, ou, mesmo que os custos incorridos sejam maiores que os benefícios advindos dessa reposição (SANTOS, 2015).

Ainda em relação à preocupação de não superestimar valores, são relevantes algumas análises relativas à escolha de nova alternativa tecnológica de exploração do ouro. Nos últimos anos, a mineração artesanal tem causado, em geral, mais danos ao meio ambiente do que a mineração por empresas modernas, requerendo a adoção de tecnologias adequadas e evoluídas com pessoas capacitadas (FERNANDES *et al.*, 2007; NISHIDA; RIBEIRO, 2015).

No que se refere aos danos ocasionados pelo uso do mercúrio pelos garimpeiros na extração do ouro, Linhares (2009) afirma que quando em contato com o sistema hídrico pode ser disperso para outros ambientes, se transformar quimicamente e ser absorvido e acumulado por espécies aquáticas, chegando até o homem via cadeia alimentar. Por esta razão a pesquisa indicou o uso de tecnologia limpa como alternativa em substituição ao uso do mercúrio a partir da percepção da redução na qualidade de bem-estar das pessoas e da necessidade de adequação por exigências das leis ambientais (AMAPÁ, 2008, 2014; OLIVEIRA, 2010). Contudo, ainda persiste a falta de informação sobre os métodos acessíveis para reduzir impactos e a falta de incentivos para mudar a realidade atual (LINHARES, 2009) no que diz respeito à extração do ouro.

Recentemente, alguns garimpos como os do Suriname, da Guiana e da Guiana Francesa vêm efetuando gastos preventivos com a instalação de equipamentos de separação por gravidade em substituição ao mercúrio (VIEIRA, 2006; KOKKILIC; LANGLOIS; WATERS, 2015). Esses equipamentos são considerados relativamente eficientes, dependendo do tamanho da alimentação, com capacidade relativamente baixa e de fácil de operacionalização. No entanto, esses equipamentos ainda não são considerados um substituto perfeito ao mercúrio por ainda apresentarem algumas limitações, dentre elas, quanto ao tamanho das partículas extraídas (pois não conseguem ser tão eficientes quando se trata de partículas bem mais finas). Portanto, o mercado de produção mineral vem se ampliando na busca por desenvolver a cada dia separadores por gravidade mais aperfeiçoados para partículas mais finas $< 100 \mu\text{m}$ (SVOBODA; FUJITA, 2003; KOKKILIC; LANGLOIS; WATERS, 2015; KUMAR *et al.*, 2011) sendo de fácil operacionalização, mais especializados na captação de partículas finas e com custos menores quando comparados há 10 anos.

Reitera-se neste estudo que o valor estimado representa apenas uma parcela do “verdadeiro” VET, ele é um valor muito elevado para a realidade social e econômica da região onde a atividade aurífera ocorreu. Ao tomar como perspectiva a tomada de decisão econômica, seria essencial comparar os custos econômicos da atividade de garimpo de ouro com os benefícios econômicos por ela gerados. Esses benefícios tendem a se materializar em aumento da renda, do emprego, do efeito multiplicador de renda, do incremento de outras atividades econômicas etc. A esses benefícios devemos contrapor os custos econômicos da exploração do ouro, nesta pesquisa materializado em redução da qualidade e da quantidade de água. Ou seja, o potencial avistado para a região resulta em descaso e equívocos em seu uso, conforme o Relatório Técnico Ambiental (NISHIDA; RIBEIRO, 2015).

Infelizmente, porém, não foi possível obter informações junto às diversas Instituições, direta ou indiretamente envolvidos com a atividade de exploração mineral no Amapá. Sem elas não foi possível estimar os benefícios econômicos da mineração de ouro e não foi possível, conseqüentemente, afirmar que a atividade tem sido vantajosa (B maior do que C) ou desvantajosa (C maior do que B). Sem essa comparação não é possível afirmar de maneira categórica que o garimpo de ouro é uma atividade social e economicamente recomendável sob a ótica de uma perspectiva econômica (social e ambiental).

Não obstante, para Marques e Comune (1995) é preciso avaliar a equação do Valor Econômico Total (VET) em toda sua dimensão que é constituída em valor de uso e de não uso do bem ambiental, o que significa dizer, que o valor

aqui estimado precisa ser avaliado em sua dimensão, mesmo que parcial. Para isso, comparamos o valor obtido com o orçamento de um município relevante da BRC que tem sua economia voltada para o setor primário com potencialidades para as atividades extrativa e agrícola. De acordo com informações locais (CALÇOENE, 2013), o orçamento estimado para o município de Calçoene, referente ao exercício de 2014, foi de R\$ 16.046.036,00 (dezesesseis milhões, quarenta e seis mil, trinta e seis reais).

Ao compararmos o valor do investimento inicial, encontrado para a recuperação do serviço de provisão de água da bacia, com a receita orçamentária da Prefeitura de Calçoene, verifica-se que o primeiro corresponde a quatro anos de receita orçamentária do segundo. Em outras palavras, se a decisão de recuperar a BRC fosse tomada e se os recursos necessários fossem municipais, a Prefeitura não poderia realizar nenhum outro gasto e dedicar seu orçamento integralmente à empreitada durante quatro anos.

O valor estimado para os custos da degradação do serviço ecossistêmico de provisão de água em quantidade e qualidade adequada (ou dos benefícios de iniciar a recuperação do serviço ecossistêmico de provisão de água) é elevado para as condições sociais e econômicas da Bacia do Rio Cassiporé. Contudo a valoração econômica é amplamente aceita como conceito útil e ferramenta para apoiar decisões políticas (AZIZ; CAPPELLEN, 2019). Isso o ajudaria a pensar, de forma interdisciplinar, como o sistema natural pode reagir a determinadas intervenções patrocinadas pelo poder público (MOTA; BURSZTYN, 2013). Posto isto, fica a expectativa de que os benefícios econômicos da atividade garimpeira de ouro, tenham sido, pelo menos, igualmente elevados. Caso contrário, a atividade de garimpo foi uma escolha econômica e socialmente ineficiente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se iniciou o trabalho de pesquisa, constatou-se que algumas atividades econômicas podiam promover o rareamento ou até mesmo a extinção de alguns serviços ecossistêmicos que são necessários para manter o equilíbrio da natureza. Dentre elas, a atividade de garimpo artesanal, localizada no distrito de Lourenço, no estado do Amapá, que por sua forma rudimentar pode vir a comprometer a qualidade ambiental e de vida das pessoas que dependem do serviço ecossistêmico estudado.

A fim de evitar a sua extinção ou o seu rareamento, buscou-se reunir dados/informações com o propósito de responder ao seguinte questionamento: como estimar o valor econômico do serviço de provisão de água da Bacia do Rio Cassiporé (BRC)?

Para isto, o artigo teve como objetivo geral estimar o valor econômico do serviço de provisão de água da BRC, no estado do Amapá, o que foi possível atingir por meio do cálculo de todos os custos das ações necessárias para a recuperação do serviço do ativo ambiental.

Deste modo, orientou-se por meio dos seguintes procedimentos: a caracterização dos danos causados ao serviço ecossistêmico por meio do levantamento de dados secundários que envolveram obras literárias internacional e nacional e a utilização de bancos de dados do sistema de geoinformações TerraClass, identificando o total de hectares degradados na região de Lourenço e apontando as ações necessárias para a recuperação do serviço de provisão de água e da manutenção de sua qualidade.

O segundo passo foi a identificação dos MCR e MCE, que fazem parte das técnicas de valoração dentro da economia ambiental, e que utilizam bens e serviços representados por preço de mercado para a recuperação e a manutenção do serviço ecossistêmico.

O terceiro passo envolveu o levantamento dos custos de reparação do serviço ecossistêmico por meio de uma pesquisa de preço dos bens e serviços que integram as ações de reflorestamento, dragagem do rio e a implantação de tecnologia limpa para separação do ouro.

E por fim, estabeleceu-se o cálculo do Valor Econômico (VE) do serviço pela definição da equação do VE, que se constituiu na soma de todos os custos necessários levantados a preço de moeda corrente, o real.

O estudo partiu do pressuposto de que a economia ambiental, por meio da valoração econômica, pode atribuir valor econômico ao recurso ambiental por meio do seu uso direto e indireto. Os resultados obtidos podem nortear os agentes públicos na hora de tomar decisões de políticas públicas da forma mais acertada possível.

Diante disso, avaliou-se que o problema de pesquisa foi respondido, pois conseguiu encontrar o valor monetário do recurso ambiental por meio de um levantamento dos custos dos bens e serviços representados por preços de mercado necessários para a recuperação do serviço de provisão de água, conforme orientação dos métodos de valoração aplicados no trabalho.

A metodologia usada iniciou-se com a seleção de dados secundários por meio do uso de literaturas da temática abordada, como livros, artigos científicos e o banco de dados do sistema de geoinformações TerraClass, de maneira a determinar a quantidade de hectares a ser recuperado na área. Em um segundo momento, foram escolhidas ações que poderiam trazer inicialmente resultados mais eficientes: o reflorestamento que incidiria no fortalecimento do

solo, principalmente nas margens do leito, a dragagem para auxiliar no processo mais rápido na retirada dos rejeitos do rio e a tecnologia limpa para evitar novas poluições de mercúrio e conservar a qualidade da água. Em seguida, utilizou-se a coleta de dados primários por meio do levantamento de preço dos bens e serviços usados nas ações de recuperação e manutenção da área de estudo. A soma de todos os gastos foi aplicada na equação do VE (condizente com a literatura) determinando o valor estimado.

Algumas limitações, contudo, foram verificadas no trabalho. Primeiramente, a impossibilidade de os métodos de valoração escolhidos captarem todo o VET (Valor Econômico Total), que incluem o valor de uso e não uso do bem ambiental a ser valorado. Eles aqui apenas captam o valor de uso, o que representou somente os custos iniciais para repor o serviço ecossistêmico estabelecido pelas ações indicadas nos custos de recuperação e nos custos evitados, conforme as finalidades conceituais de cada um deles. Embora exista, dentro das técnicas de valoração, outro método denominado Método de Valoração Contingente que captura todo o VET, ele não foi utilizado aqui por ser considerado muito dispendioso e que precisa de um tempo razoavelmente grande para a sua aplicação.

Outra limitação evidenciada foram as dificuldades em obter informações seguras das instituições sobre os dados que apontem os benefícios proporcionados pelas atividades de garimpo na região; e sobre o estado de saúde das pessoas que moram nas localidades do rio afetado para confrontar com os resultados de pesquisa que foram abordados neste estudo, o qual evidenciaram a presença de metais pesados, entre eles, o mercúrio, em toda a extensão nos pontos de coleta do rio Cassiporé e numa grande parte dos peixes que vivem naquelas águas.

Em contribuição a estudos futuros, sugerimos que as próximas pesquisas considerem o uso do Método de Valoração Contingente para atender a perspectiva de atribuir um valor a este serviço ecossistêmico ou outro da região, pelo uso de um método que capture todos os componentes do Valor Econômico Total. Assim, poderia ser possível à participação das pessoas diretamente afetadas pela extinção ou rareamento do serviço, e que o valor encontrado represente o mais próximo possível a utilidade atribuída a ele.

AGRADECIMENTOS

À Dra. Eleneide Doff Sotta, coordenadora do projeto “Estudo da Potencial Contribuição dos Serviços Ambientais do Módulo 4 da Floresta Estadual do Amapá (FLOTA-AP) para o desenvolvimento sustentável local e regional – REDD+FLOTA”, financiado pela Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária (03.09.01.029.00.00) pelo material de pesquisa cedido e logística. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) pela concessão de bolsa. (Processo 382582/2011-0).

REFERÊNCIAS

- AMAPÁ. Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá. **Macrodiagnóstico do Estado do Amapá**: primeira aproximação do ZEE. 3. ed. Macapá: IEPA, 2008. Disponível em: <http://www.iepa.ap.gov.br/arquivopdf/macrodiagnostico.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2015
- AMAPÁ. Instituto Estadual de Florestas do Amapá e Secretaria Estadual de Meio Ambiente. **Plano de Manejo da Floresta Estadual do Amapá**: diagnóstico da FLOTA/AP. Macapá: IEF/SEMA, 2014. v. 1, 527-f. Disponível em: <https://ief.portal.ap.gov.br/dados.php?d=739&a=453>. Acesso em: 10 set. 2016
- ARONSON, J; DHILLION, S; LE FLOCH, E. On the need to select an ecosystem of reference, however imperfect: a reply to pickett and parker. **Restoration Ecology**, [s. l.], v. 3, p. 1-3, 1995. DOI: doi.org/10.1111/j.1526-100X.1995.tb00069.x
- AZIZ, T.; CAPPELLEN, P. V. Comparative valuation of potential and realized ecosystem services in Southern Ontario, Canada. **Environmental Science and Policy**, [s. l.], v. 100, p. 105-112, 2019.
- BEZERRA, O.; VERÍSSIMO, A.; UHL, C. **Impactos da garimpagem de ouro na Amazônia Oriental**. Belém: Imazon, 1998. (Série Amazônia, 2). Disponível em: http://www.ciflorestas.com.br/arquivos/doc_impactos_ocidental_6860.pdf. Acesso em: 07 maio 2015.
- CALÇOENE. **Lei Orçamentária nº 243/2013**. Estima a receita e fixa a despesa do Município de Calçoene para o exercício de 2014. Calçoene: Prefeitura Municipal de Calçoene, [2013]. Disponível em: <http://www.calcoene.ap.gov.br/>. Acesso: 09 jul. 2016.
- CASTRO, J. D. B.; NOGUEIRA, J. M.; CASTRO, M. C. G. Retirar e (re) colocar não é a mesma coisa quando se trata do custo reposição para o meio ambiente. *In*. IV CONGRESSO INTERNACIONAL DE PATRIMÔNIO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PYDES, 4., 2015, Franca. **Anais** [...]. Franca: UNESP, 2015. p. 1-12.

CHAGAS, M. A. A geopolítica do garimpo do Lourenço, norte do Amapá: trajetória, contradições e insustentabilidade. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 39, p. 1-18, 2019. DOI: doi.org/10.5216/bgg.v39i0.55253

CHRISTIE, M. **Approaches to valuation ecosystem services indeveloping Countries**. Wales: Aberystwith University, 2012.

COSTANZA, R. *et al.* Changes in the global value of ecosystem services. **Global Environmental Change**, [s. l.], v. 26, p. 152-158, 2014. DOI: doi.org/10.1016/j.gloenvcha.2014.04.002.

DA SILVA, E. F. G. **Análise da implementação dos planos de recuperação de áreas degradadas pela mineração em Lourenço (AP)**. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005. Disponível em: http://www.repositorio.ufpa.br:8080/jspui/bitstream/2011/2460/1/Dissertacao_AnaliseImplementacaoPlanos.pdf. Acesso em: 10 ago. 2015

DNPM. **Projeto estudo dos garimpos brasileiros: área Amapá**. Belém: DNPM/CPRM, 1982. 29 p. (Relatório Semestral). Disponível em: http://rigeo.cprm.gov.br/jspui/bitstream/doc/3151/1/rel_garimpos_amapa.pdf. Acesso em: 12 jul. 2015.

EDP. **Plano Básico Ambiental de Aproveitamento Hidrelétrico Cachoeira Caldeirão (vol. II)**, Macapá: EDP, 2013. Disponível em: <http://docplayer.com.br/5031868-Pba-plano-basico-ambiental-do-aproveitamento-hidreletrico-cachoeira-caldeirao.html>. Acesso: 03 dez. 2015.

EMATER. **Relatório Técnico de diagnóstico socioambiental da Bacia do Ribeirão Pipiripau**, Brasília, DF: EMATER, 2010. Disponível em: <http://www.emater.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/04/diagnostico-prod-agua-pipiripau.pdf>. Acesso em: ago. 2015.

EMBRAPA. **Práticas de conservação do solo e recuperação de áreas degradadas**. Rio Branco: Embrapa, 2003. (Documentos 90). Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/CPAF-AC/7611/1/doc90.pdf>. Acesso em: 15 maio 2015.

EMPRESA JIANGXI WELL-TECH INTERNATIONAL MINING EQUIPMENT CO. LTDA. **Orçamento do equipamento**. Destinatário: Sílvia Wen. [s. l.], 06 nov. 2015. 1 mensagem eletrônica. Disponível em: silvia@shakingtable.net. Acesso em: 06 nov. 2015.

- FERNANDES, F. R. C. *et al.* (ed.). **Tendências tecnológicas Brasil: geociências e tecnologia mineral**. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2007. Disponível em: [http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/526/1/tend%
c3%aancias_tecnologicas_brasil_2015.pdf](http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/526/1/tend%c3%aancias_tecnologicas_brasil_2015.pdf). Acesso em: 25 maio 2015.
- FGVces. **Diretrizes empresariais para a valoração econômica de serviços ecossistêmicos**. São Paulo: FGVces/EAESP-FGV, v. 2, 2013.
- GONÇALVES, R. F.; DA COSTA, A. V. C. **Plano de Controle Ambiental – PCA: Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros do Lourenço - COOGAL**. Calçoene: Elaboração Empresa Consultoria e Serviços Ltda., abr. 2013.
- KOKKILIC, O.; LANGLOIS, R.; WATERS, K. E. A design of experiments investigation into dry separation using a Knelson Concentrator. **Minerals Engineering**, [s. l.], v. 72, p. 73-86, 2015. DOI: doi.org/10.1016/j.mineng.2014.09.025
- KUMAR, C. R. *et al.* Prediction of process input interactions of Floatex Density Separator performance for separating medium density particles. **International Journal of Mineral Processing**, [s. l.], v. 100, p. 136-141, 2011. DOI: doi.org/10.1016/j.minpro.2011.05.011.
- LIMA, D. P. **Avaliação da contaminação por metais pesados na água e nos peixes na bacia do rio Cassiporé, Estado do Amapá, Amazônia, Amapá**. 2013. 147 f. Dissertação (Mestrado em Biodiversidade Tropical) – Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.
- LIMA, D. P. *et al.* Contaminação por metais pesados na água e nos peixes na bacia do rio Cassiporé, Estado do Amapá, Brasil. **Acta Amazônica**, Boa Vista, v. 45, n. 4, p. 405-414, 2015. DOI: doi.org/10.1590/1809-4392201403995.
- LINHARES, D. P. *et al.* Mercúrio em diferentes tipos de solos marginais do baixo rio Madeira – Amazônia Ocidental. **Geochimica Brasiliensis**, [s. l.], v. 23, n. 1, p. 117-130, 2009.
- MAGALHÃES FILHO, L. N. L. *et al.* Valoração de danos ambientais em corpos hídricos: o Caso do assoreamento do ribeirão Taquaruçu Grande no município de Palmas-TO. **Revista de Ciências Ambientais**, Canoas, v. 6, n. 1, p. 73-86, 2012. DOI: doi.org/10.18316/428
- MAIA, A. G.; ROMEIRO, A. R.; REYDON, B. P. Valoração de recursos ambientais – metodologias e recomendações. **Texto para Discussão**, Campinas, n. 116, p. 1-39, 2004.

MARQUES, J. F.; COMUNE, A. Quanto vale o ambiente?: interpretações sobre o Valor Econômico Ambiental. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA*, 23., 1995, Niterói. **Anais [...]**. Niterói: ENE, 1995. p. 1-10.

MARTINS, S. V. **Recuperação de matas ciliares**. Viçosa, MG: Aprenda Fácil, 2011. 143 p.

MEA. **World Resources Institute**. Washington, DC: Island Press, 2005. 137 p. Disponível em: <https://www.millenniumassessment.org/documents/document.356.aspx.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2015.

MOTA, J. A.; BURSZTYN, M. O valor da natureza como apoio à decisão pública. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba, v. 34, n. 125, p. 39-56, 2013.

NISHIDA, R.; RIBEIRO, F. M. B. **Relatório Técnico Ambiental**: sobre a avaliação de atividade garimpeira potencialmente poluidora – Distrito de Lourenço no Município de Calçoene – Ap. Calçoene: Empresa Amapá, 2012. Disponível em http://www.mpap.mp.br/images/stories/PRODEMAC/documentos/Relat%C3%B3rio%20T%C3%A9cnico_Minera%C3%A7%C3%A3o%20Amap%C3%A1_NF%20007_2011-Cal%C3%A7oene.pdf. Acesso em: 12 dez. 2015.

NOGUEIRA, J. M.; MEDEIROS, M. A. A. E.; ARRUDA, F. Valoração econômica do meio ambiente: ciência ou empirismo? **Caderno de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 17, n. 2, p. 81-115, 2000.

OLIVEIRA, M. J. (org.). **Diagnostico do setor mineral do Amapá**. Macapá: IEPA, 2010. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/1138775/1732815/Diagn%C3%B3stico+do+Setor+Mineral+do+Estado+do+Amap%C3%A1/baf8b84f-2fa5-4b6e-91c0-ee8bdad01e63;jsessionid=1BE76A4C72FB15E9A604AB857B3E93B9.srv155>. Acesso em: 11 dez. 2015.

ORTIZ, R. O. Valoração Econômica Ambiental. *In: MAY, P. H.; LUSTOSA, M. C.; VINHA, V. Economia do meio ambiente*. Rio de Janeiro: Campus, 2003. p. 81-99.

PINTO, J. A. *et al.* **Garimpo do Lourenço**: um século de conflitos na extração do ouro. 1999. 114 f. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Sustentável e Gestão Ambiental) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 1999. Disponível em: http://bibcentral.ufpa.br/arquivos/155000/156800/19_156809.htm. Acesso em: 03 abr. 2015.

RESENDE, F. M. *et al.* Economic valuation of the ecosystem services provided by a protected area in the Brazilian Cerrado: application of the contingent valuation method **Brazilian Journal of Biology**, [s. l.], vol. 77, no. 4, p. 762-773, 2017. DOI: doi.org/10.1590/1519-6984.21215

RIO AMAZONAS DRAGAGEM, LOCAÇÃO E EMPREENDIMENTOS. **Orçamento do serviço**. Destinatário: Sebastião Cosme Barriga Marques. [S. l.], 16 out. 2015. 1 mensagem eletrônica. Disponível em: dragagemrioamazonas@gmail.com. Acesso em: 16 out. 2015.

ROMEIRO, C. *et al.* Economic valuation of the eco-systemic benefits derived from the environmental asset lake Laguna Santa Elena, through the multi-criteria analysis. Revista **Brazilian Journal of Biology**, [s. l.], vol. 80, no. 3, p. 557-564, July/Sept. 2020. doi.org/10.1590/1519-6984.216218

SANTOS, L. S. **A necessidade de critérios objetivos na avaliação econômica do dano ambiental difuso para fins de indenização**. 2015. 58 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2015. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/10912/1/2015_LarissaSoaresSantos.pdf. Acesso em: 12 set. 2016

SCHMIDT, M. A. Conflictos por la valoración de humedales en ámbitos urbanos. **Bitácora** Bogotá, v. 28, n3.63935, p. 89-98, 2018. doi.org/10.1016/S0892-6875(03)00212-7

SDR. **Orçamento para o reflorestamento**. Destinatário: Haroldo Palheta Amaral. [S. l.], 10 nov. 2015. 1 mensagem eletrônica. Disponível em: haroldo.hpa@hotmail.com. Acesso em: 10 nov. 2015.

SEROA DA MOTTA. R. **Manual para a valoração econômica dos recursos naturais**. Rio de Janeiro: CEMA/IPEA: COBIO/MMA, 1997. Disponível em: <http://www.terrabrasil.org.br/ecotecadigital/pdf/manual-para-valoracao-economica-de-recursos-ambientais.pdf>. Acesso em: 12 set. 2016.

SERRA, A. S; SERRA, M. A. Pobreza e meio ambiente: o caso dos municípios paranaenses. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, DF, n. 40, p. 141-181, jan./jun. 2013.

SVOBODA, J.; FUJITA, T. Recent developments in magnetic methods of material separation. **Minerals Engineering**, [s. l.], vol. 16, p. 785-792, 2003. DOI: doi.org/10.1016/S0892-6875(03)00212-7

TERRACLASS. Levantamento de informações de uso e cobertura da terra na Amazônia. **Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)**, São José dos Campos, 2012. Disponível em: <https://www.terraclass.gov.br/geoportal-aml/>. Acesso em: 12 maio 2015.

VEIGA, M. M.; SILVA, A. R. B.; HINTON, J. J. O garimpo de ouro na Amazônia: aspectos tecnológicos, ambientais e sociais. *In*: TRINDADE, R. B. E.; BARBOSA FILHO, O. **Extração de ouro**: princípios, tecnologia e meio ambiente. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2002. p. 277-305. Disponível em: <http://mineralis.cetem.gov.br/bitstream/cetem/1233/1/extracao-ouro%20cap.11.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2016.

VIEIRA, R. Mercury-free gold mining technologies: possibilities for adoption in the Guianas. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], vol. 14, p. 448-454, 2006. DOI: doi.org/10.1016/j.jclepro.2004.09.007.

Texto submetido à Revista em 29.10.2019

Aceito para publicação em 25.05.2021



Segurança alimentar de famílias extrativistas de açaí na Amazônia oriental brasileira: o caso da Ilha das Cinzas

Food security of açai extractivist families in the Brazilian eastern Amazon: the case of Ilha das Cinzas

Ericks Silva dos Santos - Doutor em Ciências Socioambientais, pela Universidade Federal do Pará (UFPA). *E-mail:* ericks_santos@hotmail.com

Claudia Azevedo-Ramos - Doutora em Ciências Biológicas (Ecologia), pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e professora do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). *E-mail:* claudia.azevedoramos@gmail.com

Marcelino Carneiro Guedes - Doutor em Recursos Florestais, pela Universidade Estadual de São Paulo (USP), e pesquisador da Embrapa Amapá. *E-mail:* marcelino.guedes@embrapa.br

Resumo

A vulnerabilidade de povos extrativistas da Amazônia à insegurança alimentar (IA) ainda é invisível nas estatísticas oficiais. Este estudo determinou o nível de IA e suas causas em famílias extrativistas de açaí da Ilha das Cinzas, Gurupá, Pará, Brasil. A IA foi avaliada na entressafra do fruto açaí (dezembro a fevereiro de 2019), usando a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. De 31 famílias amostradas, cerca de 65% possuíam segurança alimentar e cerca de 35% das famílias apresentaram insegurança leve a severa. A variável “produção/consumo agrícola familiar local” foi negativamente relacionada com a IA. O açaí continua prevalente na dieta e na geração de renda das famílias. A presença de alimentos industrializados e ultraprocessados (ricos em gordura, em conservantes artificiais, em açúcar e em sal) na dieta de populações extrativistas espelha as mudanças nos hábitos alimentares, também observadas, de forma geral, na população brasileira. Populações extrativistas amazônicas devem ser mais bem acompanhadas, quanto à incidência de IA.

Palavras-chave

Amazônia. Pará. População extrativista. Segurança alimentar.

Abstract

The vulnerability of Amazonian extractivist populations to food insecurity (FI) is still invisible in official statistics. This study determined the level of FI and its causes in açai extractivist families from the Ilha das Cinzas, Gurupá, Pará, Brazil. The FI was evaluated in the offseason of the açai fruit (December to February 2019) by using the Brazilian Food Insecurity Scale. Of 31 sampled families, about 65% had food security and about 35% of the families had mild to severe insecurity. The “local agricultural production/consumption” variable was negatively related to FI. Açai remains prevalent in both diet and income generation of families. The presence of industrialized and ultra-processed foods (rich in fat, artificial preservatives, sugar and salt) in the diet of extractivist populations reflects the changes in eating habits, also generally observed in the Brazilian population. Amazonian extractivist populations should be better monitored regarding the incidence of FI.

Keywords

Amazon. Pará State. Extractivist Populations. Food Security.

INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) estima que cerca de 820 milhões de pessoas passaram fome em 2018 (FAO *et al.*, 2019). O cenário é mais grave em países de baixa renda, os quais apresentam alta taxa de desigualdade social, precários e/ou incipientes serviços públicos básicos, baixa governança estatal, arcaicas tecnologias agrícolas e graves problemas de saúde pública (BEN-DAVIES *et al.*, 2014; PÉREZ-ESCAMILLA, 2017). Neste sentido, a relação entre fatores econômicos, sociais, territoriais, ambientais e culturais se torna primordial para a garantia da segurança de um povo, visibilizando as práticas predatórias nas relações comerciais, em torno do alimento, e combatendo a transformação/perda de hábitos alimentares locais (PESSANHA, 1995).

Devido a sua importância, a segurança alimentar foi reconhecida como direito universal inalienável do ser humano na Conferência Mundial de Alimentos, promovida pela FAO em 1974. Este direito não deve ser negado e/ou receber empecilho para a sua consecução, estando diretamente ligado aos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável* (ODS) das Nações Unidas (PÉREZ-ESCAMILLA, 2017; FAO, 2019). A segurança alimentar, conforme definida pelo Comitê de Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas, em 1996, significa que todas as pessoas, a todo momento, têm acessos físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam as suas preferências e as suas necessidades alimentares, para uma vida ativa e saudável (BARRETT, 2010).

Por mais que as causas da insegurança alimentar sejam diversas, algumas variáveis a influenciam, decisivamente: baixa renda familiar, desemprego, fracas redes sociais, baixo nível educacional e baixo capital social (SMITH; RABBITT; COLEMAN-JENSEN, 2017). Assim, a segurança alimentar pode ser vista como a materialização da plenitude dos direitos fundamentais do ser humano, resultando em acessos fácil e ininterrupto à alimentação, em quantidade e em qualidade suficientes, a serviços públicos básicos (como água, energia elétrica, esgoto) e à moradia digna. Em outras palavras, as pessoas devem ter os meios necessários para o desenvolvimento/reprodução integral e contínuo de uma vida saudável (PÉREZ-ESCAMILLA, 2017).

Entende-se que a segurança alimentar ampla e irrestrita está em consonância com os ODS (PÉREZ-ESCAMILLA, 2017; FAO, 2019). Nesse sentido, a América Latina e o Caribe, através da *Iniciativa América Latina e do Caribe sem Fome* e do *Plano de Segurança Alimentar, Nutrição e a Erradicação da Fome* da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), lançaram o compromisso de erradicação da fome, até 2025 (FAO, 2017).

Todavia, a obtenção de níveis satisfatórios de segurança alimentar esbarra na magnitude das desigualdades sociais e econômicas de um país. A fome, a pobreza e a miséria são características explícitas da prevalência da insegurança alimentar, revelando dificuldades extremas na geração de renda e no acesso à alimentação. De maneira geral, este cenário é mais recorrente em áreas rurais da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), atingindo, majoritariamente, as mulheres, as crianças, os idosos e os pequenos agricultores (FAO, 2013).

Na realidade de populações ribeirinhas da Amazônia brasileira, os fatores ambientais podem influenciar o nível de (in)segurança alimentar. A dependência alimentar, quanto aos recursos naturais locais, como peixes e animais silvestres, aliada às intempéries, pode expor populações ribeirinhas, geograficamente isoladas, a diferentes níveis de vulnerabilidade. Em períodos de cheia dos rios, o acesso e a disponibilidade aos recursos naturais são dificultados, interferindo diretamente na insegurança alimentar familiar (TREGIDGO *et al.*, 2020).

As consequências da insegurança alimentar, para as populações ribeirinhas amazônicas, podem resultar em uma transição na dieta, com o aumento no consumo de alimentos industrializados e ultraprocessados e com a diminuição da diversidade alimentar (PIPERATA *et al.*, 2011). A transferência de renda, através de programas governamentais, como o Bolsa Família, dissociada das culturas locais e aliada a maior acesso a salário formal e a interação com o mercado, não garante acesso à alimentação em quantidade e em qualidade adequadas, para a concretização da segurança alimentar em domicílios ribeirinhos, mas, sim, concorrem no acesso facilitado à alimentação tipicamente urbana, rica em açúcar, em gorduras e em sal (PIPERATA *et al.*, 2011).

Os diferentes níveis da insegurança alimentar impuseram a criação de diferentes métodos de identificação e de análise (CHAUDHARY; GUSTAFSON; MATHYS, 2018). Um dos métodos mais utilizados foi desenvolvido pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), sendo adaptado a diferentes realidades locais (PÉREZ-ESCAMILLA *et al.*, 2004; LEAH *et al.*, 2012). No Brasil, a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (UNICAMP, 2004) é uma das mais utilizadas, em que os aspectos psicológicos são relevantes na análise, na medida em que as preocupações sobre a obtenção do alimento exercem influência na segurança alimentar, por indicar problemas mais graves.

No Brasil, a partir da aprovação da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), em 1999, e da Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – Lei nº 11.346/2006 (BRASIL, 2006) –, as políticas públicas

alimentares se voltaram para questões além do acesso à alimentação, redirecionando a discussão de um viés eminentemente urbano para um viés plural, que incorporasse a pluralidades das populações rurais (BRASIL, 2013), como as populações ribeirinhas extrativistas amazônicas. Segundo a FAO (2019), áreas rurais apresentam alto grau de insegurança alimentar, principalmente, as de baixa renda *per capita*, com dificuldades de produção agrícola, com conflitos geopolíticos, com baixa tecnologia agrícola, com isolamento em relação aos centros administrativos-comerciais, entre outras.

Segundo Chaves (2001), os ribeirinhos são “agrupamentos comunitários”, que vivem margeados por rios, por córregos, por lagos e por florestas, com modos de vida singulares e interligados ao meio ambiente, representados por técnicas de manejo de recursos naturais de mínimo impacto e por aspectos sociohistóricos e culturais ímpares. Dessa maneira, “[...] o termo ribeirinho busca identificar um perfil sociocultural de grupos caboclos, que se estabeleceram às margens dos rios, num espaço dinâmico, que articula relações de sociabilidade e culturais, dentro das particularidades desse espaço” (RENTE NETO; FURTADO, 2015, p. 2).

As populações ribeirinhas extrativistas estão inseridas em cenários de vulnerabilidades econômica e alimentar, principalmente, em períodos de baixa produção e de curto tempo de safra. Por sua localização geográfica de difícil acesso, os extrativistas ribeirinhos dependem, em grande medida, de sua produção agrícola rudimentar para a subsistência alimentar (SEARS; PADOCH; PINEDO-VASQUEZ, 2007). Contudo, se, por um lado, a comercialização da produção extrativista possui importante função para a reprodução socioeconômica de famílias extrativistas da Amazônia e para a aquisição de bens e de produtos (SOUSA; VIEIRA-DA-SILVA; BARROS, 2018), por outro lado, a renda gerada e o acesso a mercados podem introduzir mudanças nos seus hábitos alimentares.

A inserção gradativa dos extrativistas amazônicos no mercado interferiu nas formas como estes usam e manejam os recursos naturais, como no caso da palmeira *Enterpe oleracea* (açazeiro). Se, no início, a vertente alimentar era o foco do extrativismo do fruto açaí por parte destes extrativistas, com o declínio da produção industrial de palmito e com a quase extinção da espécie *Enterpe edulis* nas regiões sul e sudeste nos anos de 1960, a vertente econômica, com a valorização econômica do fruto açaí nos mercados nacional e internacional, passou a figurar entre as prioridades das famílias. Como consequência, o processo de “açazeiro da paisagem” das várzeas amazônicas se intensificou, diminuindo o número de espécies vegetais locais (HIRAOKA, 1993).

Nesse sentido, apesar da importância econômico-alimentar do açaizeiro para as famílias extrativistas, a quebra da premissa da sustentabilidade ambiental-econômica da atividade e a diminuição da diversidade produtiva nas áreas de coleta podem impactar negativamente a segurança alimentar das famílias, uma vez que a pluriatividade nas várzeas (como a madeireira, a extração de óleos, a coleta de sementes e a produção agrícola) é essencial para a complementação da renda familiar, para a diversificação alimentar e para a redução de riscos associados (ADAMS; MURRIETA; SANCHES, 2005).

A capacidade dos extrativistas amazônicos de conciliar uma produção sustentável com a manutenção de subsistência alimentar de suas famílias não implica que externalidades não interfiram nessa dinâmica. O aumento das dependências econômica e alimentar dos produtos da sociobiodiversidade de curtos ciclos produtivos pelas famílias extrativistas, pode influenciar negativamente a segurança alimentar em nível local. Nesse sentido, entender as consequências das pressões atuais sobre sua segurança em período de baixa produção extrativista (entressafra) se faz necessário para detectar potenciais problemas e para propor ações corretivas, quando for o caso.

O Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Ilha das Cinzas, no Pará, em que residem populações ribeirinhas, insere-se em um contexto de vulnerabilidade social, semelhante ao de vários outros assentamentos rurais da Amazônia, reconhecido pelo governo federal, quando da inclusão de alguns PAEs e de unidades de conservação dos estados do Pará, do Amazonas e do Acre no *Programa de Inclusão Produtiva Rural do Plano Brasil Sem Miséria* – Decreto nº 7.492/2011 (BRASIL, 2011). A subsistência dos extrativistas da ilha advém das práticas extrativistas dos recursos florestais madeireiro e não madeireiro (como os óleos vegetais, os frutos, as sementes, a pesca, a caça e a agricultura). A principal fonte de renda e de alimentação é o fruto do açaizeiro, responsável pela compra de outros alimentos, de utensílios de limpeza e de higiene e de equipamentos, sendo indispensável à economia local (SANTOS, 2020). A crescente demanda do mercado pelo fruto do açaizeiro, no entanto, pode afetar a vulnerabilidade alimentar de extrativistas, caso priorizem a venda, em detrimento do próprio consumo do fruto.

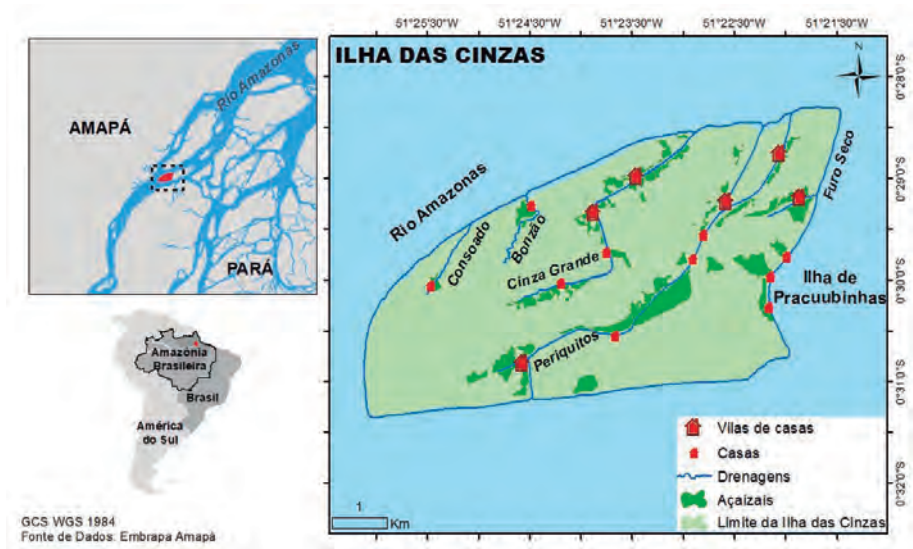
O objetivo deste estudo foi de determinar, portanto, o nível de segurança alimentar e as causas associadas em famílias extrativistas da Ilha das Cinzas, na Amazônia Oriental, Brasil. Este PAE foi escolhido, porque as famílias têm produtos sazonais extrativistas, principalmente, o fruto do açaizeiro nativo de várzea, como principal fonte de renda.

1 MATERIAL E MÉTODOS

1.1 ÁREA DE ESTUDO

O Projeto de Assentamento Agroextrativista da Ilha das Cinzas, localizado no município de Gurupá, no estado do Pará, fronteiro ao estado do Amapá, na parte Oriental da Amazônia brasileira, é um dos primeiros dessa modalidade criado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no estado (Figura 1).

Figura 1 – Mapa de localização da Ilha das Cinzas, Pará, Amazônia Oriental



Fonte: elaborado pelos autores

Na década de 1940, a Ilha das Cinzas foi habitada por famílias de nordestinos, que trabalhavam na extração do látex da borracha [*Hevea brasiliensis* (Wild. Ex. A. Juss.) Muell. Arg], em Ilhas próximas, em sistema de aviamento (troca de trabalho por alimentos, sem remuneração econômica), comum nas relações de trabalho, envolvendo a atividade na Amazônia. Com a decadência da atividade econômica da borracha, as famílias permaneceram na ilha (TRECCANI, 2006). Em 2013, a população da Ilha das Cinzas era de, aproximadamente, 250 habitantes, divididos em 65 famílias, sendo 50% de adultos, 30% de crianças e de adolescentes e 20% de idosos (PEREIRA *et al.*, 2014). Nota-se alto grau de parentesco entre as famílias, dependência dos recursos naturais e cooperações econômico-culturais. A base econômica é o extrativismo, realizado em áreas de produção individuais. Alguns

exemplos: fruto do açaizeiro (*Euterpe oleracea*), sementes diversas – como ucuúba (*Virola surinamensis*) e murumuru (*Astrocaryum murumuru*) – e camarão-de-água-doce (*Macrobrachium amazonicum*), através de viveiros naturais ou com auxílio do matapi (mecanismo de captura inovador, criado pelos ribeirinhos extrativistas).

1.2 COLETA E ANÁLISE DE DADOS

O critério de escolha, para participação na pesquisa, foi a família residente ter a atividade econômica do açaí como sua principal fonte de renda familiar anual. O fruto do açaizeiro (*Euterpe oleracea*) se destaca, com safra variando de um a cinco meses ao ano, com ápice, no máximo, de dois meses, podendo variar negativamente, dependendo da localidade, com práticas de manejo florestal e com condições edafoclimáticas (JARDIM; ANDERSON, 1987).

A pesquisa foi realizada no período de dezembro de 2018 a fevereiro de 2019, entressafra da produção do fruto do açaizeiro na Ilha das Cinzas e período de diminuição da renda familiar. As famílias ($n = 31$) foram entrevistadas com o auxílio de: (i) um questionário da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (UNICAMP, 2004); e (ii) um questionário semiestruturado, com perguntas socioeconômicas, ambientais e relacionadas à atividade econômica do açaí. A pesquisa seguiu os preceitos éticos, de acordo com a Resolução nº 196/1996, do Conselho Nacional de Saúde, sendo aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará (processo nº 3.683.904) e cadastrado no Sistema Nacional de Gestão do Patrimônio Genético e do Conhecimento Tradicional Associado (código nº AA34484).

A determinação do nível de (in)segurança alimentar foi feito pela aplicação da escala da EBIA, com quatro níveis de categorias crescentes de insegurança, cada uma com seu número de respostas positivas, quanto a alguma insegurança alimentar em um total de 15 perguntas: (i) *segurança alimentar* (0 respostas positivas); (ii) *insegurança alimentar leve* (1-5 respostas positivas – aspectos afetados: qualidade da alimentação e preocupação com a falta de alimento no futuro próximo –); (iii) *insegurança alimentar moderada* (6-10 respostas positivas – aspecto afetado: restrição quantitativa nos adultos –); e (iv) *insegurança alimentar grave* (11-15 respostas positivas – aspecto afetado: deficiência quantitativa ou fome em adultos e em crianças) (UNICAMP, 2004). A pontuação é calculada, com base nas respostas dos entrevistados, as quais são codificadas da seguinte forma: 01 - Sim; 02 - Não; e 98 – Não sabe (UNICAMP, 2004).

O nível de (in)segurança alimentar (variável dependente) das famílias extrativistas no período de entressafra do açaí foi relacionado com as seguintes

variáveis independentes: *Gênero do provedor familiar* – aquele encarregado de fornecer as principais necessidades do domicílio (1 - Feminino; 2 - Masculino) –; *Produção/Consumo agrícola local de parte da produção de legumes, de frutas e/ou de verduras na Ilha das Cinzas* (0 - Não; 1 - Sim); e *Recebimento de Bolsa Família* (0 - Não; 1 - Sim).

Após a coleta dos dados, a variável dependente “nível de (in)segurança alimentar” foi codificada da seguinte forma: (0) domicílios com segurança alimentar; e (1) domicílios com insegurança alimentar, conforme a EBIA.

A regressão logística binária foi utilizada para avaliar a relação entre a (in) segurança alimentar e as variáveis estudadas. Esta é uma técnica estatística de análise multivariada que prediz a relação existente entre uma variável dicotômica ou “variável resposta” (como, por exemplo, “sim” ou “não”) e variáveis independentes ou explicativas (HOSMER; LEMESHOW, 2000). Os critérios a se considerar são: (i) os erros da equação seguirão a distribuição binária; (ii) o valor da equação da regressão estará entre “zero” e “um”; e (iii) a compreensão dos resultados pode ser como probabilidade de ocorrência do evento estudado (HOSMER; LEMESHOW, 2000). Assim, como o valor da variável dependente varia entre 0 e 1, a equação da regressão logística é obtido por:

$$P(Y_i = 1 | \mathbf{x}) = \frac{e^{\beta_1 + \beta_2 x_{i2} + \beta_3 x_{i3} + \dots + \beta_p x_{ip}}}{1 + e^{\beta_1 + \beta_2 x_{i2} + \beta_3 x_{i3} + \dots + \beta_p x_{ip}}} \quad (\text{Eq. 1})$$

Em que:

$P(Y_i = 1 | x_i)$ é o valor médio da variável resposta Y_i

β são os parâmetros desconhecidos do modelo

Posteriormente, determina-se a função *logit* para a descrição da relação linear entre as variáveis dependentes e independentes (ALVARENGA, 2015). A função *logit* é o logaritmo entre as probabilidades de sucesso e de insucesso, dada pela equação abaixo:

$$\text{logit} [p(Y_i = 1 | X)] = \beta_1 + \beta_2 x_{i2} + \beta_3 x_{i3} + \dots + \beta_p x_{ip} \quad (\text{Eq. 2})$$

Em que:

$\beta_{j,j} = 1$ são coeficientes de regressão

p representa a variação esperada no logaritmo da chance, por unidade de variação na variável x_j .

O modelo de regressão logística binária será formado pelas variáveis independentes, com significância $p \leq 0,05$, sendo estimado o *Odds Ratio* (OR) a um intervalo de confiança de 95% para os grupos sem insegurança alimentar (0) e com insegurança alimentar (1). O método de seleção das variáveis foi o padrão “*enter*”, em que as variáveis são incluídas no modelo em um único bloco e as estimativas dos parâmetros são calculadas para cada bloco (FIELD, 2005).

As variáveis testadas foram *Gênero do provedor familiar, Produção/Consumo agrícola local de parte da produção de legumes, de frutas e/ou de verduras na Ilha das Cinzas e Recebimento de Bolsa Família*, por haver evidências empíricas anteriores de que estes fatores influenciam, de alguma forma, a dieta alimentar de populações rurais (PIPERATA *et al.*, 2011; PIPERATA; McSWEENEY; MURRIETA, 2016; FAO, 2019; VALLE *et al.*, 2019). As variáveis foram aferidas pela estatística de *Wald*. A análise estatística foi executada no programa *Statistic Package for Social Sciences* (SPSS) versão 22.0.

2 RESULTADOS

2.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS E ALIMENTARES

A média de idade dos entrevistados foi de 43 anos. A composição média dos domicílios foi de quatro filhos e de seis moradores. Os chefes das famílias foram representados por 19 homens (61%) e por 12 mulheres (39%) (Tabela 1). A maioria dos entrevistados apresentou ensino fundamental incompleto (48,4%). No período de entressafra do açaí, o benefício social federal de transferência de renda Bolsa Família foi a principal fonte de renda familiar de domicílios com crianças (54,8%). O tratamento da água é feito pelos extrativistas (93,5% usam hipoclorito/cloro) e o esgoto familiar não tem tratamento (77,4% despejam diretamente no rio).

Tabela 1 – Características socioeconômicas das famílias entrevistadas ($n = 31$) na Ilha das Cinzas, Pará

Variáveis	Categorias	Total	%
Gênero	Masculino	19	61,3
	Feminino	12	38,7
Fonte de renda oriunda do açaí	Sim	1	3,2
	Não	30	96,8

Variáveis	Categorias	Total	%
Outras fontes de renda*	Extrativismo do Camarão	7	22,6
	Pesca	2	6,5
	Palmito	6	19,4
	Bolsa Família	17	54,8
	Emprego público	4	12,9
	Venda de madeira	9	29,0
	Aposentadoria	4	12,9
	Serviços esporádicos	4	12,9
	Comércio	3	9,7
Escolaridade	Analfabeto	5	16,1
	Fundam. Incomp.	15	48,4
	Fundam. Compl.	3	9,7
	Med. Compl.	6	19,4
	Sup. Compl.	2	6,5
Consumo de água	Tratada com hipoclorito/cloro	29	93,5
	Tratada pelo filtro (Embrapa) e por hipoclorito	2	6,5
Esgoto	Despejado no rio, sem tratamento	24	77,4
	Despejado no rio, com tratamento pela fossa biodigestora (Embrapa)	4	12,9
	Fossa (caixa) de concreto	3	9,7

*Exceto o açaí como principal fonte de renda, podendo indicar mais de uma opção.
Fonte: elaborada pelos autores

Pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, a maioria das famílias (65,4%) não apresentou insegurança alimentar (Tabela 2), mas 11 (34,6%) das 31 famílias extrativistas entrevistadas na Ilha das Cinzas apresentaram insegurança alimentar. No entanto, destas apenas 4 (14%) famílias foram consideradas com insegurança alimentar moderada a severa.

Tabela 2 – Percentual de (in)segurança alimentar de 31 famílias extrativistas da Ilha das Cinzas, na Amazônia Oriental, pela Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (UNICAMP, 2004)

	Segurança Alimentar	Insegurança Alimentar		
		Leve	Moderada	Severa/Grave
Famílias extrativistas	65,37	20,65	7,96	6,02

Fonte: elaborada pelos autores

As características relacionadas à produção e ao consumo de alimentos por parte das famílias extrativistas foram resumidas na Tabela 3. A maioria das famílias consumiu parte do que produziu localmente. Do total de famílias, 74,2% produziram legumes, frutas e/ou verduras e 69,6% as consumiram, enquanto aproximadamente metade delas (54,8%) criou animais, como porco/galinha, e os consumiu (47,1%). A minoria das famílias vendeu sua produção, oriunda da agricultura (34,8%) e de animais de pequeno porte (23,5%).

Outro fator a se avaliar na (in)segurança alimentar é o gasto com alimentação em relação à renda familiar. Na Ilha das Cinzas, 51,6% das famílias usaram metade da renda familiar para a compra de alimentos, enquanto 29% das famílias entrevistadas teve quase toda a renda destinada à alimentação.

Embora a maioria das famílias (74,2%) tenha relatado fácil acesso aos locais de compra de alimentos em sua região, 83,9% compram fora da Ilha das Cinzas, no município de Santana, distante cinco horas de barco. O gasto médio/mensal/família para deslocamento até aos locais de compra de alimentos é de R\$ 190,03. Os comércios na ilha são poucos e as famílias moram distantes do centro, os que as obrigam a se deslocarem, mesmo para se abastecerem localmente. As dificuldades, durante o período de inverno (com chuvas constantes), são maiores para quem compra alimentos na Ilha das Cinzas (58,1%), muito em decorrência de seus meios de locomoção, por via fluvial (canoa de madeira com um motor de popa de baixa cilindrada).

Tabela 3 – Variáveis incidentes na (in)segurança de famílias extrativistas de açaí da Ilha das Cinzas, na Amazônia Oriental, no período de entressafra do fruto açaí ($n = 31$ entrevistados)

Variáveis	Categorias	Total	%
Legumes, frutas e/ou verduras	Produção	23	74,2
	Consumo	21	69,6
	Venda	8	34,8
Animais, como porcos, galinhas e/ou patos	Produção	17	54,8
	Consumo	15	47,1
	Venda	7	23,5
Compra de alimentos industrializados	Sim	28	90,3
	Não	3	9,7

Variáveis	Categorias	Total	%
Gasto com alimentação familiar, em relação à renda familiar total	Quase nada	0	0
	Bem pouco	5	16,1
	Metade	16	51,6
	Quase tudo	9	29,0
	Tudo	1	3,2
Fácil acesso à compra de alimentos em sua região (vendas, mercados, mercearias)	Sim	23	74,2
	Não	8	25,8
Local de compra de alimentos	Fora (Santana)	26	83,9
	No local (Ilha das Cinzas)	5	16,1
Variedade de alimentos para compra na Ilha das Cinzas	Sim	16	51,6
	Não	15	48,4
Período com dificuldade de compra de alimentos na Ilha das Cinzas	Sim	18	58,1
	Não	12	38,7
Período com dificuldade de produção de alimentos na Ilha das Cinzas	Sim	23	74,2
	Não	8	25,8
Açaí como alimento saudável para a família	Sim	31	100
	Não	0	0
Limpeza e descontaminação do açaí	Sim	31	100
	Não	0	0
Dificuldade em armazenar alimentos perecíveis	Sim	24	77,4
	Não	7	22,6
Alimentação adequada para a família	Sim	26	83,9
	Não	5	16,1
Suficiência, em quantidade, de alimentos para a família	Sim	27	87,1
	Não	1	3,2
	Não sabe	3	9,7
Impedimento para acesso à alimentação adequada/suficiente para a família	Sim	17	54,8
	Não	14	45,2

*Exceto a principal fonte de renda, podendo indicar mais de uma opção

Fonte: elaborada pelos autores

Um dos problemas apontados pelas famílias, associado ao conceito da segurança alimentar, é a baixa variedade de alimentos disponíveis nos comércios da Ilha das Cinzas (51,6%), essencialmente, voltados aos produtos industrializados (como conservas, frango congelado e embutidos).

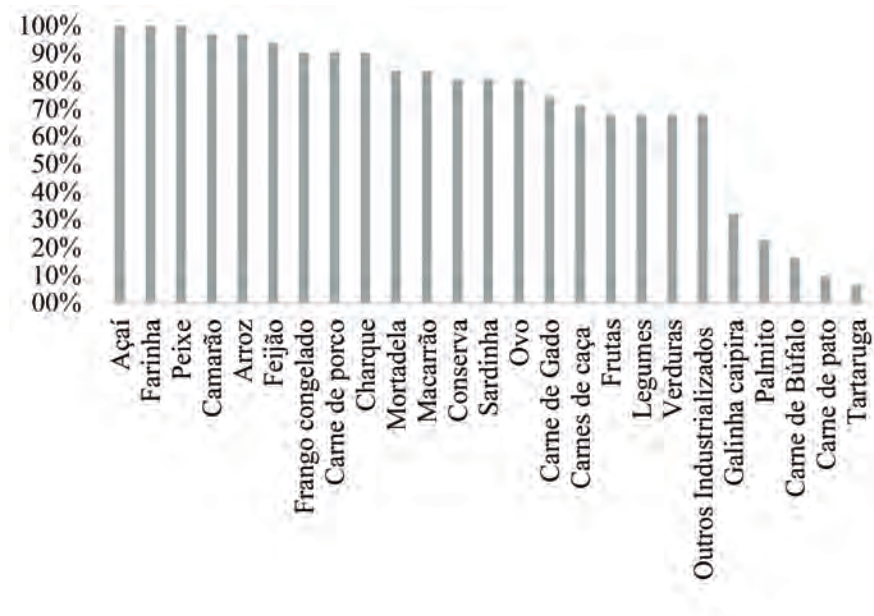
A sazonalidade pluviométrica característica da região amazônica, com períodos semestrais alternados de alta e de baixa precipitações (vernaculamente, chamados de inverno e de verão amazônicos), requer adaptações constantes das famílias ribeirinhas, especialmente, para a produção de alimentos. Quanto a isso, a maioria (74,2%) indicou dificuldades na produção de alimentos agrícolas na Ilha das Cinzas, essencialmente, no inverno.

Este aspecto é agravado por problemas de abastecimento de energia elétrica na ilha, o que afeta o nível de insegurança alimentar, posto que a maioria das famílias entrevistadas (77,4%) tem dificuldade para armazenar alimentos perecíveis. Isso se deve ao tipo de equipamento mais utilizado para a geração de energia pelas famílias: o motor gerador (71%), que, por ser mais dispendioso, devido ao uso do combustível diesel, é utilizado poucas horas por dia, essencialmente, à noite. Nota-se, contudo, que há adesão gradativa aos painéis solares nos domicílios, principalmente, pelas famílias de maior renda (25,8%).

Apesar dos obstáculos econômicos, naturais e estruturais, a percepção da maioria das famílias foi a de ter uma alimentação adequada (83,9%) e em quantidade suficiente para os membros do domicílio (87,1%). Parte dessa percepção advém do consumo do suco espesso (“vinho”) do açaí (100% dos domicílios) nas duas refeições principais do dia – almoço e jantar –, tido como alimento saudável por todas as famílias entrevistadas, embora seja essencialmente carboidrato. No entanto, cerca de metade dos entrevistados (54,8%) apontou limitação de acesso à alimentação adequada/suficiente para a família, possivelmente, associada à falta de acesso a outros tipos de alimento, além daqueles produzidos e/ou comprados localmente.

A base da alimentação das famílias extrativistas entrevistadas é o açaí, o peixe, o camarão, o frango, a farinha, o arroz e o feijão (Figura 2). Os alimentos industrializados e ultraprocessados são mais frequentes nas refeições das famílias do que frutas, verduras e legumes.

Figura 2 – Percentual de alimentos consumidos pelas famílias extrativistas de açai da Ilha das Cinzas, na Amazônia Oriental, no período de entressafra do fruto açai ($n = 31$).



Fonte: elaborada pelos autores

Ao lado dos alimentos consumidos ricos em carboidratos, como arroz (97%) e feijão (94%), estão as proteínas, como peixe (100%), camarão (97%) e carnes em geral, destacando-se as de frango congelado e de porco (cerca de 90% das famílias). A frequência maior de alimentos industrializados e ultraprocessados, como mortadela (84%) e conserva (81%), frente às frutas, aos legumes e às verduras, com 67,7% cada, pode estar relacionada com a dificuldade que as famílias possuem de acondicionar alimentos perecíveis, assim como com o baixo número de famílias que produz alimentos agrícolas na Ilha das Cinzas.

2.2 ASSOCIAÇÃO COM A (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR FAMILIAR

Após as iterações, com a introdução das variáveis independentes no modelo, a variável *Produção/Consumo agrícola local* (de legumes, de frutas e/ou de verduras) apresentou relação negativa significativa ($p \leq 0,05$, dentro do intervalo de confiança de 95%), sendo capaz de explicar 77,4% da variação da “insegurança alimentar” (Tabela 4). O valor do teste de *Hosmer e Lemeshow* (0,781) se mostrou satisfatório para o entendimento do fenômeno estudado (Tabela 4).

Tabela 4 – Regressão Logística Binária para o modelo de insegurança alimentar de famílias extrativistas de açaí da Ilha das Cinzas, na Amazônia Oriental

Parâmetro	<i>B (EP)</i>	<i>Wald</i>	<i>P</i>	Intervalo de confiança de 95% para <i>Exp b</i>		
				<i>Inferior</i>	<i>Exp b</i>	Superior
Incluído						
β_0 Constante	2,944	3,73	0,05	–	19,0	–
β_1 Produção/Consumo Agrícola local (S)	- 3,37	7,08	0,008	0,003	0,034	0,412
Gênero (F)	-1,570	1,765	0,184	0,021	0,208	2,109
Bolsa Família (S)	- 0,619	0,429	0,513	0,084	0,538	3,436

Nota: 0,417 (*Nagelkerke*); 0,781 (*Hosmer e Lemeshow*); Porcentagem Global Correta = 77,4
Fonte: elaborada pelos autores

A significância do teste de coeficiente de modelo *Omnibus* ($p < 0,009$) indica que houve elevada associação entre a variável e a insegurança alimentar das famílias extrativistas. Segundo o modelo gerado, as famílias, que produzem e que consomem alimentos agrícolas na Ilha das Cinzas, como legumes, frutas e/ou verduras, têm menor chance de terem insegurança alimentar do que as famílias que não produzem e que não consomem alimentos agrícolas na Ilha. No entanto, o número amostral pequeno sugere cuidado nas generalizações interpretativas.

3 DISCUSSÃO

Os resultados mostraram que a maioria das famílias extrativistas de açaí da Ilha das Cinzas (65,4%) possui segurança alimentar, mas os dados alertam para o fato de que 34,6% das famílias possuem insegurança alimentar, sendo 14% de moderada a severa. A produção e o consumo agrícola local pelas famílias diminuiu o risco de insegurança alimentar na Ilha das Cinzas.

Comparativamente, outros estudos encontraram insegurança alimentar severa na Amazônia. Yuyama *et al.* (2007) revelaram insegurança alimentar severa em famílias das áreas urbana (44,6%) e rural (28,2%) do estado do Amazonas. Gubert *et al.* (2016) encontraram prevalência de 47,8% de insegurança alimentar grave em famílias quilombolas, sendo as da Região Norte do Brasil as mais preocupantes. Estas evidências podem ser reveladores de que a vulnerabilidade social na região amazônica pode estar mascarada ou minimizada pela diversidade de recursos naturais da Amazônia. No entanto, na Ilha das Cinzas, poucos produtos naturais fazem parte da dieta regular das famílias extrativistas, sendo

comum a presença de alimentos industrializados e ultraprocessados (ex.: conservas, embutidos).

Silva e Begossi (2007) apontam a crescente introdução destes alimentos na dieta familiar de uma população ribeirinha da Amazônia ocidental. No caso de famílias extrativistas amazônicas, deve-se considerar as incertezas na geração de renda mensal familiar, o curto ciclo produtivo de espécies vegetais comercializáveis da região (como a do açaizeiro), a distância geográfica dos centros urbanos, as dificuldades de acesso a serviços públicos básicos (como energia elétrica, água potável, saneamento, saúde), à assistência social e à compra de bens, de materiais e de equipamentos agrícolas.

Em 2013, 14,7 milhões (22,6%) de domicílios do Brasil apresentaram insegurança alimentar (IBGE, 2014). No mundo, as áreas rurais são as mais afetadas pela insegurança alimentar (FAO, 2019), principalmente, no Brasil (TRIVELATO *et al.*, 2019). Metade das famílias avaliadas na Ilha das Cinzas gastou 50% da renda com alimentação, enquanto 29% delas gastou toda a renda. Em áreas rurais, as famílias brasileiras, em geral, gastam 23,8% da renda com alimentação (IBGE, 2019), podendo indicar uma situação de vulnerabilidade na Ilha das Cinzas, possivelmente, minimizada pelo acesso aos recursos naturais. No caso da Ilha das Cinzas, a disponibilidade e o acesso aos recursos naturais exercem influência na adequada alimentação das famílias extrativistas, principalmente, das mais pobres e com reduzidas fontes de renda e de diversidade produtiva (agrícola e florestal). A diversidade de alimentos naturais na região amazônica, contudo, encontra limite na sazonalidade, na distribuição geográfica natural das espécies e nas condições climáticas (SILVA; BEGOSSI, 2007).

Na Ilha das Cinzas, outras fontes de renda, além da venda da produção, foram necessárias para contribuir com a subsistência alimentar das famílias extrativistas, como os benefícios sociais (Bolsa Família e aposentadorias), o que reflete a importância dessas fontes para estas populações. O papel da mulher na diminuição do risco da insegurança alimentar das famílias é um fator a se considerar, principalmente, porque elas são as responsáveis pela produção agrícola na Ilha das Cinzas. Adicionalmente, a mulher tem sido o ponto focal de ações de vários programas de assistência social (SANTOS; HECKERT; CARVALHO, 2017) e, portanto, as mulheres provedoras da Ilha das Cinzas podem ser beneficiárias de alguns dos programas de transferência de renda (ex.: Bolsa Família).

Contudo, nem a renda adicional, proveniente do Bolsa Família, nem o gênero do chefe da família influenciaram no risco de IA neste estudo. No caso da Ilha das Cinzas, as mulheres são as responsáveis pelas refeições diárias e pela

horta no entorno da residência. Os homens, normalmente, se ocupam mais diretamente das atividades extrativistas e da agricultura. Nos domicílios da Ilha das Cinzas, a renda familiar é a soma das contribuições financeiras de todos, mesmo que, em alguns casos, com preponderância da mulher.

De forma geral, algumas características específicas são reveladoras do nível de segurança alimentar de uma família ou população, destacando-se seus hábitos alimentares, fatores socioeconômicos, demográficos e geográficos, os quais poderão indicar ações de mitigação e de prevenção (NIKOLAUS; ELLINSON; NICKOLS-RICHARDSON, 2019).

O isolamento de populações extrativistas amazônicas, como aquelas residentes da Ilha das Cinzas, associado aos seus hábitos alimentares restritos, pode aumentar sua vulnerabilidade e, conseqüentemente, afetar sua segurança alimentar (LEAH *et al.*, 2012). Tregidgo *et al.* (2020) apontaram a relação entre as inundações sazonais dos rios e a grave insegurança alimentar de famílias ribeirinhas, que residem em áreas geograficamente distantes dos centros administrativos locais, interferindo decisivamente no acesso e na disponibilidade de alimentos. Neste sentido, Valle *et al.* (2019) defendem que as soluções para o problema da insegurança alimentar estão no próprio *lôcus* da comunidade, por meio da produção agrícola familiar diversificada e de seu nexos com a importância socioeconômica e com a cultural local.

Neste estudo, houve uma tendência de menor risco de IA para as famílias que produzem e que consomem seus alimentos. Em regiões ribeirinhas amazônicas, principalmente, nas remotas, a produção, o consumo e a venda de alimentos agrícolas diversos, como legumes e hortaliças, é uma das formas de garantir o mínimo de subsistência e de diversidade alimentar familiar, seja por limitações econômicas, logísticas e/ou climáticas (ADAMS; MURRIETA; SANCHES, 2005). Portanto, a agricultura familiar se mostra relevante, para a diversificação produtiva, contribuindo para a qualidade alimentar e para o autoconsumo, além de fomentar a participação e o empoderamento da mulher, a geração de renda e a minimização da insegurança alimentar (LOLI; LIMA; SILOCHI, 2020).

É importante ressaltar que o fator “renda” surge como um aspecto transversal, que desvela a habilidade do indivíduo de, além de ter capacidade econômica, ter capacidade efetiva de aquisição de alimentos diversos, considerando suas necessidades alimentar, física e mental (CONTINI; LIMA-FILHO; DRESCH, 2012). Na região amazônica, além da geração de renda monetária pela venda de produtos, a troca ainda é uma forma de comércio e não pode ser descartada, como meio de aquisição de produtos de subsistência. Desta forma, o consumo do que é produzido, coletado ou, algumas vezes, trocado passa

a ser essencial à sobrevivência familiar e à própria estruturação da comunidade, em especial, no caso das populações extrativistas do fruto do açazeiro.

É necessário considerar que, em populações ribeirinhas da região amazônica, as principais fontes de renda e de alimentação advêm de produtos da sociobiodiversidade, definidos na Portaria MDA/MDS/MMA nº 239/2009 (BRASIL, 2009). Similar ao encontrado na Ilha das Cinzas e em outros estudos (YUYAMA *et al.*, 2007; GUERRA *et al.*, 2018), as famílias extrativistas da Amazônia possuem baixa ingestão de frutas, de legumes e de hortaliças. Neste cenário, os frutos de palmeiras, como o açaí (*Euterpe oleracea*) e o buriti (*Mauritia flexuosa*) são importantes para a diversidade da composição alimentar ribeirinha (YUYAMA *et al.*, 2007).

Neste estudo, o açaí esteve presente na alimentação de 100% das famílias entrevistadas. Santos (2020) identificou o fruto como importante fonte de renda para as famílias da Ilha das Cinzas. Ao estudar as socioeconomias da produção e do consumo de fruto do açazeiro na Ilha das Cinzas, o mesmo autor revelou que os extrativistas não modificaram seu consumo de açaí em função das vendas do produto na safra e na entressafra. Atualmente, a perpetuação da forma de vida destas populações, baseada na pesca, na caça e no extrativismo e cunhada por gerações, contribui para a manutenção de sua segurança alimentar. Entretanto, com a crescente demanda e com o aumento do preço do fruto, aliados aos efeitos da sazonalidade e das mudanças de dieta, há o risco de modificações de seus hábitos. Os resultados deste estudo com famílias extrativistas corroboraram a tendência de mudanças nos hábitos alimentares das populações do Brasil (MONTEIRO *et al.*, 2011; GUERRA *et al.*, 2018) e da América Latina e do Caribe (FAO, 2017) pela introdução de alimentos industrializados em detrimento de alimentos mais saudáveis, com prejuízos, em especial, às crianças e aos adolescentes (FAO, 2017; GUERRA *et al.*, 2018).

No Brasil, políticas públicas, como o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) – Lei nº 11.346/2006 (BRASIL, 2006) – e a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) – Decreto nº 7.272/2010 (BRASIL, 2010) – e programas de transferência de renda (ex.: Bolsa Família) contribuem para a diminuição da insegurança alimentar (CORREIA *et al.*, 2018). Neste estudo, o Bolsa Família, que transfere à família um valor monetário por criança na escola, representou um importante ingresso de renda em metade das famílias extrativistas entrevistadas. É possível que esta renda adicional possa estar sendo usada, também, para a aquisição de outros itens (vestuários, utensílios) e, não apenas, de alimento na Ilha das Cinzas, embora esta suposição mereça aprofundamento em novos estudos.

As políticas públicas citadas deveriam ser complementares a outras políticas, de forma a possibilitar a reprodução permanente dos meios de vida das populações tradicionais e a garantir o acesso à terra agricultável, aos meios de produção e a modelos justos de comercialização, reduzindo riscos de desestruturação da alimentação local (JESUS SILVA; GARAVELLO, 2012), de transição nutricional (PIPERATA *et al.*, 2011) e/ou do aumento da insegurança alimentar nessas populações ribeirinhas (PIPERATA; McSWEENEY; MURRIETA, 2016). Assim, é premente a mudança desse paradigma, para que o aumento de renda, proporcionado por programas governamentais de transferência de renda, não eleve o consumo de alimentos industrializados por parte das famílias ribeirinhas. Como forma de minimizar esse cenário, é necessário o fomento à produção agrícola familiar.

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, através do qual o governo compra produtos da agricultura familiar e da sociobiodiversidade, mostra-se relevante para os pequenos produtores (HESPANHOL, 2013). Sua valorização e sua continuidade são importantes para que produtos de populações extrativistas possam ser incorporados e contribuam para o acesso a alimentos de qualidade e em quantidade necessárias, mantendo a identidade cultural local (VILHENA; ALVES JUNIOR; FERREIRA DE FREITAS, 2019).

Para tanto, como forma de possibilitar a real autonomia alimentar dos extrativistas, é necessário considerar a soberania alimentar nas políticas de segurança alimentar e nutricional de populações tradicionais, reconhecendo seus cinco eixos estruturantes: i) acesso aos recursos; ii) modelos de produção; iii) transformação e comercialização; iv) consumo alimentar e direito à alimentação; e v) políticas agrárias (GARCÍA, 2003). A soberania alimentar pode ser entendida como o “[...] direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e de produzir alimentos saudáveis e culturalmente adequados e acessíveis, de formas sustentável e ecológica” (BRASIL, 2013, p. 25) e encarada como um estágio superior do que se entende por segurança alimentar atualmente. Dessa maneira, mecanismos que fortaleçam a autogestão, a autossuficiência, a diversidade produtiva, a comercialização justa e as valorizações socioeconômica e cultural são fundamentais para a concretização e para a estabilidade da soberania alimentar (PAULINO, 2015).

Por fim, é importante ressaltar que, embora a amplitude e a complexidade do termo “segurança alimentar” variem entre países ou regiões e considerando as características socioeconômicas, culturais, históricas, ecológicas de cada população, sua noção como um direito humano inalienável é pacificado na literatura internacional (SAMPAIO *et al.*, 2006, p. 1). Aqui, inclui-se o direito

às necessidades básicas de alimentação de qualidade para os membros do domicílio (SCHROEDER; SMALDONE, 2015), pois há uma relação direta entre desigualdades socioeconômicas e insegurança alimentar (FAO, 2013). No Brasil, a questão está associada a fatores educacionais, ao acesso a redes de esgoto e de água, à energia elétrica, mas, principalmente, à renda, de maneira que a “instabilidade” desse quadro compromete a segurança alimentar do domicílio (HOFFMANN, 2014). Na Amazônia, especialmente, em áreas isoladas, geograficamente, fatores abióticos também podem influenciar na (in)segurança alimentar de famílias ribeirinhas (TREGIDGO *et al.*, 2020).

Neste sentido, a avaliação constante da segurança alimentar é necessária no aspecto da saúde pública, para o planejamento de ações interventivas e para a criação de bancos de dados e de programas de monitoramento e de prevenção (DANESHI-MASKOON *et al.*, 2017). Populações extrativistas da Amazônia ainda são invisíveis às estatísticas socioeconômicas oficiais, o que alerta para a necessidade de mais estudos em escala sobre o tema, para que se possa compreender o grau de vulnerabilidade destas populações e a sua relação com os períodos produtivos dos recursos naturais regionais, especialmente, das espécies de curto ciclo produtivo, cujas dependências econômica e alimentar pelas famílias sejam maiores.

CONCLUSÃO

A população extrativista de açaí da Ilha de Cinzas, no Pará, encontra-se em situação de segurança alimentar, mas um terço das famílias mostrou sinais de alerta. Os resultados encontrados neste estudo trazem visibilidade ao ainda pouco explorado universo da insegurança alimentar de populações extrativistas amazônicas, ressaltando que a diversidade de recursos naturais da região pode não ser determinante para a qualidade e para a quantidade de alimentos necessários. Este estudo mostrou uma relação inversa entre a insegurança alimentar e a existência de produção e de consumo de produtos da agricultura familiar, enfatizando elementos relevantes a serem considerados em programas direcionados a estas populações, como os incentivos ao extrativismo e à agricultura familiar.

O açaí continua prevalente na dieta e na geração de renda das famílias, mas se alerta para a crescente pressão de demanda de mercado, que pode alterar esta relação no futuro. A presença de alimentos industrializados e ultraprocessados (ricos em gordura, em conservantes artificiais, em açúcar e em sal) na dieta de populações extrativistas espelha as mudanças de hábitos alimentares observadas,

de forma geral, na população brasileira. O papel de elementos associados à composição da renda familiar, à sazonalidade da produção, à distância geográfica de centros urbanos e ao acesso a serviços públicos básicos pelas populações extrativistas também deve ser aprofundado em outros estudos para uma melhor compreensão da realidade local e da sua relação com a segurança alimentar.

O monitoramento e a detecção prematura dos possíveis desequilíbrios observados na Ilha das Cinzas continuam sendo formas de mitigar problemas futuros. Portanto, a insegurança alimentar, detectada em 35% das famílias avaliadas, não deve ser minimizada. Estratégias de saúde pública e políticas, que contribuam para a autossuficiência produtiva, para a autonomia alimentar e para a reprodução social, bem como relações comerciais, que valorizem os produtos do extrativismo, podem ter papel-chave na redução da vulnerabilidade socioeconômica e na manutenção da identidade cultural das populações extrativistas amazônicas.

REFERÊNCIAS

ADAMS, C.; MURRIETA, R. S. S.; SANCHES, R. A. Agricultura e alimentação em populações ribeirinhas agricultura e alimentação em populações ribeirinhas agricultura e alimentação em populações ribeirinhas das várzeas do Amazonas: novas perspectivas. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, vol. VIII, p. 1-21, jan./jun. 2005.

ALVARENGA, A. M. T. **Modelos lineares generalizados**: aplicação a dados de acidentes rodoviários. 2015. Dissertação (Mestrado em Gestão e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Informação, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2015.

BARRETT, C. B. Measuring food insecurity. **Science**, [s. l.], Vol. 327, p. 825-828, 2010.

BEN-DAVIES, M. E.; KINLAW, A.; ESTRADA DEL CAMPO, Y.; BENTLEY, M. E.; SIEGA-RIZ, A. M. Risk factors associated with the presence and severity of food insecurity in rural Honduras. **Public Health Nutr**, [s. l.], Vol. 17, No. 01, p. 5-13, 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2006]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Portaria Interministerial nº 239, de 21 de julho de 2009.

Estabelece orientações para a implementação do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade. Brasília, DF: Presidência da República, [2009]. Disponível em: <http://mds.gov.br/aceso-a-informacao/legislacao/portaria/portaria-interministerial-mda-e-mds-e-mma-no-239-de-21-de-julho-de-2009>. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN [...]. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7272.htm. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Brasília, DF: Presidência da República, [2011]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7492.htm. Acesso em: 18 jun. 2021.

BRASIL. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. 84 p.

CHAUDHARY, A.; GUSTAFSON, D.; MATHYS, A. Multi-indicator sustainability assessment of global food systems. **Nature Communications**, [s. l.], Vol. 9, No. 848, p. 1-13, 2018. DOI: 10.1038/s41467-018-03308-7.

CHAVES, M. P. S. R. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia:** o estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. 2001. Tese (Doutorado em Política Científica e Tecnológica) – Programa de Pós-Graduação em Política Científica e Tecnológica, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

CONTINI, D. J.; LIMA-FILHO, D. O.; DRESCH, L. O. Perfil da produção agrícola para autoconsumo em territórios rurais de Mato Grosso do Sul. **Interações**, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 203-212, 2012.

CORREIA, L. L.; ROCHA, H. A. L.; LEITE, A. J. M.; CAVALCANTE E SILVA, A.; CAMPOS, J. S.; MACHADO, M. M. T.; LINDSAY, A. C.; CUNHA, A. J. L. A. The relation of cash transfer programs and food insecurity among families with preschool children living in semiarid climates in Brazil. **Cad. Saúde Colet.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 53-62, 2018. DOI: 10.1590/1414-462X201800010341.

DANESHI-MASKOON, M.; SHAB-BIDAR, S.; BADRI-FARIMAN, M.; AUBI, E.; MOHAMMADI, Y.; JAFARNEJAD, S.; DJAFARIAN, K. Questionnaire-based Prevalence of Food Insecurity in Iran: A Review Article. **Iran J Public Health**, [s. l.], Vol. 46, No.11, p. 1454-1464, 2017.

FAO. **Direito à alimentação e segurança alimentar e nutricional nos países da CPLP**: Diagnóstico de Base. Roma: FAO, 2013.

FAO. **Panorama da segurança alimentar e nutricional na América Latina e no Caribe**. Santiago: FAO, 2017. 48 p.

FAO. World Food Summit. **FAO**, Rome, 2019. Disponível em: http://www.fao.org/wfs/index_en.htm. Acesso em: 18 jun. 2021.

FAO *et al.* **The state of food security and nutrition in the world 2019**: safeguarding against economic slowdowns and downturns. Rome: FAO, 2019

FIELD, A. **Descobrimos a estatística usando o SPSS**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GARCÍA, X. **La soberanía alimentaria**: un nuevo paradigma. [s. l.: s. d.], 2003. (Colección Soberanía Alimentaria de Veterinarios Sin Fronteras, Documento 1).

GUBERT, M. B.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; SPANIOL, A. M.; PEDROSO, J.; COELHO, S. E. A. C.; PÉREZ-ESCAMILLA, R. Household food insecurity in black-slaves descendant communities in Brazil: has the legacy of slavery truly ended? **Public Health Nutrition**, [s. l.], Vol. 20, No. 8, p. 1513-1522, 2016. DOI: 10.1017/S1368980016003414.

GUERRA, L. D. S.; ESPEINOSA, M. M.; BEZERRA, A. C. D.; GUIMARÃES, L. V.; MARTINS, M. S. A. S. Desafios para a Segurança Alimentar e Nutricional na Amazônia: disponibilidade e consumo em domicílios com adolescentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 12, p. 4043-4054, 2018. DOI: 10.1590/1413-812320182312.26352016.

HESPANHOL, R. A. M. Programa de Aquisição de Alimentos: limites e potencialidades de políticas de segurança alimentar para a agricultura familiar. **Soc. & Nat.**, Uberlândia, v. 25, n. 3, p. 469-483, set./dez. 2013.

HIRAOKA, M. Mudanças nos Padrões econômicos de uma população ribeirinha do estuário do Amazonas. *In*: FURTADO, L. G.; LEITÃO, W. M.; MELLO, A. F. (org.). **Povos das águas**: realidades e perspectivas na Amazônia. MPEG: Belém, 1993. p. 133-157.

HOFFMANN, R. Brasil, 2013: mais segurança alimentar. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 21, n. 2, p. 422-436, 2014.

HOSMER, D. W.; LEMESHOW, S. **Applied logistic regression**. 2. ed. New York: John Wiley & Sons, 2000. p. 260-280.

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: segurança alimentar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. 134 p.

IBGE. **Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: primeiros resultados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 69 p.

JARDIM, M. A. G.; ANDERSON, A. B. Manejo de populações nativas de açazeiro no estuário amazônico - resultados preliminares. **Boletim de Pesquisa Florestal**, Cruz das Almas, v. 15, p. 1-18, 1987.

JESUS SILVA, R.; GARAVELLO, M. E. P. Ensaio sobre transição alimentar e desenvolvimento em populações caboclas da Amazônia. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 19, n. 1, p. 1-7, 2012.

LEAH, J.; PRADEL, W.; COLE, D. C.; PAIN, G.; CREED-KANASHIRO, H.; CARRASCO, M. V. Determinants of household food access among small farmers in the Andes: examining the path. **Health Nutrition**, [s. l.], Vol. 16, No. 1, p. 136-145, 2012. DOI: 10.1017/S1368980012000183.

LOLI, D.; A.; LIMA, R. S.; SILOCHI, R. M. Q. Mulheres em Contextos Rurais e Segurança Alimentar e Nutricional. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 27, p. 1-13. e020008, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.20396/san.v27i0.8656151>.

MONTEIRO, C. A.; LEVY, R. B.; CLARO, R. M.; CASTRO, I. R. R.; CANNON, G. Increasing consumption of ultra-processed foods and likely impacto on human health: evidence from Brazil. **Public Health Nutr.**, [s. l.], Vol. 14, No. 1, p. 5-13, 2011.

NIKOLAUS, C. J.; ELLINSON, B.; NICKOLS-RICHARDSON, S. M. College students' interpretations of food security questions: results from cognitive interviews. **BMC Public Health**, [s. l.], Vol. 19, p. 1282, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1186/s12889-019-7629-9>.

PAULINO, E. T. Soberania alimentar e campesinato: disputas teóricas e territoriais. **GEOgraphia**, Niterói, ano 17, n. 33, p. 177-204, 2015.

PEREIRA, E. M.; UELE, D. I.; MOURA, J. G.; CAMARGO, R. F. Avaliação da qualidade da água e a relação com a saúde e o desenvolvimento da Ilha das Cinzas - Gurupá - PA. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SAÚDE E AMBIENTE, 2., 2014, Belo Horizonte. **Anais** [...] Belo Horizonte: SBSA, 2014. p. 1-10.

PÉREZ-ESCAMILLA, R. Food Security and the 2015-2030 Sustainable Development Goals: From Human to Planetary Health: Perspectives and Opinions. **Curr Dev Nutr.**, [s. l.], Vol. 20, No. 1, e000513, 2017. DOI: 10.3945/cdn.117.000513.

PEREZ-ESCAMILLA, R.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARANHA, L. K.; SAMPAIO, M. F. A.; MARIN-LEÓN, L.; PANIGASSI, G. An adapted version of the U.S. Department of Agriculture Food Insecurity Module is a valid tool for assessing household food insecurity in Campinas. **Brasil. J. Nutr.**, [s. l.], Vol. 134, p. 1923-1928, 2004.

PESSANHA, L. **A agricultura familiar e os quatro conteúdos da segurança alimentar**. Rio de Janeiro: AGORA/RIAD/REDCAPA, 1995.

PIPERATA, B. A.; MCSWEENEY, K.; MURRIETA, R. S. S. Conditional cash transfers, food security, and health: biocultural insights for poverty-alleviation policy from the Brazilian Amazon. **Current Anthropology**, [s. l.], Vol. 57, p. 806-826, 2016.

PIPERATA, B.; IVANOVA, S.; DA-GLORIA, P.; VEIGA, G.; POLSKY, A.; SPENCE, J.; MURRIETA, R. S. S. Nutrition in transition: dietary patterns of rural amazonian women during a period of economic change. **American Journal of Human Biology**, [s. l.], Vol. 23, p. 458-469, 2011.

RENTE NETO, F.; FURTADO, L. G. A ribeiridade amazônica: algumas reflexões. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 24, p. 158-182, 2015.

SAMPAIO, M. F. A.; KEPPLER, A. W.; SEGALL-CORRÊA, A. M.; OLIVEIRA, J. T. A.; PANIGASSI, G.; MARANHA, L. K.; MARIN-LEON, L.; BERGAMASCO, S. M. P. P.; PEREZ-ESCAMILLA, R. (In) Segurança Alimentar: experiência de grupos focais com populações rurais do Estado de São Paulo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 64-77, 2006.

SANTOS, E. S. **O extrativismo do açaí** (*Euterpe oleracea* Martius) **na ilha das Cinzas, várzea estuarina do rio Amazonas, Pará: socioeconomia, manejo e cadeia produtiva.** 2020. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

SANTOS, K. L.; HECKERT, A. L. C.; CARVALHO, S. V. Família e mulher como instrumentos de governo na assistência social. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 29, e158080, 2017.

SCHROEDER, K.; SMALDONE, A. Food insecurity: a concept analysis. **Nurs Forum**, [s. l.], Vol. 50, No. 4, p. 274-284, 2015. DOI: 10.1111/nuf.12118.

SEARS, R. R.; PADOCH, C.; PINEDO-VASQUEZ, M. Amazon Forestry Transformed: Integrating Knowledge for Smallholder Timber Management in Eastern Brazil. **Hum Ecol.**, [s. l.], Vol. 35, p. 697-707, 2007. DOI: 10.1007/s10745-006-9109-y.

SILVA, A. L.; BEGOSSI, A. Biodiversity, food consumption and ecological niche dimension: a Study Case of the Riverine Populations from the Rio Negro, Amazonia, Brazil. **Environment, Development and Sustainability**, [s. l.], Vol. 11, No. 3, p. 1-24, 2007.

SMITH, M. D.; RABBITT, M. P.; COLEMAN-JENSEN, A. Who are the world's food insecure? New evidence from the food and agriculture organization's food insecurity experience scale. **World Development**, [s. l.], Vol. 93, p. 402-412, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2017.01.006>.

SOUSA, F. F.; VEIRA-DA-SILVA, C.; BARROS, F. B. The (in)visible market of miriti (*Mauritia flexuosa* L.f.) fruits, the “winter acai”, in Amazonian riverine communities of Abaetetuba, Northern Brazil. **Global Ecology and Conservation**, [s. l.], Vol. 14, e00393, p. 2351-9894, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.gecco.2018.e00393>.

TRECCANI, G. D. **Regularizar a terra: um desafio para as populações tradicionais de Gurupá.** 2006. Tese (Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2006.

TREGIDGO, D.; BARLOW, J.; POMPEU, P. S.; PARRY, L. Tough fishing and severe seasonal food insecurity in Amazonian flooded forests. **People and Nature**, [s. l.], Vol. 2, p. 468-482, 2020.

TRIVELLATO, P. T.; MORAIS, D. C.; LOPES, S. O.; MIGUEL, E. S.; FRANCESCHINI, S. C.; PRIORE, S. E. Insegurança alimentar e nutricional em famílias do meio rural brasileiro: revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 3, p. 865-874, 2019. DOI: 10.1590/1413-81232018243.05352017.

UNICAMP. **Acompanhamento e avaliação da Segurança Alimentar de famílias brasileiras**: validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação. Relatório Técnico. Versão preliminar. São Paulo: UNICAMP, 2004.

VALLE, M. M.; IBARRA, J. T.; HÖRMANN, P. A.; HERNÁNDEZ, R.; RIVEROS F., J. L. Local knowledge for addressing food insecurity: the use of a goat meat drying technique in a rural famine context in Southern Africa. **Animals**, [s. l.], Vol. 9, No. 10, p. 1-8, 2019. DOI: 10.3390/ani9100808.

VILHENA, M. R.; ALVES JUNIOR, A.; FERREIRA DE FREITAS, A. Produtos da sociobiodiversidade no PAA e PNAE: Instrumentos de gestão operacional no PNAE. **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, Viçosa, v. 8, n. 1, p. 71-102, 2019.

YUYAMA, L. K. O.; AGUIAR, J. P. L.; PANTOJA, L.; MAEDA, R. N.; MELO, T.; ALENCAR, F. H.; NASCIMENTO, A. M. M.; NEGREIROS, N. M. A.; CORRÊA A. M. S.; PÉREZ-ESCAMILLA, R. Segurança/insegurança alimentar em famílias urbanas e rurais no estado do Amazonas: I. Validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação. **Acta Amazonica**, Boa Vista, v. 37, n. 2, p. 247-252, 2007.

Texto submetido à Revista em 06.02.2020

Aceito para publicação em 12.05.2021



Polinizadores visitam o girassol durante todo florescimento, aumentando a produtividade e uniformizando as sementes

Pollinators visit the sunflower throughout flowering, increasing yield and standardizing the seeds

Rafael Kill-Silveira - Doutorando no Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: killsilveira.r@gmail.com

Luiz Fernando Rodrigues Cordeiro - Graduado em Zootecnia pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: luizfernando_foi@hotmail.com

Dionei José da Silva - Doutor em Biologia Tropical e Recursos Naturais pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). Professor adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). E-mail: dioneijs@gmail.com

Resumo

Objetivou-se com esta pesquisa verificar o efeito da polinização biótica na cultura do girassol, associada ou não à adubação orgânica, e ainda determinar em qual período de florescimento e qual horário do dia há maior abundância de visitantes florais, na tentativa de informar em qual momento é seguro o uso de substâncias nocivas aos polinizadores. Foram utilizadas 52 plantas em delineamento inteiramente casualizado com arranjo fatorial 2x2 (adubação x polinização biótica). Os visitantes florais foram observados das 07:00 às 18:00 horas durante 1 minuto a cada hora. Houve incremento produtivo de até 25% com a polinização biótica no girassol, mas este efeito é dependente do conteúdo de nutrientes disponíveis às plantas. Houve presença de polinizadores durante todo o período de florescimento e em qualquer horário do dia, desta maneira, só é viável economicamente o uso de agrotóxicos se as perdas de produção ocasionada pelas pragas forem superiores a 25%.

Palavras-chave

Abelhas nativas. Adubação orgânica. Agroecossistemas. *Helianthus annuus*. Polinização. Serviços ecossistêmicos.

Abstract

We aim with this research to verify the effect of the biotic pollination on sunflower culture associated or not with organic fertilization, and also to determine in which flowering period and what time of the day there is a greater abundance of floral visitors, in an attempt to inform at what time the use of substances harmful to pollinators is safe. 52 plants were used in a completely randomized design with a 2x2 factorial arrangement (Fertilization x biotic pollination). Floral visitors were observed from 7:00 am to 6:00 pm for 1 minute every hour. There was a productive increase of up to 25% with biotic pollination in sunflower, but this effect is dependent on the content of nutrients available to the plant. Pollinators were present during all the flowering period and at any time of the day, so the use of pesticides is only economically viable if the production losses caused by the pests are greater than 25%.

Keywords

Agroecosystems. Ecosystemic services. *Helianthus annuus*. Organic fertilizer. Pollination. Wild bees.

INTRODUÇÃO

O Brasil se comprometeu perante o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, a cumprir com as 169 metas dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Dentre outros, destaca-se o objetivo 2, que é o de acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição, promovendo a agricultura sustentável até o ano de 2030. A alimentação humana é mantida em quase sua totalidade pela agricultura, no entanto, da forma como vem sendo praticada está entre as principais fontes de degradação do meio ambiente (CLARK; TILMAN, 2017). Um dos maiores desafios é garantir a alta produtividade agrícola associada à conservação ambiental (PHALAN *et al.*, 2016).

Segundo Bommarco, Kleijn e Potts (2013), a intensificação ecológica é uma estratégia viável para a minimização dos danos causados pela agricultura moderna, e que simultaneamente, contribui para o aumento da produção agrícola. A intensificação dos serviços ecossistêmicos de polinização é um dos exemplos. De acordo com Klein *et al.* (2007), mais de 70% das culturas agrícolas e 35% da produção agrícola dependem de insetos polinizadores.

Globalmente o serviço ecossistêmico de polinização foi estimado em 173 bilhões de dólares ao ano em 2009 (GALLAI; VAISSIÈRE, 2009). Para o Brasil, este valor foi de R\$ 31 bilhões em 2016, o impacto negativo da perda de polinizadores será maior para as culturas mais dependentes de polinização, como exemplo a cultura do girassol (*Helianthus annuus* L.), que em 2009 a produção rendeu para o país R\$ 85 milhões, e os serviços de polinização corresponderam a R\$ 55 milhões, entretanto a eficácia deste serviço pode estar ameaçada, pois o uso de agrotóxicos no Brasil aumentou 278% entre os anos de 2002 a 2016 (SILVEIRA; GALBIATI, 2019).

Sobretudo, porque de acordo com Jung (2014), a redução da população de polinizadores associa-se principalmente ao uso indiscriminado de agrotóxicos. E ainda, segundo Oliveira *et al.* (2018), o uso de agrotóxicos diminui a abundância de polinizadores e, como consequência, a produtividade do girassol. Acreditava-se que apenas os inseticidas eram os responsáveis pela morte de abelhas, contudo, são vários os ingredientes ativos (IAs) de agrotóxicos que causam malefícios a estes seres vivos (BOILY *et al.*, 2013; DEGRANDI-HOFFMAN *et al.*, 2015; IUPAC, 2018; KIDD; JAMES, 1991; LEITE *et al.*, 2015).

As abelhas são os principais polinizadores, e dentre estas, a espécie *Apis mellifera* é a mais utilizada, porém, para a cultura do girassol tem sido descrito que as espécies nativas são mais eficientes no processo de polinização (GREENLEF; KREMEN, 2006; MALLINGER *et al.*, 2019). As doses letais de agrotóxicos para

algumas espécies de abelhas nativas são inferiores quando comparados com as doses letais para a espécie *Apis mellifera*, que é a espécie utilizada nos testes de toxicidade (ARENA; SGOLASTRA, 2014; VALDOVINOS-NÚÑEZ *et al.*, 2009).

Para Perrot *et al.* (2018), o rendimento de culturas agrícolas como o girassol poderia ser aumentado por meio do manejo de colmeias de abelhas e da densidade de plantas, sem recorrer a agroquímicos. Sendo assim existem estratégias de manejo ainda não utilizadas por técnicos e produtores que podem contribuir para diminuir os danos causados, aumentando a produtividade e lucratividade dos sistemas agrícolas. Concomitantemente, os benefícios da polinização biótica dependem do genótipo de girassol utilizado para o cultivo (MALLINGER; PRASIFKA, 2017a).

Objetivou-se com esta pesquisa verificar o efeito da polinização biótica na cultura da cultivar de girassol SYN 039A, associada ou não à adubação orgânica e, ainda, determinar em qual período de florescimento e qual horário do dia há maior abundância de visitantes florais, na tentativa de informar aos técnicos e produtores em que momento é seguro o uso de substâncias nocivas aos polinizadores.

1 MATERIAL E MÉTODOS

O experimento foi conduzido no setor de Apicultura da Universidade do Estado de Mato Grosso, câmpus Universitário de Pontes e Lacerda, o qual está localizado sob as coordenadas geográficas 15°32'66.3" Sul e 59°23'24.4" Oeste, com altitude média de 254 m acima do nível do mar. Segundo Koppen (1923), o clima da região é de classificação do tipo Aw, com chuvas concentradas no verão (outubro a abril), e com período seco bem definido durante a estação de inverno (maio a setembro), e apresenta precipitação média anual de 1.500 mm, com temperatura média de 24°C, a máxima de 38°C e a mínima 14°C. O solo é classificado como Argissolo Vermelho distrófico, de textura médio arenosa.

Foram utilizadas sementes do girassol de genótipo SYN 039A. O plantio foi realizado em copos descartáveis de 50mL na profundidade de semeadura de 3 cm em agosto de 2016. Quinze dias após a germinação as plantas foram transferidas para vasos de plástico com 32x23x19 cm de diâmetro superior, inferior, e altura, respectivamente. Os vasos foram alocados com espaçamento de 70 cm entre linhas em casa de vegetação. Para eliminar o efeito da localização os vasos foram dispostos de maneira intercalada (um com adubo e outro sem adubo).

O substrato utilizado nos vasos foi solo e esterco de poedeiras. A quantidade de fertilizante utilizada foi de 20 Mg ha⁻¹ (ALVAREZ *et al.*, 2006).

Para o cálculo da quantidade de adubo em cada vaso foi considerado que o solo apresentava a densidade de $1,2 \text{ g dm}^{-3}$. Tendo como base a profundidade de 20 cm, teremos $2.400.000,00 \text{ kg ha}^{-1}$ de solo. Dessa forma cada vaso recebeu 11 kg de solo e 90 g de esterco.

A adubação foi dividida em três doses (30 g cada), sendo que a primeira ocorreu no momento da transferência das plântulas para o vaso, a segunda aos 30, e a terceira aos 40 dias após a semeadura. Anteriormente, a adubação, e de acordo com a análise física, o solo apresentava os teores de argila, silte e areia, nas concentrações de 186,8, 776,0, 735,6 g kg⁻¹, respectivamente. Os respectivos teores da composição química podem ser observados na Tabela 1. As análises foram realizadas no laboratório de análise de solos da Universidade do Estado de Mato Grosso, campus universitário de Pontes e Lacerda.

Tabela 1 – Composição química do solo utilizado

pH H ₂ O	M.O dag kg ⁻¹	P mg dm ⁻³	K mg dm ⁻³	Ca ²⁺ cmol _c dm ⁻³	Mg ²⁺ cmol _c dm ⁻³	Al ³⁺ cmol _c dm ⁻³	H+Al cmol _c dm ⁻³	CTC _{efetiva} cmol _c dm ⁻³	CTC _{pH7,0} cmol _c dm ⁻³	V %	m %	K %	Ca %	Mg %
6,0	1,5	6,0	92,6	2,2	1,0	0,0	2,6	3,4	6,0	57,3	0	7	64,7	29,4

Fonte: elaborado pelos autores, 2021.

Para o cálculo do volume utilizado na irrigação foi utilizada a média aritmética da área da borda superior e inferior do vaso. O volume de água utilizado foi ajustado a cada 30 dias (ACOSTA, 2009). Nos primeiros 30 dias as plantas receberam 100 mm de água. De 30-60 dias foram irrigadas com 200 mm e entre 60-90 dias receberam 300 mm, dessa forma, foram irrigadas com a quantidade de 600mm para todo o ciclo da cultura (90 dias), de acordo com as recomendações de Cavalcante Junior *et al.* (2013).

Ao aparecer o primeiro botão floral, as laterais da casa de vegetação foram abertas e uma colmeia de abelhas *Apis mellifera* foi alocada a uma distância de 10 m. Para avaliar a influência da polinização no estágio R4 foram colocadas toucas (toucas de cozinheiro) descartáveis de TNT (polipropileno), para cobrir os capítulos (inflorescência); estas foram colocadas de maneira intercalada, a fim de evitar o efeito da localização. Sendo assim, das 26 plantas adubadas, 13 foram expostas à polinização e 13 (com a touca) não foram polinizadas bioticamente, e o mesmo procedimento foi efetuado para as plantas que não receberam adubo.

Para verificar a visitação das abelhas nas inflorescências durante todo o período de florescimento, cada uma das plantas (sem touca) foi observada durante 01 minuto a cada hora, das 07:00 às 18:00 horas por um período de 25 dias (período entre a 1ª planta entrar em estágio R5 e a última encerrar o estágio R6). Para verificar o efeito do horário do dia na abundância de polinizadores foram selecionados oito dias com temperatura, umidade e pluviosidade semelhantes, utilizando termômetro de bulbo seco, bulbo úmido e observação, respectivamente.

Após a maturação dos capítulos, estes foram colhidos, secados em estufa de circulação forçada com temperatura de 55°C por 72 horas. Foi analisado o número de aquênios por inflorescência, peso dos aquênios por inflorescência e produção total. Os aquênios presentes nos capítulos foram retirados e beneficiados no Laboratório de Análise de Alimentos e Nutrição Animal (LANA) pertencente à Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). A estimativa da produção em kg ha⁻¹ foi realizada a partir da recomendação de 50 mil plantas por hectare (IAC, 2019). Não foi usada nenhuma classe de agrotóxicos.

Utilizou-se um delineamento inteiramente casualizado em arranjo fatorial 2x2 (adubado e não adubado e polinizado e não polinizado). Os dados de produção apresentaram normalidade pelo teste de Shapiro-Wilk e homogeneidade das variâncias pelo teste de Bartlett e, posteriormente, foram submetidos à análise de variância ao nível de 5% de probabilidade. Com a finalidade de verificar se houve diferença na abundância de visitantes florais em girassol entre o início e o final do período de florescimento e nos diferentes horários do dia foi empregado o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, pois estes dados não atenderam aos pressupostos de normalidade e homogeneidade de variâncias de acordo com os testes de Shapiro-Wilk e Bartlett, respectivamente. Foi utilizado o software estatístico R, versão 3.6.3, para as análises.

2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

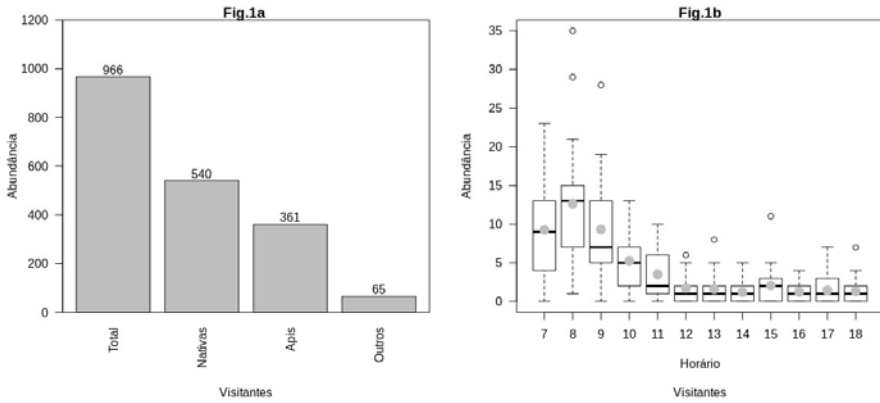
Para os visitantes florais foram observados 966 indivíduos pertencentes à Classe Insecta. Houve um predomínio da ordem Hymenoptera, em que foi registrado um total de 540 abelhas de espécies nativas e 361 indivíduos da espécie *Apis mellifera*, e ainda outros 65 visitantes (Outros) (Figura 1a), pertencentes à ordem Lepidoptera, Coleoptera, Diptera, Orthoptera e Hemiptera.

Houve presença de polinizadores durante todo o período do dia avaliado, no entanto, foi possível observar diferença na abundância de visitantes florais entre os diferentes horários do dia (Figura 1b), resultado estatisticamente significativo pelo teste de Kruskal-Wallis (Qui-quadrado=137,04, gl.=11, p=2,2e-16). Entre

a abertura e o amadurecimento das flores não houve variações significativas na abundância de polinizadores, demonstrando que há presença de polinizadores durante todo o período de florescimento (Figura 1c), resultado não significativo a 5% de probabilidade pelo teste de Kruskal-Wallis (Qui-quadrado= 24, g.l.=24, $p=0,46$).

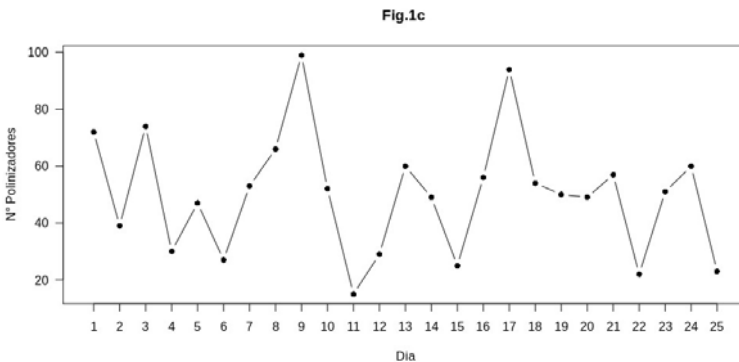
Figura 1a – Diagrama de Whitakker demonstrando a abundância total observada dos diferentes visitantes florais em girassol

Figura 1b – Abundância de visitantes florais entre os diferentes horários do dia. Gráfico de caixas indicando a mediana (linha sólida no interior da caixa), média (ponto cinza), e dispersão (quartis inferior, superior e outliers). As diferenças foram significativas pelo teste de Kruskal-Wallis (qui-quadrado=137.04, g.l.=11, $p=2,2e-16$)



Fonte: elaborado pelos autores, 2021.

Figura 1c – Número médio de visitantes florais observados em cada capítulo por dia, resultado não significativo a 5% de probabilidade pelo teste de Kruskal-Wallis (Qui-quadrado= 24, g.l.=24, $p=0,46$)



Fonte: elaborado pelos autores, 2021.

A maior abundância de visitantes florais foi observada no período da manhã, corroborando com os dados observados por (TEIXEIRA; ZAMPIERON, 2008; ROLIM *et al.*, 2011). Provavelmente isto se trata de uma questão de eficiência com o consumo mínimo de energia para o máximo de coleta, pois, segundo Gomes *et al.* (2012), a coleta de pólen é realizada no período da manhã e o néctar é coletado ao longo de todo o dia, ou seja, no período da manhã há presença de pólen e néctar.

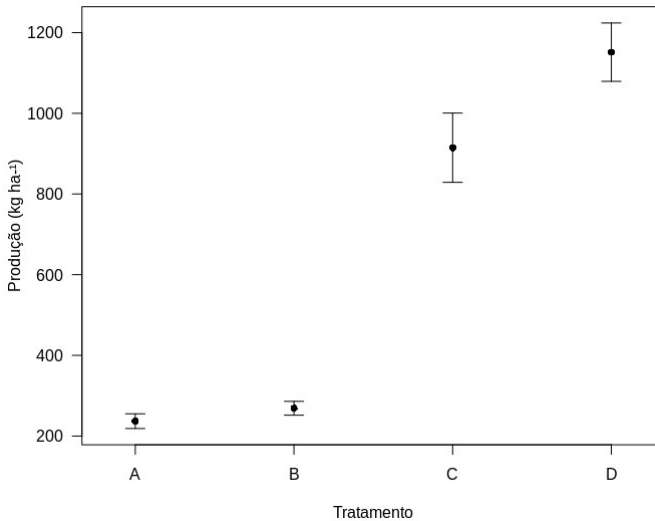
No período da manhã (até as 11:00h) foram observados 73,5% dos visitantes, e apesar da baixa abundância após às 11:00h, estes representam 26,5% do número do total. Sendo assim não é recomendável o uso de produtos nocivos aos polinizadores em nenhum horário do dia, pois levaria à morte de muitos polinizadores e, ainda, dependendo do IA utilizado, os poucos polinizadores que entram e contato poderiam não morrer na lavoura, mas ao entrar na colmeia contaminariam vários outros, levando ao extermínio da colônia.

O mesmo se aplica para pulverização durante qualquer período de florescimento do girassol, uma vez que não houve variações na abundância de polinizadores durante todo o período de florescimento. Pois, segundo Oliveira *et al.* (2018), o uso de agrotóxicos diminui a abundância de polinizadores e a produtividade do girassol. Principalmente porque já é comprovado que todas as classes de agrotóxicos (inseticida, herbicida e fungicida) são prejudiciais às abelhas (ABRAMSON *et al.*, 2004; BOILY *et al.*, 2013; DEGRANDI-HOFFMAN *et al.*, 2015; IUPAC, 2018; KIDD; JAMES, 1991; LEE *et al.*, 2008; LEITE *et al.*, 2015; MARTINELLO *et al.*, 2017; MOGREN; LUNDGREN, 2016; SCHRICKER; STEPHEN, 1970; SOUSA *et al.*, 2013; VIJAYKUMAR; SHIVSHANKAR, 2017).

Assim como observado por Teixeira e Zampieron (2008), Mallinger e Prasifka (2017a), Mallinger e Prasifka (2017b) e Silva *et al.* (2018), a espécie *Apis mellifera* foi a mais abundante, entretanto ao somar as espécies nativas e compará-las com a *Apis mellifera* as nativas foram encontradas em maior número, ainda deve-se esclarecer que para este experimento uma colmeia de *Apis mellifera* foi alocada próximo ao plantio, e as abelhas nativas nidificavam nas proximidades (2 reservas, 1 a 30 e outra a 150 m de distância do local de plantio).

A adubação foi o fator que mais contribuiu para o aumento da produção de girassol, com o incremento médio de 308,64%. Adicionalmente, a polinização contribuiu com o aumento de 13,4% para as plantas não adubadas e em 25,8% para as que foram adubadas (Figura 2).

Figura 2 – Médias (pontos) e erro padrão (barras) da produção de sementes de girassol em kg ha^{-1} para os tratamentos não adubado e não polinizado (A), não adubado e polinizado (B), adubado e não polinizado (C) e adubado e polinizado (D). As diferenças foram estatisticamente significativas a 5% de probabilidade ANOVA ($F=64,29$, $g.l.=51$, $p=2^{-16}$)



Fonte: elaborado pelos autores, 2021.

Para as plantas não adubadas não houve incremento produtivo com o uso da polinização, corroborando com os dados observados por Tamburini *et al.* (2015), pois segundo os autores não há efeito da polinização para solos de baixa fertilidade. Os dois principais fatores estudados que influenciaram no aumento da produtividade é o número de grãos e o peso deles.

A polinização foi responsável principalmente pelo aumento no número de grãos (NG), ou seja, este é um fator associado à melhoria na eficiência reprodutiva da planta, enquanto a adubação está mais relacionada à capacidade da planta em aumentar o peso do grão (PG), por isso nas plantas que não foram adubadas não houve diferença na produção observada contrapondo ao verificado para as plantas adubadas.

Outro possível fator que contribuiu para o incremento produtivo seria o aumento da taxa de visitação nas plantas adubadas, pois, segundo Malliger e Prasifka, (2017b), a taxa de visitação aumenta com o incremento da produção de néctar pelas plantas, e é sabido que plantas bem nutridas produzem maior quantidade de néctar e/ou com maior concentração de açúcares. Resultados estes que corroboram com Tamburini *et al.* (2015), pois, segundo estes, para haver

efeito da fecundação auxiliada por animais sobre o incremento produtivo do girassol é importante que a planta tenha provimentos nutricionais adequados.

Para o cultivo de girassol SYN 039A há aumento da produtividade com o uso da polinização biótica. O mesmo foi observado por Chambó *et al.* (2010), pois verificaram aumento produtivo para as cultivares Multissol, M734, Catissol 01, Aguará e Embrapa 122, no entanto, os autores não observaram incremento produtivo com os híbridos Charrua, MG2, Aguará e Helio 360, assim como o encontrado por Mallinger e Prasifka, (2017a), que verificaram efeito para algumas cultivares e não para outros.

Moreti *et al.* (1996) também encontraram diferença significativa para a cultivar Anhandy. Bartual, Marini e Moonen (2018) observaram aumento produtivo mesmo para as cultivares de girassol desenvolvidas para realizar a autopolinização. Ainda Nderitu *et al.* (2008) verificaram incremento produtivo de 53% para a cv, híbrida 8998, correspondendo ao aumento da receita pela venda da produção em 51%.

Para as plantas que não receberam adubo, mas foram polinizadas houve elevação do NG em 49% enquanto o peso PG reduziu 41%. Isto está associado ao aumento da eficiência reprodutiva oferecida pela polinização biótica e a falta de nutrientes para encher todos os grãos, pois para as plantas adubadas a polinização incrementou 15,6% o NG e 3,44% o PG (Tabela 2).

Tabela 2 – Número de grãos por capítulo (NG), peso médio do grão (PG) e a produção estimada para 50 mil plantas por hectare e seus respectivos coeficientes de variação (CV%)

Tratamentos	NG	PG (g)	Produção (kg ha ⁻¹)
Não polinizado e não adubado	156,14 (43,3)	0,0304 (54,4)	237,01 (27,8)
Polinizado e não adubado	232,78 (14,2)	0,0231 (24,1)	268,94 (22,9)
Não polinizado e adubado	355,57 (19,4)	0,058 (45,2)	914,75 (33,7)
Polinizado e adubado	411,21 (10,1)	0,060 (24,3)	1151,50 (22,6)
CV%	39,95	52,17	70,56

Fonte: elaborado pelos autores, 2021.

O método de cobertura dos capítulos de girassol utilizado no presente experimento foi eficiente para evitar o acesso dos visitantes florais nas inflorescências. De acordo com Moreti *et al.* (1996), houve aumento no número e no peso dos grãos para as plantas que foram polinizadas, porém estes não observaram diferença estatística entre as plantas em que seus capítulos foram ensacados com filó e os sem cobertura alguma, os autores não relataram a causa

do ocorrido, mas concluem que este não é um método adequado para impedir as abelhas de polinizar o girassol, e recomendam o uso de gaiolas para impedir a visitação. Observou-se que algumas espécies de abelhas nativas possuem a capacidade de transpassar obstáculos com maior facilidade do que a *Apis mellifera*, portanto qualquer pequeno espaço entre a haste de capítulo e o tecido poderá ser transpassado por estas espécies, assim ocorrendo a polinização.

Silva *et al.* (2018) também observaram que a polinização aumenta o peso dos grãos. Adicionalmente, Perrot *et al.* (2018) indicam o uso de colmeias no interior das plantações de girassol para incrementar significativamente a produção de girassol. Isto pode ser aplicado principalmente para áreas de plantio muito extensas onde é impossível garantir a presença de polinizadores e/ou em áreas em que a população de abelhas já diminuiu drasticamente.

Ainda conforme pode ser observado (Tabela 2), a polinização contribuiu para maior padronização das características analisadas (menores coeficientes de variação). Esta característica é importante para o sistema produtivo, principalmente para o setor de produção de sementes, pois ao se diminuir as variações de peso dos grãos e número de grãos (que é uma característica relacionada ao tamanho do grão), conseqüentemente se diminuem as perdas no processo de colheita, e também os custos principalmente com a seleção de sementes para o plantio, uma vez que para esta finalidade as sementes devem apresentar uniformidade para garantir a melhor homogeneidade de distribuição e profundidade de semeadura.

Segundo Silva *et al.* (2010), a classificação por tamanho ou peso das sementes garante a uniformização da emergência das plântulas e a obtenção de mudas de tamanho semelhante ou de maior vigor. Ainda conforme relatado por Nunes *et al.* (2016), sementes maiores ou mais pesadas apresentam melhor taxa de germinação e isso pode ser explicado pelo fato de que estas acumularam maior quantidade de fotoassimilados durante sua formação, possuindo embriões bem formados e com maior quantidade de reservas, sendo assim, mais vigorosas do que as de menor tamanho.

De acordo com os dados de Silva *et al.* (2018), o desvio padrão do peso de 100 sementes de girassol foi menor para as plantas polinizadas (7,35) do que para as plantas não polinizadas (10,27). Segundo Nobre *et al.* (2015), houve desuniformidade na massa das sementes, possivelmente são genótipos que possuem alta taxa de dependência de polinizadores e/ou o uso de polinizadores poderia auxiliar na melhoria deste parâmetro.

A cultivar SYN 039A, recebendo teores nutricionais adequados responde a polinização biótica com 25,8% de aumento de produtividade, sabendo que os produtores realizam adubação e/ou correção do solo, qualquer aplicação de

agrotóxicos só se justificaria se a perda de produção pelo ataque de pragas fosse superior a 25% (sem incluir os custos com a compra e aplicação destes insumos), importante esclarecer ainda que existem outros custos diretos e indiretos associados às pessoas que manipulam estas substâncias, pois há riscos relacionados a problemas de saúde como alergias, lesões hepáticas, neoplasias, doenças de ordem neurotóxica, depressão, suicídio, câncer, dentre outras (BOTELHO *et al.*, 2017; CHRISMAN *et al.*, 2009; CONTI *et al.*, 2018; KIM; KABIR; JAHAN, 2016; LOVISSI *et al.*, 2009; MACHADO; SANTOS, 2015; MREMA *et al.*, 2017; PERTILE *et al.*, 2018; SHINOHARA *et al.*, 2017; STALLONES; BESELER, 2002; TOMIAZZI *et al.*, 2018; VALKE *et al.*, 2017).

CONCLUSÃO

Há incremento produtivo quando há polinização biótica em plantas de girassol SYN 039A, mas este efeito é dependente do conteúdo de nutrientes disponíveis para a planta. Há presença de polinizadores durante o período de florescimento e em qualquer horário do dia, desta maneira só é viável economicamente o uso de agrotóxicos se as perdas de produção ocasionada pelas pragas forem superiores a 25%.

REFERÊNCIAS

ABRAMSON, C. I.; SQUIRE, J.; SHERIDAN, A.; MULDER JUNIOR, F.G. The effect of insecticides considered harmless to honey bees (*Apis mellifera*): proboscis conditioning studies by using the insect growth regulators Tebufenozide and Diflubenzuron. **Environmental Entomology**, [s. l.], v. 33, n. 2, p. 378-388, 2004.

ACOSTA, J. F. **Consumo hídrico da cultura do girassol irrigada na região da chapada do Apodi – RN**. 2009. 73 f. Dissertação (Mestrado em Meteorologia) – Centro de Tecnologia e Recursos Naturais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

ALVAREZ V. H.; DIAS, L. D.; LEITE, P. B.; SOUZA, R. B.; RIBEIRO JUNIOR, E. S. Poda de raízes e adubação para crescimento do cafeeiro cultivado em colunas de solo. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, [s. l.], v. 30, p. 111-119, 2006.

ARENA, M.; SGOLASTRA, F. A meta-analysis comparing the sensitivity of bees to pesticides. **Ecotoxicology**, [s. l.], v. 23, p. 324-334, 2014.

- BARTUAL, A. M.; MARINI, S. B. G.; MOONEN, A. C. Local and landscape factors affect sunflower pollination in a Mediterranean agroecosystem. **Plos One**. [s. l.], v. 13, n. 9, p. 1-18, 2018.
- BOILY, M.; SARRASIN, B.; DEBLOIS, C.; ARAS, P.; CHAGNON, M. Acetylcholinesterase in honey bees (*Apis mellifera*) exposed to neonicotinoids, atrazine and glyphosate: laboratory and field experiments. **Environmental Science and Pollution Research**, [s. l.], v. 20, p. 5603-5614, 2013.
- BOMMARCO, R.; KLEIJN, D.; POTTS, S. G. Ecological intensification: Harnessing ecosystem services for food security. **Trends in Ecology and Evolution**, [s. l.], v. 28, n. 4, p. 230-238, 2013.
- BOTELHO, P. C. S.; ROCHA, V. G.; DUTRA, T. R.; FEITOSA, J. C. A.; ASSIS, R. C.; MIGUEL, T. S.; ANJOS, N. K. C.; COSTA, D. A.; LOPES, L. C. P.; ROCHA, L. L. V. Auditory Health and Risk Factors in Rural Workers Exposed to Pesticides in Piedade de Caratinga County-Minas Gerais. **Journal of Biosciences and Medicines**, [s. l.], v. 5, p. 37-55, 2017.
- CAVALCANTE JUNIOR, E. G.; MEDEIROS, J. F.; MELO, T. K.; SOBRINHO, J. E.; BRISTOT, G.; ALMEIDA, B. M. Necessidade hídrica da cultura do girassol irrigado na chapada do Apodi. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, v. 17, n. 3, p. 261-267, 2013.
- CHAMBÓ, E. D.; GARCIA, R. C.; OLIVEIRA, N. T. E.; CHIRÉA, A. Produção de genótipos de girassol pela ação de insetos polinizadores. **Revista Varia Scientia**, [s. l.], v. 9, n. 15, p. 131-139, 2010.
- CHRISMAN, J. R.; KOIFMAN, S.; SARCINELLI, P. N.; MOREIRA, J. C.; KOIFMAN, R. J.; MEYER, A. Pesticide sales and adult male cancer mortality in Brazil. **International Journal of Hygiene and Environmental health**, [s. l.], v. 212, p. 310-321, 2009.
- CLARK, M.; TILMAN, D. Comparative analysis of environmental impacts of agricultural production systems, agricultural input efficiency, and food choice. **Environmental Research Letters**, [s. l.], v. 12, n. 6, p. 1-11, 2017.
- CONTI, C. L.; BARBOSA, W. M.; SIMÃO, J. B. P.; ÁLVARES-DA-SILVA, A. M. Pesticide exposure, tobacco use, poor self-perceived health and presence of chronic disease are determinants of depressive symptoms among coffee growers from Southeast Brazil. **Psychiatry Research**, [s. l.], v. 260, p. 187-192, 2018.

DEGRANDI-HOFFMAN, G.; CHEN, Y.; DEJONG, E. W.; CHAMBERS, M. L.; HIDALGO, G. Effects of oral exposure to fungicides on honey bee nutrition and virus levels. **Journal of Economic Entomology**, [s. l.], v. 251, p. 2518-2528, 2015.

GALLAI, N.; VAISSIÈRE, B.E. **Global action on pollination services for sustainable agriculture**: guidelines for the economic valuation of pollination services at a national scale. Food and Agriculture Organization, Rome, FAO, 2009, 11 p.

GOMES, G. *et al.* Frequência de visitas de abelhas (*Apis mellifera*) em plantas de gergelim (*Sesamum indicum*) e girassol (*Helianthus annuus*). *In*: CONGRESSO NORTE E NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO, 7., 2012, Palmas. **Anais** [...]. Palmas: IFTO, 2012. p. 1-6.

GREENLEAF, S. S.; KREMEN, C. Wild bees enhance honey bees' pollination of hybrid sunflower. **Proceedings of the National Academy of Science (PNAS)**, [s. l.], v. 103, n. 37, p. 13890-13895, 2006.

IAC. Girassol. **Instituto Agronomico de Campinas**, Campinas, 2019. Disponível em: <http://www.iac.sp.gov.br/cultivares/inicio/folders/girassol/IACUruai.htm>. Acesso em: 05 fev. 2020.

IUPAC. Carbenzazim (Ref: BAS 346F). **International Union of Pure and Applied Chemistry**, [s. l.], 2018. Disponível em: <http://sitem.herts.ac.uk/aeru/iupac/Reports/116.htm>. Acesso em: 01 set. 2018.

JUNG, A. H. **Impacto de inseticidas aplicados em soja sobre abelhas melíferas**. 2014. 63 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agrícola) – Centro de Ciências Rurais, Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2014.

KIDD, H.; JAMES, D. R. **The agrochemicals handbook**. 3. ed. Surrey, England: Royal Society of Chemistry Information Systems, 1991. 313 p.

KIM, K.; KABIR, E.; JAHAN, S.A. Exposure to pesticides and the associated human health effects. **Science of the Total Environment**, v.575, p.525-535, 2016.

KLEIN, A. M.; VAISSIÈRE, B. E.; CANE, J. H.; STEFFAN-DEWENTER, I.; CUNNINGHAM, S. A.; KREMEN, C.; TSCHARNTKE, T. Importance of pollinators in changing landscapes for world crops. **Proceedings of the Royal Society, Biological Sciences**, [s. l.], v. 274, n. 1608, p. 303-313, 2007.

KÖPPEN, W. Die klimare der Erde. Berlin: W. Guyter, 1923. 369p.

LEE, M.; CHOI, K.; LEE, S.; KIM, J. Physical symptoms of honey bees, *Apis mellifera* L., after contact with residual acephate on apple trees. **Korean Journal of Apiculture**, [s. l.], v. 23, n. 4, p. 235-239, 2008.

LEITE, G. L. D.; PAULO, P. D.; ZANUNCIO, J. C.; ALVARENGA, A. C.; SOARES, M. A.; TAVARES, W. S.; TUFFI-SANTOS, L. D.; SPÍNOLA-FILHO, P. R. C. Effects of atrazine-based herbicide on emergence and sex ratio of Trichogrammatidae (Hymenoptera). **Florida Entomologist**, [s. l.], v. 8, n. 3, p. 899-902, 2015.

LOVISI, G. M.; SANTOS, S. A.; LEGAY, L.; ABELHA, L.; VALENCIA, E. Análise epidemiológica do suicídio no Brasil entre 1980 e 2006. **Revista Brasileira de Psiquiatria**, [s. l.], v. 31, p. 86-93, 2009.

MACHADO, D. B.; SANTOS, D. N. Suicídio no Brasil, de 2000 a 2012. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 64, n. 1, p. 45-54, 2015.

MALLINGER, R.; PRASIFKA, J. Benefits of insect pollination to confection sunflowers differ across plant genotypes. **Crop Science**, [s. l.], v. 57, p. 3264-3272, 2017a.

MALLINGER, R.; PRASIFKA, J. Bee visitation rates to cultivated sunflowers increase with the amount and accessibility of nectar sugars. **Journal of Applied Entomology**, [s. l.], v. 141, n. 7, p. 561-573, 2017b.

MALLINGER, R.; BRADSHAW, J.; VARENHORST, A. J.; PRASIFKA, J. R. Native solitary bees provide economically significant pollination services to confection sunflowers (*Helianthus annuus* L.) (asterales: asteraceae) grown across the northern great plains. **Journal of Economic Entomology**, [s. l.], v. 112, n. 1, p. 40-48, 2019.

MARTINELLO, M.; BARATTO, C.; MANZINELLO, C.; PIVA, E.; BORIN, A.; TOSON, M.; GRANATO, A.; BONIOTTI, M.B.; GALLINA, A.; MUTINELLI, F. Spring mortality in honey bees in northeastern Italy: detection of pesticides and viruses in dead honey bees and other matrices. **Journal of Apicultural Research**, [s. l.], v. 56, n. 3 p. 1-16, 2017.

MOGREN, C. L.; LUNDGREN, J. G. Neonicotinoid-contaminated pollinator strips adjacent to cropland reduce honey bee nutritional status. **Nature**, California, v. 6, n. 29608, p. 1-10, 2016.

- MORETI, A. C. C. C.; SILVA, R. M. B.; SILVA, E. C. A.; ALVES, M. L. T. M. F.; OTSUK, I. P. Aumento na produção de sementes de girassol (*Helianthus annuus*) pela ação de insetos polinizadores. **Scientia Agricola**, São Paulo, v. 53, n. 2, p. 1-4, 1996.
- MREMA, E. J.; NGOWI, A. V.; KISHINHI, S. S.; MAMUYA, S. H. Pesticide exposure and health problems among female horticulture workers in Tanzania. **Environmental Health Insights**, [s. l.], v. 11, p. 1-13, 2017.
- NDERITU J.; NYAMASYO, G.; KASINA, M.; ORONJE, M. L. Diversity of sunflower pollinators and their effect on seed yield in Makueni District, Eastern Kenya. **Spanish Journal of Agricultural Research**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 271-278, 2008.
- NOBRE, D. A. C.; COSTA, C. A.; BRANDÃO JUNIOR, D. S.; RESENDE, J. C. F.; FLÁVIO, N. S. D. Qualidade das sementes de girassol de diferentes genótipos. **Ciência Rural**, Santa Maria, v. 45, n. 10, p. 1729-1735, 2015.
- NUNES, R. T. C.; CANGUSSU, A. C. V.; OLIVEIRA, C. C.; SANTOS, A. P. S.; SOUZA, U. O.; MORAIS, O. G. Efeito da classificação por tamanho em sementes de girassol na avaliação da qualidade fisiológica. **Cultura Agronômica**, Ilha Solteira, v. 25, n. 1, p. 105-115, 2016.
- OLIVEIRA, A. C.; JUNQUEIRA, C. N.; AUGUSTO, S. C. Pesticides affect pollinator abundance and productivity of sunflower (*Helianthus annuus* L.). **Journal of Apicultural Research**, [s. l.], v. 58, n. 1, p. 2-8, 2018.
- PERROT, T.; GABA, S.; RONCORONI, S.; GAUTIER, J-L.; SAINTILAN A.; BRETAGNOLLE, V. Experimental quantification of insect pollination on sunflower yield, reconciling plant and field scale estimates. **Basic and Applied Ecology**, [s. l.], v. 34, p. 75-84, 2018.
- PERTILE, E.; MATIAS, M. I.; RIBEIRO, Z. S.; POETA, J.; RONCADA, C. Evidências experimentais e epidemiológicas entre exposição aos agrotóxicos e o desenvolvimento de câncer de mama. **Revista Brasileira de Pesquisa em Saúde**, Vitória, v. 20, n. 1, p. 137-147, 2018.
- PHALAN, B.; GREEN, R. E.; DICKS, L. V.; DOTTA, G.; FENIUK, C.; LAMB, A.; STRASSBURG, B. B. N.; WILLIAMS, D. R.; ZU ERMGASSEN, E. K. H. J.; BALMFORD, A. How can higher-yield farming help to spare nature? **Science**, New York, v. 315, n. 6272. p. 450-451, 2016.

ROLIM, G. G.; ANDRADE, W. C.; PEREIRA, G. A.; SANTOS, L. G.; ANDERLEY, E. A. Frequência de visitas de abelhas (*Apis mellifera*) em diferentes cultivares de girassol (*Helianthus annuus* L.) no semiárido paraibano. **Enciclopédia Biosfera**, Jandaia, v. 7, n. 12, p. 1-6, 2011.

SCHRICKER, B.; STEPHEN, W. P. The effect of sublethal doses of parathion on honeybee behaviour. I. Oral administration and the communication dance. **Journal of Apicultural Research**, [s. l.], v. 9, n. 3, p. 141-153, 1970.

SHINOHARA, N. K. S.; PADILHA, M. R. F.; OLIVEIRA, F. H. P. C.; CABRAL, J. V. B. Insegurança alimentar no uso indiscriminado de agrotóxicos. **Revista Higiene Alimentar**, São Paulo, v. 31, n. 266/267, p. 17-21, 2017.

SILVA, C. A. S.; GODOY, W. A. C.; JACOB, C. R. O.; THOMAS, G.; CÂMARA, G. M. S.; ALVES, D. A. Bee pollination highly improves oil quality in sunflower. **Sociobiology**, [s. l.], v. 65, n. 4, p. 583-590, 2018.

SILVA, K. S.; MENDONÇA, V.; MEDEIROS, L. F.; FREITAS, P. S. C.; GÓIS, G. B. Influência do tamanho da semente na germinação e vigor de mudas de jaqueira (*Artocarpus heterophyllus* Lam.). **Revista Verde de Agroecologia e Desenvolvimento Sustentável**, Pombal, v. 5, n. 4, p. 217-221, 2010.

SILVEIRA, R. K.; GALBIATI, C. Crescimento no uso de agrotóxicos e sua relação com polinizadores, saúde humana e economia. In: SQUAREZI, S. B. (org.). **Ambiente e sociedade no Brasil central: diálogos interdisciplinares e desenvolvimento regional**. Cáceres: Oikos Editora, 2019. p. 183-197.

SOUSA, J. R. L.; AMARANTE JUNIOR, O. P.; BRITO, N. M.; FRANCO, T. C. R. S. Ação de pesticidas sobre abelhas: avaliação do risco de contaminação de méis. **Acta Tecnológica**, São Luís, v. 8, n. 1, p. 28-36, 2013.

STALLONES, L.; BESELER, C. Pesticide poisoning and depressive symptoms among farm residents. **Annals of Epidemiology**, [s. l.], v. 12, n. 6, p. 389-394, 2002.

TAMBURINI, G.; BERTI, A.; MORARI, F.; MARINI, L. Degradation of soil fertility can cancel pollination benefits in sunflower. **Oecology**, [s. l.], v. 180, n. 2, p. 581-587, 2015.

TEIXEIRA, L. M. R.; ZAMPIERON, S. L. M. Estudo da fenologia, biologia floral do girassol (*Helianthus annuus*, Compositae) e visitantes florais associados, em diferentes estações do ano. **Ciência et Praxis**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 5-14, 2008.

TOMIAZZI, J. S.; JUDAI, M. A.; NAI, G. A.; PEREIRA, D. R.; ANTUNES, P. A.; FAVARETO, A. P. A. Evaluation of genotoxic effects in Brazilian agricultural workers exposed to pesticides and cigarette smoke using machine-learning algorithms. **Environmental Science and Pollution Research**, [s. l.], v. 25, p. 1259-1269, 2018.

VALCKE, M.; BOURGAULT M-H.; ROCHETTE, L.; NORMANDIN, L.; SAMUEL, O.; BELLEVILLE, D.; BLANCHET, C.; PHANEUF, D. Human health risk assessment on the consumption of fruits and vegetables containing residual pesticides: A cancer and non-cancer risk/benefit perspective. **Environment International**, [s. l.], v. 108, p. 63-74, 2017.

VALDOVINOS-NÚÑEZ, G. R.; QUEZADA-EUÁN, J. J. G.; ANCONA-XIU, P.; MOO-VALLE, H.; CARMONA, A.; SÁNCHEZ, E. R. Comparative toxicity of pesticides to stingless bees (Hymenoptera: Apidae: Meliponini). **Journal of Economic Entomology**, [s. l.], v. 102, n. 5, p. 1737-1742, 2009.

VIJAYKUMAR, P. V.; SHIVSHANKAR, P. C. Monitoring on impact of insecticides on mortality of honey bees (*Apis mellifera* L.) in front of beehives. **Journal of Applied and Natural Science**, [s. l.], v. 9, n. 2, p. 905-911, 2017.

Texto submetido à Revista em 27.05.2020

Aceito para publicação em 12.05.2021



Agricultura e produção do espaço urbano: reflexões para uma agenda de pesquisa

Agriculture and production of urban space: reflections for a research agenda

Ricardo Theophilo Folhes – Doutor em Geografia pelo Instituto de Altos Estudos da América Latina, Universidade Paris 3 Sorbonne Nouvelle em cotutela com o programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: folhes@ufpa.br

Harley Silva – Doutor em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: harley74@gmail.com

Raul Ventura Neto – Doutor em Desenvolvimento Econômico pelo Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professor da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: netoventuraraul@gmail.com

Kevin Gabriel Leite da Silva – Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: kevgabr.kg@gmail.com

Ciria Cristiane da Rosa – Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: ciliarosa1994@gmail.com

Aelton Dias Costa – Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: aeltondcosta@gmail.com

Resumo

O artigo tem o objetivo de apresentar os resultados iniciais de uma revisão bibliográfica sobre Agricultura Urbana (AU), os quais podem vir a apoiar a elaboração de uma agenda de pesquisa nas regiões metropolitanas do Estado do Pará, Amazônia brasileira. Partimos de uma revisão bibliográfica da literatura nacional e internacional sobre o tema, na qual analisamos conceitos, abordagens e desafios. Concluímos ressaltando a necessidade de a AU ser problematizada no âmbito dos fenômenos de produção do espaço urbano-regional, causadores de desigualdades socioeconômicas e espaciais que representam as maiores dificuldades estruturais à agricultura urbana.

Palavras-chave

Sistemas Alimentares. Produção do Espaço. Socialização da Natureza. Comunidades que Sustentam a Agricultura.

Abstract

The article aims to show the preliminary results of a bibliographical review on urban agriculture (AU) that may come to support the elaboration of a research agenda in the metropolitan regions of the state of Pará, Brazilian Amazon. We started from a bibliographic review of the international and national literature on the topic, in which we analyzed concepts, approaches and challenges. We conclude by emphasizing the need to problematize AU in the context of the production phenomena of the urban-regional space. These are the causes of socioeconomic and spatial inequalities that represent the greatest structural challenges for urban agriculture.

Keywords

Food Systems. Production of Space. Sociability of Nature. Community-Supported Agriculture.

INTRODUÇÃO

A agricultura ganhou interesse público renovado após as infecções de Covid-19 – registradas inicialmente na China em dezembro de 2019 – terem se espalhado nos meses seguintes por todos os continentes do mundo. A ameaça de que as medidas para contenção da propagação do novo coronavírus (isolamento social e interrupção dos fluxos de mercadorias e pessoas) pudessem causar uma crise alimentar mundial sem precedentes estimulou reflexões e debates sobre as relações entre agricultura, natureza e sociedade. Uma nuance importante dos debates foi a atenção destinada à agricultura praticada nas chamadas áreas urbanas e periurbanas.

A agricultura urbana costuma ganhar relevo em momentos de crises econômicas e humanitárias. Na literatura dedicada ao tema, são citadas as grandes campanhas nacionais em favor da produção urbana de alimentos como forma de amenizar as crises alimentares durante os períodos de guerra e pós-guerra nos EUA e na Europa (DRAKE; LAWSON, 2014; GINN, 2012). A experiência cubana também recebe atenção da literatura especializada. No início da década de 1990, a dissolução da União Soviética pôs fim ao apoio prestado pelo bloco de países comunistas a Cuba, com o objetivo de minimizar os impactos negativos do bloqueio econômico imposto pelos EUA ao país caribenho. Procurando superar a crise, o Estado cubano conduziu uma grande campanha de incentivos à agricultura nas cidades, com o objetivo de melhorar as condições gerais de alimentação no país (PALMA *et al.*, 2015; LOPES; LOPES, 2012).

Mais recentemente, no fim de 2007, uma crise econômica de alcance global provocou a elevação do preço dos alimentos, ocasionando uma das maiores crises alimentares das últimas décadas. Nesse caso, houve a congruência de três fenômenos. De um lado, secas e chuvas intensas prejudicaram as colheitas em países produtores de *commodities* agrícolas, como milho e soja. De outro, o crescimento econômico de países emergentes demandou mais importações de alimentos para dar conta dos novos padrões de consumo experimentados à época. A essa conjuntura veio somar-se a alta do preço do petróleo, decisiva para o aumento da demanda por biocombustíveis, fato que desencadeou a elevação dos preços de cereais e grãos e o consequente impacto nas cadeias de produção de proteína e no consumo direto nas grandes cidades (FAO, 2008; TEIXEIRA, 2007). Dessa forma, a alta dos preços dos alimentos resultou em uma significativa ampliação do número de pessoas em situação de insegurança alimentar. A fome, em 2009, atingia 1,02 bilhões de pessoas no planeta, o pior índice desde 1970 (FAO, 2009).

Esse evento foi recuperado durante a pandemia de Covid-19, nas discussões sobre a agricultura urbana. Ora se amparando na problematização das diferenças estruturais entre os sistemas agroalimentares observados na atualidade (NIEDERLE; WESZ JUNIOR, 2018), ora ressaltando a força homogeneizadora dos regimes alimentares dominantes (MCMICHAEL, 2016) ou, como preferem alguns, dos impérios alimentares ocidentais (PLOEG, 2008), muito se debateu em *Lives* e *Webinars*, em 2020, sobre a complexa relação entre campo e cidade, produção e consumo, sociedade e natureza, num momento em que os sistemas agroalimentares dominantes são marcados pelo distanciamento entre produtores e consumidores.

Os sistemas agroalimentares controlados mundialmente pelo agronegócio, marcados pelo domínio do capital financeiro, industrial e varejista sobre a produção e a circulação de alimentos por longos circuitos espaciais entre áreas produtoras e consumidoras diferem-se estruturalmente dos sistemas agroalimentares organizados a partir de vínculos de proximidade entre agricultores familiares e consumidores (SCHNEIDER *et al.*, 2020).

A crise pandêmica foi a manifestação mais recente de um processo que remonta aos impactos negativos do crescimento urbano-industrial e do agronegócio sobre a biodiversidade e o equilíbrio ecológico-climático global, decorrentes, dentre outros fatores, da homogeneização produtiva nos campos e nas cidades. Nesse processo, dois movimentos são importantes. O primeiro se refere à expansão e ao adensamento espacial das cidades que continuamente convertem vazios urbanos, áreas naturais e agrícolas em bairros, condomínios, loteamentos, distritos industriais, zonas comerciais etc. O segundo está vinculado à crescente homogeneização dos ambientes naturais pelo agronegócio e sua grande capacidade de incorporar terras destinadas a outros usos. A demanda por realocização dos sistemas alimentares conferiu à agricultura urbana um lugar importante nos debates, ao mesmo tempo em que estimulou o questionamento de como esses dois movimentos podem restringi-la, ou mesmo inviabilizá-la.

Atento a esses dois movimentos, este artigo tem o objetivo de apresentar os resultados iniciais de uma revisão de literatura nacional e internacional que apoie a elaboração de uma agenda de pesquisa sobre a agricultura urbana, nas regiões metropolitanas paraenses, a ser desenvolvida pelos autores e outros parceiros. Trata-se de uma iniciativa de pesquisadores e alunos da Universidade Federal do Pará (UFPA) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) Odisseia. No entanto, no presente texto, não revisamos a literatura que aborda as muitas experiências de agricultura urbana já existentes nessas regiões, tema que será desenvolvido em um próximo artigo.

Após essa introdução, as duas seções seguintes apresentam a revisão da literatura sobre a agricultura urbana. A seção 2 foca a evolução do debate acadêmico sobre conceitos, áreas temáticas, desafios e políticas públicas. A seção 3 faz introdução às motivações e formas de organização de coletivos formados por consumidores e agricultores, que se apresentam como caminhos promissores para a realocação dos sistemas alimentares em áreas urbanas. A seção 4, com o apoio da revisão, apresenta alguns elementos que entendemos ser centrais para uma agenda de pesquisas sobre Agricultura Urbana (AU) e que serão potenciais eixos temáticos das nossas futuras pesquisas sobre o tema nas regiões metropolitanas do Estado do Pará. A seção 5 é constituída por nossas considerações finais. Ressaltamos que a mudança da relação entre alimentos e cidades tem potencial para revitalizar as áreas urbanas, desde que haja o compromisso de se enfrentar as causas profundas das desigualdades socioespaciais e dos sistemas alimentares, além do desejo de aumentar o controle local sobre o que se produz e se consome.

1 UMA APROXIMAÇÃO COM A EVOLUÇÃO DO DEBATE ACADÊMICO SOBRE A AGRICULTURA URBANA

Nesta seção, apresentamos o resultado do primeiro esforço de aproximação e síntese da bibliografia nacional e internacional dedicada ao tema da agricultura urbana e periurbana. Por ser mais genérico, utilizaremos o termo “Agricultura Urbana” (AU)¹ para nos referirmos à agricultura, à pecuária e ao extrativismo praticados nos dois espaços (urbano e periurbano).

Durante o crescimento urbano observado na década de 1960, muitos acadêmicos mostravam-se interessados em compreender as formas e os padrões das mudanças do uso e da ocupação dos espaços urbanos e periurbanos, bem como seus impactos sobre as paisagens e a perda de terras agrícolas para outros usos (residenciais, industriais etc.) com a expansão das cidades (AUBRY, 2014). A experiência acumulada nesses estudos foi fundamental para que as grandes conferências mundiais sobre os problemas ambientais e ecológicos do planeta, ocorridas a partir da década de 1970, salientassem os impactos do crescimento urbano sobre a sustentabilidade das cidades, influenciando a inserção de temas referidos à ecologia e economia nas pesquisas sobre AU.

¹ Na literatura inglesa, são comuns os termos “*urban agriculture*”; “*urban farms*”; “*urban gardens*”; “*household gardens*”; “*school gardens*”; “*community gardens*”; “*allotment gardens*”; “*agricultural parks*”. “*Farms*” diferenciam-se de “*gardens*” pela maior inclinação de produzir visando à comercialização, o que de maneira nenhuma retira dos variados tipos de “*gardens*” relações mais ou menos constantes com os mercados. “*Agricultural parks*” referem-se a experiências rurais não raro com agricultores inexperientes moradores das cidades e migrantes. Na literatura francesa, são comuns os termos “*agriculture périurbaine*”, “*agriculture intra-urbaine*”, “*agriculture urbaine*”.

O diagnóstico das motivações de produzir alimentos nas cidades foi diferente entre o norte e o sul global (CORRÊA *et al.*, 2020) e entre regiões ricas e pobres de uma mesma cidade ou região metropolitana. Diante disso, instituições de pesquisa, ONGs e agências de cooperação internacional passaram a canalizar esforços para a criação de uma agenda de debates com os governos nacionais, com vistas a discutir e estimular a AU (MCCLINTOCK, 2010). Um marco dessas iniciativas foi, em 1996, a publicação, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), do documento *Urban Agriculture, Food, Jobs and Sustainable Cities*, na Segunda Conferência das Nações Unidas sobre os Assentamentos Humanos (Habitat II), realizada na Turquia.

Tanto em documentos normativos produzidos por organizações da cooperação internacional como no debate acadêmico defendia-se, na década de 1990, que a AU poderia servir como contraponto a fenômenos ambientais indesejados. Nesses termos, assumia-se que a AU poderia contribuir com a “ambientalização das cidades”, além de proporcionar a melhoria da qualidade e a diminuição dos custos com a alimentação e, de quebra, ter potencial para gerar renda em diferentes contextos socioespaciais (YEUNG, 1987). Desde então, o aproveitamento de resíduos residenciais e industriais, o combate ao aumento térmico via arborização das cidades e o incremento do efeito de absorção de gases causadores de efeito estufa, graças à atividade fotossintética das plantas cultivadas ou presentes em reservas ambientais, passaram a ser benefícios enfatizados na literatura (ACKERMAN *et al.*, 2014; WILSON, 2008).

A busca por medidas e argumentos ecológicos de apoio à agricultura urbana logo se vinculou às medidas e aos argumentos de orientação econômica. Afinal, o incremento da produção local de alimentos poderia melhorar as condições gerais de alimentação e diminuir a distância entre produtores e consumidores, reduzindo, assim, os custos de transporte. Ao mesmo tempo em que teria potencial para contribuir com a redução global da emissão de combustíveis fósseis provenientes da circulação de veículos automotores empregados nas logísticas de abastecimento, o crescimento da AU impactaria positivamente as condições locais de geração de trabalho e renda a partir do encadeamento entre setores de produção, processamento e comercialização de alimentos (MCCLINTOCK, 2010). Desdobradas em diferentes arranjos de integração econômica, essas experiências passaram a ser sistematizadas em muitos lugares do mundo, desde literaturas dedicadas à análise da economia de mercado movimentada pela AU (KAUFMAN; BAILKEY, 2000) até o registro de sua contribuição às economias urbanas populares no âmbito de sistemas alimentares localizados (COELHO; COELHO; EGERER, 2018).

O interesse pela multifuncionalidade da AU estimulou a elaboração de estudos e relatórios produzidos em escala mundial após a década de 2000. Os relatórios mostraram que, no sul global, a compra de alimentos responde pelo maior gasto das famílias urbanas de baixa renda. O elevado preço dos alimentos nas cidades foi utilizado como argumento para explicar por que a maioria dos agricultores urbanos provinha de famílias de baixa renda que encontravam na agricultura formas de reduzir seus gastos com alimentação, além de gerar renda adicional, principalmente em momentos de crises de abastecimento (FAO, 2012, 2014).

Em um relatório dedicado à América Latina, a FAO salientava que, em 2014, 54% da população habitava áreas consideradas urbanas (FAO, 2014). Paralelamente, um estudo de abrangência global, realizado no mesmo ano, concluiu que 266 milhões de famílias moradoras de cidades estavam engajadas na produção agrícola nos países do hemisfério sul (THEBO; DRECHSEL; LAMBIN, 2014).

Associado ao debate ecológico e econômico (embora nem sempre de maneira explícita), um campo temático da AU se constituiu em torno dos vínculos entre os sistemas agroalimentares, as dinâmicas populacionais e a sustentabilidade das cidades (COELHO; COELHO; EGERER, 2018), lançando desafios ao planejamento urbano e regional. Em um estudo de grande circulação mundial, Mougeot (2000) defendeu a tese de que uma atividade agropecuária ou extrativista integrada à cidade onde ela ocorre é decisiva para que possa ser compreendida como uma atividade produtiva condizente com o debate das cidades sustentáveis. Assim, para a agricultura urbana contribuir com a sustentabilidade urbana, seriam decisivos, segundo esse autor, tanto o uso eficiente dos saberes, recursos e insumos locais (solo, água, resíduos residenciais e industriais, trabalho etc.), como a oferta dos produtos nas cidades onde eles são produzidos, por meio do autoconsumo, da inserção nos mercados populares e nas redes de troca e solidariedade. Um dos primeiros e ainda hoje mais completos estudos sobre a agricultura urbana realizada em regiões metropolitanas brasileiras (SANTANDREU; LOVO, 2007) corroborou essa tese e ressaltou a importância de se pensar e planejar a agricultura urbana em consonância com a gestão territorial e ambiental das cidades e metrópoles.

De fato, a articulação da agricultura urbana com o planejamento urbano e as políticas de extensão rural, inovação e crédito vem recebendo atenção da literatura (ARRAES; CARVALHO, 2015; FAO, 2014). Daí decorre o debate (e muitas experiências práticas) sobre o potencial de um urbanismo agroecológico que harmonize soluções criativas para que a produção de alimentos acessíveis

à população seja uma preocupação crescente nas intervenções urbanas, contribuindo, assim, para a construção de sistemas alimentares urbanos sustentáveis (RUAF, 2017).

Ainda no campo do urbanismo, a adoção de paisagens funcionais vem sendo alvo de muitos estudos. Na condição de estruturas urbanas, tais paisagens têm como concepção básica criar capacidade de redução de efeitos de eventos ambientais extremos, decorrentes das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que geram o aproveitamento produtivo das áreas verdes e criam possibilidades de ganhos de alimentação e renda (MCCLINTOCK, 2010; TORNAGHI, 2017).

A AU aporta benefícios a outros temas não focados nessa revisão, como às dimensões educacional, cultural, cognitiva, de lazer e de saúde pública, que vêm, igualmente, recebendo atenção contínua da literatura nacional e internacional (SALDIVAR-TANAKA; KRASNY, 2004; SANTANDREU; LOVO, 2007; ALLEN *et al.*, 2008; RIBEIRO; BOGUS; WATANABE, 2015).

1.1 OS DESAFIOS AO CRESCIMENTO DA AGRICULTURA URBANA

Os desafios ao crescimento ou à manutenção da AU são explorados na literatura analisada nesta seção, a partir de duas abordagens principais. A primeira é mais afeita ao tratamento analítico de problemas cujas soluções seriam o desenvolvimento de infraestruturas, tecnologias e gestão racional das cidades. A outra abordagem, mais crítica e amparada nos debates de economia política das cidades e da urbanização, relativiza o potencial de expansão da AU, se não forem enfrentadas as desigualdades na produção do espaço urbano.

Do ponto de vista da infraestrutura, entraves referidos com frequência são o suprimento de água potável encanada, o saneamento básico e a poluição do ar. Essa é a realidade de grande parte das cidades médias e grandes do sul global, que interfere na produção de alimentos com adequadas condições sanitárias, principalmente nas periferias e áreas periurbanas (SANTANDREU; CASTRO, 2007). A busca de respostas a esses problemas tem acontecido em diferentes realidades localizadas e a partir de diferentes tecnologias e arranjos institucionais. Um exemplo são as iniciativas de captação de água de chuva, que têm mobilizado pesquisas com o objetivo de garantir a produção agrícola em áreas urbanas e oferecido respostas a problemas de déficit hídrico (AMOS *et al.*, 2018).

A adoção ou a busca pelo desenvolvimento de técnicas e tecnologias seguem interesses e trajetórias diversas. Há, de um lado, o engajamento de agricultores, ativistas urbanos e movimentos sociais na busca pelo uso de técnicas agroecológicas nos sistemas de cultivos urbanos e no desenvolvimento de

modelos integrados e inteligentes de coleta e transformação de resíduos urbanos em adubos. Além disso, como veremos detalhadamente mais adiante nesta seção, esses movimentos procuram por inovações nas relações entre consumidores e produtores, o que vem gerando experiências promissoras em todas as regiões do mundo (RUAFA, 2017).

No entanto, principalmente nas áreas intraurbanas, a demanda por espaço, luz e água tem levado à busca por opções técnicas baseadas em insumos químicos para o desenvolvimento de produtos e serviços (ARRAES; CARVALHO, 2015). Cultivos verticais, hidropônicos, estufas adaptadas a coberturas de edifícios comerciais e residenciais, públicos e privados, entre outras estratégias têm mobilizado pesquisas e gerado inovações, permitindo a ampliação da produção em áreas urbanas, inclusive naquelas densamente ocupadas.

A própria densidade demográfica e a de renda, reunidas em áreas urbanas densas, permitem um nível de demanda compatível com a remuneração do uso de novas técnicas produtivas. Em algumas situações, a existência de vizinhanças de alta renda permite ainda a oferta de portfólios de serviços mais diversos. É o caso do desenvolvimento de atividades lúdicas, educacionais e paisagísticas que garantem outros tipos de rentabilidade não ligados diretamente à comercialização dos itens produzidos. A esses aspectos se somam inovações em arranjos entre entes públicos e privados, a fim de facilitar a aquisição privada ou cessão pública de espaços em áreas intraurbanas e periurbanas para a produção de itens alimentares destinados a nichos de mercados de alto valor adicionado (PFEIFFER; SILVA; COLQUHOUN, 2014; TORONTO, 2012; TEITEL-PAYNE; KUHNS; NASR, 2016).

Esse contexto mostra que, embora hortas comunitárias e cultivos em espaços domésticos representem o principal lugar no imaginário social da agricultura urbana, a presença de iniciativas altamente capitalizadas, tecnologicamente avançadas e comercialmente sofisticadas é uma tendência emergente (PÖLLING; MERGENTHALER; LORLEBERG, 2016). Na década de 2000, a AU já mostrava ser um mercado promissor a setores capitalizados não só pela oportunidade de exploração de nichos, mas também devido ao barateamento dos custos com logística, dada a aproximação com mercados consumidores (KAUFMAN; BAILKEY, 2000), o que aumenta a pressão sobre as áreas periféricas das grandes cidades, cada vez mais disputadas pelos interesses imobiliários e do agronegócio, conforme abordado na subseção a seguir.

1.2 A AGRICULTURA URBANA FRENTE À PRODUÇÃO DESIGUAL DO ESPAÇO

Nas últimas duas décadas, a AU passou a ser abordada por estudos críticos que analisam como processos estruturais globais dificultam a permanência de espaços à produção de alimentos nas cidades. Tais estudos refletiram também sobre a integração da AU às contradições socioeconômicas e lutas sociais das cidades. Afinal, se era verdade que a AU poderia contribuir com a geração de trabalho e renda e possibilitar melhores condições ecológicas e alimentares nas cidades, ela esbarrava em muitos desafios que não eram meramente tecnológicos ou de planificação racional, mas inerentes às desigualdades socioespaciais que caracterizam as cidades. Mais atenção se concentrou no fato de que, assim como a habitação, a mobilidade, o lazer, a cultura e muitas outras atividades laborais urbanas, a agricultura urbana estaria sob crescente pressão de agentes e estruturas que organizam a produção desigual do espaço urbano.

A esse respeito, o artigo de Darly e McClintock (2017), intitulado *Introduction to Urban Agriculture in the Neoliberal City: Critical European Perspectives*, parece-nos emblemático. Nesse texto, os autores exploram o percurso da literatura norte-americana e europeia dedicada a AU, situando a forma como a ampla maioria dessa literatura, em maior ou menor grau, de maneira mais ou menos consciente, teve aderência temática com a racionalidade neoliberal acerca do funcionamento e da gestão das cidades. Embasados em uma ampla revisão bibliográfica, os autores chamaram atenção para a integração da AU aos processos de produção capitalista da cidade, reforçando o racismo estrutural e as formas de governança neoliberal criadas em oposição ao modelo de “Estado-de-bem-estar-social” de inspiração keynesiana. Para os autores, a pergunta central seria qual o potencial da AU para desafiar radicalmente os processos de neoliberalização e contribuir com a democratização das cidades e a justiça social, ambiental (DARLY; MCCLINTOCK, 2017) e alimentar (TORNAGHI, 2017).

A especulação imobiliária, a articulação entre interesses privados setoriais e governos, a gentrificação e o avanço da mercantilização do solo urbano passaram a ser descritos como fenômenos que inibem ou interrompem a prática agrícola realizada por setores populares (TORNAGHI, 2017), enquanto setores ligados ao grande capital e às tecnologias de ponta ganham espaços, como uma orientação dirigida aos mercados de nichos. Em adição, a especulação imobiliária e a obtenção de terras pelo agronegócio pressionam a agricultura periurbana, com prejuízos ao abastecimento das cidades.

Em cidades médias do Sul e Sudeste do Pará, por exemplo, a relação entre agronegócio e especulação imobiliária foi determinante para expandir e fragmentar a malha urbana, ao longo da última década. Trata-se de uma dinâmica que combina arranjos políticos para a expansão do perímetro urbano, ou mesmo para promover tentativas de aprovação de novas regiões metropolitanas, como é o caso de Marabá, onde antigas propriedades rurais passaram a ser reconhecidas oficialmente como situadas em espaços periurbanos. Dessa forma, passam a surgir loteamentos direcionados à restrita classe média local, tanto como espaço de moradia, quanto para uma nova rodada de especulação, mas também empreendimentos de Habitação de Interesse Social que contavam com subsídios do Programa Minha Casa, Minha Vida (CARDOSO; MELO; GOMES, 2016). Especificamente em Canaã dos Carajás, cidade impactada por intensas atividades de extração de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce e que foi palco de um intenso movimento especulativo e financeirizado de conversão de terra rural em loteamento urbano, há uma nova ordem urbana local que tem levado ao abandono de áreas rurais, onde prevaleciam unidades de produção familiar, e à desvalorização das práticas produtivas do campesinato local (CARDOSO; CANDIDO; MELO, 2018).

Kuhns (2017) mostra que é comum, em muitas cidades do mundo, agricultores familiares localizados nos limites entre espaços intraurbanos e periurbanos marcarem também os limites entre a expansão urbana e rios, áreas florestais e campos naturais que, geralmente, estão inseridos na economia agroextrativista e pecuária. Como comentado pelo autor, a expansão urbana e o encarecimento do valor do solo urbano ameaçam esses sistemas de uso da terra e geram tensões fundiárias que findam por influenciar as estratégias de manejo. A insegurança com relação à posse da terra costuma inibir a busca por sistemas de produção mais sustentáveis, cujos resultados produtivos costumam aparecer em intervalos maiores de tempo.

No Brasil, estudos críticos que têm como referência a obra de Lefebvre (1991) discutem problemas semelhantes em diferentes campos, como economia política, ecologia política, geografia, urbanismo, agroecologia, entre outras áreas e disciplinas. Esses trabalhos aproximam a agricultura urbana e as transformações espaciais das áreas urbanas e regiões metropolitanas brasileiras, abordando experiências de resistência política e territorial, organização social e processos de autogestão e elaboração de políticas públicas (CAMPOS; TRAVASSOS, 2019; MELLO, 2019; ALMEIDA; COSTA, 2014; COUTINHO, 2010).

Como mostramos até aqui, a literatura aborda como o adensamento e a expansão das áreas urbanas e a intensificação da urbanização pressionam as

atividades agrícolas periurbanas de pequena escala e dirigidas para mercados locais e regionais. Esses fenômenos imprimem mobilidade compulsória também às atividades agrícolas intraurbanas, alterando as superfícies agrícolas que seguidamente cedem lugar a outros usos da terra (DARLY; MCCLINTOCK, 2017), e resultam na fragmentação de paisagens que geram importantes serviços ecossistêmicos (LA ROSA *et al.*, 2014) e na perda de terras e territórios de camponeses, indígenas, quilombolas e povos e comunidades tradicionais nas áreas periurbanas (EMPERAIRE; ELOY, 2008).

É importante dizer que não se tem debatido com frequência, na literatura dirigida à AU, os fenômenos que fazem sucumbir os mercados populares. Mesmo quando não são atingidos por processos de deslocamento espacial direto, estruturas como feiras livres e mercados públicos, que dão suporte ao comércio local e popular da AU, constantemente perecem diante da multiplicação de entes das cadeias longas de comercialização², de *shopping centers* e das grandes redes varejistas, cujas instalações são normalmente apoiadas e facilitadas pelo poder público. O desaparecimento de mercados populares nas áreas intraurbanas e a perda de terras agrícolas nas áreas periurbanas afetam um dos pilares da AU, a proximidade entre produção e consumo (MARQUES; CONTERATO; SCHNEIDER, 2016).

1.3 POLÍTICAS PÚBLICAS DE APOIO À AGRICULTURA URBANA

A literatura internacional vem mostrando como movimentos sociais demandam políticas e programas direcionados à AU (BRAND *et al.*, 2011, 2017; RUAF, 2017; LOVELL, 2010). De fato, a AU tem sido integrada à agenda política de formas variadas. A sua afinidade com aspectos urbanísticos, paisagísticos, econômicos, sociais, educacionais e ecológicos abre aos entes públicos de diferentes escalas e setores uma gama de possibilidades de instrumentos de ação. É possível fomentar as atividades da AU, em termos materiais, financeiros e institucionais, tornando ativos seus diferentes atores ou fortalecendo sua atuação. Um enfoque recorrente integra a AU no bojo de políticas de desenvolvimento de sistemas alimentares localizados, em escala municipal ou metropolitana. Nesses casos, os problemas da segurança alimentar criam o elo fundamental, permitindo articular políticas urbanas de educação e abastecimento, por exemplo, ao fortalecimento da AU (BRAND *et al.*, 2011).

Corrêa *et al.* (2020) realizaram estudo em que analisam palavras-chave e temas mais frequentes em artigos publicados em periódicos europeus e norte-

² O conceito é empregado em estudos da economia e sociologia rurais, conforme Ploeg (2008).

americanos. Os pesquisadores mostram que autores de países de alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) têm como temas mais frequentes intervenções urbanísticas para paisagismo funcional. Autores de países de IDH médio focam as relações entre educação ambiental e sustentabilidade. Já países com o IDH baixo dão ênfase à alimentação e às políticas públicas para o setor.

No Brasil, desde a década de 1990, debate-se a criação de uma política nacional de agricultura urbana, tanto na escala federal como em estados, regiões metropolitanas e municípios. Uma maior inserção da AU na agenda de governo aconteceu com a criação do Programa Fome Zero, pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), em 2003, e com a elaboração de políticas voltadas à promoção da segurança alimentar no Brasil. Em 2004, o governo federal brasileiro instituiu o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana e, em 2012, o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Ambos os planos fazem referência direta à agricultura urbana, mas esses marcos legais têm ainda efeitos práticos bastante limitados.

Um marco legal mais recente é a Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018 (BRASIL, 2018), que instituiu o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. O programa se inseria no então Ministério do Desenvolvimento Social, mas vem encontrando muitas barreiras com a mudança ministerial e o enfraquecimento institucional da agricultura familiar, além das dificuldades com a perda de força da participação social nos debates e nas decisões tomadas na arena política, com o advento do governo Bolsonaro.

Apesar das tentativas de incluir alguns segmentos de agricultores urbanos em políticas públicas dirigidas à agricultura familiar, como os Programas de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), há limitações de várias ordens. Além de as poucas disposições legislativas favoráveis à AU serem muito superficialmente implantadas, outras acirram disputas pela terra e pelos territórios em áreas urbanas, periurbanas e rurais, como as mudanças na regularização fundiária urbana e rural trazidas pela Lei nº 13.465/2017 (BRASIL, 2017) e a existência de políticas e regulamentos urbanos proibitivos à agricultura, presentes em zoneamentos e planos diretores.

2 AGRICULTURA: CIRCUITOS CURTOS, SOLIDARIEDADE ENTRE PRODUTORES E CONSUMIDORES E OUTRAS ECONOMIAS URBANAS

Para além da busca por políticas públicas, muitas iniciativas baseadas na autogestão e na ajuda mútua entre produtores e consumidores vêm construindo

experiências inovadoras em pequenas e grandes cidades e se aproximando das práticas e ações políticas de movimentos sociais ligados à agroecologia e às reivindicações pelo “direito à cidade”. Entre muitos exemplos sumariados em Ruaf (2017), vale citar as experiências do Movimento Urbano de Agroecologia (MUDA-SP), um coletivo politicamente ativo nas questões relacionadas à agricultura urbana e agroecologia em São Paulo; a experiência, em Belo Horizonte, da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana (ALMEIDA; MORAIS; PAIXÃO, 2012); a Madrid Agrocomposta, na capital espanhola, que busca criar parcerias entre os produtores e consumidores de alimentos, das áreas rurais e urbanas, e aproximá-los de formuladores de políticas públicas (TORNAGHI; HOEKSTRA, 2017).

Esses movimentos geralmente trabalham para construir condições de estabilidade e permanência das cadeias locais de produção. Partindo da constatação de que o chamado livre mercado conduz amiúde à supressão das cadeias locais de produção e consumo, esses agentes tentam construir condições institucionais para a sua permanência.

Uma desses artifícios é a aproximação de consumidores e produtores em processo de ajuda mútua com as chamadas Comunidades que Sustentam a Agricultura (CSA) ou com as Iniciativas Colaborativas de Compras (PREISS; MARQUES, 2015), modalidades institucionais recentes no Brasil e um pouco mais antigas em outros países. Sua existência se dedica à construção de proximidade, confiança mútua e colaboração entre produtores e consumidores. Esses vínculos procuram assegurar estabilidade na relação entre ambos, reduzindo incertezas e riscos e garantindo que os dois grupos se acerquem de seus objetivos básicos: o acesso à alimentação segura e saudável, de um lado, e à geração de trabalho e renda, do outro.

O modelo de relacionamento pode assumir formatos diferentes. Uma das opções é a que estabelece pagamentos antecipados pelos compradores, garantindo a demanda aos alimentos produzidos. O valor arrecadado com as compras pode também assegurar uma fonte de financiamento da produção. Na ausência desse pagamento antecipado, pode-se também assegurar pedidos antecipados, de modo que os produtores tenham uma boa estimativa de vendas, próxima ao montante de vendas efetivas. Isso ajusta os esforços e reduz as perdas, além de funcionar como uma sinalização para o ajuste da produção em períodos futuros.

Em todas essas – poucas e não exaustivas – situações de exemplo, as pessoas envolvidas tornam-se coprodutoras. Como comunidade, realizam em conjunto o desenho da produção em sentido estrito, mas também produzem de modo intencional e organizado as relações de um mercado de cadeias curtas,

funcionando sob controle social. Nesse tipo de cadeia, pequenos e médios produtores enviam semanalmente cestas com produtos a um depósito para a retirada no local ou diretamente à casa dos coprodutores. Além disso, há a realização de diversas reuniões visando discutir os rumos que a produção tomará (ORTEGA *et al.*, 2018).

O embrião das CSA apareceu em 1971, no Japão, sob o nome de Teikei, que, em português, significa “solidariedade”. As primeiras Teikei foram organizadas por um grupo de mulheres que buscava emancipação e autonomia nas cadeias de produção de que suas famílias participavam (TORRES, 2018). Entretanto, segundo a literatura, as pioneiras Teikei japonesas ainda não são consideradas CSA, pois faltava somar a elas o fator associativo.

A chamada “economia associativa” foi concebida a partir obra do croata-austriaco Rudolf Steiner (1861-1925). Steiner se opunha à visão liberal de mercados autorregulados e à ideia de economias planificadas centralmente pelo Estado. Em contraposição, propôs uma organização econômica baseada em associações formadas por produtores, consumidores e vendedores que, por meio do diálogo, decidiriam, em todos os sentidos, o rumo do espaço econômico no qual estão inseridos. Posteriormente nasceu o termo “Economia associativa”, que se conecta diretamente com as proposições de Steiner e serve para o surgimento das CSA (FERREIRA NETO; TORUNSKY, 2014).

No Brasil, as CSA aparecem pela primeira vez na década de 1990, em Fortaleza/CE, com o objetivo de resolver um problema de escoamento agrícola. Outra experiência importante, também dedicada à resolução do problema do escoamento, aconteceu em 2011, com a fundação da CSA Demétria, em Botucatu-SP. Nesse mesmo ano, teve início a CSA APANFÉ, em Maria da Fé-MG, e o conceito de CSA foi debatido no Fórum Mundial Social realizado em 2001, em Porto Alegre-RS (TORRES, 2018).

Uma relação importante que se pode fazer é entre as CSA e a concepção de economia compreendida com base no conceito de formas de integração econômica (FIE) por Polanyi (2000). Segundo o autor, para compreender a vida econômica, em sua multiplicidade histórica e social, é insuficiente partir da identificação entre economias e mercado. O mercado é uma das formas de integração por meio da qual as sociedades humanas mantiveram a estabilidade e a unidade de sua reprodução social, tanto historicamente como no mundo contemporâneo. Além dele, as sociedades recorreram, tanto em casos de grupos reduzidos quanto em sociedades amplas e complexas, a pelo menos outras três formas institucionais consolidadas: a domesticidade, a reciprocidade e a redistribuição.

É possível perceber a presença de características que correspondem a duas das FIE identificadas pelo autor. De um lado, temos a reciprocidade observada entre os agentes que compõem as CSA, pois o processo por meio do qual as CSA funcionam é caracterizado por uma troca recíproca entre produtores, consumidores e comerciantes, em que os elementos envolvidos buscam, por meio dessas trocas e associações econômicas, a garantia de alimentação para si e para os membros de sua família e optam por manter sempre uma relação simétrica baseada no diálogo e na cooperação.

A redistribuição também é uma FIE econômica que pode ser observada nas CSA. Há uma centralidade na forma como os produtos provenientes das associações são obtidos: um grupo repassa um valor aos produtores, esses cuidam de produzir cestas que posteriormente são armazenadas em um ponto específico e distribuídas para todos aqueles que, de alguma forma, contribuíram para a sua produção, dispensando, assim, qualquer necessidade de troca econômica mais individualista e arquitetando uma divisão de trabalho mais igualitária.

Uma importante característica das CSA é a capacidade de garantir a soberania e segurança alimentar das sociedades que participam dela. É direito salvaguardado de todos os povos o acesso a alimentos de qualidade, saudáveis e culturalmente apropriados, e as CSA contribuem diretamente para isso, pois suas práticas culturais vão de encontro ao que foi determinado pela Revolução Verde, já que essas comunidades cultivam sem o uso de agrotóxicos e de outros insumos que contribuem para uma insegurança alimentar.

Além disso, as CSA representam uma alternativa ou uma forma de resistência ao avanço do consumo de produtos do agronegócio e da agricultura industrializada. Diante disso, essas instituições criam opções frente à hegemonia do mercado convencional de produtos alimentares, colocando a possibilidade de organização local e controle social da qualidade alimentar. Esses controles são criados com o concurso da redução da distância física e social entre o consumo e a produção, usando o encurtamento das cadeias de distribuição (ECKERT, 2016). Dessa forma, as CSA atuam como fator de garantia para a segurança alimentar, ao mesmo tempo em que a insegurança alimentar é reforçada pela perda de espaço da agricultura familiar local, como tem ocorrido com frequência nas últimas décadas (MEIRELLES, 2004).

É importante notar que as CSA não são uma prática no meio rural. Na realidade, ocorrem como uma manifestação da ligação entre os meios rural e urbano. Isso se ilustra no caso citado sobre a formação da primeira CSA no Brasil, em Fortaleza, e em outros casos. Em Belém do Pará, existe a experiência do Grupo para Consumo Agroecológico (GRUCA), um grupo de consumo

responsável pela articulação entre produtores camponeses e agricultores familiares da Região Metropolitana e consumidores da mesma região. O GRUCA liga-se também a uma movimentação política em torno de grupos que militam nessa causa e trabalham com a difusão e manutenção da culinária e gastronomia da região do estuário amazônico, no quadro do consumo responsável e da alimentação saudável (GONZAGA; GUERRA; ROCHA, 2016).

Os serviços de encomendas e entregas evidenciam o caráter sofisticado e eficiente do serviço, em termos de redução de incertezas e atritos, e a formação de bases de informação para tomada de decisões de produtores e consumidores. Eles põem em evidência também a interação estreita entre os contextos das áreas de produção primária (rural) e de circulação/consumo (urbano), tirando quase toda dúvida acerca da importância de uma visão espacial e institucional integrada, que é típica das CSA. Por fim, o exemplo mostra também a interação em ato das chamadas formas de integração econômica (POLANYI, 2000), na medida em que atitudes de reciprocidade e redistribuição atuam em conjunção com a realização de trocas, as quais surgem não necessariamente da busca atomizada de interesses, nem a partir dela funcionam, mas de decisões políticas e institucionais de grupos conectados por dimensões de decisão variada.

No meio urbano, as CSA podem apresentar outras qualidades que são pouco valorizadas no meio rural. Entendidas como uma forma institucional ajustada à agricultura urbana, as CSA têm ou podem ter grande importância ambiental para as cidades, visto que podem contribuir para a ocupação de terrenos baldios em áreas mais periféricas, além de auxiliar a capacidade de absorção de água dos solos, característica natural que cada vez mais é impossibilitada pelo avanço do concreto e do asfalto nos meios urbanos; além disso, é uma forma interessante de diminuir as altas temperaturas características da cidade. Dessa forma, pode-se dizer que, além dos fatores sociais e econômicos supracitados, há um fator ambiental que participa da criação das CSA, o que só faz aumentar a importância dessa prática no Brasil rural e urbano.

3 ALGUNS ELEMENTOS PARA UMA AGENDA DE PESQUISA SOBRE AGRICULTURA URBANA NA AMAZÔNIA

Almeida e Costa (2014) chamam atenção para o fato de que tanto os conceitos como as abordagens de pesquisas em agricultura urbana estão relacionados a distintas visões de mundo e utopias de sociedade e de cidade. Para entendê-las, os autores salientam que devem ser valorizados o conhecimento

das diferentes realidades urbanas, do desenvolvimento, a adoção e difusão de tecnologias e os distintos sujeitos envolvidos.

Concordamos com essa perspectiva, mas adicionamos três elementos. Em primeiro lugar, como Darly e McClintock (2017) mostram, as experiências de AU espalhadas pelo mundo estão associadas às especificidades das formações econômico-sociais e espaciais locais. Ou seja, as histórias local, regional e nacional importam, ao mesmo tempo em que as experiências de AU podem ser influenciadas por movimentos políticos, econômicos e culturais globais. Dessa forma, podem estar tanto articuladas a projetos neoliberais e serem dirigidas à reprodução de desigualdades socioeconômicas, como oferecer resistência a esses processos (EIZENBERG; FENSTER, 2015) a partir de iniciativas de autogestão, ajuda mútua e da ação compartilhada de governos e cidadãos em busca do estabelecimento de prioridades municipais coletivas. Como sumariza Coutinho (2010, p. 6): “[a AU] pode assumir a forma de um projeto contra-hegemônico favorável à cooperação e às transformações sociais profundas ou favoráveis ao ideário neoliberal com respostas pontuais às carências urbanas desconsiderando problemas estruturais”.

Em segundo lugar, dados os constrangimentos que acometem a produção de alimentos tanto nas cidades como no campo, a abordagem de sistemas alimentares, por focar as intermediações entre produção e consumo, mostra-se capaz de permitir reflexões sobre as relações urbano-rurais.

Apesar de a agricultura urbana ocorrer em lugares com diferentes graus de urbanização, há, no adjetivo urbano, uma noção de fundo que não deve ser perdida de vista e que ajuda a pensá-la teórica e praticamente. Isso nos habilita sugerir um terceiro elemento importante para os estudos de AU, conforme comentado a seguir. Sem se ater diretamente à AU, mas com discussões que ajudam a pensá-la, Silva (2017) discute alternativas ao protagonismo da indústria nas economias urbanas amazônicas. O autor procura expor o conflito entre a exclusividade da organização industrial do espaço e das práticas urbanas e as possibilidades de diversificação colocadas pelas muitas formas possíveis de urbanidade e assentamentos humanos densos. Nesse contexto, o autor discute a valorização da experiência cotidiana e o potencial criador de oportunidades, aprendizado e riqueza das economias urbanas, em especial nos seus circuitos populares. Procura também mostrar de que modo estruturas e práticas urbanas dão suporte ao encontro, à criatividade e à prática política, que, potencializados nesses lugares, podem estimular planos e ações dirigidos às possibilidades de sociabilização da natureza dentro e fora das cidades, mas pensadas a partir delas.

Nesse mesmo sentido, Mello (2019) chama atenção para a forma como a obra de Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1991, 2008) oferece abordagens alternativas

para a apreensão dos fenômenos urbanos, dentre eles, a utopia experimental. Segundo a autora, “a utopia experimental seria essa sociedade factível – como campo de possibilidades urbanas” e, nesse sentido, indaga: “Os movimentos de ocupação de vazios urbanos que se consolidam através de práticas de AU, e ainda, os espaços tradicionais de resistência da AU nas periferias das cidades seriam utopias experimentais?” (MELLO, 2019, p. 12).

Por último, entendemos que, de modo ampliado, as CSA podem ser vistas como uma arquitetura institucional flexível e aberta o bastante para dar suporte à atuação de agentes locais de diversas naturezas que tenham ligações com a AU. Em sua atuação já consolidada, as CSA criam suporte para a resolução de problemas de ajuste entre oferta e demanda, redução de instabilidades e riscos e construção coletiva de segurança alimentar, trabalho, renda.

Porém, consideradas as outras múltiplas dimensões da AU mencionadas neste trabalho – estruturação da ocupação do solo urbano, redução de desigualdades, atuação pró-climática e ambiental etc. –, não resta dúvida de que há potencialidades de multiplicação das frentes possíveis de atuação. Nesses termos, a atuação convergente, na esfera local de pessoas, famílias e coletivos de produtores, consumidores, proprietários de espaços de cultivo, trabalhadores da distribuição, desenvolvedores de técnicas e tecnologias de produção, entre outros agentes, pode fazer frente a desafios mais elevados.

Esses desafios dizem respeito, por certo, a uma atuação organizada, capaz assumir o protagonismo em momentos de atualização no plano diretor dos municípios e nas diretrizes de ordenamento territorial municipal para regiões periurbanas. É preciso avançar na atualização dos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade – Lei nº 10.257/01 (BRASIL, 2001), ou, até mesmo, na criação de novos instrumentos que permitam lidar com especificidades regionais e problemas cotidianos que podem inviabilizar, por exemplo, práticas de AU nos espaços periurbanos de áreas metropolitanas.

A participação em espaços decisórios de planejamento municipal é fundamental para barrar ondas frenéticas de especulação imobiliária, como as que produziram dezenas de loteamentos nas cidades do Sul e Sudeste do Pará, desarticulando redes de produtores e comunidades extrativistas. O controle político do território passa pela definição de quais usos são desejáveis e possíveis para as áreas periurbanas dos municípios ou da metrópole, para com isso fazer frente aos interesses de grandes agentes econômicos, segmentos do Estado etc., que se interpõem como obstáculo aos benefícios que poderiam decorrer da ampliação da prática da agricultura urbana.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mesmo fora de contextos de crises excepcionais, comentados na introdução deste texto, sabe-se que agricultura, extrativismo e pecuária, em suas diferentes formas, fazem parte do cotidiano das aglomerações urbanas, das pequenas vilas às grandes metrópoles. Espécies vegetais (comestíveis, aromáticas, ornamentais e medicinais) e criações de animais são casualmente encontradas nas áreas intraurbanas e periurbanas, não apenas a partir de experiências coletivas em hortas comunitárias, organizações assistenciais e áreas institucionais (p. ex. servidões de rodovias e de redes elétricas) ou em terrenos baldios, mas também a partir de iniciativas particulares, familiares e coletivas em empresas, residências, sítios, chácaras, fazendas, áreas de uso comum ou ainda como componentes de projetos paisagísticos públicos, realizados em canteiros de avenidas, praças e jardins, os quais cumprem importante papel lúdico, pedagógico, alimentar, produtivo e de geração de renda.

Como vimos, agricultura urbana, intraurbana e periurbana são, entre outros termos, palavras utilizadas em português para designar a agricultura praticada no interior e nas periferias das cidades e regiões metropolitanas. As diferentes formas e funcionalidades socioeconômicas, tecno-produtivas e lúdicas da agricultura praticada em cada um desses espaços influenciam a busca de conceitos muitas vezes reduzidos à dimensão espacial da prática agrícola (PFEIFFER; SILVA; COLQUHOUN, 2014).

Compreendemos que a característica precípua da AU, que de fato a qualifica como urbana, reside na condição de que a produção seja consumida, processada e/ou comercializada nas próprias cidades onde ocorre. Ou seja, mais do que a localização espacial precisa (urbana, intraurbana ou periurbana), corroboramos a definição de que a qualidade urbana da agricultura são seus laços funcionais com as cidades nas quais é praticada (AUBRY, 2014; MOUGEOT, 2000).

Isso significa dizer que o entendimento das relações funcionais e estruturais concernentes aos circuitos de produção e consumo é levado em conta, impedindo que seja qualificada como agricultura urbana a produção de commodities (soja, milho, gado, entre outras) nos espaços periurbanos, ou mesmo nas áreas intraurbanas, quando os sistemas de produção miram mercados globais distantes das áreas de produção.

Esse entendimento salienta a multifuncionalidade da agricultura urbana (alimentar as cidades, construir paisagens naturais, gerar emprego e renda, promover controle térmico, contribuir com a saúde pública, desenvolver atividades terapêuticas e educacionais etc.) em sua diversidade de formas (em

terrenos ao ar livre com diferentes níveis de tecnologia, em áreas produtivas ou estufas modeladas em terraços e telhados de edifícios, em galpões, em sistemas hidropônicos etc.), estruturas (patronais, familiares, educacionais/assistenciais) e de atores (agricultores, comerciantes e consumidores). Além disso, tal entendimento releva os múltiplos desafios lançados à política e à ciência, dada a necessidade de soluções e inovações que demandam o engajamento inter e transdisciplinar de cientistas (agrônomos, economistas, urbanistas, geógrafos, sociólogos, antropólogos etc.), agricultores, consumidores, movimentos sociais e classe política.

Apesar dos benefícios potenciais que a AU pode gerar, uma análise mais detida sobre o tema permite compreender suas contradições. Em primeiro lugar, como muitos trabalhos mostram, são inúmeros os potenciais impactos positivos em termos cognitivos, educacionais, ecológicos, econômicos e urbanísticos da agricultura urbana, o que justifica o interesse público e o debate acadêmico. Em segundo lugar, diante das suas variadas formas e funções, há o perigo de se essencializar essa atividade como uma panaceia para muitos males urbanos, sem que os problemas estruturais desses problemas, as diferentes racionalidades que orientam a busca de soluções a eles e as contradições que os envolvem sejam devidamente analisados.

São muitos os fatores que limitam ou tensionam a agricultura urbana. Há limitações de acesso a tecnologias, recursos, insumos e serviços e o receio de que a agricultura urbana se vincule a mercados de nichos para as elites urbanas, deixando de ser um potencial instrumento de segurança e soberania alimentar e de garantia do direito à cidade e de acesso às políticas de planejamento urbano-regional. Uma das maiores dificuldades reside nas dinâmicas fundiárias impulsionadas pelas formas de produção do espaço urbano que tensionam o acesso e a manutenção da propriedade ou a posse do solo e sua destinação aos usos residenciais e agrícolas com acesso estável a equipamentos e serviços públicos.

A mudança da relação entre alimentos e cidades, entre produtores e consumidores de alimentos, tem potencial para ampliar a vitalidade, solucionar problemas e criar oportunidades em áreas urbanas. Isso pode ser alcançado, desde que haja também o compromisso de se enfrentar as causas profundas das desigualdades socioespaciais e dos sistemas alimentares, além do desejo de aumentar o controle local sobre o que se produz e se consome.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos pareceristas pelas valiosas críticas e sugestões. Ao CNPQ e aos programas PIBIC e PET/Geografia da Universidade Federal do Pará (UFPA), agradecemos a concessão de bolsas aos alunos de graduação e pós-graduação envolvidos na pesquisa. Ao INCT Odisseia e aos grupos de pesquisa DADESA, URBANA e GPSA Amazônia da UFPA, agradecemos o apoio e frutífero ambiente intelectual. Erros e omissões são de responsabilidade exclusiva dos autores.

REFERÊNCIAS

- ACKERMAN, K. *et al.* Sustainable food systems for future cities: The potential of urban agriculture. **The Economic and Social Review**, Dublin, v. 45, n. 2, p. 189-206, 2014.
- ALLEN, J. *et al.* Growing vegetables and values: benefits of Neighborhood-Based Community Gardens for youth development and nutrition. **Journal of Hunger & Environmental Nutrition**, [s. l.], v. 3, n. 4, p. 418-439, 2008.
- ALMEIDA, D. A. O.; COSTA, H. S. M. Agricultura urbana: uma aproximação possível entre a questão ambiental e a questão urbana. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE O TRATAMENTO DE ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM MEIO URBANO E RESTRIÇÕES AMBIENTAIS AO PARCELAMENTO DO SOLO QUE SERÁ REALIZADO EM BELÉM, 3., 2014, Belém. **Anais** [...]. Belém: UFPA, 2018. p. 1-18.
- ALMEIDA, D. A. O.; MORAIS, L. M. O.; PAIXÃO, L. A. F. Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana: espaços e saberes da Agroecologia em Belo Horizonte. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 23-28, 2012.
- AMOS, C. C. *et al.* A scoping review of roof harvested rainwater usage in urban agriculture: Australia and Kenya in focus. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], n. 202, p. 174-190, 2018.
- ARRAES, N. A. M.; CARVALHO, Y. M. C. Agricultura urbana e Agricultura familiar: interfaces conceituais e práticas. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v. 45, n. 6, p. 1-116, nov./dez. 2015.
- AUBRY, C. Les agricultures urbaines et les questionnements de la recherche. **Pour**, Paris, v. 4, n. 224, p. 35-49, 2014. Disponível em: <https://www.cairn.info/revue-pour-2014-4-page-35.htm>. Acesso em: 20 fev. 2019

BRAND, C. *et al.* L'alimentation des sociétés urbaines: une cure de jeunesse pour l'agriculture des territoires métropolitains? **Vertigo** [online], v. 11, n. 2, 2011. Disponível em: <http://vertigo.revues.org/11199>. Acesso em: 20 fev. 2021.

BRAND, C. *et al.* **Construire des politiques alimentaires urbaines**: concepts et démarches. Versalhes: Quae, 2017.

BRASIL. **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2001]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm. Acesso em: 2 mar. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal; institui mecanismos para aprimorar a eficiência dos procedimentos de alienação de imóveis da União; altera as Leis nºs 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, 13.001, de 20 de junho de 2014 [...] e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113465.htm. Acesso em: 2 mar. 2021.

BRASIL. Portaria nº 467, de 7 de fevereiro de 2018. Institui o Programa Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 29, p. 64, 9 fev. 2018.

CAMPOS, F. S.; TRAVASSOS, L. R. F. C. Agricultura Urbana: entre sociedade e a natureza. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 18., 2019, Natal. **Anais** [...]. Natal: UFRN, 2019. p. 1-15.

CARDOSO, A. C. C.; CANDIDO, L. S.; MELO, A. C. C. Canaã dos Carajás: um laboratório sobre as circunstâncias da urbanização, na periferia global e no alvorecer do século XXI. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.** [online], v. 20, n. 1 p. 121-140, 2018.

CARDOSO, A. C. D.; MELO, A. C. C.; GOMES, T. V. O urbano contemporâneo na fronteira de expansão do capital: padrões de transformações espaciais em seis cidades do Pará, Brasil. **Revista de Morfologia Urbana**, Porto, v. 4, n. 1, p. 5-28, 2016.

COELHO, F. C.; COELHO, E. M.; EGERER, E. M. Local food: benefits and failings due to modern agriculture. **Sci. agric.**, Piracicaba, v. 75, n. 1, p. 84-94, jan. 2018.

CORRÊA, C. J. P. *et al.* Semeando a cidade: histórico e atualidades da agricultura urbana. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 23, p. 1-22, 2020.

COUTINHO, M. N. **Agricultura urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas.** 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

DARLY, S.; MCCLINTOCK, N. Introduction to Urban agriculture in the neoliberal city: critical European perspectives. **ACME: International Journal for Critical Geographies**, [s. l.], v. 16, n. 2, p. 224-231, 2017.

DRAKE, L.; LAWSON, L. J. Validating verdancy or vacancy? The relationship of community gardens and vacant lands in the US. **Cities**, [s. l.], v. 40, p. 133-142, 2014.

ECKERT, D. **A mercantilização em contramovimento: relações de reciprocidade e coesão social na agricultura sustentada pela comunidade em Minas Gerais.** 2016. 236 f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

EIZENBERG, E.; FENSTER, T. Reframing urban controlled spaces: community gardens in Jerusalem and Tel Aviv-Jaffa. **ACME: An International E-Journal for Critical Geographies**, [s. l.], v. 14, n. 4, p. 1132-1160, 2015.

EMPERAIRE, L.; ELOY, L. A cidade, um foco de diversidade agrícola no Rio Negro (Amazonas, Brasil). **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**, Belém, v. 3, n. 2, p. 195-211, 2008.

FAO. **Food insecurity in the world.** Relatório. Roma: FAO, 2008.

FAO. **The State of Food Insecurity in the World: Economic crises, impacts and lessons learned.** Roma: FAO, 2009.

FAO. **Growing greener cities in Africa.** First status report on urban and peri-urban horticulture in Africa. Roma: FAO, 2012.

FAO. **Ciudades más verdes em América Latina y el Caribe: um informe de la FAO sobre la agricultura urbana y periurbana en la región.** Roma: FAO, 2014.

FERREIRA NETO, D. N.; TORUNSKY, F. Agricultura apoiada pela comunidade e a “economia viva” de Rudolf Steiner. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, v. 8, n. 1 e 2, p. 1-10, 2014.

GINN, F. Dig for Victory! New histories of wartime gardening in Britain.

Journal of Historical Geography, [s. l.], v. 38, p. 294-305, 2012.

GONZAGA, N. B.; GUERRA, G. A. D.; ROCHA, A. C. O. GRUCA (Grupo para Consumo Agroecológico): autogestão e cooperação entre consumidores e produtores da Feira Orgânica de Belém e do Assentamento Mártires de Abril (Mosqueiro – Belém – Pará). **Cadernos de Agroecologia**, [s. l.], v. 10, n. 3, maio 2016. Disponível em: <http://revistas.aba-agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/17381>. Acesso em: 2 mar. 2021.

KAUFMAN, J.; BAILKEY, M. **Farming inside cities**: entrepreneurial urban agriculture in the United States. Cambridge, MA: Lincoln Institute of Land Policy Opitz, 2000.

KUHNS, J. **Urban Green Train Modules and Resources (IO2)**. Module 1: Introduction into urban. Urban Green Train. 2017.

LA ROSA D.; BARBAROSSA, L.; PRIVITERA, R.; MARTINICO, F. Agriculture and the city: a method for sustainable planning of new forms of agriculture in urban contexts. **Land Use Pol**, [s. l.], n. 41, p. 290-303, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.landusepol.2014.06.014>. Acesso em: 2 mar 2021.

LEFEBVRE, H. **The production of space**. Oxford; Cambridge: Blackwell, 1991.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LOPES, C. L.; LOPES, K. C. S. A. Agricultura urbana ecológica: a experiência de Cuba. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 39-41, 2012.

LOVELL, S. T. Multifunctional urban agriculture for sustainable land useplanning in the United States. **Sustain 2**, [s. l.], p. 2499-2522, 2010.

MARQUES, F. C.; CONTERATO, M. A.; SCHNEIDER, S. **Construção de mercados e agricultura familiar**. Desafios para o desenvolvimento rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

MCCLINTOCK, N. Why farm the city? Theorizing urban agriculture through a lens of metabolic rift. *Cambridge Journal of Regions*. **Economy and Society**, [s. l.], v. 3, p. 191-207, 2010.

MCMICHAEL, P. **Regimes alimentares e questões agrárias**. São Paulo: Unesp, 2016.

MEIRELLES, L. Soberania alimentar, agroecologia e mercados globais. **Agriculturas**, Rio de Janeiro, v. 1, p. 11-14, set. 2004.

MELLO, C. S. Leituras e discursos sobre Agricultura Urbana: um debate em construção. *In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL*, 18., 2019, Natal. **Anais** [...] Natal: UFRN, 2019. p. 1-14.

MOUGEOT, L. **Urban agriculture**: definition, presence, potentials and risks, and policy challenges. Cities Feeding People Series. Ottawa, Canada: International Development Research Centre (IDRC), 2000.

NIEDERLE, P. A.; WESZ JUNIOR, V. J. **As novas ordens alimentares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2018.

ORTEGA, J.; SANTOS, A. S.; SOUZA, I. M. D.; OLIVEIRA, A. P. R.; MARJOTTA-MAISTRO, M. C. Panorama das comunidades que sustentam a agricultura (CSA): os movimentos no Brasil e Europa. **Cadernos de Agroecologia**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 1-7, jul. 2018.

PALMA, I. P. *et. al.* Historical changes in the process of agricultural development in Cuba. **Journal of Cleaner Production**, [s. l.], v. 96, p. 77-84, 2015.

PFEIFFER, A.; SILVA, S.; COLQUHOUN, J. Innovation in urban agricultural practices: responding to diverse production environments. **Renewable Agriculture and Food Systems**, [s. l.], v. 30, p. 79-91, 2014.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PÖLLING, B.; MERGENTHALER, M.; LORLEBERG, W. Professional urban agriculture and its characteristic business models in Metropolis Ruhr, Germany. **Land Use Policy**, [s. l.], v. 58, p. 366-379, 2016.

PREISS, P. V.; MARQUES, F. C. Tendências no movimento de re-localização alimentar brasileiro: uma análise de Iniciativas Colaborativas de Compras. **Tessituras**, Pelotas, v. 3, n. 2, p. 269-300, jul./dez. 2015.

RIBEIRO, S. M.; BOGUS, C. M.; WATANABE, H. A. W. Agricultura urbana agroecológica na perspectiva da promoção da saúde. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 24, n. 2, p. 730-743, 2015.

RUAF. Revista de Agricultura Urbana. [S. l.]: RUAF Foundation, n. 33, 2017.

- SALDIVAR-TANAKA, L.; KRASNY, M. E. Culturing community development, neighborhood open space, and civic agriculture: the case of Latino community gardens in New York City. **Agric Hum Values**, [s. l.], v. 21, p. 399-412, 2004. Disponível em: <https://doi-org.ez3.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s10460-003-1248-9>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- SANTANDREU, A.; CASTRO, C. Strengthening Urban Producers Organisations. **RUAF**, Urban Agriculture Magazine, [s. l.], v. 1, n. 17, p. 5-7, 2007.
- SANTANDREU, A.; LOVO, I. C. **Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção**. Belo Horizonte: FAO: MDS: SESAN: DPSD, 2007.
- SCHNEIDER, S.; CASSOL, A.; LEONARDI, A.; MARINHO, M. M. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 100, p. 167-188, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.34100.011>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- SILVA, H. **Socialização da natureza e desenvolvimento na Amazônia brasileira**. 2017. 267 f. Tese (Doutorado em Economia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- TEITEL-PAYNE, R.; KUHNS, J.; NASR, J. **Indicators for Urban Agriculture in Toronto: a scoping analysis**. Toronto, Canadá: Toronto Urban Growers, 2016.
- TEIXEIRA, F. C. Crise alimentar, energia e clima: nova geopolítica da fome? **Ecodebate**, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2007/11/14/crise-alimentar-energia-e-clima-nova-geopolitica-da-fome-por-francisco-carlos-teixeira/>. Acesso em: 2 mar. 2021.
- THEBO, A. L.; DRECHSEL, P.; LAMBIN, E. Global assessment of urban and peri-urban agriculture: irrigated and rainfed croplands. **Environ. Res. Lett.**, [s. l.], p. 1-9, 2014.
- TORNAGHI, C. Urban Agriculture in the food-disabling city: (re)defining urban food justice, reimagining a politics of empowerment. **Antipode**, [s. l.], v. 3, p. 781-801, 2017.
- TORNAGHI, C.; HOEKSTRA, F. Urban Agroecology. **Urban Agriculture Magazine**, [s. l.], n. 33, p. 3-4, 2017.

TORONTO. **GrowTO**: an urban agriculture action plan for Toronto. Toronto: TFPC, 2012. Disponível em: <http://www.toronto.ca/legdocs/mmis/2012/pe/bgrd/backgroundfile-51558.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2021.

TORRES, C. L. **Comunidade que sustenta a agricultura**: a reaplicação da tecnologia social a partir dos casos pioneiros em Brasília. 2018. 108 f. Dissertação (Mestrado em Design) – Instituto de Artes, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

WILSON, G. A. From ‘weak’ to ‘strong’ multifunctionality: conceptualising farm-level multifunctional transitional pathways. **J. Rural Stud.**, [s. l.], v. 24, p. 367-383, 2008.

YEUNG, Y. Examples of urban agriculture in Asia. The United Nations University. **Food and Nutrition Bulletin**, [s. l.], v. 9, n. 2, 1987.

Texto submetido à Revista em 08.07.2020

Aceito para publicação em 13.07.2021



Indicadores de sustentabilidade: contribuições para construção de estratégias de desenvolvimento mais sustentável em agroecossistema de várzea

Sustainability indicators: contributions to the construction of more sustainable development strategies in lowland agroecosystem

Taysse Fernanda Amaral Silva - Mestre em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA). E-mail: taysse.silva17@hotmail.com

Roberta de Fátima Rodrigues Coelho - Doutora em Ciências Agrárias pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Professora Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPA). E-mail: roberta.fatimacoelho@gmail.com

Romier da Paixão Sousa - Doutor em Estudios Medio Ambientales pela Universidad Pablo de Olavide. Professor Titular do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFPA). E-mail: romier.sousa.ifpa@gmail.com

Resumo

Uma das principais discussões na atualidade refere-se ao fato de se repensar o modo de produzir alimentos, bem como a busca pelo desenvolvimento rural, a partir da perspectiva da sustentabilidade. Nesse contexto, surgem os indicadores de sustentabilidade, instrumentos que possibilitam uma avaliação mais ampla e multidimensional do desenvolvimento rural. Diante do exposto, o trabalho tem por objetivo apresentar uma síntese dos principais indicadores de sustentabilidade utilizados em agroecossistema de várzea, refletindo sobre os critérios empregados durante sua seleção, construção e resultados. A pesquisa foi realizada a partir de um levantamento bibliográfico e exploratório, em consulta de livros e periódicos científicos. Foram identificados doze indicadores compostos e um simples, observou-se que a maioria são adaptações de trabalhos de referência, mas que sofreram alguma modificação em sua estrutura devido às características locais. Os trabalhos demonstraram que a efetividade do uso está intimamente ligada ao caráter participativo e à flexibilidade na construção.

Abstract

One of the main discussions today refers to the fact of rethinking the way of producing food, as well as the search for rural development, from the perspective of sustainability. In this context, sustainability indicators emerge, instruments that enable a broader and multidimensional assessment of rural development. Give in above, the work aims to show a synthesis of the main sustainability indicators used in the lowland agro-ecosystem of the Amazon, reflecting on the criteria used during their selection, construction and results. The research was carried out from a bibliographic and exploratory survey, in consultation with books and scientific journals. Twelve composite and one simple indicators were identified, it was observed that most are adaptations of reference works, but that has undergone some change in its structure, due to local characteristics. The studies demonstrated that the effectiveness of use is closely linked to the participatory character and flexibility in construction.

Palavras-chave

Populações tradicionais. Ribeirinho. MESMIS. Amazônia.

Keywords

Traditional populations. Riverside. MESMIS. Amazon.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento foi tratado como sinônimo de crescimento econômico até a Conferência “Nosso Futuro Comum” em Estocolmo, em 1972, no qual os recursos naturais eram considerados inesgotáveis (DILGER; LANG; PEREIRA FILHO, 2016). No entanto, o reconhecimento de que essa perspectiva não contemplava outros aspectos, também importantes e fundamentais para a sustentabilidade do planeta, conduziu a sociedade a debates a respeito das perspectivas sobre o futuro da humanidade.

As discussões acerca das limitações do modelo de desenvolvimento até então adotado geraram diversos debates sobre a construção de ferramentas que indicassem um caminho para o desenvolvimento mais sustentável. Era necessário incorporar valores sociais e ambientais, nos quais a sustentabilidade precisava ser entendida dentro de uma perspectiva sistêmica (DAL SOGLIO, 2013) para, assim, ser alcançada, preservando a qualidade de vida e garantindo a conservação do ambiente, principalmente quando se referia aos modelos de produção agrícola.

Foi em meio a essa concepção que os indicadores de sustentabilidade emergiram, sendo criada uma diversidade desses. Contudo, apesar da expressiva quantidade, muitas vezes utilizá-los não foi um processo fácil (VIEIRA, 2019). Para tanto, alguns marcos metodológicos ou de referência surgiram para apoiar na mensuração do desenvolvimento sustentável (SANCHEZ; MATOS, 2012), especialmente em cenários mais complexos como a Amazônia, por ser uma região com uma multidiversidade de povos, identidades, singularidades, culturas e natureza original, além de sempre ter sido submetida a modelos desenvolvimentistas, os quais apresentavam tentativas de absorvê-la em uma lógica capitalista, por meio da exploração de suas riquezas (LOUREIRO, 2012).

Dentre suas várias particularidades, apresenta uma diversidade de agroecossistemas, chamando a atenção para um em especial por suas características singulares – as várzeas amazônicas. Esse ecossistema é habitado por povos e comunidades tradicionais que vivem e desenvolvem suas atividades produtivas, adaptando-as segundo o ritmo da natureza, constituindo-se em agroecossistemas familiares tradicionais (LIRA; CHAVES, 2016). Desse modo, pensar a perspectiva da sustentabilidade nesses territórios exige compreendê-la a partir de suas especificidades, potencialidades e fragilidades, além de buscar por ferramentas que apoiem no planejamento de políticas de desenvolvimento aliadas à realidade local.

O Marco para a Avaliação de Sistemas de Manejo Incorporando Indicadores de Sustentabilidade (MESMIS) é uma das ferramentas que segue

esse desafio. Assim, frente à necessidade de compreender a produção familiar e as estratégias de reprodução social e produtiva em agroecossistemas de várzea, a utilização de indicadores de sustentabilidade, apoiada nessa ferramenta de análise, pode ser uma opção viável, já que, através deles, são obtidas informações relevantes e coerentes com a realidade analisada.

No entanto, surgem algumas indagações: será que os atuais indicadores utilizados em agroecossistemas familiares de várzea são suficientes para responder aos questionamentos propostos durante a avaliação da sustentabilidade, nas dimensões social, ambiental e técnico-econômica? Qual a contribuição dos indicadores de sustentabilidade nas discussões e estratégias acerca do desenvolvimento sustentável da região Amazônica? Para tentar responder a esses questionamentos, este artigo tem como objetivo apresentar uma síntese dos principais indicadores de sustentabilidade utilizados nesse agroecossistema, refletindo sobre os critérios empregados durante sua seleção, construção e resultados apresentados.

1 METODOLOGIA

A pesquisa foi de natureza qualitativa, a partir de um levantamento bibliográfico e exploratório, em consulta de livros e periódicos científicos sobre o uso de indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas de várzea na Amazônia Brasileira. Para tal levantamento, foi realizada uma consulta na base de dados da plataforma de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), na qual, inicialmente, buscou-se por trabalhos que discutem o conceito, a origem e as características dos indicadores de sustentabilidade, como critérios de seleção e elaboração.

Ademais, optou-se por trabalhos que abordam o uso de indicadores, a partir da ferramenta MESMIS, desenvolvidos na região Norte. Sua escolha como ferramenta de avaliação se firma no fato de ser utilizada em diversas partes do mundo para avaliar agroecossistemas, tendo como foco sistemas familiares com ênfase em atividades de base ecológica (CÂNDIDO *et al.*, 2015). Também apresenta características que justificam sua escolha, pois, além de promover agroecossistemas alternativos, possui estrutura flexível e adaptável aos diferentes níveis de informações, assim como se adapta a diferentes contextos locais e, principalmente, possibilita a construção participativa dos passos e indicadores (MASERA; ASTIER; LÓPEZ-RIDAURA, 2000).

Posteriormente, para identificação dos indicadores, optou-se como referência os períodos de 2010 a 2019, dos quais se destacaram quatro trabalhos.

Para sua organização, utilizou-se uma planilha no programa *Excel*, contendo as seguintes informações: dimensão (ambiental, social e técnico-econômica), tipo e descrição dos indicadores. A partir dessas informações, os indicadores mais recorrentes de cada dimensão foram agrupados considerando os objetivos, sua característica (adaptados ou construídos) e sua forma de abordagem.

Diante do exposto, o artigo se organiza em quatro seções, das quais a primeira aborda o surgimento dos indicadores frente à necessidade de se repensar o desenvolvimento da sociedade em meio à crise ambiental. Partindo para uma discussão acerca da aplicação em agroecossistemas, a segunda seção caracteriza-se pelo uso de indicadores como ferramenta para avaliação destes, a partir da metodologia MESMIS, trazendo discussões que são importantes na elaboração ou escolha dos indicadores de sustentabilidade. Em seguida, reflete-se sobre a importância dos indicadores de sustentabilidade na construção de estratégias para o desenvolvimento da região Amazônica. Por fim, a quarta seção contempla o seu uso, no contexto da várzea, abordando os indicadores frequentemente utilizados.

2 DA CRISE AMBIENTAL AO SURGIMENTO DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE

O término da Segunda Guerra Mundial estabeleceu um novo mapa geopolítico mundial. Nesse cenário, os Estados Unidos passaram a regular a economia global, sendo responsável por ditar as diretrizes das políticas de desenvolvimento que, basicamente, se restringiram ao crescimento econômico (WEISHEIMER, 2013). Durante esse período, acompanhou-se o processo conhecido por “modernização da agricultura” em grande parte do planeta (DAL SOGLIO, 2013). Em meio a essa perspectiva, foram observadas mudanças quanto à dinâmica de uso dos recursos naturais, na qual a agricultura e o meio rural passaram a ser pauta de projetos de desenvolvimento.

Nesse processo, o modelo industrial-produtivista instalado para o desenvolvimento de países como o Brasil visava o incremento de insumos e tecnologias para aumentar a produtividade de produtos exportados. A chamada Revolução Verde, entretanto, trouxe como consequência a aceleração da degradação ambiental e social do espaço rural (ALTIERI, 2012), revelando a necessidade de se repensar o atual contexto de desenvolvimento, já que a agricultura perdeu sua conexão com a natureza e com a sociedade, passando a ser uma atividade de produção capitalista.

O rompimento da ideia de que os recursos naturais são infinitos e as crescentes dúvidas em relação ao futuro do meio ambiente marcaram a segunda

metade do século XX, obrigando parte da humanidade a repensar suas ações acerca da exploração dos recursos naturais. É em meio a essa reflexão que a percepção e o conceito de desenvolvimento sustentável surgem.

Construído por meio de um longo processo histórico de reavaliação crítica, tem seu ponto de partida nas discussões internacionais, sendo precisamente a Conferência de Estocolmo, em 1972, a responsável pela base do conceito (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009). Durante as décadas seguintes, ganhou força e tornou-se rapidamente usado em todos os seguimentos da sociedade, o que proporcionou o aprofundamento da discussão sobre seu real significado teórico e prático.

Apesar das diversas discussões, ainda não se tinha um consenso sobre o conceito do termo, existindo diversas abordagens, uma vez que suas várias interpretações ficaram a cargo das diferentes ideologias ou interesses (VAN BELLEN, 2004). No entanto, Vieira (2019) acrescenta que o conceito, imortalizado pela Comissão Brundtland, em 1987, contém a essência do que é e como se pode pensar o desenvolvimento sustentável, que seria garantir qualidade de vida para as gerações atuais sem comprometer as gerações futuras e atender suas próprias necessidades. Para Martins (2002), o conceito não está acabado, sendo considerado por ele como uma ideia-força, provocada tanto pelas demandas da sociedade quanto pelos problemas ambientais e, embora apresente diferentes abordagens, pressupõe considerar, também, as complexas relações entre a sociedade e a natureza.

Assim, partindo também para as perspectivas ambientais e sociais, motiva a sociedade a formular, implementar e avaliar as políticas públicas, estimulando a criação de novas formas de mensurá-lo (GUIMARÃES; FEICHAS, 2009). Todavia, Rabelo (2007) acrescenta que, em termos de efetividade, trabalhá-lo sob diferentes perspectivas demonstra-se mais complexo, exigindo ferramentas de avaliação que capturem essa complexidade, com abordagem sistêmica, considerando questões quantitativas, qualitativas, institucionais e históricas. É nesse contexto que os indicadores de sustentabilidade emergem, exercendo a função de advertir sobre possíveis riscos e tendências (KEMERICH *et al.*, 2014), constituindo-se de um guia para que possam ser tomadas decisões a curto, médio ou longo prazo.

Os indicadores de sustentabilidade se referem a um instrumento de mensuração do grau de sustentabilidade do desenvolvimento, sendo responsável por fornecer informações multidimensionais (VIEIRA, 2019). Sua utilização tem por objetivo reunir e quantificar informações complexas, simplificando-as para o melhor entendimento e comunicação (HANAI; ESPÍNDOLA, 2011).

Para Sarandón (2002), um indicador permite evidenciar uma tendência que não seria facilmente detectável de outra forma, tendo como principal característica a capacidade de agrupar e sintetizar um conjunto complexo de informações. Assim, são capazes de representar a percepção da realidade, permitindo entender os pontos limitantes e potencialidades que, de certa forma, passariam despercebidos.

A construção de indicadores de sustentabilidade se deu após a conferência Rio-92, com base nas recomendações da Agenda 21, que discorria acerca da necessidade de construí-los. Vários países aderiram às recomendações, tomando a iniciativa de elaborá-los para que contemplassem sua realidade e fossem capazes de nortear as tomadas de decisões. Nesse sentido, no Brasil, foram criados, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 50 indicadores de desenvolvimento sustentável (RABELO, 2007), com foco em temas como: população, saúde, educação, habitação, segurança, equidade, atmosfera, terra, oceano, mares e áreas costeiras, biodiversidade, saneamento, estrutura econômica, padrões de produção e consumo, estrutura e capacidade institucional (SILVA, 2008). Em 2015, o IBGE propôs novos indicadores, sendo que atualmente existem 63 que contemplam as dimensões sociais, ambientais, econômicas e institucionais (IBGE, 2015).

Apesar do número expressivo, a dificuldade quanto a sua utilização foi constante, visto que um dos pontos que restringe os trabalhos com indicadores é justamente a obtenção dos dados, tanto pelos aspectos de disponibilidade quanto de credibilidade, já que se utiliza de dados secundários e inviabiliza as pesquisas em esferas regionais ou globais. Essa dificuldade também estimulou o crescimento de aplicações de indicadores em práticas de desenvolvimento local (RABELO, 2007). Com esse objetivo, alguns marcos metodológicos ou de referência surgiram para apoiar na mensuração do grau de desenvolvimento local, especialmente para os aspectos voltados à realidade rural. Estes marcos tinham por objetivo melhorar o enfoque e esclarecer as medidas e os indicadores que deveriam ser utilizados, guiando todo o processo de análise da sustentabilidade da agricultura e, conseqüentemente, fortalecendo o desenvolvimento rural sustentável (SANCHEZ; MATOS, 2012).

Dentre os marcos metodológicos desenvolvidos para analisar a sustentabilidade de sistemas agrários, além do MESMIS, a principal ferramenta de discussão do trabalho, também são conhecidos o Metabolismo Social, Análise do Ciclo de Vida, Análise da Energia, Análises Custo-Benefício, Pegada Ecológica, Indicadores de Desenvolvimento Sustentável das Explorações Agrícolas (IDEA), Ferramenta de Avaliação de Impactos Ambientais e Indicadores de Sustentabilidade (AMBITEC) (CÂNDIDO *et al.*, 2015; GORDIANO; VARGAS-

ISLA, 2017; RODRIGUES *et al.*, 2016). Apesar de existir um quantitativo de marcos metodológicos, cada um apresenta características específicas e particularidades de foco, que não cabem à discussão, uma vez que se tem como proposta apresentar o MESMIS como marco metodológico.

3 INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE COMO INSTRUMENTO PARA AVALIAÇÃO DE AGROECOSSISTEMAS: O USO DA FERRAMENTA MESMIS

Na perspectiva dos agroecossistemas familiares, a utilização de indicadores de sustentabilidade é indispensável, pois somente dessa maneira poderá ser observado seu comportamento em diversas dimensões, o que possibilita a observação das novas propostas de sistemas de produção e organização a partir das avaliações de sustentabilidade, bem como o nível de transição agroecológica (VERONA, 2010). Partindo dessa premissa, os indicadores são bases para as avaliações a partir de propostas metodológicas e, considerando as complexidades e especificidades dos agroecossistemas de base familiar e ecológica, Masera, Astier e López-Ridaura (2000) apresentam o MESMIS como proposta metodológica para avaliar agroecossistemas, utilizando indicadores de sustentabilidade.

O MESMIS é uma ferramenta metodológica criada com o intuito de servir como ambiente de mediação do diálogo entre sujeito e realidade, o que acaba por promover agroecossistemas alternativos. Com foco em agricultores familiares e camponeses, atualmente é um método amplamente utilizado em diversas partes do mundo, conforme pode ser verificado por Astier *et al.* (2008), Masera, Astier e López-Ridaura (2000) e Zhirzhán e Ramiro (2013), e isso se deve, principalmente, à possibilidade de construção participativa nas etapas de seleção e/ou elaboração dos indicadores. No Brasil, mais especificamente na região norte, algumas experiências merecem destaque e podem ser observadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Título e autores que discutem a avaliação da sustentabilidade na região Norte, através do método MESMIS

TÍTULO	AUTORES
Impactos do crédito produtivo nas noções locais de sustentabilidade em agroecossistemas familiares no território sudeste do Pará	Silva (2008)
Diversificação produtiva em agroecossistemas familiares nos Municípios de Santa Maria das Barreiras e Conceição do Araguaia, Pará.	Nogueira (2012)
Avaliação de sustentabilidade em agroecossistemas de várzea da agricultura camponesa no município de Igarapé-Miri (PA)	Oliveira (2015)

Sustentabilidade de agroecossistemas familiares em comunidade de várzea localizada no município de Cametá, estado do Pará	Resque e Silva (2017)
Indicadores de sustentabilidade na compreensão de processo de adaptação de agroecossistemas familiares no município de Curralinho, PA.	Carvalho e Silva (2017)
Espaço amazônico e estado de sustentabilidade de lógicas familiares de produção: adaptações e uso do MESMIS no caso do estado do Pará	Silva <i>et al.</i> (2017)
Processos de manutenção da biodiversidade de agroecossistemas familiares: estudo de caso na comunidade “Vila Braba”, município de Cametá, Baixo Tocantins–PA.	Da Silva e Silva (2017)
Evaluación de la sustentabilidad de los principios de la Red de Agricultores Tradicionales del estado de Amazonas, Brasil	Gordiano e Vargas-Isla (2017)

Fonte: elaborado pelos autores.

A ferramenta é passível de ser aplicada a diferentes sistemas e possibilita realizar uma leitura sistêmica do agroecossistema. Segundo Astier *et al.* (2012), ela estimula um processo de avaliação participativo e visão interdisciplinar, em que são envolvidos os atores sociais ligados à sustentabilidade do agroecossistema. Devido a essa característica, os agricultores cumprem papel essencial, uma vez que constroem, conjuntamente, o próprio conceito de sustentabilidade a partir dos atributos traduzidos pela ferramenta, que são: produtividade, resiliência, confiabilidade, estabilidade, adaptabilidade, equidade e autogestão (ASTIER *et al.*, 2008). A respeito dos aspectos da avaliação, Cândido *et al.* (2015) acrescenta que um dos principais pontos a ser considerado no processo avaliativo é conhecer o conceito de sustentabilidade abordado pelo método, para evitar possíveis conflitos de entendimento dos grupos interessados.

O MESMIS, na sua estrutura, também apresenta características como flexibilidade e adaptabilidade a diferentes níveis de informação e capacitação técnica. A flexibilidade permite adaptações de acordo com as necessidades específicas dos agroecossistemas avaliados (VERONA, 2010). Outro ponto relevante é que este não se propõe somente a uma simples classificação da sustentabilidade dos sistemas, mas busca entender, de maneira geral, as limitações e possibilidades para a sustentabilidade, permitindo comparar os sistemas tanto transversalmente, ou seja, comparar um sistema alternativo com um de referência, quanto longitudinalmente, com observações das mudanças ao longo do tempo (ZHIRZHÁN; RAMIRO, 2013).

Na sua operacionalização, são considerados seis passos no processo avaliativo. O primeiro, busca caracterizar o sistema analisado, abordando os aspectos

do manejo e seu contexto social, ambiental e econômico. Após essa etapa, são feitas as análises dos pontos críticos, identificando os fatores limitantes e favoráveis à sustentabilidade. Mais adiante, são determinados os critérios de diagnósticos associados aos atributos da sustentabilidade e, por conseguinte, os indicadores. O quarto passo relaciona-se à mediação e ao monitoramento dos indicadores, seguido da realização da integração e apresentação dos resultados. Por fim, no último passo são feitas as conclusões e recomendações, fechando o ciclo e, ao mesmo tempo, iniciando outro ao começar uma nova avaliação (SARANDÓN, 2002).

Embora a ferramenta contribua para a escolha dos indicadores utilizados, é preciso ter em mente que não existe uma lista universal utilizada para qualquer tipo de sistema, ou seja, assim como cada agroecossistema apresenta suas especificidades, faz-se necessário adequá-los e/ou construí-los conforme os objetivos que se propõem a serem estudados. Corroborando com essa questão, Ferraz (2003), Maser, Astier e López-Ridaura (2000) e Sarandón (2002) informam os requisitos importantes na elaboração ou escolha dos indicadores de sustentabilidade.

O indicador deve estar intimamente ligado à sustentabilidade, pois, somente assim, deve avaliar ou cobrir aspectos ecológicos, sociais, culturais e econômicos. Cabe aqui lembrar que a noção de sustentabilidade local não é pré-concebida e deverá ser construída durante o processo de construção; assim, deve ser objetivo, consistente e significativo para a avaliação; ser de fácil medição e interpretação, baseando-se em informações facilmente disponíveis e de baixo custo; permitir integrar informações, ou seja, fornecer informações condensadas sobre os diversos aspectos da sustentabilidade; ser robusto, no sentido de refletir, realmente, o atributo que se quer avaliar; ser claro e centrar-se em aspectos práticos, a fim de facilitar a participação da população local no processo de mensuração; ser aplicável a um amplo número de ecossistemas, condições socioeconômicas e culturais; permitir avaliar mudanças ao longo do tempo e indicar tendências; permitir o cruzamento com outros indicadores.

No decorrer do processo avaliativo, alguns questionamentos também chamam a atenção e devem ser observados na construção e seleção dos indicadores. De acordo com Deponti *et al.* (2002), muitas informações são geradas, mas, posteriormente, não chegam a ser utilizadas. Assim, para se ter coerência com o propósito da avaliação, é necessário se perguntar: o que avaliar? Como avaliar? Por quanto tempo avaliar? Por que avaliar? De que elementos consta a avaliação? De que maneira serão expostos, integrados e aplicados os resultados da avaliação para o melhoramento do perfil dos sistemas analisados? Diante de todo o exposto, é notório compreender que, no processo de escolha e construção dos indicadores de sustentabilidade, deve-se levar em consideração

todos os aspectos abordados anteriormente e defini-los em função das condições socioeconômicas e agroecológicas presentes em cada região.

4 A IMPORTÂNCIA DOS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE NA CONSTRUÇÃO DE ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA

Uma região rica em biodiversidade, povos e tradições, a Amazônia, desde o início de sua ocupação, foi constituída em uma economia regulada na extração de produtos para benefícios de indústrias e centros mais desenvolvidos e, durante muito tempo, esteve à mercê de grandes projetos de desenvolvimento, que não estavam à altura de sua importância ecológica e social (MELLO, 2015).

Em meados do século XX, a região era caracterizada como um território isolado tanto no aspecto geográfico quanto econômico em relação às demais regiões do país, mas que se apresentava como um ambiente rico em possibilidades de ganho, a partir de sua exploração. Nesse sentido, diferentes políticas governamentais foram pensadas para transformar esse espaço em potencial, utilizando-se de técnicas que buscavam controlar a natureza, com o objetivo de desenvolvê-la economicamente (CARVALHO; SILVA, 2017). Contudo, o que se percebeu foi uma série de problemas socioeconômicos e ambientais, devido às tentativas de incrementar atividades não compatíveis com as características locais.

A política de desenvolvimento, desenhada na década de 1970 até o final dos anos 1990, tinha como ideia um modelo de uso intensivo da terra e dos recursos, com reflexos do que se pensava ainda nos anos de 1950 pelos governos militares, como um espaço vazio e economicamente desintegrado do restante do país, em que a natureza era vista como improdutiva e que precisava ser substituída por atividades de exploração rentáveis para o mercado (ESTERCI; SCHWEICKARDT, 2010). Nesse contexto, o domínio da terra e o uso dos recursos naturais precisavam ser homogêneos, sendo necessário substituir ou superar as formas construídas localmente.

O fato é que, nesse momento, o Estado ignorou a diversidade de modos de vida presentes na região, negando as formas tradicionais de apropriação e uso do espaço adotadas pelos habitantes locais, homogêneo a forma de domínio sobre a terra, visando integrar a Amazônia à economia nacional (BEZERRA, 2011; ESTERCI; SCHWEICKARDT, 2010). Ainda na década de 1970, grandes empresas tiveram apoio para desenvolver atividades voltadas para a agropecuária e, como consequência, desenvolver o setor madeireiro, visto como única via de dominar o ambiente (LOUREIRO, 2012). Dessa maneira, ainda segundo a autora,

buscou-se por criar um setor agropecuário moderno com o intuito de substituir as famílias extrativistas e criar um ideal agrícola para os agricultores camponeses locais.

Durante a década seguinte, as políticas públicas para o plano de desenvolvimento da região continuaram sob a lógica progressista, criando estratégias para favorecer os grandes projetos que se articulavam em atividades dos setores hidrelétrico, agropecuário e de mineração, considerados estratégicos para a economia da região, através de subsídios e incentivos fiscais a grandes grupos privados (BEZERRA, 2011). No entanto, essas políticas, pensadas sob as mesmas perspectivas anteriores, também repercutiram negativamente nas dinâmicas socioambientais da região.

Em meio a esse contexto, ainda nos anos de 1980, a ideia desse modelo começou a dar sinais de fracasso, devido a diversos problemas sociais e ambientais, nos quais os desflorestamentos, a migração e os conflitos por posse de terra foram pautas de discussões de ambientalistas e movimentos sociais, surgindo, assim, uma preocupação com o futuro socioambiental amazônico. É em meio a essas discussões, no final desta década e início dos anos de 1990, que começam a se desenvolver novas concepções de desenvolvimento regional (LOUREIRO, 2012), sendo considerado, segundo Silva *et al.* (2017), como marco da nova relação do Estado com essa concepção, a criação de Projetos de Assentamentos (PAs) e reconhecimento de terras indígenas e quilombolas e a criação de Unidades de Conservação (UCs).

O atual contexto de desenvolvimento rural aparentemente aponta para certos avanços. Para Schroder (2010), pensar em estratégia para este processo requer avançar em ações de apoio aos agricultores familiares e às comunidades tradicionais, visto que estes sujeitos, frente às reproduções das suas próprias condições de existência, constroem sistemas produtivos adaptados às características do ecossistema local, com práticas, saberes específicos e sistemas mais sustentáveis do ponto de vista ambiental. Ainda segundo o autor, apesar de já se pensar em políticas destinadas aos interesses desses povos, ainda é preciso avançar em articulações que envolvam a diversidade existente, principalmente quando se trata da complexidade dos sistemas produtivos.

Dessa forma, para se construir uma nova perspectiva de desenvolvimento, é preciso fundamentar-se em cinco pilares: (a) o respeito pela identidade dos povos e diferença cultural, (b) o aproveitamento de práticas sociais e saberes seculares estabelecidos pelos seus habitantes, (c) o respeito pela natureza, transformando-a em aliada, (d) aproveitar a biodiversidade, no sentido de construir uma vida mais solidária e (e) desenvolver e investir cada vez mais em ciência, especialmente na ciência aplicada, direcionando-a para os interesses regionais (LOUREIRO, 2012).

Diante desse histórico de tentativas de desenvolvimento da região, nota-se que as políticas se centravam em interesses econômicos, desfavoráveis às populações locais, sendo evidente a dificuldade de diálogo com estes sujeitos. Logo, pautar-se em estratégias para o desenvolvimento sustentável exigia buscar ferramentas que apoiassem as tomadas de decisões e o planejamento de políticas públicas coerentes para determinado meio, a fim de promover a qualidade de vida dos povos que vivem nessa região, bem como o equilíbrio na gestão dos recursos naturais. Assim, os indicadores de sustentabilidade trazem esse desafio de subsidiar os processos de planejamento e tomadas de decisões.

Os indicadores de sustentabilidade tornam-se úteis nas tomadas de decisões, favorecendo o planejamento de ações, por meio do fornecimento de informações nas múltiplas dimensões. Seu uso pressupõe a chance de elaborar políticas em todos os níveis, coerentes com a realidade local, além de serem norteadores para que se mantenha o monitoramento em direção ao desenvolvimento sustentável (SOUZA *et al.*, 2016). Com os resultados das avaliações é possível conscientizar a população dos reais problemas existentes, assim como poder muni-los com documentos que poderão ser usados perante órgão competente para a formulação de políticas públicas que venham resolver estas demandas.

5 PRINCIPAIS INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE UTILIZADOS NO CONTEXTO DA VÁRZEA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Um dos primeiros passos na avaliação por meio de indicadores é compreender o contexto no qual os sujeitos estão inseridos, bem como as características do agroecossistema a ser estudado. Nesse sentido, a várzea é retratada como um ecossistema que constitui áreas que estão em constante inundação, sofrendo influência da maré, além de ser considerada como um ambiente rico em termos de produtividade biológica, biodiversidade e recursos naturais, especialmente pelo alto teor de nutrientes renovados periodicamente em seus solos (LIMA *et al.*, 2001).

Nesses ecossistemas, são identificados povos tradicionais - ribeirinhos - que possuem estreita relação com os rios, vivendo em pequenas comunidades, em sua maioria, à beira dos rios, igarapés e lagos que compõem o vasto e complexo estuário amazônico, mas que, por estarem nesse espaço, modificam-no, desenvolvendo estratégias adaptativas peculiares (NODA; NODA, 2003) e adaptando seu modo de produzir e reproduzir segundo o ciclo da natureza.

Os ribeirinhos possuem sistemas produtivos trabalhados sobre a lógica da várzea e são considerados, segundo Pereira e Diegues (2010), como extrativistas e agricultores, uma vez que o homem da várzea apresenta uma diversidade de saberes e conhecimentos, buscando por estratégias de diversificação da sua produção, manejando um conjunto de atividades que envolvem a extração dos produtos da floresta, pesca, caça, passando a desenvolver práticas de plantio e colheita de produtos alimentícios e até a criação de pequenos animais.

Um dos principais desafios no processo avaliativo de agroecossistemas incorporando indicadores é que estes sejam eficientes, no sentido de gerar informações que, posteriormente, possam ser utilizadas, bem como obtê-los condizentes com a realidade estudada, o que denota um certo cuidado ao escolhê-los para tal função (MASERA; ASTIER; LÓPEZ-RIDAURA, 2000). Para Carvalho e Silva (2017), na avaliação voltada para o agroecossistema de várzea, é preciso considerar a existência de distintas lógicas de produção, em decorrência das iniciativas das famílias frente às inconstâncias do contexto socioeconômico no qual se encontram.

Diante desse entendimento, Silva *et al.* (2017) reafirmam essa questão ao comparar experiências práticas de aplicação da ferramenta MESMIS em distintas realidades amazônicas do estado do Pará e, diante desta análise, identificaram que uma das principais dificuldades na avaliação tem relação com o processo de adaptação dos indicadores de sustentabilidade aos distintos territórios, marcando uma dificuldade prática, que busca integralizar e representar, de forma fiel, o atual estado de sustentabilidade. Por outro lado, o autor também acrescenta que, nesse processo, o ponto chave para garantir maior grau de precisão é ter a participação ativa do pesquisador na realidade estudada, bem como a garantia do protagonismo dos sujeitos locais na maioria dos passos propostos pela ferramenta.

Assim, a respeito das avaliações realizadas no contexto da várzea, os trabalhos de Carvalho e Silva (2017), Da Silva e Silva (2017), Resque e Silva (2017) e Silva *et al.* (2017) se destacaram, de modo que se compilou nos quadros 2, 3 e 4 os indicadores de sustentabilidade mais abordados nesse agroecossistema para a avaliação multidimensional.

Na dimensão ambiental (Quadro 2), quatro indicadores compostos foram observados. Estes indicadores buscaram avaliar como ocorre a gestão dos recursos naturais disponíveis, de modo a dialogar com a sua garantia de existência em longo prazo.

Quadro 2 – Indicadores de sustentabilidade ambiental utilizados em agroecossistema de várzea a partir da ferramenta MESMIS

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	DESCRIÇÃO DOS INDICADORES
Manutenção da biodiversidade natural (ADN)	Avaliam a fauna e a flora, analisando a relação estabelecida entre os sujeitos e a diversidade local
Manutenção da vegetação natural	
Diversidade de espécies utilizadas	
Conservação do recurso pesqueiro (ARP)	Os indicadores têm como princípio identificar como o tipo de pesca realizado vai influenciar na conservação do recurso pesqueiro
Tipo de pesca realizada	
Redução na quantidade e qualidade do pescado	
Práticas Conservacionistas	
Limitação imposta ao meio (ALM)	Avaliam as consequências causadas ao meio ambiente decorrentes do tipo de manejo desenvolvido
Qualidade do solo	
Erosão visível	
Presença de pragas e doenças	
Qualidade da água	
Presença de lixo	
Manutenção da diversidade produtiva (ADE)	Buscam avaliar a utilização de espécies e de atividades de produção agrícola
Diversidade de espécie/atividade	
Diversidade de atividade produtiva	

Fonte: elaborado pelos autores com base em Carvalho e Silva (2017), Da Silva e Silva (2017), Resque e Silva (2017) e Silva *et al.* (2017).

No Quadro 3, são notados cinco indicadores usados para avaliar essa dimensão, sendo que, destes, apenas o Endividamento Familiar (TEVID) é um indicador simples. Os indicadores técnico-econômicos são responsáveis por avaliar a eficiência produtiva do agroecossistema, com observações no manejo aplicado, o rendimento obtido e as relações que são estabelecidas ao longo da produção.

Quadro 3 – Indicadores de sustentabilidade técnico-econômico utilizados em agroecossistema de várzea a partir da ferramenta MESMIS

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE TÉCNICO – ECONÔMICO	DESCRIÇÃO DOS INDICADORES
Desempenho da economia familiar (TECON)	Permitem observar as estratégias utilizadas pela família para obtenção de renda
Renda familiar per capita (Salário-mínimo/mês)	
Importância das atividades produtivas	
Importância da venda de mão de obra	
Importância do autoconsumo	
Tamanho do patrimônio familiar	

Endividamento Familiar (TEVID)	Avalia o grau de endividamento da família
Eficiência do Manejo (TEFIC)	Caracterizam-se por avaliar o rendimento obtido a partir do manejo no sistema, levando em consideração aspectos como o tipo e quantidade de insumos empregados
Rendimento físico médio	
Perda de rendimento físico	
Integração das atividades	
Sazonalidade de produção	
Domínio do manejo	
Dependência de insumos externos	
Diversidade de atividades	
Possibilidade de diversificação (TEDIVERS)	São indicadores importantes para identificar elementos que possibilitam diversificar as atividades realizadas dentro do agroecossistema
Diversidade de linhas de crédito disponíveis	
Diversidade de iniciativas de capacitação	
Diversificação atual	
Vontade de manter o sistema diversificado	
Manutenção da diversidade natural	Avaliam as estratégias de comercialização desempenhadas pelos sujeitos envolvidos, direcionado tanto para as relações estabelecidas quanto para a forma que o produto é comercializado
Estratégias de comercialização (TECM)	
Atores envolvidos no processo	
Tipo de produto comercializado	
Estrutura para industrialização da produção	
Conhecimento de mercado	
Canais de comercialização	
Sazonalidade	
Associativismo	

Fonte: elaborado pelos autores com base em Carvalho e Silva (2017), Da Silva e Silva (2017), Resque e Silva (2017) e Silva *et al.* (2017).

Já na dimensão social (Quadro 4), somaram-se também quatro indicadores compostos usados para avaliar a sustentabilidade. São indicadores importantes, pois refletem aspectos da qualidade de vida familiar e como os elementos que envolvem os sujeitos podem influenciar na estrutura familiar.

Quadro 4 – Indicadores de sustentabilidade social utilizados em agroecossistema de várzea, utilizando a ferramenta MESMIS

INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL	DESCRIÇÃO DOS INDICADORES
Qualidade de vida (SQV)	São responsáveis por avaliar a disponibilidade e a qualidade dos serviços públicos básicos que devem ser ofertados, fundamentais para que se tenha qualidade de vida
Acesso a serviços públicos de saúde	
Acesso a serviços públicos de saneamento básico	
Acesso a serviços públicos de segurança	
Serviços públicos de educação	
Situação da saúde familiar	
Situação da escolaridade familiar	
Acesso à política de regularização fundiária	
Violência social na comunidade	
Nível de organização (SORG)	Consideram o nível de organização da comunidade, considerando as relações das famílias com as instituições presentes
Participação em organizações	
Participação nas decisões coletivas	
Diálogo com a ATER	
Acesso a informações	Avalia o envolvimento familiar no trabalho, relacionando seus esforços nas atividades demandadas dentro da propriedade. Para tanto, é observada a capacidade de cobrir essa demanda, seja ela pela mão de obra familiar ou contratada
Capacidade de trabalho familiar (STRAB)	
Contratação de mão de obra	
Trabalho fora do lote	
Descanso e lazer	
Capacidade de cobrir demanda interna	

Fonte: elaborado pelos autores com base em Carvalho e Silva (2017), Da Silva e Silva (2017), Resque e Silva (2017) e Silva *et al.* (2017).

A partir do levantamento dos trabalhos, observa-se que a maioria dos indicadores é adaptado, oriundo de trabalhos de referência, mas que sofreu alguma modificação em sua estrutura devido às características locais, o que, de certo modo, também reflete nos parâmetros usados para auxiliar na sua mensuração. Salienta-se, ainda, a presença de indicadores elaborados especificamente para a realidade estudada, construídos a partir da percepção em campo em conjunto com os atores locais, tais como: conservação do recurso pesqueiro (ARP) e estratégias de comercialização (TECM). Em síntese, realizar o levantamento desses indicadores fortalece no processo de construção e adaptação de novos.

Ademais, os referidos autores, Carvalho e Silva (2017), Resque e Silva (2017), Silva *et al.* (2017), abordam a importância da inserção do pesquisador no espaço onde se realizará o estudo, principalmente durante o processo de

adaptação dos indicadores. A participação dos sujeitos locais também apresentou níveis significativos, visto que uma das etapas iniciais desse processo depende do levantamento dos pontos críticos e estratégicos, pois estabelecê-los junto aos interessados poderá revelar um panorama ambiental e socioeconômico específico que aparenta afetar a sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda que existam muitos desafios na utilização de indicadores para a Amazônia, estes desempenham um papel importante no planejamento de ações, avaliando as ações humanas sobre as condições do ecossistema e bem-estar socioeconômico da população, pois, quando estabelecem uma eficaz conexão de comunicação das informações e mensuração mais próxima da realidade estudada, contribuem na tomada de decisão para a construção de estratégias que fortalecerão o desenvolvimento local, principalmente de uma região tão complexa, com diferentes realidades, agroecossistemas, usos e gestão dos recursos.

Acerca dos indicadores de sustentabilidade utilizados nos agroecossistemas de várzea, por meio da ferramenta MESMIS, ao todo, foram contabilizados doze indicadores compostos e um simples. São indicadores que, de certo modo, não podem ser excluídos durante uma análise multidimensional. Contudo, ressalta-se a importância de se entender a lógica de produção e os aspectos que conferem fragilidades ou potencialidades para a sustentabilidade dos agroecossistemas, já que tais informações contribuem para a seleção que melhor caracterizarão a realidade estudada.

Também é interessante mencionar que grande parte são adaptados de trabalhos de referência, com alterações na estrutura, em decorrência das características locais. Logo, os trabalhos demonstraram que a efetividade na adaptação e aplicação está intimamente ligada à flexibilidade na definição dos indicadores e ao caráter participativo tanto pela inserção do pesquisador no espaço quanto pela presença constante dos sujeitos locais.

A respeito dos seus objetivos, de maneira geral, buscaram compreender como as decisões tomadas dentro do agroecossistema têm influência na qualidade de vida, ou seja, como o manejo dentro do agroecossistema pode afetar as famílias nos aspectos ambientais, técnico-econômico e social.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. **Agroecologia**: bases científicas para uma agricultura sustentável. Rev. Ampl. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: AS-PTA, 2012. 379 p.

ASTIER, M. *et al.* **Evaluación de sustentabilidad un enfoque dinámico y multidimensional.** Catarroja, Valencia: SEAE, 2008.

ASTIER, M. *et al.* Assessing the sustainability of small farmer natural resource management systems. a critical analysis of the MESMIS Program (1995-2010). **Ecology and Society**, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 1-20, 2012.

BEZERRA, N. R. C. A Amazônia e os novos paradigmas de desenvolvimento rural: uma breve reflexão teórica. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Dois Vizinhos, v. 6, p. 40-54, 2011.

CÂNDIDO, G. D. A. *et al.* Avaliação da sustentabilidade de unidades de produção agroecológicas: um estudo comparativo dos métodos IDEA e MESMIS. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 99-120, set. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414753X2015000300007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 mar. 2019.

CARVALHO, J. P. L.; SILVA, L. M. S. Indicadores de sustentabilidade na compreensão de processo de adaptação de agroecossistemas familiares. **Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**, Belém, v. 11, n. 1, p. 87-102, jul./dez. 2017.

DA SILVA, L. P.; SILVA, L. M. S. Processos de manutenção da biodiversidade de agroecossistemas familiares: estudo de caso na comunidade “Vila Braba”, município de Cametá, Baixo Tocantins–PA. **Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**, Belém, v. 11, n. 2, p. 71-84, jul./dez. 2017.

DAL SOGLIO, F. K. Desenvolvimento, agricultura e agroecologia: qual a ligação. *In:* GUERRA, G. A. D.; WAQUIL, P. D. (org.). **Desenvolvimento rural sustentável no Norte e Sul do Brasil.** Belém: Paka-Tatu, 2013. p. 197-226.

DEPONTI, C. M. *et al.* Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, p. 44-52, out./dez. 2002.

DILGER, G.; LANG, M.; PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o imaginário:** debates sobre o pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. 472 p.

ESTERCI, N.; SCHWEICKARDT, K. H. S. C. Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum**, Belém, v. 5, p. 59-77, jan./ abr. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S19818122201000010006&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 30 de out. 2019.

FERRAZ, J. M. G. As Dimensões da sustentabilidade e seus indicadores. *In*: MARQUES, J. F.; SKORUPA, L. A.; FERRAZ, J. M. G. (Ed.). **Indicadores de sustentabilidade em agroecossistemas**. Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2003. p. 15-35.

GORDIANO, J. B. A.; VARGAS-ISLA, R. Evaluación de la sustentabilidad de los principios de la Red de Agricultores Tradicionales del estado de Amazonas, Brasil. **Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**, Belém, v. 11, n. 1, p. 119-138, jul./dez. 2017.

GUIMARÃES, R. P.; FEICHAS, S. A. Q. Desafios na construção de indicadores de sustentabilidade. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 307-323, jul./dez. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-753X2009000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 27 fev. 2019.

HANAI, F. Y.; ESPÍNDOLA, E. L. G. Indicadores de sustentabilidade: conceitos, tipologias e aplicação ao contexto do desenvolvimento turístico local. **Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 135-149, set./dez. 2011.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável**: Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 352 p.

KEMERICH, P. D. C. *et al.* Indicadores de sustentabilidade ambiental: métodos e aplicações. **Revista Monografias Ambientais**, Santa Maria, v. 13, n. 4, p. 3718-3722, 2014.

LIMA, R. R. *et al.* **Várzeas flúvio-marinhas da Amazônia brasileira**: características e possibilidades agropecuárias. 2. ed. Belém: 2001. 341 p.

LIRA, T. D. M.; CHAVES, M. D. P. S. R. Comunidades ribeirinhas na Amazônia: organização sociocultural e política. **Interações**, Campo Grande, MS, v. 17, n. 1, p. 66-76, 2016.

LOUREIRO, V. R. A Amazônia no século 21: novas formas de desenvolvimento. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 527-552, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/10101>. Acesso em: 01 abr. 2019.

MARTINS, S. R. Desenvolvendo a sustentabilidade. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE OLERICULTURA, 42.; CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE HORTICULTURA, 11., 2002, Uberlândia. **Anais [...]**. Uberlândia: CBO, 2002. p. 1-12.

MASERA, O.; ASTIER, M.; LÓPEZ-RIDAURA, S. **Sustentabilidad y manejo de recursos naturales**: el marco de evaluación MESMIS. Michoacán, México: GIRA: Instituto de Ecología, 2000. 101 p.

MELLO, A. F. Dilemas e desafios do desenvolvimento sustentável da Amazônia: o caso brasileiro. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 107, p. 91-108, 2015.

NODA, H.; NODA, S. N. Agricultura familiar tradicional e conservação da sócio-biodiversidade amazônica. **Interações**, Campo Grande, v. 4, n. 6, p. 55-66, mar. 2016. Disponível em: <http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/559>. Acesso em: 02 jan. 2020.

NOGUEIRA, A. C. N. **Diversificação produtiva em agroecossistemas familiares nos Municípios de Santa Maria das Barreiras e Conceição do Araguaia, Pará**. 2012. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

OLIVEIRA, A. E. M. **Avaliação de Sustentabilidade em Agroecossistemas de Várzea da Agricultura Camponesa no Município de Igarapé-Miri (PA)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Castanhal, 2015.

PEREIRA, B. E.; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, n. 22, p. 37-50, jul./dez, 2010.

RABELO, L. S. **Indicadores de sustentabilidade**: uma sequência metodológica para a mensuração do processo ao desenvolvimento sustentável. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

RESQUE, A. G. L.; SILVA, L. M. S. Sustentabilidade de agroecossistemas familiares em comunidade de várzea localizada no município de Cametá, estado do Pará. **Agricultura Familiar**: pesquisa, formação e desenvolvimento, Belém, v. 11, n. 1, p. 103-118, jul./dez. 2017.

- RODRIGUES, G. S. R. *et al.* **Ferramenta de avaliação de impacto ambiental e indicadores de sustentabilidade na Embrapa**. Jaguariúna: Embrapa, 2016.
- SANCHEZ, G. F.; MATOS, M. M. Marcos Metodológicos para Sistematização de Indicadores de Sustentabilidade da Agricultura. **(SYN)THESIS**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 255-266, 2012.
- SARANDÓN, S. J. (ed.). **Agroecología: el camino hacia una agricultura sustentable**. Buenos Aires: E.C.A. Ed. Científicas Americanas, 2002. 560 p.
- SCHRODER, M. Desenvolvimento rural, meio ambiente e políticas públicas: os caminhos do fortalecimento da agricultura familiar na Amazônia brasileira. **PRACS: revista eletrônica de humanidades do curso de ciências sociais da UNIFAP, Macapá**, v. 3, n. 3, p. 53-67, 2010.
- SILVA, L. M. S. **Impactos do crédito produtivo nas noções locais de sustentabilidade em agroecossistemas familiares no território sudeste do Pará**. 2008. Tese (Doutorado em agronomia) – Programa de Pós-Graduação em Agronomia, Universidade de Pelotas, Pelotas–RS, 2008.
- SILVA, L. M. S. *et al.* Espaço amazônico e estado de sustentabilidade de lógicas familiares de produção: adaptações e uso do MESMIS no caso do estado do Pará. **Agricultura Familiar: pesquisa, formação e desenvolvimento**, Belém, v. 11, n. 1, p. 57-70, jul./dez. 2017.
- SOUZA, R. T. M. *et al.* Avaliação de sustentabilidade de agroecossistemas familiares de base agroecológica mediante a utilização do método MESMIS numa abordagem sistêmica. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Dois Vizinhos, v. 11, p. 354-366, dez. 2016.
- VAN BELLEN, H. M. Indicadores de sustentabilidade: um levantamento dos principais sistemas de avaliação. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 01-14, mar. 2004.
- VERONA, L. A. F. A real sustentabilidade dos modelos de produção da agricultura: indicadores de sustentabilidade na agricultura. **Horticultura Brasileira**, Brasília, DF, v. 28, p. 52-66, 2010.
- VIEIRA, I. C. G. Abordagens e desafios no uso de indicadores de sustentabilidade no contexto amazônico. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 71, n. 1, p. 46-50, jan. 2019.

WEISHEIMER, N. Desenvolvimento rural, capitalismo e agricultura familiar. **Olhares Sociais**, Cachoeira, v. 2, p. 51-78, jan./jun. 2013.

ZHIRZHÁN, A.; RAMIRO, W. **Evaluación de la sustentabilidad del sistema de producción en la zona baja de la parroquia San Joaquín**. 2013. Dissertação (Mestrado em Engenharia Agropecuária Industrial) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agropecuária Industrial, Universidad Politécnica Salesiana, Cuenca-Ecuador, 2013.

Texto submetido à Revista em 09.03.2020

Aceito para publicação em 09.06.2021



ENTREVISTA

Do indigenismo empresarial à catástrofe bolsonarista:
uma entrevista com o antropólogo Stephen Grant Baines

**From entrepreneurial indigenism to the catastrophe of Bolsonaro's
policies: an interview with the anthropologist Stephen Grant Baines**

Leonardo Barros Soares - Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP) da Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: leobarros@ufpa.br

Stephen Grant Baines - Doutor em Antropologia pela Universidade de Brasília (UnB). Professor Titular do Departamento de Antropologia da UnB. E-mail: stephengbaines@gmail.com

Resumo

O antropólogo Stephen Grant Baines é Professor Titular do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, pesquisador de produtividade do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e coordenador do Laboratório e Grupo de Estudos de Relações Interétnicas (LAGERI/UnB). Nesta entrevista, percorremos seus mais de trinta anos de carreira acadêmica, evidenciando sua trajetória profissional e pessoal e seus temas de pesquisa atual. Estes se concentram no estudo de estilos de etnologia indígena numa perspectiva internacional comparada, povos indígenas em fronteiras internacionais e da existência de indígenas encarcerados em Roraima. Por fim, o professor Baines apresenta sua avaliação do atual momento da política indigenista no Brasil sob o governo de Jair Bolsonaro.

Palavras-chave

Indigenismo. Povos indígenas. Estilos de antropologia. Pesquisa comparada.

Abstract

Anthropologist Stephen Grant Baines is Professor in the Department of Anthropology at the University of Brasília (UnB), a productivity researcher at the National Council for Scientific and Technological Development (CNPq) and coordinator of the Laboratory and Group for the Study of Interethnic Relations (LAGERI / UnB). In this interview, we covered his more than thirty years of academic career, showing his professional and personal trajectory and his current research themes. These focus on the study of styles of ethnology in a comparative international perspective, indigenous peoples on international borders and the existence of incarcerated indigenous individuals in Roraima. Finally, Professor Baines presents his assessment of the current moment of indigenous politics in Brazil under the government of Jair Bolsonaro.

Keywords

Indigenism. Indigenous peoples. Styles of anthropology. Comparative research.

Leonardo Barros Soares: Gostaria que o senhor começasse a entrevista narrando tua trajetória profissional e acadêmica de forma ampla. Como foi a decisão de vir para o Brasil e fazer aqui o doutorado?

Stephen Grant Baines: Nasci e fui criado em Londres, Inglaterra. Desde jovem acompanhei notícias sobre o Brasil e me cativou a região amazônica da América do Sul com as maiores florestas tropicais do mundo. Após concluir a graduação em Língua e Literatura Árabe e Sociologia da Religião na Universidade de Leeds, Inglaterra em 1971, queria conhecer um pouco do mundo antes de seguir para a pós-graduação e viajei por vários países no Oriente Médio, Norte da África e sul da Ásia, além da Europa, e depois nas Américas, dando aulas de inglês para me sustentar. Nas minhas viagens pelas Américas, interessei-me muito nos povos indígenas e, ao chegar ao Brasil pela primeira vez em abril de 1975 no Rio Grande do Sul, segui à Amazônia e comecei a acompanhar as notícias sobre povos indígenas. Uma experiência que marcou meu interesse em realizar pesquisas em antropologia foi em junho de 1975, quando segui de Manaus aos limites do território do povo Waimiri-Atroari. Interessado em saber mais sobre este povo indígena, segui pela rodovia BR-174, que liga Manaus a Boa Vista, em junho de 1975 ao Igarapé Santo Antônio do Abonari nos limites do território indígena.

Cheguei aos limites das terras do povo indígena Waimiri-Atroari, no momento em que seu território estava sendo cortado pela rodovia BR-174, o que acarretou uma mortalidade enorme entre este povo indígena, reduzidos de 2 ou 3 mil pessoas nas primeiras décadas do século XX a 332 indivíduos em 1983. O comandante do 6º Batalhão de Engenharia de Construção (BEC) concordou em me levar de carona até o Igarapé Santo Antônio do Abonari, na condição de que eu voltasse no dia seguinte. Dormi no quartel do 6º BEC em Abonari e conversei com os soldados sobre seus contatos com os Waimiri-Atroari. No dia seguinte, o comandante providenciou transporte do Exército para me levar os 6 km até a ponte sobre o Igarapé Santo Antônio do Abonari, nos limites da área interdita para a chamada “atração e pacificação dos Waimiri-Atroari”.

Em Manaus, conheci o então antropólogo do Departamento de Antropologia (DAN) da Universidade de Brasília (UnB), professor Peter Silverwood-Cope que, na época, estava trabalhando em projeto de saúde indígena em Iauaretê no Alto Rio Negro. Ele me informou que se eu fizesse um curso como atendente de enfermagem para ter uma qualificação brasileira aproveitável pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), poderia solicitar minha contratação pela FUNAI,

e me apresentou ao então Delegado Regional da FUNAI em Manaus, Francisco Mont'alverne Pires, que me informou que precisaria ter o visto permanente no Brasil para poder ser contratado pela FUNAI. Passei dois anos em Manaus, onde completei curso de atendente de enfermagem na Unidade Sanitária Morro da Liberdade, e dava aulas de inglês para me sustentar.

Em 1977, sem ter obtido o visto permanente no Brasil, segui para a Venezuela, onde tentei trabalhar junto a povos indígenas. Após três meses de espera, em que viajei ao território do povo indígena Panare, meu pedido para visto de trabalho foi negado pelo Departamento Indigenista em que o diretor, coronel do exército, insistiu que estrangeiros não poderiam trabalhar em área de fronteira. Segui para os Estados Unidos, México, Nova Zelândia e Austrália, países em que fui aceito para ingressar em programas de mestrado em antropologia. Entretanto, sem disponibilidade de bolsas de estudo e sem possibilidade de conseguir o visto de trabalho para poder coadunar trabalho e estudos, não foi possível iniciar o mestrado nesses países.

Em 1979, fui aprovado na *University of Cambridge*, Inglaterra para cursar o Mestrado sob a orientação do professor Alan MacFarlane, com coorientação do professor Stephen Hugh-Jones, com apoio de uma bolsa de estudos da *University of Leeds* onde eu havia realizado a graduação. Enquanto estava cursando o Mestrado em Antropologia Social na *University of Cambridge*, Inglaterra, solicitei uma bolsa de estudos no Brasil ao Ministério de Relações Exteriores que, na época, oferecia uma bolsa de estudos a cada ano para candidatos de nacionalidade britânica que queriam realizar cursos de pós-graduação no Brasil. A concessão desta bolsa de estudos pelo governo brasileiro por meio da Embaixada do Brasil em Londres determinou, definitivamente, minha trajetória acadêmica, e o Brasil como país onde realizei o doutorado em antropologia, e consolidei a minha carreira em um dos maiores centros de excelência acadêmica em antropologia no Brasil, a Universidade de Brasília.

Realizei o doutorado no DAN/UnB (1981-1988) sob a orientação de um dos pesquisadores mais conhecidos na área de etnologia indígena, professor Julio Cezar Melatti. Consolidei meu conhecimento sobre a antropologia, especializei-me em etnologia indígena e realizei uma pesquisa de campo de longa duração (18 meses em comunidades indígenas) junto ao povo indígena Waimiri-Atroari, na região Norte-Amazônica. Além do apoio incansável do professor Melatti, contei também com o apoio inestimável do professor Roberto Cardoso de

Oliveira e outros professores do DAN/UnB. Após realizar concurso público no Departamento de Antropologia da UnB em 1988, fui contratado em 1989 e a partir de 1990, recebi convite do professor Roberto Cardoso para participar do seu projeto de pesquisa sobre “Estilos de Antropologia” na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), com uma proposta de pesquisa comparativa em etnologia indígena no Brasil e na Austrália. Posteriormente, a parceria com o professor Roberto Cardoso de Oliveira se consolidou com a sua volta ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC/UnB – atualmente o Departamento de Estudos Latino-Americanos – ELA/UnB), quando me convidou a coordenar um projeto de pesquisa sobre “Nacionalidade e Etnicidade em Áreas de Fronteira”, em que apresentei uma proposta de pesquisa junto aos povos indígenas Makuxi e Wapichana na fronteira Brasil-Guiana.

Cheguei a Brasília em julho de 1980 como aluno especial e, em março de 1981, iniciei meus estudos na primeira turma de doutorado do DAN/UnB. Quando aluno de doutorado no DAN/UnB, animado pelo ambiente estimulante da antropologia praticado no Brasil, já me interessei pela possibilidade de seguir carreira acadêmica no Brasil e tentei, novamente, conseguir o visto permanente. Após concluir a tese de doutorado no final de 1987 e defendê-la em março de 1988, passei o período de março de 1988 a maio de 1989 no setor de Antropologia do Museu Paraense Emílio Goeldi em Belém do Pará, então do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), como pesquisador bolsista na modalidade de Bolsa de Desenvolvimento Regional, quando publiquei minha tese de doutorado em forma de livro, *É a FUNAI que sabe: a frente de atração Waimiri-Atroari* (BAINES, [1988] 1991a).

[LBS]: O senhor poderia explicar, de forma mais aprofundada, seu tema de doutorado e quais foram suas principais conclusões?

[SGB]: Meu tema de doutorado na área de etnologia indígena foi, inicialmente, um estudo etnográfico sobre o povo Waimiri-Atroari dentro da tradição da etnologia que se faz no Brasil de abordar tantos aspectos da sociedade Waimiri-Atroari quanto a situação de contato interétnico em que se encontravam. Entre janeiro de 1982 e agosto de 1985, realizei dezoito meses de pesquisa de campo junto aos Waimiri-Atroari, dividida em várias etapas. Apliquei os conhecimentos adquiridos em etnologia indígena no DAN/UnB para elaborar uma tese usando noções como “língua de dominação”, “discursos de dominação” e posteriormente, após a instalação do Programa Waimiri-Atroari (PWA), a partir de abril de 1987, a noção

de “autodeterminação dirigida” e “indigenismo empresarial” para caracterizar uma política indigenista subordinada aos interesses de grandes empresas, da construção da Usina Hidrelétrica de Balbina (ELETRONORTE) e de mineradoras que atuavam na Mina de Pitinga (Mineração Taboca S.A.) em terras desmembradas das terras indígenas delimitadas pelo sertanista Gilberto Pinto Figueiredo Costa, em 1971, após uma manipulação cartográfica que retirou 40% da terra indígena original para favorecer essas duas empresas em novembro de 1981. Nesta nova política indigenista, a FUNAI passou suas obrigações de administrar esta terra indígena, como órgão indigenista do Estado, por meio de um convênio entre a FUNAI e a ELETRONORTE, a uma organização não governamental, o Programa Waimiri-Atroari, cuja sede se localiza no edifício sede da ELETRONORTE em Brasília. Desta maneira, privatizou-se a administração indigenista do povo Waimiri-Atroari por um programa atrelado aos interesses de uma empresa que provocou a inundação de vastas extensões do seu território tradicional.

Encontrei na etnologia indígena que se faz no Brasil, sobretudo nos estudos sobre o contato interétnico, subsídios teóricos para abordar a situação crítica em que se encontravam os Waimiri-Atroari, seu território cortado pela rodovia BR-174, e, posteriormente, com uma porção desmembrada para servir os interesses tanto da ELETRONORTE que, em 1987, veio a inundar uma vasta área na parte sul da área desmembrada, quanto da Mineração Taboca que ocupou, de forma maciça, vasta área na parte norte desmembrada. Encontrei subsídios, sobretudo, nos estudos sobre o contato interétnico e a noção de fricção interétnica de Roberto Cardoso de Oliveira ([1964] 1981), entretanto, revisando a noção para explicar a situação empírica da minha pesquisa de campo, em que os funcionários indígenas da frente de atração da FUNAI transmitiam aos capitães Waimiri-Atroari todas as contradições e ambiguidades inerentes à identidade de “índio civilizado” e “caboclo” (BAINES, [1988] 1991a). Lançaram mão da retórica do movimento indígena, de serem, junto com os Waimiri-Atroari, “índios também”, unidos na luta política contra os “brancos”. Porém, manipulavam as ambiguidades das identidades étnicas acionadas na Frente de Atração Waimiri-Atriari (FAWA) para seu próprio proveito. Ora se identificaram como “índios” contra os “brancos”, ora como “índios civilizados” ou “caboclos” em oposição a “índios Waimiri-Atroari” / “índios bravos” vistos pejorativamente, ora como “peões da FUNAI” em oposição ao “chefe branco”, conforme o contexto e a intenção por meio de discursos de dominação (BAINES, [1988] 1991a). Estas categorias foram impostas por meio de relações interétnicas desmedidamente assimétricas de sujeição-dominação (CARDOSO DE OLIVEIRA, [1964] 1981), acionando uma

linguagem de dominação, e discursos de dominação que redefiniam a realidade para os Waimiri-Atroari (BAINES, [1988] 1991a). Enquanto estava redigindo minha tese de doutorado na UnB, o Programa Waimiri-Atroari (PWA FUNAI/ELETRONORTE), criado em abril de 1987, posterior à minha pesquisa de campo para o doutorado, assumiu a administração indigenista na Terra Indígena Waimiri-Atroari. Tratava-se de um programa indigenista de assistência divulgado por meio de campanhas de propaganda em nível nacional e internacional como um caso exemplar de indigenismo, apoiado por grandes empresas e com recursos do Banco Mundial. A Mineração Taboca e outras empresas mineradoras subsidiárias do então Grupo Paranapanema, abriram a mina de Pitinga, que se tornou uma das maiores minas de cassiterita (minério de estanho) do mundo, numa área que foi posteriormente desmembrada do território dos Waimiri-Atroari em 1981, por meio de manipulações cartográficas (BAINES, 1991a [1988], 1991b, 1999).

No mesmo período, a ELETRONORTE construiu a Usina Hidrelétrica de Balbina, inundando uma área de cerca de 2.928,5 km² (BAINES, 2000) que foi desapropriada da Terra Indígena original dos Waimiri-Atroari. Este exemplo revela:

uma nova estratégia das grandes empresas de mineração em colaboração com o Estado – favorecer a demarcação e homologação da área indígena e exercer seu poder econômico para aliciar as novas lideranças indígenas a assinar acordos diretos entre as comunidades indígenas e as empresas, em nome de uma “autodeterminação indígena” (BAINES, 1993, p. 239).

Em junho de 1989, na véspera da minha “expulsão” da Terra Indígena, tramada por funcionários do PWA, acordos foram assinados entre o Grupo Paranapanema e líderes Waimiri-Atroari, dando direitos exclusivos à Mineração Taboca para pesquisa e lavra de minérios na Terra Indígena Waimiri-Atroari. Contudo, estes acordos foram suspensos enquanto não houvesse legislação complementar para regulamentar a pesquisa e lavra de mineração em terras indígenas.

A Terra Indígena Waimiri-Atroari serviu como um modelo empresarial para o planejamento de estratégias para a implantação “regularizada” de grandes projetos de desenvolvimento regional em terras indígenas na Amazônia, tanto de mineração quanto de Usinas Hidrelétricas, e influenciou na própria formulação da Constituição durante o ano de 1987, com forte *lobby* das empresas mineradoras lideradas pelo Grupo Paranapanema. Este *lobby* conseguiu, no texto constitucional, legalizar a mineração em terras indígenas a empresas mineradoras privadas.

A experiência de pesquisa de campo para o doutorado e para depois dele apresentou-se como campo privilegiado para examinar as estratégias de grandes empresas para se adaptarem aos direitos indígenas incorporados na Constituição

Brasileira de 1988. O Programa Waimiri-Atroari passou a ser usado em publicidade para justificar a implantação de usinas hidrelétricas em territórios indígenas na região amazônica, incorporando as lideranças Waimiri-Atroari como porta-vozes da propaganda. Enquanto no período da ditadura militar as grandes empresas invadiam territórios indígenas, criando fatos consumados que foram posteriormente legalizados, uma nova estratégia adotada após a nova Constituição era de criar simulações de relações interétnicas harmoniosas entre as empresas e os povos indígenas. Com as imagens de indígenas que apoiam os programas indigenistas, o discurso do seu supervisor de que o Programa Waimiri-Atroari “conseguiu colocar em prática o que todos os indigenistas sonhavam” combina bem com a declaração do presidente da ELETRONORTE de que a Usina Hidrelétrica Belo Monte (que seria uma das maiores do mundo) é a obra de seus sonhos, para tentar reverter as críticas e acelerar a aprovação de mais megaprojetos de usinas hidrelétricas na região amazônica.

Na minha tese de doutorado, defendida na UnB em março de 1988, realizei uma etnografia de uma frente de atração da FUNAI no momento histórico antes de os Waimiri-Atroari serem incorporados dentro de um indigenismo empresarial do Programa Waimiri-Atroari, criado em abril de 1987, seis meses antes do fechamento das comportas da Usina Hidrelétrica de Balbina e inundação de uma vasta área do território tradicional deste povo indígena. Iniciei o doutorado com projeto de pesquisa que focalizava o contato interétnico a partir da noção de “fricção interétnica” de Cardoso de Oliveira ([1964] 1981). Em muitos trabalhos que seguem o modelo de fricção interétnica, as duas populações do sistema interétnico (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1978, p. 85) são tomadas como dois grupos empíricos de “índios” e “brancos”. Na Frente de Atração Waimiri-Atroari, um contingente grande dos funcionários identificava-se como “índio” e muitos deles acionavam, em alguns contextos, um discurso indigenista que invertia a ideologia hegemônica, valorizando a categoria genérica de “índio” e desprezando a de “branco”. Acionavam esse discurso como estratégia para incentivar os Waimiri-Atroari a rejeitar indivíduos que os mesmos funcionários “índios” classificaram como “brancos”. Por toda a tese de doutorado, focalizei as relações sociais de sujeição-dominação desmedidamente assimétricas estabelecidas entre os agentes da sociedade nacional e os Waimiri-Atroari.

[LBS]: Quais convergências o teu trabalho tem com relação a outros campos disciplinares, tais como a história e a ciência política?

[SGB]: Qualquer pesquisa etnográfica junto a povos indígenas é, por definição, uma “antropologia histórica”, nas palavras do professor João Pacheco de Oliveira, pois é impossível compreender um povo indígena sem estudar sua história, incluindo a sua história de contato com a sociedade nacional. No caso dos Waimiri-Atroari, há contatos interétnicos com diversos segmentos da sociedade nacional documentados pelo menos desde o século XVIII, além de haver lacunas na sua história documentada, na época dos “descimentos” e “guerras justas”, com a implementação de políticas de não documentar a violência e os massacres, oficialmente ilegais, perpetrados contra os povos indígenas pelas expedições escravistas empreendidas tanto pelo governo colonial quanto por particulares, disfarçadas sob o nome de “guerras justas”. Entretanto, uma longa história de invasões do território dos Waimiri-Atroari, e repetidos massacres e atrocidades, está muito bem documentada desde meados do século XIX. A ciência política também contribui muito aos estudos sobre povos indígenas, pois é impossível compreender a situação em que vive uma população indígena sem levar em consideração a conjuntura política maior do país em que seus territórios estão inseridos e do mundo, que os subordina em situações coloniais influenciadas por interesses globalizados.

Entretanto, a etnologia indígena tem sua contribuição específica para os estudos junto a povos indígenas por se fundamentar em pesquisa de campo de longa duração em que o antropólogo acompanha o povo indígena com quem realiza pesquisa em relações face a face com pessoas de carne e osso e aprende a língua indígena, além de participar diretamente dos dilemas frequentemente trágicos que o povo indígena está passando. Porém, uma etnologia indígena que não leva em consideração uma perspectiva mais ampla da história e da ciência política seria muito limitada, em situações em que povos indígenas estão diretamente envolvidos em eventos mundiais.

[LBS]: Como o senhor analisa, historicamente, a história da relação dos povos indígenas com o aparato burocrático estatal no Brasil?

[SGB]: A história de relações dos povos indígenas com o aparato burocrático estatal no Brasil, como em todos os países onde o Estado se expandiu sobre os territórios dos povos indígenas, tem sido uma história de colonialismo e violência contra os povos indígenas. O exercício do “poder tutelar” sobre os povos indígenas é descrito por Antônio Carlos de Souza Lima (1995) como uma forma reelaborada – com continuidades lógicas e históricas – da “guerra de

conquista”. Este autor define, enquanto modelo analítico, a “conquista” como um empreendimento com distintas dimensões: fixação dos conquistadores nas terras conquistadas, redefinição das unidades sociais conquistadas, promoção de fissões e alianças no âmbito das populações conquistadas, objetivos econômicos e empresa cognitiva. Enquanto Lima (1975) emprega a noção de “poder tutelar”, Pacheco de Oliveira (2016) usa a noção de “regime tutelar” referindo-se a uma sociologia dos conflitos.

[LBS]: O senhor tem uma larga experiência em pesquisa antropológica numa perspectiva internacional comparativa. Como surgiu a ideia de comparar os estilos de etnologia praticada no Brasil com aquela desenvolvida em outros países, tais como a Argentina, a Austrália e o Canadá?

[SGB]: Como mencionei acima, a UnB tornou-se o centro acadêmico que escolhi para consolidar minha carreira e onde desenvolvi minhas pesquisas em etnologia indígena, ampliando o foco, a partir de 1991, a proposta de Roberto Cardoso de Oliveira de “Estilos de Antropologia”, para uma pesquisa sobre a etnologia indígena na Austrália (a partir de 1992 com auxílio à pesquisa do CNPq) e, posteriormente, no Canadá (a partir de 1995 com bolsas do governo canadense), e a Argentina a partir de 2016, além de manter pesquisas etnográficas no Brasil sobre nacionalidade e etnicidade entre povos indígenas que vivem em fronteiras internacionais (a partir de 1991), e a criminalização de indígenas no sistema penitenciário de Roraima (a partir de 2008). O estilo de etnologia indígena que se faz no Brasil se tornou o campo em que me inseri e para o qual tenho dedicado minha carreira acadêmica.

O projeto de pesquisa sobre “Estilos de Antropologia”, em que a dimensão comparativa da investigação passou a ser efetivada através do estudo do que Cardoso de Oliveira decidiu chamar de “antropologias periféricas” (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1988, p. 143-159). Este autor usa este termo para referir-se àquelas antropologias situadas na periferia de centros metropolitanos da disciplina (nos centros científicos e acadêmicos onde a antropologia foi gerada e se consolidou como disciplina acadêmica – a Inglaterra, a França e os Estados Unidos da América). Frisa que a justificativa maior de um enfoque estilístico sobre as antropologias periféricas está no fato de que a disciplina nos países não metropolitanos não perde seu caráter de universalidade. Cardoso de Oliveira também propôs examinar as tensões que surgem entre uma disciplina

acadêmica que se pretende internacional enquanto os contextos nacionais em que se pratica são específicos.

Solicitei uma bolsa de produtividade em pesquisa ao CNPq e, a partir de março de 1990, iniciei um projeto de pesquisa para realizar uma pesquisa comparativa sobre a etnologia indígena na Austrália, país onde eu havia passado três meses em 1978-1979, visitando comunidades indígenas no norte e centro daquele país. Participei do projeto de pesquisa coordenado por Cardoso de Oliveira, viajando, no início de 1992, à Austrália para realizar um primeiro levantamento de pesquisa em três de seus principais centros de etnologia indígena: a Universidade de Sydney, a *Australian National University* (ANU) em Canberra, e a *University of Western Australia* na cidade de Perth, além de visitar várias outras universidades.

Em 1995, consegui uma bolsa do governo canadense (*Faculty Research Programme*) para passar cinco semanas no Canadá, realizando um levantamento sobre a etnologia indígena naquele país, como no caso da Austrália, sempre usando a etnologia indígena que se faz no Brasil como ponto de partida. Neste primeiro levantamento, em Montreal, Quebec, realizei visitas à principal universidade francófona, a *Université de Montréal*, e à principal universidade anglófona, *McGill University*, além de entrevistar professores de *Concordia University*. Visitei, também, a *Université Laval* na cidade de Quebec, e em Toronto, a *University of Toronto*, além de visitar a *University of Waterloo* em Ontário. De Toronto, atravessei o Canadá de ônibus à cidade de Kamloops, na província da Colúmbia Britânica, onde visitei o *Program of First Nation Studies of the Secwepemc* (Shuswap), a *Cultural Education Society* e a *Simon Fraser University* (SCES/SFU), em Kamloops; as reservas indígenas Shuswap de Adam's Lake e Skeetchestn; a *University of Northern British Columbia* (UNBC) na cidade de Prince George; a reserva indígena Witsuwit'en de Moricetown; a *University of British Columbia* (UBC) e *Simon Fraser University* em Vancouver; e a *University of Victoria* na capital da Colúmbia Britânica, Victoria (BAINES, 1996).

Em 2002, consegui outra bolsa do governo canadense (*Faculty Enrichment Programme*) para passar três semanas em três centros no leste do Canadá – Montreal, Ottawa e Toronto, quando aprofundi a pesquisa iniciada em 1995, e em 2009-2010 realizei onze meses de pesquisa de pós-doutorado com bolsa de pós-doutorado da CAPES, cinco meses na *University of British Columbia* (UBC), no Canadá, de 01 de setembro de 2009 até o final de janeiro de 2010, sob a supervisão acadêmica do professor Bruce Granville Miller, e seis meses na *Australian National University* (ANU), de 01 de fevereiro de 2010 a 01 de agosto de

2010, sob a supervisão acadêmica da professora Francesca Merlan. Essas estadias foram períodos de imersão em dois dos principais centros e comunidades acadêmicas em etnologia indígena nestes países, o que permitiu avanços sem precedentes na compreensão da enorme diversidade e complexidade das áreas de etnologia indígenas no Canadá e na Austrália, como também no Brasil. Os onze meses de licença pós-doutoral no Canadá e na Austrália, em 2009-2010, permitiram um enorme avanço em minhas pesquisas sobre estilos de etnologia indígena em contextos nacionais com aprofundamento das reflexões a partir da convivência com comunidades antropológicas nesses dois países.

Para resumir a linha de pesquisa que desenvolvo sobre estilos de etnologia indígena, julgo necessário relatar alguns dos temas trabalhados, apontando os principais autores e ideias que influenciaram minha pesquisa. Nestas pesquisas, parti de uma abordagem comparativa focalizando inicialmente três Estados nacionais: Brasil, Canadá e Austrália, e incluindo Argentina a partir de 2016. A partir de um enfoque nos diferentes contextos históricos, culturais e institucionais em que se desenvolveu a etnologia indígena, analisei algumas das diferenças óbvias na disciplina nos quatro contextos nacionais para depois comparar determinadas semelhanças entre esses quatro países de colonização europeia. Observei, também, tendências associadas a um processo crescente de globalização, que estão aproximando as situações de povos nativos e os estilos de antropologia em projetos de pesquisa colaborativos e participativos por meio de um intercâmbio mais próximo de ideias, com a formação de um número crescente de antropólogos indígenas, além de intelectuais indígenas de distintas áreas acadêmicas. O objetivo desta pesquisa era mostrar como a prática da etnologia indígena está influenciada pelo meio social, cultural e político em que vivem os seus profissionais, e a crescente emergência de uma disciplina que busca tanto uma compreensão universal quanto relevância local. Temas como o papel de “raça” *versus* “cultura” em definir diferenças; ideologias “hierárquicas” *versus* “igualitárias”; e ideologias nacionais baseadas em monocultura, bi-cultura e multiculturalismo, foram examinados.

O acréscimo da Argentina, ao realizar uma licença de capacitação naquele país de três meses em 2016, visa o aprofundamento do estudo do estilo de antropologia com povos indígenas em outro país latino-americano muito diferente do Brasil, por meio de novas entrevistas com antropólogos que realizam pesquisas com povos originários naquele país e o acompanhamento de alguns dos seus trabalhos de campo. O objetivo é de comparar os estilos de etnologia indígena que se

constituíram historicamente em contextos de Estados nacionais diferentes, comparando o estilo de Antropologia Social, focalizando, sobretudo, os estudos realizados junto aos povos indígenas em cada país e investigar a possibilidade de caracterizar um estilo de antropologia junto a povos originários, a partir do estilo de etnologia indígena que se faz no Brasil.

Merece comentar como fiz a passagem de realizar pesquisa em etnologia indígena a um projeto de pesquisa com o objetivo de etnografar os estilos de etnologia em contextos nacionais diversos, ao mesmo tempo em que mantenho pesquisas ativas em etnologia indígena. Em junho de 1989, fiquei decepcionado por ter minha pesquisa junto ao povo indígena Waimiri-Atroari interrompida por uma campanha de calúnias montada por dirigentes do Programa Waimiri-Atroari (ELETRONORTE/FUNAI), como parte de uma proibição a todas as pesquisas independentes em Antropologia junto aos Waimiri-Atroari, feita pelo Programa, assim que assumiu a administração indigenista deste povo indígena. Proibição que começou com a interrupção da pesquisa do professor Márcio Ferreira da Silva, que foi impedido de continuar junto aos Waimiri-Atroari em 1997, após ter realizado sete meses de trabalho de campo para o doutorado no Museu Nacional/UFRJ sob a orientação do professor Eduardo Viveiros de Castro. Em junho de 1989, quando eu era pesquisador do Museu Goeldi, com bolsa de Desenvolvimento Regional do CNPq, indigenistas da direção do Programa Waimiri-Atroari montaram uma campanha de mentiras junto às lideranças Waimiri-Atroari, apresentando-me como se fosse um agente internacional, supostamente trabalhando para empresas mineradoras internacionais e usando os Waimiri-Atroari para tentar impedir que os mesmos indígenas entrassem em acordos diretos com a Mineração Taboca e outras mineradoras do então Grupo Paranapanema. A minha “expulsão” da Terra Indígena Waimiri-Atroari por meio desta campanha de calúnias coincidiu com minha aprovação em concurso público no DAN/UnB em março de 1988. Apesar de aproveitar ao máximo a minha estadia no Museu Paraense Emílio Goeldi em Belém do Pará, experiência muito rica como bolsista do CNPq, aproveitei a oportunidade para me transferir e para assumir o lugar de professor do DAN/UnB em maio de 1989, onde permaneço até hoje, como professor titular desde 2015.

Na campanha feita contra minha presença como pesquisador em etnologia indígena pelo Programa Waimiri-Atroari, uso foi feito de matérias jornalísticas caluniosas publicadas no jornal *O Estado de São Paulo* ao longo de uma semana, em agosto de 1987, em uma campanha contra o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) ligado

ao Conselho Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) – onde eu havia trabalhando em tempo parcial como assistente na biblioteca em 1986-1988 – em que meu nome, alterado na ortografia pelo autor das matérias, entretanto reconhecível, apareceu em duas matérias, me apresentando como se fosse um agente de um cartel de estanho internacional “*Tin Brothers da Malásia*” (BAINES, 1993).

Apesar de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, realizada na segunda metade de 1987, comprovar que as matérias pagas eram falsas e preparadas por Mauro Nogueira, estelionatário então procurado pela Polícia Federal no Pará e no Maranhão, contratado por dois meses pelo então diretor geral do Grupo Paranapanema, Octávio Lacombe (do qual, na época, a Mineração Taboca fazia parte), com a finalidade de montar uma campanha falsa contra o CIMI e pressionar, no período do Constituinte, para a inclusão de uma cláusula na Constituição Federal de 1988 que permitiria mineração em Terras Indígenas por empresas privadas (na Constituição anterior, atividades de pesquisa e lavra de mineração eram restritas a empresas estatais e minérios classificados como estratégicos), dirigentes do Programa Waimiri-Atroari reutilizaram essas matérias. A reutilização foi feita quase dois anos depois de terem sido desmascaradas tais matérias para ludibriar as lideranças Waimiri-Atroari a proibir a minha pesquisa em etnologia sob o pretexto de eu não ser antropólogo, mas agente internacional que, supostamente, teria ludibriado os Waimiri-Atroari ao longo de mais de oito anos de pesquisa, e dezoito meses de pesquisa de campo junto ao povo Waimiri-Atroari. Tentei conseguir direito de resposta no Estado de São Paulo e, diante da recusa por parte do jornal, fui encaminhado, na época, ao então procurador Gilmar Mendes no Ministério Público Federal onde o mesmo disse que contra grandes empresas do porte da ELETRONORTE e da Mineração Taboca eu não teria nenhuma possibilidade de ganhar direito de resposta. Sugeriu, inclusive, que evitasse voltar para a Terra Indígena Waimiri-Atroari por algum tempo por minha própria segurança pessoal e, caso viesse a sofrer ameaças em Brasília, deveria procurar novamente o Ministério Público Federal (MPF).

[LBS]: Do que se trata a tua pesquisa sobre indígenas presos no Brasil? O que você destaca de achados relevantes durante sua execução?

[SGB]: A pesquisa que estou realizando sobre a criminalização de indígenas no estado de Roraima complementa a pesquisa sobre povos indígenas na fronteira

internacional que venho realizando desde 2001 na fronteira entre Brasil e Guiana, considerando que muitos dos indígenas presos nasceram em Terras Indígenas localizadas ao longo da fronteira, e outros nasceram na Guiana ou são descendentes de indígenas nascidos na Guiana, mantendo laços estreitos com comunidades indígenas nos dois lados da fronteira. Esta linha de pesquisa etnográfica se iniciou em janeiro de 2008, a partir de um levantamento realizado sobre indígenas no sistema penitenciário de Roraima, a convite de um ex-orientando do DAN/UnB, professor Crístian Teófilo da Silva, do então CEPPAC/UnB, atual ELA/UnB, então tesoureiro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) que, na época, estava coordenando um levantamento sobre indígenas presos no Brasil, resultado de um acordo entre a ABA e o Ministério Público Federal (ABA/MPF). O levantamento em Roraima contou com a colaboração de dois alunos, orientandos meus da pós-graduação em antropologia da UnB a partir de julho de 2008, Alessandro Roberto de Oliveira e Walison Pascoal Vasconcelos. Incorporei à pesquisa sobre a criminalização de indígenas no estado de Roraima, em meu projeto de pesquisa sobre indígenas na fronteira entre Brasil e Guiana, por ter uma relação estreita com a pesquisa sobre indígenas em fronteiras internacionais e migração indígena. Alguns indígenas detentos são nacionais da Guiana, outros são migrantes da Guiana que têm dupla nacionalidade e ainda outros são descendentes de indígenas nascidos na Guiana que habitavam territórios tradicionais na atual região de fronteira desde antes da definição de esta fronteira internacional, em 1904. A questão da fronteira internacional está muito presente na vida cotidiana dos povos indígenas de Roraima, inclusive aqueles presos no sistema penitenciário do estado.

Vários presos indígenas reivindicam um tratamento diferenciado, como penas alternativas, que poderiam ser servidas em Terras Indígenas no caso de ocorrências dentro de Terras Indígenas, com o consentimento das comunidades e dos conselhos dos tuxauas, e/ou uma ala separada nas penitenciárias. Considerando a estrutura desmedidamente assimétrica das relações interétnicas que fundamentam as práticas sociais, policiais e penais, é necessário considerar os obstáculos que os povos indígenas enfrentam para ter acesso à justiça e considerar as possibilidades de criação de instituições diferenciadas como penas alternativas, respeitando seus direitos constitucionais. Esta linha de pesquisa está trazendo algumas mudanças. A pesquisa começou como um levantamento visando contribuir com informações sobre um assunto pouco pesquisado no Brasil e os objetivos buscam contribuir para mudar a situação de extrema injustiça que os indígenas enfrentam nas penitenciárias. Desde janeiro de 2008, quando começamos este estudo,

alguns indígenas presos no estado de Roraima começaram a exigir seus direitos diferenciados garantidos pela Constituição, o que se tornou assunto de debate nas organizações indígenas, como a Organização de Indígenas na Cidade (ODIC) na capital, Boa Vista, no Conselho Indígena de Roraima (CIR), na Defensoria Pública do estado de Roraima e na própria FUNAI. A possibilidade de criação de uma ala separada dentro das instituições prisionais para abrigar detentos indígenas tornou-se uma proposta do Ministério Público Federal em Roraima.

Apesar de avanços feitos no reconhecimento dos direitos indígenas na Constituição Federal de 1988, e por meio de legislação internacional, como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil em 2002, e a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas adotada pelo Brasil em 2007, existe um abismo entre a legislação e a prática onde os direitos indígenas são constantemente desrespeitados. Em nenhum lugar isso é mais claro do que no sistema prisional onde prevalecem estereótipos racistas e onde os direitos indígenas continuam a ser desrespeitados. Uso a noção de “criminalização indígena” para abordar o encarceramento de indígenas e a desconsideração dos seus direitos diferenciados.

Esta pesquisa está em andamento, com visitas às unidades penitenciárias do estado de Roraima onde estou acompanhando a vida de indígenas encarcerados e o fluxo de presos indígenas. A continuação e ampliação de pesquisa etnológica sobre a criminalização de indígenas no sistema penitenciário de Boa Vista (RR) está rendendo resultados importantes ao fornecer aos indígenas presos informações sobre seus direitos diferenciados e chamar a atenção de órgãos do governo para a situação de criminalização de indígenas no sistema penitenciário.

A situação nas penitenciárias é de extrema violência e violação de direitos humanos. Em meados de 2019 o Brasil tinha 750 mil presos, 36% em prisão preventiva, em penitenciárias com graves situações de superlotação e condições sub-humanas, sendo o país com a terceira maior população carcerária do mundo. É impossível obter estatísticas válidas sobre o número de indígenas presos, considerando que o sistema penitenciário e judiciário age para invisibilizar as identidades étnicas subsumidas sob identidades como “de cor parda” seguindo a classificação do Censo Nacional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em Roraima, nos cadastros penitenciários aparecem números muito aquém da realidade, constatável ao entrevistar detentos.

[LBS]: Como analisa a atual conjuntura da política indigenista? Como observa o papel da FUNAI nesse contexto e o que podemos esperar em termos de transformações da política indigenista?

[SGB]: A atual conjuntura da política indigenista está muito negativa para os povos indígenas com um governo declaradamente anti-indígena do presidente Jair Bolsonaro que incentiva a invasão de Terras Indígenas para a exploração econômica ampla, inclusive em áreas demarcadas. Desde 2000, uma aliança no Congresso Nacional, entre as bancadas ruralista, evangélica e de mineração constituídas de parlamentares de diferentes partidos, articulou seus esforços para enfraquecer os direitos dos povos indígenas e quilombolas assegurados na Constituição Federal de 1988, por meio de uma série de proposições legislativas – Propostas de Emenda à Constituição (PEC), Projetos de Lei Complementar (PLP), Projetos de Lei (PL), Portarias e Decretos – por parte da bancada ruralista no Congresso Nacional que se autodesigna Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

Com a eleição do governo do presidente Jair Bolsonaro, aliado ao agronegócio e grandes projetos desenvolvimentistas, os direitos dos povos indígenas estão ameaçados ainda mais, com declarações do presidente favoráveis à expropriação e invasão de territórios indígenas por empresas privadas com interesse em explorar os recursos naturais nas suas terras. Antes de tomar posse, o então candidato à presidência, Bolsonaro, declarou, em 03 de abril de 2017, no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro que “Não vai ter um centímetro demarcado para reserva indígena ou para quilombola” e vem sustentando um discurso integracionista que já foi superado há 31 anos pela Constituição Federal de 1988.

Ao tomar posse em 01 de janeiro de 2019, as tentativas do governo Bolsonaro têm sido no sentido de desmontar a FUNAI por meio da Medida Provisória (MP) 870, uma nova estratégia da Frente Parlamentar da Agropecuária para substituir a malsucedida PEC 215, transferindo a demarcação de Terras Indígenas (TIs) para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), e assim entregando o processo de demarcação à bancada ruralista, junto com outros ataques contra os direitos indígenas.

Desde que tomou posse, o presidente Bolsonaro paralisou mais de 230 processos de demarcação de Terras Indígenas que estão em andamento, em diferentes etapas, em que vivem mais de 120 mil indígenas. Um levantamento realizado, no início de 2019, pelo Instituto Socioambiental (ISA) com a FUNAI revelou pelo menos 40

empreendimentos de grande porte previstos para invadir essas terras indígenas, incluindo projetos como as hidrelétricas do Tapajós, no Pará, e a construção da linha de transmissão entre Manaus (AM) e Boa Vista (RR), cortando a Terra Indígena Waimiri-Atroari nos estados de Amazonas e Roraima. O povo Waimiri-Atroari está sendo submetido a pressões pela empresa Eletronorte, que administra sua Terra Indígena desde 1987 por meio de um Programa Indigenista dentro da própria Eletronorte criada para compensar a inundação de vasta extensão do seu território tradicional pela Usina Hidrelétrica Balbina, para aceitar a constru o da linha de transmissão ligando Manaus (AM) a Boa Vista (RR) que cortar  cerca de 125 km da terra indígena com a implanta o de 250 torres de transmissão.

As medidas governamentais que visam acelerar o crescimento econômico com aumento da produ o de soja e extra o de minérios são vistas pelos povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais como ameaças às suas terras tradicionais. Para dar um exemplo, no estado de Roraima, apresentado pelo agronegócio como a nova frente de expansão para o Brasil, em 2019 a previsão da colheita de soja   de 130 mil toneladas, um crescimento das 120 mil toneladas na safra de 2018, comparado com as 75 mil toneladas colhidas em 2016. O site “Notícias Agrícolas”, uma das principais fontes de comunica o do agronegócio brasileiro, apresenta Roraima como “a nova fronteira agrícola do Brasil”. Isso porque, segundo o governador de Roraima, em 2020, foram plantados 50 mil hectares com soja e 15 mil com milho para a produ o prevista de 150 mil toneladas de soja e 110 mil toneladas de milho, números que vêm crescendo 25% ao ano ao longo dos últimos cinco anos, com expectativa de aumento de até 40% para 2021 (GOVERNADOR..., 2020).

Outra meta do governo Bolsonaro   a desregula o e desmonte das políticas ambientais no Brasil. As mudanças introduzidas pelo governo atual visam mudanças na composi o dos órgãos de meio ambiente, minera o, trazendo efeitos sociais desastrosos com o desmonte da política ambiental sobre territórios e popula es, mudanças no procedimento de licenciamento ambiental para facilitar a constru o de grandes obras em terras indígenas, favorecendo os grandes empreendimentos na Amazônia brasileira, e os impactos socioambientais nefastos de grandes barragens de usinas hidrelétricas, como Belo Monte, a expansão acelerada da fronteira agropecuária e do agronegócio e a criminaliza o de movimentos sociais no campo.

O governo ameaçou retirar o Brasil da Convenção 169 da OIT, visando enfraquecer ainda mais os direitos dos povos indígenas e quilombolas e eliminar a possibilidade de eles recorrerem a esta legislação internacional. A Convenção 169, de 1989, foi aprovada em 19 de junho de 2002 e está em vigor desde 2003, é o principal instrumento internacional que garante o direito de os povos indígenas serem consultados de forma livre, prévia e informada, antes de serem tomadas quaisquer decisões que possam afetar seus bens ou direitos como a implantação de grandes obras desenvolvimentistas em terras indígenas. O governo ameaçou acabar com a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), com 34 distritos sanitários indígenas especiais, que visa trabalhar junto às comunidades locais e atender suas necessidades específicas e diferenciadas.

Além de tentar retirar as competências da FUNAI, da Fundação Palmares e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) com definição de poderes para demarcação de terras indígenas e de quilombolas para o Ministério da Agricultura, o governo extinguiu no Ministério do Meio Ambiente, o departamento responsável pela condução das políticas de prevenção e controle dos desmatamentos na Amazônia e demais biomas, com imediato crescimento do desmatamento, além de várias medidas que subordinam a agenda socioambiental à agenda econômica. O desmonte do Estado pelo governo Bolsonaro também beneficia a liberação de muitos agrotóxicos proibidos em vários países do mundo, além de liberar a porte de armas e incentivar os fazendeiros a se armarem.

A política indigenista do governo Bolsonaro é a pior desde a ditadura militar e continua lançando estratégias para atacar os direitos indígenas. A Instrução Normativa No. 9, de 16/04/2020, da presidência da FUNAI, exclui as terras indígenas que não têm seus processos de homologação finalizados do Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF), colocando mais de 237 terras Indígenas, de um total de 723, em perigo de serem vendidas, invadidas, desmembradas e loteadas. Mais uma estratégia deste governo para atacar e tentar desmontar os direitos indígenas. A FUNAI vem sofrendo cortes do orçamento e se encontra em uma situação com grave déficit de funcionários para dar conta de demandas crescentes, deixando-a como órgão profundamente enfraquecido. Sempre foi difícil lidar com a FUNAI, pois apesar de ter algumas pessoas altamente competentes e com as melhores intenções que trabalham na FUNAI, as ordens que vêm de cima, orientadas para interesses desenvolvimentistas, frequentemente atropelam os esforços daqueles servidores que lutam pela efetivação dos direitos indígenas.

[LBS]: Qual a tua análise sobre as atuais políticas governamentais para a região amazônica?

[SGB]: As atuais políticas governamentais para a região amazônica anunciam um desastre com o desmonte da legislação indigenista e ambientalista, visando abrir a Amazônia para agronegócio, mineração, a construção de usinas hidrelétricas e outros empreendimentos. O governo atual vem acelerando o desmatamento, os incêndios florestais, as invasões de terras indígenas, os assassinatos de lideranças e outras violências contra os povos indígenas. Na minha pesquisa na região do Lavrado de Roraima, presenciei ao longo dos últimos 19 anos o avanço do agronegócio com uma velocidade assustadora, deixando muitas das terras indígenas fragmentadas, entre plantações de soja e sem espaço para abrigar suas populações crescentes, além de situações como aquela em que se encontra a comunidade do Anzol, que ainda não foi demarcada, deixando os habitantes encurralados em uma pequena faixa de terra entre pretensas fazendas, projetos de assentamento, plantações de acácia e ocupações por posseiros.

[LBS]: Qual é sua agenda de pesquisa para os anos vindouros?

[SGB]: Pretendo continuar as pesquisas que estou realizando, sempre atualizando-as e ampliando conforme as novas situações que se apresentam, orientando estudantes da Pós-Graduação no DAN/UnB e no ELA/UnB, estudantes da Graduação do DAN, e do Programa de Iniciação Científica (PIBIC) do DAN, e supervisionando pesquisadores pós-doutorandos, elaborando meus projetos de pesquisa, publicando, e participando de eventos acadêmicos nacionais e internacionais com a organização de simpósios e apresentação de trabalhos individuais. Pretendo continuar a realizar pesquisas que sejam úteis para os próprios povos indígenas. O ingresso de estudantes indígenas no PPGAS/DAN tem sido muito estimulante. No momento estou orientando cinco estudantes indígenas no PPGAS/DAN que está sendo uma experiência inédita.

[LBS]: Por fim, que tipo de conselho daria a um jovem pesquisador interessado em iniciar seus estudos sobre povos indígenas e política indigenista numa perspectiva comparada? Por onde começar?

[SGB]: O conselho que eu daria a um(a) jovem pesquisador(a) é de conseguir uma base teórica sólida em sua área, incluindo uma formação em antropologia,

mesmo que o(a) jovem venha de outra área, e realizar o maior período de pesquisa de campo possível, pois sem a experiência de pesquisa de campo junto a um povo indígena os resultados serão sempre limitados. Quando realizei o doutorado, fiz todo o esforço para realizar o mais tempo possível em pesquisa de campo e consegui permanecer 18 meses junto ao povo Waimiri-Atroari, que certamente foi uma das experiências mais interessantes da minha vida. Pois são as situações de campo, em que convivemos com povos indígenas, os momentos mais ricos para refletir sobre as realidades indígenas. Como também estão sendo minhas pesquisas de campo atuais junto a Makuxi e Wapichana na fronteira Brasil-Guiana e junto a indígenas presos nas penitenciárias de Roraima. As situações de pesquisa de campo são muito complexas, onde o(a) pesquisador(a) lida não apenas com povos indígenas, mas com a presença de grandes projetos desenvolvimentistas e grandes empresas em situações frequentemente de conflitos fundiários extremamente violentos. Nada substitui a pesquisa de campo e o contato face a face com as pessoas, seja com indígenas, seja com antropólogos que realizam pesquisas junto a povos indígenas, no caso de estudos sobre estilos de antropologia.

REFERÊNCIAS

- BAINES, S. G. **É a FUNAI que sabe:** a frente de atração Waimiri-Atroari. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/ CNPq/ SCT/ PR, [1988] 1991a. (Coleção Eduardo Galvão).
- BAINES, S. G. Etnologia e indigenismo na Austrália. **Série Antropologia**, Brasília, DF, n. 115, p. 1-19, 1991b.
- BAINES, S. G. O território dos Waimiri-Atroari e o indigenismo empresarial. **Ciências Sociais Hoje**, [s. l.], n. 138, p. 219-243, 1993.
- BAINES, S.G. Etnologia indígena no Canadá: primeiras impressões. **Série Antropologia**, Brasília, DF, n. 196, p. 1-39, 1996.
- BAINES, S. G. Waimiri-Atroari: resistance in the presence of an indigenist policy of 'resistance'. **Critique of Anthropology**, [s. l.], v. 19, p. 211-226, 1999.
- BAINES, S. G. Imagens de liderança indígena e o Programa Waimiri-Atroari: índios e usinas hidrelétricas na Amazônia. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 43, p. 141-163, 2000.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **A sociologia do Brasil indígena**. Brasília, DF: Editora UnB; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1978.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **O índio e o mundo dos brancos**. 3. ed. Brasília, DF: Editora UnB; São Paulo: Pioneira, [1964] 1981.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Brasília, DF: CNPq, 1988.

GOVERNADOR de Roraima destaca safra recorde de soja e milho em 2020 e espera crescimento de 40% do setor para 2021. **Notícias Agrícolas**, [s. l.], 04 set. 2020. Disponível em: <https://www.noticiasagricolas.com.br/videos/soja/267938-governador-de-roraima-destaca-safra-recorde-de-soja-e-milho-em-2020-e-espera-crescimento-de-40-do-setor.html#.X478NdBKIM8>. Acesso em: 12 ago. 2021.

LIMA, A. C. S. **Um grande cerco de paz**: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

PACHECO DE OLIVEIRA, J. **O nascimento do Brasil e outros ensaios**: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

Texto submetido à Revista em 10.05.2020

Aceito para publicação em 19.05.2021



RESENHA

SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais. **Revista FAE Centro Universitário**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 119-127, 2004.

Felipe Lopes - Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: felipelopesmg6@gmail.com

O contexto central do artigo *Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais* se abriga na discussão das diferentes perspectivas de abordagem econômica em relação à apropriação dos recursos naturais. Além disso, trata das causas da crise ambiental e das contradições do sistema capitalista de produção.

José Edmilson de Souza Lima é doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), mestre em Sociologia Política, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), professor da FAE *Business School* e pesquisador docente do Mestrado em Direito do Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA).

O artigo está estruturado em quatro seções. A primeira seção, “Economia ambiental e recursos naturais”, aborda como a economia ambiental, baseada na ótica neoclássica, trata os recursos naturais, com base no princípio da escassez, ou seja, os recursos são insuficientes para atender às necessidades de todos os seres humanos. Dessa forma, os recursos naturais deveriam ser denominados como bens econômicos para atenderem à lógica de mercado por meio da precificação dos recursos. Assim, os efeitos negativos gerados pela produção deveriam ser de responsabilidade do setor privado, por meio da privatização dos bens públicos. O autor critica essa abordagem, uma vez que, caso uma empresa causasse qualquer tipo de penalidade ao ambiente poderia recompensar por meio do pagamento de multas e indenizações. Dessa forma, o lucro estaria acima dos interesses socioambientais.

Na segunda seção, denominada “Economia ecológica e recursos naturais”, foi feito um contraponto à economia neoclássica por desconsiderar os aspectos biofísicos e ecológicos, aproximando os ecossistemas naturais do

sistema econômico. Além disso, a teoria neoclássica parte do pressuposto de um sistema econômico fechado, ou seja, a influência de agentes externos não é tão considerável, enquanto a análise ecológica considera um sistema mais amplo, incorporando às leis da termodinâmica e suas análises do processo econômico. A partir dos pressupostos físicos, criticam as teses do crescimento ilimitado, dando foco à forma social de produção capitalista em seus aspectos físicos. Essa abordagem é criticada pelo autor em virtude de se excluir as relações sociais como mediadoras da relação do ser humano com a natureza e não aprofundar nas contradições internas do sistema de produção capitalista.

Na terceira seção, intitulada “Economia marxista e recursos naturais”, a abordagem marxista se contrapõe à lógica de mercado em razão de se respaldar nas necessidades sociais como fundamentais em contraposição ao lucro. Nessa perspectiva, os problemas ambientais não podem ser tratados de forma individual, mas coletiva. Logo, a extensão da propriedade privada como forma de conter a degradação ambiental, como proposta pelos neoclássicos, só inviabilizaria a possibilidade de regenerar os recursos. As degradações ambientais são, em boa parte, causadas pelas relações capitalistas que tratam os recursos produtivos, sejam eles naturais ou artificiais, de forma ostensiva e intensiva. Assim, a interpretação capitalista, partindo da crise ambiental como reflexo das contradições inerentes ao sistema capitalista, melhor explica a crise ambiental.

Na última seção, “Indicadores da crise ambiental”, o autor critica tanto o modo de produção capitalista como o socialista, principalmente, por utilizarem de forma abusiva os recursos naturais. Na tentativa de diminuir seus custos e aumentarem seus lucros, há uma depreciação das áreas verdes do planeta e da extensão de áreas cultiváveis sem o respectivo aumento da população.

O autor recorre a autores que embasam a Economia Ambiental, sendo o mais conhecido Arthur Cecil Pigou (1920), e para a Economia Ecológica apresenta o economista Georgescu-Roegen (1971) e Meadows (1978). Para análise marxista, o autor cita Robert Kurz (1992), que analisa os modos de produção capitalista e socialista.

Com base nesse arcabouço teórico apresentado nas seções anteriores, o autor propõe a análise marxista como a responsável por superar os problemas da crise ambiental, uma vez que as abordagens ambiental e ecológica são insuficientes para solucionar tais problemas, devido à impossibilidade de tratar o modelo social de produção capitalista.

Em oposição ao que o autor defende como solução para a crise ambiental, o instrumental neoclássico é utilizado como base para as correções das ações antrópicas no meio ambiente. Isso pode ser observado na tragédia de Brumadinho, em Minas Gerais, ocorrida em 2019. A barragem que operava no distrito de Bento Rodrigues se rompeu, levando à morte de pessoas, a poluição de rios e a destruição da fauna e flora por onde os dejetos percorreram. Conforme a legislação ambiental, a empresa responsável será punida pelos danos causados ao meio ambiente. Segundo a professora Maria Eugênia Gimenes Boscov, do departamento de Engenharia e Estruturas e Geotécnica da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) Universidade de São Paulo, a estrutura de uma barragem que comportaria o material poderia ser três vezes mais cara que a utilizada pela empresa (TRAGÉDIA..., 2019).

Em discordância ao que afirma Souza-Lima em seu artigo, na abordagem neoclássica, tem-se que a poluição irá gerar custos sociais que poderão gerar custos privados. Sendo assim, para contrabalancear, devem-se adotar medidas que regulem de forma direta o comportamento do poluidor por parte das autoridades governamentais ou estimular o agente poluidor a diminuir seu nível de poluição.

De acordo com Mueller (2000), em seu estudo da visão neoclássica de análise ambiental, o governo pode utilizar de medidas econômicas para que haja um equilíbrio entre o setor privado e a sociedade. Nessa perspectiva, a abordagem neoclássica, com base em mecanismos de mercado, demonstra um possível ponto de poluição que seja ótimo do ponto de vista da preferência dos indivíduos em sociedade e que não cause danos irreparáveis ao ecossistema. Um dos instrumentos de internalização de custos ambientais utilizados é conhecido como tributos pigouvianos, em que o governo estabeleceria taxas e impostos para neutralizar os danos dos custos externos na tentativa de alcançar um nível ótimo na utilização dos recursos naturais com base nas preferências dos indivíduos.

Ainda conforme a concepção neoclássica, outro instrumento utilizado para controle das externalidades negativas e que correspondem aos efeitos da degradação do meio externo/interno que prejudicam os indivíduos em sua coletividade, é o princípio do poluidor-pagador. Conforme esse conceito, o agente poluidor é responsável por suportar as despesas relativas da utilização dos recursos naturais. Dessa forma, o custo dessas medidas deverá se reproduzir no custo final desses bens, na tentativa de prevenir a poluição (ALMEIDA, 1998). A partir dessa teoria, formulada por Pigou (1920), há a utilização pela Organização

para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) em meados de 1972, como recomendação de política ambiental para proteção do meio ambiente (GORDILHO; PIMENTA, 2018).

Apesar das críticas apresentadas pelo autor, pode-se verificar que as medidas adotadas para controle de crises e degradação ambiental são baseadas no instrumental neoclássico, principalmente pela utilização do conceito de externalidades e das aplicações de medidas corretivas, como, por exemplo, os tributos pigouvianos e o princípio do poluidor pagador. Nessa perspectiva, o mercado é responsável por corrigir tais falhas, principalmente, pela correção via preço. Esses métodos, para que os recursos naturais possam ser de alguma forma precificados, são importantes para que os preços possam refletir os custos ambientais, e, assim, direcionar a responsabilidade àqueles que utilizam os recursos naturais. Mas, em concordância ao que afirma Souza-Lima, essas medidas propiciam vantagem para os responsáveis por utilizar os recursos naturais de forma inconsequente, principalmente, por terem recursos para arcar com os custos.

Apesar da discordância do autor em relação ao instrumental neoclássico, a abordagem ambiental marxista como única forma de melhor interpretar e propor soluções para as crises ambientais não propicia nenhum modo de organização produtiva alternativa, apenas condiciona os problemas advindos das explorações dos recursos naturais como núcleo social de produção capitalista. Isto é, a apropriação dos recursos por parte dos capitalistas para ampliar seu processo produtivo sem considerar o valor dos recursos naturais e os custos ambientais por sua utilização.

A partir da análise das diferentes abordagens teóricas econômicas em torno da temática ambiental e de suas consequências, deve-se melhor analisar a eficiência alocativa dos recursos, principalmente, integrando os conceitos de sustentabilidade e fluxos de energia no processo produtivo na tentativa de aprofundar o debate, uma vez que a degradação do ambiente compromete o limite do sistema econômico e da vida humana conforme abordado pela linha de pesquisa baseada no estudo da economia ecológica.

Dessa forma, a questão ambiental deve ser debatida na tentativa de incorporar novas técnicas ao processo produtivo e de minimizar a ocorrência das externalidades ambientais, visto que, a exploração dos recursos naturais, embora necessárias para o desenvolvimento econômico, devem ser realizadas de forma a considerar a sustentabilidade. Assim, o instrumental ecológico melhor avalia a

questão ambiental, por não desconsiderar os sistemas de valoração ambiental, conforme o principal poluidor-pagador neoclássico, mas incorpora outros métodos que não sejam somente mensurados por valor monetário, como, por exemplo, parâmetros sociais e físicos de um determinado local e seus respectivos impactos na vida humana.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L. T. **Política ambiental**: uma análise econômica, São Paulo: Unesp, 1998.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **The entropy law and the economic process**. Cambridge: Harvard University Press, 1971.

GORDILHO, H. J. S.; PIMENTA, P. R. L. Fins do princípio do poluidor-pagador. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 14, n. 1, p. 361-379, abr. 2018. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/2080>. Acesso em: 11 ago. 2020.

KURZ, R. **O colapso da modernização**: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

MEADOWS, D. L. **Limites do crescimento**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1978.

MUELLER, C. C. **Os economistas e as relações entre o sistema econômico e o meio ambiente**. Brasília, DF: Editora da UnB, 2007.

PIGOU, A. C. **The economics of welfare**. London: Macmilan, 1920.

TRAGÉDIA de Brumadinho revela falta de aprendizado com Mariana. **Jornal da USP**, São Paulo, 28 jan. 2019. Atualidades. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/tragedia-de-brumadinho-revela-falta-de-aprendizado-com-mariana/>. Acesso em: 22 jun. 2020.

Texto submetido à Revista em 13.08.2020

Aceito para publicação em 17.05.2021

Conflitos em espaços globalizados: uma leitura das resistências na Microrregião de Campos dos Goytacazes/RJ
Conflicts in globalized spaces: a reading of resistances in the micro-region of Campos dos Goytacazes/RJ
Érica Terezinha Vieira de Almeida e José Luis Vianna da Cruz

Origens do Estado do Grão-Pará e Maranhão e a política pombalina: discursos e relações de poder
Origins of the States of "Grão-Pará e Maranhão" and the pombaline policy: discourses and power relations
Alberto Damasceno e Joaquina Ianca Miranda

Conflitos socioambientais em sítio Ramsar: Brutalidade e expulsões na região da Baixada Ocidental Maranhense
Socio-environmental conflicts in Site Ramsar: brutality and expulsions in Western Lowland region of Maranhão
Joaquim Shiraishi Neto, Rosirene Martins Lima e Ciro Souza Brito

Condições socioeconômicas de pescadoras artesanais e agricultoras familiares: o caso do lago Maicá, Santarém, Brasil
Socioeconomic conditions of artisan fisherwomen and female family farmers: the case of the Lake Maicá, Santarém, Brazil
Wandicleia Lopes de Sousa, Elizabete de Matos Serrão e Thiago Almeida Vieira

As mulheres do açaí: um estudo de caso acerca do trabalho feminino na Ilha de Guajará de Baixo, Cametá (PA)
Açaí women: a case study about women's work in Guajará de Baixo Island, Cametá (PA)
Renato dos Prazeres Rodrigues, Monique Medeiros e Aldrin Mário da Silva Benjamin

O vestido vermelho: consumo, cultura material e comunicação intersensorial na feira do Guamá, Belém-Pará
The red dress: consumption, material culture and intersensory communication at the fair in Guamá, Belém-Pará
Marina Ramos Neves de Castro

Odivelidades: binarismo cultural na construção identitária em cidade local amazônica
Odivelidades: cultural binarism in the identity building to local city of Amazon
José Guilherme dos Santos Fernandes e Rondinell Aquino Palha

Valoração do serviço de provisão de água da bacia do rio Cassiporé, no estado do Amapá, Brasil
Valuation of the water supply service of the Cassiporé river basin, in the state of Amapá, Brazil
Milena Leal Costa, Jorge Madeira Nogueira e Juan Vicente Guadalupe

Segurança alimentar de famílias extrativistas de açaí na Amazônia oriental brasileira: o caso da Ilha das Cinzas
Food security of açai extractivist families in the Brazilian eastern Amazon: the case of Ilha das Cinzas
Erick Silva dos Santos, Claudia Azevedo-Ramos e Marcelino Carneiro Guedes

Polinizadores visitam o girassol durante todo florescimento, aumentando a produtividade e uniformizando as sementes
Pollinators visit the sunflower throughout flowering, increasing yield and standardizing the seeds
Rafael Kill-Silveira, Luiz Fernando Rodrigues Cordeiro e Dionei José da Silva

Agricultura e produção do espaço urbano: reflexões para uma agenda de pesquisa
Agriculture and production of urban space: reflections for a research agenda
Ricardo Theophilo Folhes, Harley Silva, Raul Ventura Neto, Kevin Gabriel Leite da Silva, Ciria Cristiane da Rosa e Aelton Dias Costa

Indicadores de sustentabilidade: contribuições para construção de estratégias de desenvolvimento mais sustentável em agroecossistema de várzea
Sustainability indicators: contributions to the construction of more sustainable development strategies in lowland agroecosystem
Tayse Fernanda Amaral Silva, Roberta de Fátima Rodrigues Coelho e Romier da Paixão Sousa

Entrevista
Do indigenismo empresarial à catástrofe bolsonarista: uma entrevista com o antropólogo Stephen Grant Baines
From entrepreneurial indigenism to the catastrophe of Bolsonaro's policies: an interview with the anthropologist Stephen Grant Baines
Leonardo Barros Soares e Stephen Grant Baines

Resenha
SOUZA-LIMA, José Edmilson de. Economia ambiental, ecológica e marxista versus recursos naturais. **Revista FAE Centro Universitário**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 119-127, 2004
Felipe Lopes

